



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JULIE HAMACHER LIEPKALN

**SABER MÉDICO E REFORMISMO ILUSTRADO:
ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA
EM PORTUGAL (1750-1792)**

Campinas

2017

JULIE HAMACHER LIEPKALN

SABER MÉDICO E REFORMISMO ILUSTRADO:
ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E AS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA EM
PORTUGAL (1750-1792)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestra em História, na
Área Política, Memória e Cidade

Orientadora: LEILA MEZAN ALGRANTI

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DE DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA JULIE HAMACHER LIEPKALN E
ORIENTADA PELA PROF^a DR^a LEILA MEZAN
ALGRANTI

Campinas

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2015/12022-4

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Liepkaln, Julie Hamacher, 1992-
624s Saber médico e reformismo ilustrado : Antônio Nunes Ribeiro Sanches e as
políticas de saúde pública em Portugal (1750-1792) / Julie Hamacher Liepkaln.
Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Leila Mezan Algranti.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas.

1. Sanches, Antônio Nunes Ribeiro, 1699-1783. 2. Iluminismo. 3. Medicina -
História - Séc. XVIII. 4. Saúde pública - Portugal. 5. Intelectuais - Portugal. 6. Portugal - História. I.
Algranti, Leila Mezan, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Medical knowledge and enlightened reform : Antônio Nunes
Ribeiro Sanches and public health policies in Portugal (1750-1792)

Palavras-chave em inglês:

Enlightenment

Medicine - History - 18th Century Public health - Portugal Intellectuals - Portugal

Portugal - History

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Leila Mezan Algranti [Orientador] Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda Breno Ferraz Leal
Ferreira

Data de defesa: 11-12-2017

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 11 de dezembro de 2017, considerou a candidata Julie Hamacher Liepkalns aprovada.

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti

Prof. Dr. Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda

Prof. Dr. Breno Ferraz Leal Ferreira

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

AGRADECIMENTOS

Assim que concluí esta dissertação, respirei aliviada e me permiti sentir toda a felicidade de se ver um trabalho de pesquisa pronto. Quase pronto. Faltavam ainda os agradecimentos, que constituíram a última tarefa e, definitivamente, uma das mais agradáveis de se fazer. Tenho a impressão que, quando “estamos” nas últimas páginas, pressionados pelo tempo e pelo receio em relação à temida defesa, acabamos por esquecer um dos aspectos mais bonitos de se pesquisar: as pessoas que conhecemos e que nos ajudam durante todo o percurso da investigação. A elas, devo toda a minha gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de mestrado, concedida sob o processo n. 2015/12022-4, e, igualmente, pela bolsa de estágio de pesquisa no exterior (BEPE), concedida sob o processo n. 2016/08912-7. Ambas as bolsas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para a realização de pesquisa da documentação em Portugal.

Sou imensamente grata à Profa. Dra. Leila Mezan Algranti, minha querida orientadora. Desde 2012, quando fui sua monitora da disciplina de Brasil I, na Unicamp, a Profa. Leila sempre se mostrou presente, generosa e paciente. Além de ter sido um grande prazer trabalhar com a Profa. Leila nos últimos anos, sinto-me inspirada pelo seu vasto conhecimento sobre História Moderna.

Do outro lado do oceano, pude contar com a ajuda do Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis, oficialmente meu supervisor de estágio de pesquisa no exterior, mas, para mim, meu segundo orientador nesta dissertação de Mestrado. O Prof. Tiago me forneceu todas as coordenadas sobre a documentação do Portugal setecentista e, mais do que isso, empenhou-se em me mostrar novas possibilidades quando me deparei com alguns obstáculos durante a pesquisa. Não posso deixar de agradecer a sua atenção e paciência com a aluna que, fazendo jus ao estereótipo, atrapalhou-se com os horários do trem e chegou atrasada à reunião. E, por fim, também agradeço ao Prof. Tiago pela participação na banca de defesa e pelas suas sugestões e críticas acertadas.

Igualmente, devo minha gratidão ao Dr. Breno Ferraz Leal Ferreira, que aceitou não apenas participar do exame de qualificação, mas também da defesa. Desde o primeiro, Breno mostrou-se atento, interessado e solícito. Apontou-me falhas no trabalho e indicou-me referências deveras relevantes.

Da Unicamp, outros professores deixaram sua marca nesta dissertação. Ao Prof. Aldair Rodrigues, também membro da banca de qualificação, agradeço pela leitura acurada e pelas reflexões sobre a sociedade do Antigo Regime. Às Profas. Josiane Cesarolli, Isabel Marson e Stella Bresciani e ao Prof. Rui Luis Rodrigues agradeço pelas discussões promovidas nas reuniões de linha e pelas sugestões que de fato incrementaram um projeto inicial repleto de problemas.

Os funcionários das bibliotecas e arquivos pelos quais passei, nomeadamente: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca do Palácio de Mafra, Biblioteca Brasileira

Guita e José Mindlin, Biblioteca Florestan Fernandes e Biblioteca Octávio Ianni, contribuíram imensamente para a elaboração desta dissertação. Em especial, gostaria de agradecer ao Leandro Ferreira Maciel, Secretário do Curso de Mestrado em História, que me ajudou prontamente nos problemas técnicos ocorridos durante a defesa.

Esta pesquisa de Mestrado trouxe amigos e colegas queridos, presentes em momentos bons e também nos difíceis, resolvidos rapidamente no Star Clean. Monique, Ana Carolina do Rio, Ana Carolina de São Paulo, Ludmilla, agradeço a vocês pela companhia em Barão Geraldo e na cidade mais linda do mundo, o Rio de Janeiro. Mais ao Norte, em Recife e por coincidência, em Lisboa, contei com a alegria e leveza da Rafa. Se a pós-graduação trouxe novas amizades, ela também reforçou as antigas. Não poderia esquecer dos queridos Léo e Elisa, meus amigos desde o início da graduação, parceiros de trabalho em grupo, estudos e festas no IFCH. Ainda, Formigão, Jaque e Batman, meus veteranos que me fizeram sentir parte da turma 09.

Já no final do mestrado, uma série de contratempos me levaram a morar São Paulo. Enganei-me ao ver a mudança de cidade com maus olhos. Graças aos amigos do cursinho, Fer, Anna, Amandinha, Lucas, Rodolfo, Ângelo, Diego e Bruno, percebi que não houve decisão mais acertada. Ainda, com o perdão da hipérbole, sou eternamente grata a Carol, Estela e Thaís, queridas amigas há mais de doze anos, que conseguiram tirar a pressão dos deveres acadêmicos que me preocupavam.

Devo um agradecimento mais do que especial ao Rafa, que esteve ao meu lado em quase toda minha trajetória acadêmica, da graduação ao mestrado. Não vou deixar de repetir que você é meu historiador preferido, que suas reflexões me fascinam, algumas vezes assustam. E, como você uma vez disse, sua presença também se insinua neste trabalho, em frases, ideias, pontos finais.

Ao Konrad, que tão longe, tão perto (como o título do filme) ouviu minhas frustrações e compartilhou das minhas alegrias, digo *vielen Dank*.

O meu agradecimento final é para a minha família, cujo amor e apoio foram indispensáveis. Ao meu irmão Nicolas. Ao meu pai, Roberto, pelos afagos gastronômicos. E, sobretudo, à minha mãe, Ellen, a pessoa mais doce que conheço, pela paciência, ternura e compreensão.

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a estudar a articulação entre a ciência médica e o poder político em Portugal nos períodos josefino e mariano através da análise das obras de Antônio Nunes Ribeiro Sanches, médico português responsável pela formulação de diversas medidas sanitárias. Partindo da trajetória e produção bibliográfica de Sanches, buscaremos como suas propostas, mais especificamente aquelas voltadas para o ensino médico e para a saúde pública, impulsionaram medidas concretas destinadas à salvaguarda da saúde da população. Neste sentido, a Intendência Geral da Polícia é uma instituição pertinente à nossa pesquisa, posto que esteve incumbida da execução de políticas de saúde pública. Para tanto, perscrutaremos o cenário ilustrado – contexto de produção das obras de Sanches –, atentando-nos tanto aos debates em torno de ideias, tais quais liberdade, progresso e felicidade, bem como às mudanças operadas no campo científico. Ao passo que os documentos pessoais do médico português e as cartas trocadas com seus interlocutores trazem valiosas informações sobre todo um discurso reformista em elaboração, os decretos e as portarias da Intendência, por sua vez, são primordiais para ponderarmos sobre uma série de medidas voltadas à manutenção da saúde da população. Ao relacionarmos as propostas de Sanches com os esforços de sanitização implementados pela Intendência, pretendemos compreender como a salvaguarda da saúde pública conjugava questões de ordem científica – a consolidação do saber médico enquanto ciência – e de ordem política – o fortalecimento do poderio da monarquia portuguesa.

Palavras-chave: Ilustração; medicina setecentista; monarquia portuguesa; Antônio Nunes Ribeiro Sanches; sociabilidade científica; saúde pública

ABSTRACT

This work aims to study the relationship between medical science and political power in Portugal during Pombal and Marian periods through the analysis of the works of Antônio Nunes Ribeiro Sanches, a Portuguese physician responsible for the formulation of several sanitary measures. Based on Sanches' bibliographic trajectory and production, we will seek how his proposals, specifically those aimed at medical education and public health, have promoted concrete measures directed to the safeguarding of the population's health. In this sense, the "Intendência Geral da Polícia" is a relevant institution to our research, since it was responsible for the implementation of public health policies. Therefore, we will inquire into the enlightened context, looking at the scientific sociability and at the discussions about the potential uses of scientific knowledge. The personal documents of the Portuguese physician and letters exchanged with his interlocutors bring valuable information about his reformist speech. Also, we intend to analyze the decrees and ordinances of the "Intendência Geral da Polícia", that are essential to think about the several measures aimed at health maintenance. In order to do so, we will look at the illustrated scenario – the context of production of Sanches' works –, focusing on debates about ideals such as freedom, progress and happiness, as well as changes in the scientific field. While the personal documents of the Portuguese physician and the letters exchanged with his interlocutors bring valuable information about an entire reformist discourse in the making, the decrees and ordinances of the Intendence, in turn, are fundamental to consider a series of measures aimed at the health of the population. Articulating Sanches' proposals with the implemented efforts of the "Intendência Geral da Polícia", we aim to understand how the protection of public health associated questions of scientific order – the consolidation of medical knowledge as a science – and political order – the power strengthening of the Portuguese monarchy.

Key-Words: Enlightenment; 18th century medicine; Portuguese monarchy; Antônio Nunes Ribeiro Sanches; scientific sociability; public health.

SUMÁRIO

	P.
<i>Introdução</i>	1
Capítulo I O médico Antônio Nunes Ribeiro Sanches e o contexto ilustrado	15
1.1 As “problemáticas” Luzes	16
1.2 Ciência e medicina: entre o antigo e o moderno	24
1.3 A trajetória de Antônio Nunes Ribeiro Sanches	35
1.4 Correspondentes	47
Capítulo II As condições sanitárias em Portugal	56
2.1 Os agentes de cura e as tênues fronteiras das medicinas popular e acadêmica	57
2.2 A farmácia portuguesa: segredos, plantas e remédios químicos	69
2.3 Eflúvios e miasmas: o espaço urbano sob a perspectiva higienista	78
Capítulo III Medicina e saúde pública: as reformas da segunda metade do século XVIII	93
3.1 Os reinados de D. José I e D. Maria I.	94
3.2 A reforma da Universidade de Coimbra e as mudanças no ensino médico	100
3.3 A Academia das Ciências de Lisboa e o “zelo pela felicidade pública”	108
3.4 A Intendência Geral da Polícia face aos desafios sanitários	115
<i>Conclusão</i>	137
<i>Fontes e Bibliografia</i>	143

INTRODUÇÃO

A primeira vez que travei conhecimento com a figura de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) foi em meados de 2012. Esta frase pode até soar estranha, uma vez que Ribeiro Sanches viveu ao longo do século XVIII, logo, eu só o vim a conhecer através de livros. Para ser mais precisa, deparei-me com o médico português nas leituras da disciplina de Brasil I, ministrada pela Professora Dra. Leila Mezan Algranti, que no ano seguinte acabou se tornando minha orientadora. Naquela época, eu já estava ciente da minha curiosidade pela história da época moderna. Contudo, após uma aula cuja discussão havia se desenvolvido em torno da medicina colonial, fiquei convencida de que gostaria de explorar o tema mais a fundo.

Já nos primeiros esforços para a delimitação de um objeto de pesquisa, encontrei dois livros fundamentais: *A ciência dos trópicos*, de Márcia Moisés Ribeiro, e *Nos domínios do corpo*, de Jean Luiz Neves Abreu¹. Ambos os livros serviram como um acesso ao saber médico setecentista, o qual, ao mesmo tempo em que, sustentando-se nos princípios da chamada ciência moderna, reivindicava legitimação perante curandeiros e empíricos, também se valia de superstições e “curas antigas” para reestabelecer a saúde dos enfermos. Neste cenário um tanto quanto eclético, encontrava-se Antônio Nunes Ribeiro Sanches².

Em minha pesquisa de iniciação científica, analisei as concepções de corpo, saúde e doença em duas fontes – o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1757) e o *Método para Aprender e Estudar a Medicina* (1763) – escritas pelo médico português³. De fato, o foco deste estudo preliminar residia sobre o discurso de Sanches, e, de uma maneira geral, sobre aspectos culturais, que determinavam formas de se descrever, representar e apreender o corpo humano. Contudo, o percurso da pesquisa me conduziu para além de aspectos ideológicos concernentes ao corpo. Especialmente no *Tratado*, que apresenta todo um conteúdo pragmático, Ribeiro Sanches não somente defende concepções específicas acerca do

¹ RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.; ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2011.

² A expressão curas antigas refere-se ao emprego de terapias baseadas na medicina hipocrática, estabelecida durante o período da Antiguidade. No segundo capítulo, tal questão será devidamente aprofundada.

³ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html
SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. [1763].

corpo e da doença, que seguem premissas científicas, como também ambiciona aplicá-las na sociedade portuguesa. Assim, novos questionamentos surgiram: Seria possível avaliar o impacto das ideias de Sanches na sociedade portuguesa? Suas propostas reformistas repercutiram em políticas destinadas à saúde pública do reino? Em caso afirmativo, como estas propostas foram reapropriadas e quais foram seus efeitos?

Justamente tais indagações inspiraram um projeto de pesquisa de mestrado, o qual, iniciado em 2015, resultou na presente dissertação. Assim, saindo do terreno da história do corpo e entrando no terreno da história política, buscarei investigar nesta dissertação como as propostas reformistas de Antônio Nunes Ribeiro Sanches foram apropriadas e engendraram medidas destinadas à manutenção da saúde da população portuguesa, determinadas, em sua maioria, na segunda metade do século XVIII. Posto que o médico português e a sua produção bibliográfica, consideravelmente vasta e diversificada, serão os meus pontos de partida, não deixarei de averiguar a sua trajetória, bem como os estudos sobre sua vida, com o intuito de compreender suas ideias e sua agência na conjuntura ilustrada.

Há muitos trabalhos historiográficos sobre a vida e obra de Ribeiro Sanches. Ora, não seria exagero afirmar que o médico foi uma das figuras mais importantes do Setecentos português. Além de ter escrito obras que versam não apenas sobre a arte médica, mas também sobre temas como educação, religião e política, Ribeiro Sanches foi um representante da Ilustração em Portugal. Mais do que isso, alguns autores não deixaram de assinalar o protagonismo do médico português. Para Maximino Correia, por exemplo, Sanches teria sido o “pai da saúde pública”⁴.

Os primeiros textos sobre o médico português foram escritos logo no século XVIII por seus contemporâneos. Entre os primeiros biógrafos encontravam-se Charles Louis François Andry (1741-1824) e Félix Vicq d’Azyr (1748-1794), amigos pessoais de Sanches⁵. A despeito de, no trabalho de ambos, existirem algumas imprecisões sobre a vida do médico português, seus escritos revelam o prestígio de Sanches perante o meio erudito setecentista. No século seguinte, Teófilo Braga, em seu extenso trabalho sobre a história da Universidade

⁴ CORREIA, Maximino. “Antônio Nunes Ribeiro Sanches”. *Separata de Coimbra Médica*, Coimbra, v. 14, n. 3, 1967.

⁵ ANDRY, Charles Louis François. Précis Historique sur la vie de M. Sanchès. In: *Catalogues de livres de feu M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès*. Paris: Chez de Bure, 1782. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5500059t.r=catalogues+livres+de+feu+sanches> ; D’AZYR, Vicq. *Elogio do doutor Antônio Nunes Ribeiro Sanches*. Tradução de Filinto Elysio. Paris, Officina de A. Bobée, 1918.

de Coimbra, também dedica algumas páginas ao médico e o considera um dos responsáveis pela reorganização do ensino médico em Portugal⁶.

Para os que pretendem conhecer mais profundamente a atuação de Ribeiro Sanches, o *Catálogo da exposição documental sobre Ribeiro Sanches*, publicado em 1984, elenca uma série de estudos sobre o médico⁷. Novamente, é notável o interesse por esta personagem na historiografia portuguesa, afinal, neste catálogo constam 88 estudos sobre Sanches. Entre tais estudos, não podemos deixar de citar aqueles que mais contribuíram para a elaboração desta pesquisa, como os de Maximiano Lemos, Luís de Pina e David Willemse⁸. Sobretudo os trabalhos de Lemos, autor que compilou diversas fontes primárias relativas à vida de Sanches, nos foram extremamente valiosos. Além disso, como o catálogo supracitado não foi atualizado, cabe aqui citar a obra *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*, de António Rosa Mendes, historiador que, semelhantemente ao propósito deste dissertação, abordou a relação entre intelectuais e a esfera de poder no Antigo Regime⁹. Mais recentemente, historiadores brasileiros, entre eles Rafael Fonseca e Nelson Ramos Júnior, realizaram dissertações contundentes sobre Ribeiro Sanches e suas concepções políticas¹⁰. Ambos os autores nos fornecem ricas informações sobre a inserção de Sanches no cenário ilustrado europeu e sobre seu discurso, ora marcado por um anseio reformista, ora caracterizado pela defesa da tradição absolutista.

Mesmo após a leitura de diversas obras sobre o médico português, algumas inquietações em torno de sua figura, que por vezes me parecia contraditória, permaneceram. Creio que, provavelmente por conta disso, o médico inspirou e continua inspirando tantos estudos.

⁶ Teófilo Braga também comete um deslize na biografia de Sanches, confundindo-o com o médico João Sachetti Barbosa. BRAGA, Theófilo. *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1892/1902.

⁷ ARAÚJO, Ana Cristina; CUNHA, Fanny Andrée F. X. da (orgs.). *Catálogo da Exposição documental Ribeiro Sanches (1699-1783)*. Coimbra: Edição do Museu Nacional da Ciência e Técnica, 1984.

⁸ LEMOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches: a sua vida e a sua obra*. Porto: Tavares Martins, 1911.; LEMOS, Maximiano. *Estudos de história da medicina peninsular*. Porto: Tipologia a vapor da Enciclopédia Portuguesa, 1916.; PINA, Luís de. *Verney, Ribeiro Sanches e Diderot na história das universidades*. Porto: Centro de estudos humanísticos, 1955.; PINA, Luís de. "A marca setecentista de Ribeiro Sanches na história da higiene político-social portuguesa (1756-1956). Porto, Separata de *O Médico*, n. 283, 1957.; WILLEMSE, David. *António Nunes Ribeiro Sanches: élève de Boerhaave et son importance pour la Russie*. Leiden: E. J. Brill, 1966.

⁹ MENDES, António Rosa. *Ribeiro Sanches e o marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*. Cascais: Patrimônia, 1998.

¹⁰ RAMOS JR., Nelson de C. Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/>; FONSECA, Rafael de L. *Ressentimento, imitação e governamentalidade: proposta de uma leitura de António Nunes Ribeiro Sanches (1747 – 1783)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Uberlândia, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>

Em primeiro lugar, a figura de Sanches esteve diretamente implicada na discussão em torno do conceito “estrangeirado”. Tal discussão, não obstante iniciada nas primeiras décadas do século XX, ainda hoje mostra-se presente. Naquele momento, intelectuais portugueses como Jaime Cortesão, Antônio Sérgio e Jorge Borges de Macedo debatiam as razões do isolamento cultural lusitano, o qual teria sido rompido pelos “estrangeirados” ao longo do Setecentos¹¹. Resumidamente, os “estrangeirados” teriam sido homens de letras nascidos em Portugal que, ao entrarem em contato com diferentes contextos científicos em outros locais da Europa, esforçaram-se para que novas ideias científicas e filosóficas fossem divulgadas na sociedade portuguesa, estimulando-se assim a recuperação cultural do reino. Como veremos no próximo capítulo, Sanches acabou sendo incluído na categoria de “estrangeirado”, uma vez que, ao sair Portugal, tornou-se membro de diversas academias e sociedades científicas, conhecendo assim outros círculos culturais. Apesar de nunca mais ter voltado ao seu país natal, o médico português não deixou de escrever e propor soluções para aquilo que considerava problemático em Portugal, fosse no âmbito da saúde pública ou da educação.

O grande contratempo no conceito de “estrangeirado” é o fato de este dotar exclusivamente uma vanguarda externa do papel de arauto da modernidade lusitana, desconsiderando, por exemplo, a atuação de eruditos portugueses que permaneceram no país, caso do matemático e lente da Universidade de Coimbra José Anastácio da Cunha (1744-1787) e do médico João Mendes Sachetti Barbosa (1714-1774), suposto autor dos Estatutos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra¹². Além disso, o conceito também consolida a visão de que somente ideias oriundas do estrangeiro poderiam favorecer a recuperação de Portugal, caso contrário, o país estaria privado das Luzes e fadado às trevas.

Nas últimas décadas, o conceito passou a ser contestado e, até mesmo, ressignificado. Neste último caso, poderíamos citar o texto de Carneiro, Diogo e Simões, autoras que entendem o “estrangeirado” não como agente exclusivo das Luzes, mas como um intermediário nas redes de comunicação e canais de difusão entre indivíduos que compartilhavam um tema comum, como o interesse pelo conhecimento e prática científicos, por exemplo¹³.

¹¹ “Decadência”, In: SERRÃO, José (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1992.; SÉRGIO, Antônio. *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto, Renascença Portuguesa. 1914.; CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Horizonte, 1984. MACEDO, Jorge Borges de. Estrangeirados, um conceito a rever. *Bracara Augusta*, v. 28, p. 179-202, 1974.

¹² ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, pp. 11 – 30.

¹³ CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal Setecentista. Textos de estrangeirados e de viajantes. *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, n. 22, p. 73-92, 2000.

Também não poderíamos deixar de mencionar um artigo imprescindível para uma compreensão mais acurada das discussões em torno do conceito de estrangeirado, escrito por Tiago Miranda¹⁴. Miranda, além de realizar uma esmiuçada revisão historiográfica acerca de tal conceito, apresenta críticas bastante contundentes quanto a este. O autor nos lembra que, apesar do exílio, a maior parte dos “estrangeirados” viveu em função de Portugal e que, apesar de suas experiências no exterior, a “visão de mundo” dos “estrangeirados” permaneceu inalterada¹⁵. Ainda, Miranda frisa outro problema do conceito: a impossibilidade de se admitir que os ditos “estrangeirados” formassem um grupo definido e homogêneo que monopolizasse as críticas ao país natal¹⁶.

Concordamos com os argumentos de Miranda e, por esta razão, prescindiremos do conceito de “estrangeirado”. De fato, o emprego de tal conceito acaba por estabelecer uma visão bastante limitada da figura de Ribeiro Sanches, comprometendo-se assim a análise de sua trajetória e atuação.

Se nossa primeira inquietação concerne à questão dos “estrangeirados”, a segunda, por sua vez, diz respeito à viabilidade das propostas sanitárias apresentadas por Ribeiro Sanches. Uma vez que o médico, enquanto um representante das Luzes, sustentou grande parte de suas propostas em ideais de “felicidade geral”, “progresso” e da “utilidade do conhecimento”, por exemplo, o seu discurso foi considerado pejorativamente como “utópico”¹⁷ por historiadores como Ana Cristina Araújo, autora de diversos trabalhos profícuos sobre a Ilustração em Portugal. Segundo Araújo, a ideia de progresso, típica do pensamento ilustrado, foi o princípio norteador do discurso e das propostas médicas de Sanches, que, para a historiadora, fundamentava-se mais em um ideal e menos na realidade. Araújo assevera que a

¹⁴ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Estrangeirados": A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, julho 1991. ISSN 2316-9141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18634/20697>. Acesso em 29 abril 2017.

¹⁵ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Estrangeirados": A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, julho 1991. ISSN 2316-9141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18634/20697> p. 88.

¹⁶ Idem, Ibidem. p. 91.

¹⁷ Cabe aqui uma breve ponderação sobre a expressão utopia. Empregada pela primeira vez por Thomas More, tal palavra, contudo, refere-se também a produções bibliográficas anteriores, como a República de Platão. Ao passo que até o século XVIII as utopias constituíam um gênero literário que, através de um exercício de imaginação, criticava a realidade existente, no século seguinte, elas abandonaram a esfera literária, para então fundamentarem uma atitude política. Ainda, no século XIX, devido à diferenciação entre socialismo utópico e socialismo científico, a palavra utopia passou a receber uma conotação negativa, tornando-se algo inócuo de teoria e irrealizável. Para mais informações sobre o conceito utopia e seus distintos significados, conferir: CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. *Ciência e cultura*, v. 60, n. SPE1, p. 7-12, 2008. ; FALCON, Francisco Calazans. Utopia e modernidade. *Morus-Utopia e Renascimento*, n. 2, p. 161-184, 2005.; SZACKI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1972.; MUMFORD, Lewis. *História das utopias*. Tradução de Isabel Donas Boto. Lisboa: Antígona, 2007.; BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: memoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

“desmesurada crença” de Sanches no poder da ciência, ao provocar uma recusa do presente, teria impedido a viabilidade da implementação de suas propostas¹⁸. Não apenas Sanches, mas, de uma forma geral, todos os *philosophes* que defenderam o imperativo de progresso, são alvos das críticas de Araújo, que afirma que “as ideias do Iluminismo emanam do armazém de ilusões historicamente transmitidas.”¹⁹.

Em face disso, nesta dissertação não se pretende realizar um elogio ao suposto potencial transformador do projeto ilustrado, nem rejeitar o seu teor utópico. De fato, tal projeto apresentou uma série de limites, sobretudo em termos políticos, dado que diversos porta-vozes de tal projeto, como filósofos e cientistas, estavam comprometidos com a esfera de poder, o que lhes impunha certas restrições e censuras. Todavia, a interpretação da utopia como uma quimera parece um gesto questionável. Portanto, vale a pena refletirmos sobre os significados desta palavra. De acordo com Bronislaw Baczko, a utopia, enquanto imaginário social, foi e ainda é uma força reguladora da vida coletiva, ou, em outras palavras, a utopia é um elemento dinâmico na compreensão do presente com referência ao passado e ao futuro²⁰.

Neste sentido, a seguinte afirmação de Goodwin e Taylor mostra-se pertinente à reflexão em torno de tal palavra: “Em geral, utopias enriquecem a nossa compreensão do mundo ao oferecer um visão global ou total da ideia de uma organização e operação social, através do contrastes com visões mais parciais e esquemáticas, proferidas por uma teoria política.”²¹. Seja em relação ao seu objeto, seja em relação ao seu próprio tempo, a reflexão sobre a utopia é cara ao historiador, pois ela reflete uma tensão entre o “ser” e o “tornar-se”. Ou, tomando emprestado os conceitos de Reinhart Koselleck, a utopia expressa uma tensão entre um espaço de experiências, relativas ao passado, e um horizonte de expectativa, constituído por uma perspectiva do futuro²². As utopias, sejam as atuais ou as dos tempos passados, compõem-se de memórias e esperanças coletivas que se alimentam mutuamente e ocasionam, portanto, um impacto em uma determinada realidade social.

Além disso, não esqueçamos que Sanches viveu ao longo do século XVIII, e, por conseguinte, compartilhou uma visão de mundo específica ao grupo de homens letrados, os

¹⁸ ARAÚJO, Ana Cristina. “Medicina e utopia em Ribeiro Sanches”. *Ars interpretandi*: Diálogo e tempo. Homenagem a Miguel Baptista Pereira, v. 1, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 35-85, 2000. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/aca> Acesso em 25 de março de 2015.

¹⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. “Medicina e utopia em Ribeiro Sanches”. *Ars interpretandi*: Diálogo e tempo. Homenagem a Miguel Baptista Pereira, v. 1, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 35-85, 2000. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/aca> p. 38.

²⁰ BACZKO, Bronislaw. *Lumières de l'utopie*. Paris: Payot, 1978. p. 22

²¹ GOODWIN, Barbara; TAYLOR, Keith. *The politics of utopia: a study in theory and practice*. New York, NY: St. Martin's Press, 1982. p. 207

²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da PUC-Rio: Contraponto, 2006.

quais, neste época, não apenas defenderam, mas também mostraram-se entusiasmados com a ideia de progresso. De acordo com Georges Gusdorf, tal ideia representou uma passagem do divino para o humano, do transcendental para o imanente. Em outras palavras, o progresso seria conduzido não por uma entidade divina, mas pelos homens, que poderiam mobilizar sua energia e intelecto para acelerar tal processo²³. Tratava-se de uma nova consciência de si e, mais do que isso, de uma nova forma de apreensão do tempo histórico. Diante disto, cremos que julgar a perspectiva de Sanches e sua crença no progresso a partir de premissas contemporâneas seria, de certa maneira, um procedimento arriscado, que acaba por desconsiderar as especificidades do discurso do médico português.

Assim, através das indagações suscitadas pelo artigo de Ana Cristina Araújo, formulamos a hipótese de que, no cenário ilustrado lusitano, determinadas ideias reformistas de Antônio Nunes Ribeiro Sanches geraram um impacto sobre as medidas de saúde pública. Decerto, estamos cientes de que algumas medidas apresentadas pelo médico português não foram efetivadas. No entanto, em suas próprias obras, Sanches avalia os impedimentos à realização de suas propostas, buscando sempre readequá-las e oferecer alternativas mais exequíveis. Assim, acreditamos que a justificativa de uma suposta “recusa do presente” no pensamento e nas propostas reformistas de Sanches mostra-se inválida.

Há, ainda, uma outra ressalva concernente à hipótese de nossa pesquisa. Não pretendemos afirmar que as reformas empreendidas na segunda metade do século XVIII nortearam-se exclusivamente pelos escritos de Ribeiro Sanches. De fato, havia nesta época outros protagonistas culturais igualmente importantes e cujas ideias tiveram grande repercussão na sociedade lusitana. Entre eles, uma figura de destaque foi Luís António Verney (1713-1782), que, à semelhança de Sanches, escreveu sobre os mais variados temas, tendo adquirido maior reconhecimento, no entanto, pelo seu *Verdadeiro método de estudar*²⁴.

Para muitos historiadores, esta obra de Verney, mais do que ter influenciado as reformas pedagógicas, despertou as disputas entre a filosofia moderna e a filosofia neo-aristotélica, o que favoreceu tanto a contestação à ingerência da Igreja Católica nos âmbitos

²³ GUSDORF, Georges. *Les principes de la pensée au siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971. p. 316.

²⁴ Para mais informações sobre vida e obra de Verney, consultar o extenso trabalho de Andrade, que é certamente uma referência: ANDRADE, Antonio A. B. de. *Verney e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965. Em sua dissertação de mestrado, Breno Ferreira analisa o pensamento de Verney e tece importantes considerações acerca do empenho do filósofo português em conciliar razão e fé através de uma “revitalização da religião católicas”, cf.: FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos: Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. 174f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. As obras *Verdadeiro Método de Estudar* e *Cartas Italianas*, da autoria de Verney, também encontram-se impressas: VERNEY, Luís A. *Verdadeiro método de estudar*. Coautoria de Antonio Salgado Junior. Lisboa: Sá da Costa, 1949-1952. ; VERNEY, Luís A. *Cartas Italianas*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

político e educativo, bem como a circulação de novas ideias²⁵. Neste sentido, argumenta-se, por exemplo, que a reforma do Tribunal do Santo Ofício, determinada por alvará real de 1774, baseou-se na doutrina de Verney²⁶. Há, portanto, certa aquiescência em relação ao *Verdadeiro método de estudar* e a ruptura que ele representou na história cultural portuguesa.

Igualmente Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) desempenhou um papel importante no cenário científico português, e, em especial, no âmbito do ensino de medicina. Não é coincidência, portanto, que nesta dissertação haja diversas referências a ele, seja pela sua trajetória, similar a de Sanches – afinal, ambos eram expatriados –, seja pela sua contribuição para a divulgação de novas teorias e obras de filosofia natural. Sarmiento também estabeleceu contatos com a elite política e com intelectuais portugueses, o que lhe garantiu participação ativa na Academia Médica-Portopolitana, academia médico-cirúrgica fundada no Porto em 1749²⁷.

Não por acaso, como se poderá observar no primeiro capítulo, tanto Verney quanto Sarmiento foram correspondentes de Ribeiro Sanches. Tal constatação nos conduz a desconfiar e até mesmo a refutar a possibilidade de se localizar a origem de determinada ideia ou a sua autoria. Primeiramente, concordamos com o alerta de Jean Abreu, que conclui que determinadas ideias não podem ser “personificadas”, uma vez que estas “(...) foram compartilhadas por setores da cultura letrada no Reino e criaram um ambiente favorável às reformas (...)”²⁸.

Além disso, faz-se necessário reiterar que as ideias não são blocos homogêneos e estáveis, resultando antes de interações entre indivíduos e espaços diferentes. A respeito disso, a perspectiva de Ludwik Fleck mostra-se bastante elucidativa, uma vez que este autor ressalta o dinamismo das ideias no processo de construção do conhecimento científico. Segundo ele: “O saber não repousa sobre nenhum substrato. As ideias e verdades existem somente graças a movimentos e interações constantes.”²⁹.

Portanto, o intuito da presente dissertação de mestrado não é conferir a autoria das políticas de saúde pública a Ribeiro Sanches. Na verdade, o nosso propósito é avaliar a

²⁵ HESPAÑA, Antonio Manuel (org.). *História de Portugal*: Vol. IV. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998. p. 430.

²⁶ RAMOS, Luís A. de Oliveira. “A inquisição pombalina” In: ANTUNES, Manuel (org.). *Como interpretar Pombal?* No bicentenário da sua morte. Lisboa; Porto: Brotéria; Livraria A. I, 1983. p. 116.

²⁷ DIAS, José Pedro Souza. Jacob de Castro Sarmiento e a conversão à ciência moderna. In: *Primeiro Encontro de História das Ciências Naturais e da Saúde*. Lisboa: Centro de Estudos de História das Ciências Naturais e da Saúde (Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral) e Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, pp. 55-80.

²⁸ ABREU, Jean Luiz Neves. *Op. Cit.*, 2011. p. 37.

²⁹ FLECK, Ludwik. *Genèse et développement d'un fait scientifique*. Paris: Les Belles Lettres, 2005 [1935]. p. 94.

longevidade das ideias e obras de Sanches – escritas em sua maioria em meados do século XVIII e, certamente, baseadas em autores os mais diversos – assim como o seu impacto e reapropriação na sociedade portuguesa. Dito de outra maneira, partindo do cenário ilustrado e da trajetória e produção bibliográfica de Sanches, buscaremos avaliar também como suas propostas, mais especificamente aquelas voltadas para o ensino médico e para a saúde pública, impulsionaram medidas concretas destinadas à salvaguarda da saúde da população, que foram determinadas durante os reinados mariano e josefino. Nosso propósito, no entanto, não é o de apenas elencar ideias e sua readequação em medidas sanitárias. Para além disso, pretendemos ponderar acerca da articulação entre a ciência médica e o poder político em Portugal.

Cabe aqui assinalar a pertinência de uma perspectiva que articule ciência e poder, a qual, pode-se dizer, mostra-se relativamente recente na historiografia. Embora o filósofo Thomas Kuhn, no ano de 1962, tenha sido um dos primeiros autores a contestar a chamada “perspectiva internalista” da história da ciência, caracterizada por uma metodologia centrada em aspectos internos à ciência e orientada por uma leitura evolutiva do processo científico, somente na década de 80 os pesquisadores do tema passaram a se interessar e a analisar as contingências materiais e sociais que perpassam a atividade científica³⁰. Trabalhos como *Galileu Cortesão*, de Mario Biagioli, e *O Leviatã e a bomba a vácuo*, de Steven Shapin e Simon Schaffer foram exitosos ao seguir este novo procedimento analítico³¹. Estes três autores salientam a ação recíproca entre a prática e o discurso científicos e as lógicas socioculturais e políticas. Neste sentido, vale aqui citar Mario Biagioli, que assinala que “(...) o poder não se concebe como um fator limitado a suas formas mais materiais, nem como uma coisa externa ao processo de criação de conhecimento.”³².

Há relevantes trabalhos sobre o tema da relação entre ciência e poder em Portugal setecentista. Além das obras escritas por Rómulo de Carvalho e António Alberto Banha de Andrade, não podemos deixar de destacar a obra *Ciência e Política*, de João Luís Lisboa³³. Como o próprio título anuncia, o autor trata das estreitas relações entre as esferas científica e política que, segundo ele, justificam-se pelo fato de que: “Um reflecte a curiosidade e a

³⁰ PIMENTEL, Juan. “¿Qué es la historia cultural de la ciencia?”. *Arbor*, v. 186, n. 743, p. 417-424, 2010.

³¹ BIAGIOLI, Mario. *Galileo courtier: the practice of science in the culture of absolutism*. Chicago, IL: Univ. of Chicago, 1993. ; SHAPIN, Steven ; SCHAFFER, Simon. *El Leviathan y la bomba de vacío: Hobbes, Boyle y la vida experimental*. Tradução de Alfonso Buch. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

³² BIAGIOLI, Mario. *Op. Cit.*, 1993. p. 14.

³³ As obras de Rómulo de Carvalho, prolífico autor da historiografia da ciência portuguesa, serão devidamente citadas ao longo deste dissertação. Quanto ao trabalho de António Alberto Banha de Andrade, conferir: ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.

tentativa de conhecer (e mesmo de dominar a realidade da natureza), o outro, a tentativa de conhecer e influenciar a realidade humana.”³⁴. A despeito de João Lisboa concentrar-se principalmente na questão da leitura e no papel desempenhado pelas publicações científicas periódicas em finais do século XVIII e início do XIX, suas conclusões podem ser estendidas ao terreno da medicina e da saúde pública.

No caso da presente pesquisa, não estamos lidando com a ciência em sua acepção mais ampla, mas com um campo de conhecimento determinado, a medicina, com especial ênfase no tema da saúde pública. De maneira similar ao que se verifica no campo da história da ciência, os estudos sobre a história da medicina vêm se diversificando desde a década de 80, passando a dialogar com questões como, por exemplo, imperialismo, ecologia e história das ideias. Se fatores econômicos, sociais e culturais repercutem nas modalidades de assistência médica à população, não se pode negar, contudo, a preeminência do fator político. Assim como a historiadora Dorothy Porter, concebemos a saúde pública como um fenômeno político, posto que medidas e reformas sanitárias assumem relações muito próximas com as formas de operação de poder³⁵.

Antes de seguirmos adiante com a discussão bibliográfica em torno do tema da saúde pública, cabe aqui uma breve consideração sobre este termo. Afinal, o emprego de tal termo em um estudo sobre o século XVIII indicaria um anacronismo? Um argumento contrário ao uso deste termo baseia-se no problemático binômio público/privado, que só teria admitido sentido similar ao contemporâneo em finais do Setecentos, mais especificamente com o desenvolvimento do Liberalismo. Segundo Mark Neocleous, antes disso, não havia uma fronteira nítida entre público e privado. Somente com o desenvolvimento daquela doutrina econômica, a ideia de “esfera privada” passou a se dissociar da ideia de “público”, e, finalmente, a designar uma esfera livre de intervenção do Estado³⁶.

Seja no título desta dissertação ou nos diversos trechos em que utilizamos a expressão “saúde pública”, o adjetivo “pública” remete ao geral, ao coletivo, em suma, à saúde de um povo ou de uma população. De fato, nos documentos setecentistas, o termo “saúde dos povos”, como anunciado no próprio título do mais célebre tratado de Sanches, revela-se muito mais recorrente. No entanto, não prescindiremos da expressão “saúde pública”, uma vez que esta se mostra bastante adequada enquanto categoria analítica que nos permite investigar tanto

³⁴ LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1991. p. 17.

³⁵ PORTER, Dorothy. “Changing Definitions of the History of Public Health”. *Hygiea Internationalis*, v. 1, n. 1, p. 9-21, 1999.

³⁶ NEOCLEOUS, Mark. *The Fabrication of Social Order: A Critical Theory of Police Power*. London: Pluto, 2000.

a crescente preocupação da Coroa portuguesa em relação à saúde dos súditos, bem como os diversos esforços por ela tomados para erradicar doenças, epidemias e garantir melhores condições de vida à população. Além disso, habitualmente, muitos historiadores que são referências em estudos acerca do tema lançam mão desta expressão, tais quais Henry Sigerist, George Rosen, Dorothy Porter, Mary Lindemann e Patrick Carroll³⁷.

Prosseguindo com a discussão bibliográfica, no que tange aos estudos com escopo restrito à saúde pública em Portugal, não podemos deixar de distinguir duas pesquisas bastante profícuas. A tese de doutoramento de Adélia Carreira trata das intervenções urbanísticas em Lisboa, executadas entre os anos de 1731 a 1833, e decorrentes de um “discurso higienista” proferido por uma elite ilustrada³⁸. Já, a obra *Pina Manique*, escrita por Laurinda Abreu, investiga as políticas de assistência social e de saúde pública realizadas pela Intendência Geral da Polícia no momento em que Diogo Inácio de Pina Manique esteve à frente da instituição. Com efeito, a obra de Laurinda Abreu nos fornece valiosos indícios acerca das tentativas de efetivação das propostas de Ribeiro Sanches, levadas a cabo pela Intendência Geral da Polícia. Nas palavras de Abreu:

Ribeiro Sanches é um dos autores mais presentes no pensamento dos críticos que nas últimas décadas dos Setecentos discutiam a formação dos profissionais de saúde e, sobretudo, nas políticas sanitárias e de saúde pública implementadas pela Intendência Geral da Polícia a partir de 1780³⁹.

Quanto à presente dissertação, sua especificidade reside na proposta de articular o conhecimento médico científico de Antônio Nunes Ribeiro Sanches ao contexto ilustrado português e às suas lógicas culturais e políticas. Logo, pretendemos contribuir para com o debate historiográfico sobre as complexas relações tecidas entre a ciência médica e o poder durante as Luzes portuguesas. Além disso, conforme apontado acima, a figura de Ribeiro Sanches instigou diversos historiadores a escreverem excelentes trabalhos. Diante disso,

³⁷ SIGERIST, Henry E. *Civilization and disease*. Ithaca: Cornell University Press, 1943.; ROSEN, George. *A history of public health*. Baltimore: The John Hopkins University Press. 1993.; PORTER, Dorothy. *Health, Civilization and the State: A History of Public Health from Ancient to Modern Times*. London: Routledge, 1999. LINDEMANN, Mary. *Health and Healing in Eighteenth-Century Germany*. Baltimore, London: The John Hopkins University Press, 1996. CARROLL, Patrick E. “Medical police and the history of public health”. *Medical history*, v. 46, n. 4, p. 461-494, 2002.

³⁸ CARREIRA, Adélia M. C. *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. 465f. Tese de Doutorado em História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/9467> Acesso em 17 de março de 2015. É importante considerar que a palavra “higiene” – e outras palavras daí derivadas – significavam, até o século XVIII, meios de conservação da saúde. No final do século seguinte, seu sentido muda, passando a significar limpeza. Em nosso trabalho, lançaremos mão do termo fazendo referência exclusiva ao seu significado setecentista.

³⁹ ABREU, Laurinda. *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013. p. 71.

realizar mais uma pesquisa sobre o médico português constitui um desafio que demanda certa criatividade. Por isto, buscaremos aqui trazer uma nova perspectiva sobre a atuação de Ribeiro Sanches e seu impacto na sociedade portuguesa através de um percurso que se inicia no discurso ilustrado e se encerra na prática reformista.

Não por acaso, a estrutura desta dissertação baseia-se justamente neste percurso. No primeiro capítulo, partiremos do contexto das Luzes, fenômeno que ultrapassou os limites do continente europeu, abrangendo também a América, por exemplo. De fato, compreender as dinâmicas deste movimento, marcado pelo debate em torno de ideais de progresso, liberdade e felicidade, é um esforço primordial para se entender a trajetória de Sanches, sua inserção nos círculos letrados e suas propostas reformistas. A tal gesto somar-se-á a avaliação das principais transformações ocorridas no conhecimento científico durante a Idade Moderna.

Ainda no primeiro capítulo, acompanharemos a trajetória de Ribeiro Sanches pelo continente europeu, atentando-nos sobretudo às redes de contato por ele estabelecidas. Acreditamos que a constituição de uma vasta rede de contatos, que se estendia de Portugal até a China, conferiu maior prestígio ao médico português perante a comunidade acadêmica e, mais do que isso, garantiu maior legitimidade as suas propostas, que passaram a ser do interesse da Coroa portuguesa. Para tanto, lançaremos mão de seu diário e, principalmente, de suas correspondências, proveitosas fontes que nos permitem vislumbrar as dinâmicas da sociabilidade científica moderna e, sob uma perspectiva mais circunscrita, as questões discutidas entre Sanches e seus interlocutores, como por exemplo, o ensino médico em Portugal⁴⁰.

Em seguida, no segundo capítulo, avaliaremos a situação sanitária em Portugal, algo que certamente, mais do que inquietar o médico português, inspirou-o a pensar e a elaborar propostas voltadas para a saúde do povo português.⁴¹ Com efeito, para um observador do

⁴⁰ No que tange ao acesso a essas fontes, o diário de Ribeiro Sanches encontra-se em formato microfilmado, disponível na Biblioteca Nacional de Portugal: *Mon Journal* (BNP. F. 381); Quanto às correspondências, algumas transcrições foram publicadas nos seguintes trabalhos: [Anônimo], “Gonsalo Xavier d’Alcaçova Carneiro e cartas da sua correspondência particular com Antonio Nunes Ribeiro Sanches”, *Revista Michaelense*, Anno 2, 1919, p. 382-410, 501-529 ; DIAS, José Sebastião da Silva. “Portugal e a cultura europeia (sécs XVI – XVIII: génese e destino de uma atitude filosófica)” In: *Biblos*, nº XXVIII, 1952, p. 204-498); DIAS, José Lopes. “Duas cartas inéditas do Dr José Henriques Ferreira, comissário do físico-mor e médico do vice-rei do Brasil, a Ribeiro Sanches” In: *Separata da Imprensa médica*, Lisboa, 1959.; LEMOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches : a sua vida e a sua obra*. Porto, Eduardo Tavares Martins, 1911.; VIEGAS, Arthur. “Ribeiro Sanches e os jesuítas”. *Revista de História*. Lisboa: vol. 9, 1920.; WILLEMSE, David. *António Nunes Ribeiro Sanches: élève de Boerhaave et son importance pour Russie*. Leiden: E. J. Brill. 1966.

⁴¹ Se as obras de Ribeiro Sanches nos fornecem impressões pertinentes acerca da situação sanitária em Portugal, recorreremos também aos escritos de outros médicos e eruditos portugueses. Ainda, o extenso trabalho *Elementos para a história do município de Lisboa*, composto por 16 volumes e escrito por Eduardo Freire de Oliveira, oferece uma interessante compilação de ordens e determinações da Câmara Municipal de Lisboa, relativas à saúde pública, higiene e epidemias na capital do reino: OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos*

século XXI, as condições de saúde no Setecentos mostrar-se-iam deveras precárias. As diferenças entre agentes de cura “formados”, ou seja, oriundos de meios universitários ou escolares, e agentes de cura “populares”, cujo aprendizado repousava sobre bases empíricas não eram expressivas. As estratégias terapêuticas empregadas pelos dois grupos revelavam-se bastante similares e, não raramente, ambos valiam-se de curas “mágicas” e de remédios, cuja confecção não se pautava em regras específicas, e, em alguns casos, eram compostos de ingredientes os mais mirabolantes. Além dos agentes de cura e da farmácia portuguesa, abordaremos também a crescente preocupação, compartilhada não apenas por médicos, mas igualmente por indivíduos investidos de autoridade política, em relação ao ar corrompido e ao ambiente fétido das grandes cidades. Tal receio acabou por resultar na chamada “tese aerista” e em medidas voltadas para a sanitização das vias e ruas da urbe.

No terceiro capítulo, lançaremos luz às políticas de saúde pública empreendidas em Portugal na segunda metade do Setecentos, período que compreende os reinados de D. José e D. Maria. Nosso intuito é entender tanto as circunstâncias políticas e culturais que favoreceram o estabelecimento de medidas reformistas e sanitárias, como também as continuidades e mudanças no campo da saúde pública. Entre tais medidas, destacaremos a reforma da Universidade de Coimbra, que certamente repercutiu de forma positiva nas políticas sanitárias, uma vez que transformou o ensino da arte médica e determinou novos critérios para o exercício da profissão⁴². De maneira semelhante, a fundação da Academia das Ciências de Lisboa no ano de 1779 e a publicação do periódico científico *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha* também incidiram sobre o âmbito da saúde pública⁴³. Ao passo que a Academia, enquanto um espaço de sociabilidade científica, incentivou tanto o debate de novas teorias e experimentos, bem como a formulação de propostas que

para a *História do Município de Lisboa* Vol 13. Lisboa: Typographia universal, 1885. Por último, buscando vislumbrar com maior precisão as condições sanitárias do Portugal do Setecentos, lançaremos mão dos relatos de viajantes que visitaram a capital do reino na segunda metade daquele século. De maneira geral, pode-se dizer que tais relatos nos informam acerca da geografia de Lisboa, dos costumes da população, das práticas medicinais e das instituições relacionadas à saúde pública.

⁴² Com efeito, há dois documentos bastante pertinentes à compreensão da reforma universitária. O primeiro deles, o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*, que nos permite analisar as circunstâncias e todo um discurso que buscou legitimar tal reforma. O segundo, por sua vez, intitulado *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, informa-nos detalhadamente sobre as principais mudanças operadas na estrutura e currículo dos cursos. MELO, Sebastião José de Carvalho e; FRANCO, José E.; PEREIRA, Sara M. (intr.) *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*. Apresentação de Manuel Ferreira Patrício; Prefácio de José Esteves Pereira. Porto: Campo das Letras, 2009.; *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Sciencias naturaes e filosóficas. Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/index.html

⁴³ JORNAL ENCYCLOPEDICO dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrucção geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes, Lisboa. Antonio Rodrigues Galhardo, 1779; 1788-1793.

apresentassem certa utilidade à sociedade, o *Jornal Enciclopédico*, por sua vez, prestou-se à difusão de ideias e técnicas terapêuticas. Por fim, encerraremos o terceiro capítulo explorando as ações sanitárias desempenhadas pela Intendência Geral da Polícia, a qual, através da ferrenha atuação de Diogo de Inácio de Pina Manique, logrou conferir maior protagonismo aos problemas sanitários do reino. Neste sentido, lançaremos mão da documentação da Intendência Geral da Polícia, cujo fundo encontra-se custodiado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Além de conter documentos da Casa Pia, o fundo da Intendência comporta uma variada gama de documentos – requerimentos, ofícios, cartas, portarias, relatórios dos comissários de polícia, deliberações relativas à limpeza urbana e à segurança, etc. –, datados entre 1760 e 1833 e referentes a todas as comarcas do reino português. Apesar de as propostas de Ribeiro Sanches dirigirem-se a todo o reino português, inclusive aos seus domínios ultramarinos, selecionaremos como materiais de pesquisa os decretos e portarias destinados à capital do reino e realizados entre 1780 e 1805, período no qual Pina Manique esteve à frente da instituição. Esta escolha se justifica tanto pelo volume do fundo da Intendência Geral da Polícia, quanto pelo fato de a sede desta instituição ter sido situada em Lisboa.

Finalmente, antes de darmos início à leitura dos capítulos, gostaríamos apenas de ressaltar que optamos por manter a grafia original das citações diretas dos documentos. Excepcionalmente, a maioria das citações extraídas de obras escritas por Ribeiro Sanches encontram-se com a grafia contemporânea, pois nos baseamos nas obras transcritas e digitalizadas pelo Centro de Estudos Judaicos de Portugal⁴⁴. Isto finalmente esclarecido, começemos então o nosso percurso, partindo do cenário ilustrado europeu.

⁴⁴ Para mais informações, acessar: <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/index.html>

CAPÍTULO 1

O médico Antônio Nunes Ribeiro Sanches e o contexto ilustrado

Se este Tratado não desempenhar o título, que lhe pus, pelo menos espero que o intento de ser útil àqueles a quem estão encarregados os Povos, desculpará a temeridade de escrevê-lo. Nele pretendo mostrar a necessidade que tem cada Estado de leis, e de regramentos para preservar-se de muitas doenças, e conservar a Saúde dos súbditos; se estas faltarem toda a Ciência da Medicina será de pouca utilidade: porque será impossível aos Médicos, e aos Cirurgiões, ainda doutos, e experimentados, curar uma Epidemia, ou outra qualquer doença, numa cidade, onde o Ar for corrupto, e o seu terreno alagado. Nem a boa dieta, nem os mais acertados conhecimentos nestas artes produzirão os efeitos desejados; sem primeiro emendar-se a malignidade da atmosfera, e impedir os seus estragos⁴⁵.

Com as palavras acima, o médico português Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) apresenta aos leitores o seu *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Publicado em 1756 na França e no ano seguinte em Portugal, o *Tratado* foi certamente uma obra pioneira no que se refere ao tema da saúde pública. A despeito de já na metade do século XVIII existirem diversos tratados portugueses sobre medicina preventiva, estes, no entanto, concebiam a saúde em um âmbito individual. A singularidade do tratado de Sanches reside justamente no fato de o médico ter pensado a saúde em sua dimensão coletiva, e, mais do que isso, em tê-la tornado um projeto político⁴⁶.

Embora o foco desta dissertação não seja especificamente o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, o excerto acima revela uma série de questões que serão discutidas ao longo deste capítulo. Primeiramente, a obra foi escrita no século XVIII, também conhecido como o Século das Luzes, designação que faz referência a um momento paradigmático na história da humanidade e bastante controverso na historiografia. Provavelmente por ser considerado um fenômeno ideológico e cultural que estabeleceu princípios fundamentais ainda hoje evocados – nomeadamente liberdade, autonomia, laicidade, entre outros –, o Iluminismo despertou e continua a despertar o interesse de muitos estudiosos⁴⁷. Todavia, trata-se de um tema permeado por diversas polêmicas, que incluem desde a definição de suas balizas cronológicas e espaciais até as críticas às supostas repercussões negativas de ideias

⁴⁵ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html p. 3. Acesso em 15 de março de 2015.

⁴⁶ ALGRANTI, Leila M. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no império português (séculos XVI-XVIII). *sÆculum: Revista de História*. João Pessoa, p. 13-30, jul./dez. 2012.

⁴⁷ Mais adiante, problematizaremos a expressão “Iluminismo”, empregada aqui apenas para fins de introdução do tema.

iluministas, em especial o ideal de progresso. No primeiro item do capítulo percorreremos os principais debates historiográficos sobre o Iluminismo, não com o intuito de defini-lo, mas sim de melhor compreender suas características, contradições e condições que favoreceram o seu surgimento.

Em segundo lugar, Ribeiro Sanches assinala a importância e a utilidade da “Ciência da Medicina” para a elaboração de leis e regramentos destinados à salvaguarda da saúde pública. A convicção na ação transformadora da medicina e no potencial interventivo do conhecimento científico, capazes de promover o progresso e bem-estar da humanidade, foi reiterada por Sanches e outros cientistas modernos. Assim, investigar as transformações operadas no campo da ciência ao longo da Idade Moderna mostra-se um gesto necessário para elucidarmos o discurso de Sanches, suas concepções acerca de saúde e o contexto epistemológico no qual ele se encontrava.

Por fim, no terceiro e quarto itens, acompanharemos a trajetória de Sanches pela Europa, interessando-nos pela sua atuação em academias e sociedades científicas e pela configuração de suas redes de contatos – e, mais especificamente, pelos contatos contrerrâneos oriundos do meio científico ou político. Certamente, estes dois fatores contribuíram para com a consolidação de seu prestígio perante membros da comunidade acadêmica e, igualmente, perante indivíduos ligados ao exercício da política, garantindo legitimidade as suas propostas reformistas.

1.1 As “problemáticas” Luzes

Uma das primeiras questões a se destacar nos estudos que tratam do Iluminismo é de ordem terminológica. Com efeito, existem diversos nomes que fazem referência a este momento particular e cada qual expressa certas qualidades. Por exemplo, ao passo que “Iluminismo” anuncia uma singularidade, a palavra “Luzes” manifesta uma multiplicidade. Podemos acrescentar também nomes como “Esclarecimento” e “Ilustração”, os quais denotam um processo ou um movimento contínuo. Entre os quatro, “Iluminismo” apresenta-se como o nome mais consagrado, aparecendo logo na tradução do título de obras fundamentais, como as de Ernst Cassirer, Peter Gay e Jonathan Israel, autores sobre os quais falaremos mais adiante⁴⁸. No entanto, dentre os quatro termos apresentados, julgamos “Iluminismo” o mais

⁴⁸ Faz-se necessário considerar que, originalmente, a obra de Cassirer traz em seu título a palavra *Aufklärung*, ao passo que os títulos das obras de Gay e Israel, escritas na língua inglesa, apresentam o termo *Enlightenment*. Segundo o tradutor Mathias Möller, especificamente a palavra *Aufklärung* gerou variadas divergências em suas

problemático e conflitante com a nossa interpretação do fenômeno. Assim, com o intuito de evitar repetições exaustivas, lançaremos mão dos outros três termos, que, apesar de suas pequenas nuances, são compatíveis.

Os primeiros esforços de compreensão das Luzes ocorreram já no século XVIII. O filósofo D'Alembert (1717-1783), por exemplo, entendia a sua própria época como resultado das importantes transformações dos três séculos anteriores, marcado pelo Renascimento, pela Reforma e pela filosofia cartesiana. Ernst Cassirer nos explica que “(...) a época em que viveu D'Alembert sentiu-se empolgada por um movimento pujante e longe de abandonar-se a esse movimento, empenhou-se em compreender-lhe a origem e o destino.”⁴⁹.

Neste sentido, não poderíamos deixar de citar o emblemático *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?*, de Immanuel Kant (1724-1784)⁵⁰. Escrito no ano de 1784, este texto revela logo em seu título a forma com a qual o autor concebe a sua época, que não seria uma época esclarecida, mas sim uma época em esclarecimento, enfatizando-se assim a característica processual do movimento ilustrado⁵¹. Para o filósofo, o Esclarecimento estaria atrelado ao gesto de ousar saber – *sapere aude* –, que significa fazer uso público de sua própria razão sem a ajuda ou tutela de alguém, condição básica que garantiria ao homem a saída da “menoridade” e a possibilidade de se livrar de qualquer tipo de dominação, adquirindo-se então a liberdade. Mas, mais do que uma associação entre autonomia e liberdade, o Esclarecimento seria, segundo Kant, a condição moral para o aperfeiçoamento da sociedade e para o processo de amadurecimento do homem na história.

Detendo-nos mais um pouco sobre o texto de Kant, é notável como o filósofo alemão explicita os valores que viriam a predominar em sua época: autonomia, liberdade, razão e progresso. Justamente esses valores são considerados por grande parte dos historiadores como aqueles que conferiram certa unidade ao movimento ilustrado. Ernst Cassirer, no primeiro capítulo de *A Filosofia do Iluminismo*, obra pioneira escrita em 1932, aponta como os

traduções, ora sendo traduzida como Iluminismo, ora como Ilustração. Todavia, a expressão da língua portuguesa mais próxima do sentido original desta palavra seria Esclarecimento, uma vez que *Aufklärung* remete a um processo e não a uma condição ou corrente filosófica/literária. MÖLLER, Mathias A. “Esclarecimento e Emancipação nos textos políticos de Kant”. *Filogênese*, vol. 7, no. 2, p. 27-48, 2014. p. 39. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/4_mathiasmoller.pdf Acesso em 09 de julho de 2017.

⁴⁹ CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 20.

⁵⁰ KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?”. In: *Textos Seletos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

⁵¹ Consideramos bastante emblemático o fato de Kant ter nomeado o conjunto das transformações ideológicas e culturais que estava ocorrendo em sua época. Neste sentido, John Robertson afirma que “o Esclarecimento” não é uma abstração acadêmica, criada *a posteriori*. No século XVIII, esta palavra já existia nas línguas alemã, francesa e italiana, respectivamente: *Aufklärung*, *les Lumières* e *i Lumi*. ROBERTSON, John. *The case for the Enlightenment*: Scotland and Naples, 1680-1760. New York, NY: Cambridge University Press, 2005. p. 10.

philosophes, de uma maneira geral, estabeleceram uma concepção nova e singular de razão. Para eles, o pensamento, mais do que buscar novas metas e aquisição de conhecimento, seria capaz de dirigir o seu próprio curso⁵². Em um mesmo diapasão, Peter Gay, autor de uma das maiores e mais completas sínteses sobre o Esclarecimento, caracteriza tal movimento como “uma família de intelectuais unida por um estilo único de pensamento.”⁵³.

A questão da unidade pode ser considerada uma segunda dificuldade – ou uma polêmica – entre os historiadores que investigam o Setecentos. Até a década de 70, a historiografia interpretou a Ilustração como um fenômeno homogêneo, cujo epicentro teria sido a França e que havia surgido no início do século XVIII, encerrando-se posteriormente com a Revolução Francesa. Contudo, nas décadas seguintes, tal interpretação foi bastante questionada. Um primeiro gesto de contestação à interpretação corrente foi a expansão das fronteiras das Luzes, não mais restritas à Europa Ocidental. Em seguida, colocou-se em cheque a ideia de que o Esclarecimento teria disposto de um projeto intelectual coerente, posto que dele fizeram parte letrados de diferentes localidades, cada um com concepções próprias⁵⁴.

Em sua tese de doutoramento, o historiador Luiz Carlos Villalta assinala que a Ilustração teria representado menos um movimento homogêneo e fechado e mais um conjunto de ideias que afetaram a vida cultural, social e política⁵⁵. Isto posto, arriscaríamos dizer que a suposta unidade deste movimento poderia ser encontrada não nos debates entre os *philosophes*, os quais de fato foram marcados por divergências, mas sim nas consequências de tais debates, que acabaram por inaugurar novas formas de pensamento e por transformar as estruturas vigentes ao longo do Setecentos.

Consequentemente, admitindo este ponto de vista, muitos estudos sobre o tema passaram a se concentrar nas especificidades locais e, hoje em dia, podemos encontrar

⁵² CASSIRER, Ernst. “O pensamento na era do Iluminismo”, In: . *Op. Cit.*, 1997.

⁵³ GAY, Peter. *The enlightenment: an interpretation*. 1º vol. Nova York: W. W. Norton, 1966-1977. p. X.

⁵⁴ Maria de Souza mostra de maneira acurada as diferentes concepções de progresso de três célebres ilustrados: Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778) e Condorcet (1743-1794). O primeiro assumiu uma visão pessimista acerca do progresso, atrelando o desenvolvimento das artes e das ciências à corrupção dos indivíduos, causada principalmente pela desigualdade e pela propriedade. Voltaire, por sua vez, defensor da liberdade de expressão, concebia a história como a trajetória humana rumo à razão, fim que no entanto não necessariamente seria atingido. Por último, Condorcet, crítico das ortodoxias religiosas, incrementou a teoria do progresso, imperativo ao qual toda a humanidade estava destinada. Há ainda outro aspecto interessante a se notar: a despeito dos três filósofos terem origens locais bastante próximas, sendo que Rousseau era suíço, ao passo que Voltaire e Condorcet haviam nascido na França, as divergências de concepções eram recorrentes, inclusive em contextos locais e/ou temporais semelhantes. Para mais informações ver: SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo, SP: Discurso: FAPESP, 2001.

⁵⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. 442f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 94

facilmente obras sobre a Ilustração em Portugal, Espanha ou no Brasil, por exemplo⁵⁶. A partir de então, a ênfase recaiu sobre a diversidade do movimento ilustrado, ou, poderíamos até mesmo empregar esta expressão no plural, “movimentos ilustrados”, uma vez que cada um foi marcado pelas circunstâncias e tradições de seu país.

Se as balizas espaciais do Esclarecimento foram colocadas em cheque, o mesmo aconteceu com as balizas temporais. Entretanto, a proposta de uma nova cronologia para o fenômeno não foi algo inédito, resultado da historiografia posterior aos anos 70. Já na década de 30, *A crise da consciência europeia*, obra do francês Paul Hazard, trazia uma nova perspectiva para o tema. Em desacordo com muitos de seus contemporâneos, Hazard afirmara que a crise iniciou-se não no século XVIII, mas sim no século anterior, mais especificamente no período entre 1680 e 1715⁵⁷. Ao incluir as duas últimas décadas do Seiscentos, Hazard estava, de certa maneira, valorizando um período marcado por disputas religiosas e políticas – como a Guerra dos trinta anos (1618-1648) e, após isso, uma crescente tendência à secularização –, dois aspectos que muito provavelmente favoreceram a emergência de um novo pensamento⁵⁸.

Outro historiador que estende ainda mais a duração do fenômeno do Esclarecimento é Jonathan Israel. Em *Iluminismo Radical*, Israel aponta o ano de 1650 como um divisor de águas, tanto no âmbito político-religioso – à semelhança de Paul Hazard –, como também no âmbito epistemológico. O que ocorrera no século seguinte fora, na verdade, a consolidação de ideias que já vinham sendo gestadas anteriormente. Entre elas, poderíamos citar o sistema desenvolvido por René Descartes (1596-1650). De fato, uma das grandes novidades do Seiscentos foi o sistema cartesiano, amplamente difundido pela Europa, pois, além de ter sido conciliável com a doutrina cristã, ele se baseava na ideia de razão e no experimentalismo, princípios considerados indispensáveis à compreensão do mundo natural. Inclusive, René Descartes foi, juntamente com John Locke (1632-1704), Isaac Newton (1643-1727) e outros,

⁵⁶ A lista de estudos sobre a Ilustração em contextos locais é bastante extensa e estes são apenas alguns exemplos. Para mais informações, ver: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *The Enlightenment in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo, SP: Annablume, 2008. ; ORTIZ, Antonio Dominguez. *Carlos III y la Espana de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1990. ; KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O patriota 1813-1814*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

⁵⁷ HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1948.

⁵⁸ Para mais informações sobre as dinâmicas políticas e religiosas do Seiscentos e a questão das lógicas confessionais, guerra dos 30 anos etc. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1999. ; “The European Crisis of the 17th Century and the birth of an International State System” In: SCHILLING, Heinz. *Early modern European civilization and its political and cultural dynamism*. UPNE, 2008.; HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*: coletânea de textos. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984.

um dos precursores daquilo que Jonathan Israel chama de “Iluminismo moderado”, definido como:

Esse foi o Iluminismo que aspirou à conquista da ignorância e superstição, que estabeleceu a revolução e revolucionou ideias, educação e atitude através da filosofia, mas de maneira a preservar e manter os elementos julgados essenciais para as velhas estruturas, efetuando assim uma síntese viável entre velho e novo e entre razão e fé.⁵⁹

Em oposição ao “Iluminismo moderado”, o autor identifica a existência de um grupo de tendências ateia e deísta – esta última sendo uma postura teológica para qual a verdade era revelada através da razão, e não da revelação divina –, que rejeitava a autoridade religiosa, os compromissos com o passado e defendia uma mudança completa⁶⁰. Tal grupo, que teve Spinoza (1632-1677) como seu principal representante, constituiu para Israel o chamado “Iluminismo Radical”.

Não obstante a tese de Israel apresentar alguns problemas, em especial uma leitura muito centrada na contraposição entre o “Iluminismo radical” e o “Iluminismo moderado”, desconsiderando as correntes que não teriam se ajustado a nenhum dos dois, o historiador fornece uma importante discussão sobre o Esclarecimento para a historiografia. Além de questionar as balizas cronológicas, ele também distingue as discordâncias internas a tal fenômeno.

Há um outro aspecto relevante na abordagem de Israel no qual gostaríamos de nos concentrar brevemente: a questão da religião. Afinal, a religião opunha-se à razão? De acordo com as interpretações mais ortodoxas acerca da Ilustração, a resposta para esta questão seria sim, pois as principais críticas dos *philosophes*, tidos como verdadeiros emissários da razão, miravam a autoridade e intolerância religiosas. Além disso, estes indivíduos reivindicavam a laicidade nas esferas da política e da educação. Porém, como podemos constatar no trabalho de Israel, tanto os ilustrados moderados assim como alguns dos ilustrados radicais, mais especificamente os de orientação deísta, não dispensaram a religião. Para ilustrar esta questão, vale lembrar que os cientistas dos séculos XVII e XVIII não abandonaram sua fé, pelo

⁵⁹ ISRAEL, Jonathan I. *Radical enlightenment: philosophy and the making of modernity 1650-1750*. New York, NY: Oxford University Press, 2001. p. 11. [Tradução nossa]

⁶⁰ De acordo com John Brooke, o Deísmo foi uma doutrina que rejeitava a crença em milagres e a autoridade das doutrinas anunciadas pela revelação, a qual seria na verdade um fenômeno natural. Além do Deísmo, outra doutrina vigente neste período foi o Materialismo, que apresentava um posicionamento mais radical, uma vez que seus adeptos consideravam que tudo que existe no mundo seria de natureza material. Ainda, tanto os deístas quanto os materialistas não excluíram Deus de suas análises. Para ambos, o universo representaria uma evidência da existência de Deus. Para mais informações, cf.: BROOKE, John Hedley. “Science and Religion in the Enlightenment”. In: _____. *Science and Religion: Some historical perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. pp. 206-260.

contrário, tornaram-na justificativa de suas investigações. Steven Shapin resume muito bem a associação entre ciência e religião ao afirmar que “era um dever religioso utilizar as faculdades de observação e de razão conferidas por Deus para consultar o livro da natureza com sabedoria.”⁶¹. Neste sentido, a título de exemplo, vale lembrar que Isaac Newton (1642-1727), ao descrever as forças gravitacionais, associou-as a um Deus onipotente⁶².

Uma análise deveras interessante sobre a oposição entre razão e religião é a de S. J. Barnett, exposta em seu livro *The Enlightenment and religion*. Para o autor, essa oposição resulta da insistência de alguns historiadores em encontrar as raízes da “modernidade” secular nas Luzes. Tal gesto, além de teleológico, deu ensejo a leituras equivocadas sobre o período, as quais, desprezando o elemento religioso, mostram-se frágeis justamente por excluir um elemento significativo no pensamento de ilustrados europeus⁶³. Mas Barnett vai ainda mais além, refutando a centralidade conferida aos *philosophes* no movimento ilustrado e provendo a outros setores da sociedade tal posição, como as ordens religiosas. Entre elas, Barnett atenta-se na atuação dos jansenistas na França, que confrontaram diretamente os jesuítas, grupo que simbolizava a tirania do absolutismo francês e os excessos da Igreja⁶⁴. De forma semelhante aos jansenistas, não poderíamos deixar de citar o impacto científico e cultural da atuação dos oratorianos no contexto luso. Considerados inimigos dos jesuítas, os oratorianos empenharam-se em introduzir as ciências experimentais e a filosofia moderna no ensino português⁶⁵.

Portanto, é importante considerar que muitas das ideias ilustradas de cariz reformista não surgiram apenas da pena de filósofos e eruditos, sujeitos que, em sua maioria, eram oriundos da elite. Porém, para melhor avaliarmos a participação de outros setores da sociedade na constituição e circulação de tais ideias, precisamos nos concentrar brevemente sobre o contexto social europeu. Com o fim das guerras confessionais do Seiscentos, houve uma expansão econômica e um crescimento expressivo da população. Soma-se a isso o processo de urbanização e as melhorias nas redes de comunicação decorrentes da Revolução

⁶¹ SHAPIN, Steven. *La révolution scientifique*. Paris: Flammarion, 1998. p. 169.

⁶² BROOKE, John Hedley. *Op. Cit*, 1991. p. 24

⁶³ BARNETT, S. J. *The Enlightenment and religion: the myths of modernity*. Manchester. NY: Manchester University Press. 2003. Em alguns pontos, a leitura de Barnett revela-se bastante polêmica, pois o autor rejeita mesmo a ideia de que havia uma quantidade considerável de deístas no continente europeu. Para ele, o deísmo teria sido um mito criado pela historiografia moderna. Tal posicionamento se contrapõe a autores como Roy Porter, Louis Dupré e o já citado Jonathan Israel. Para mais informações, ver: PORTER, Roy. *The enlightenment*. Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1990. ; DUPRÉ, Louis K. *The Enlightenment and the intellectual foundations of modern culture*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2004.

⁶⁴ BARNETT, S. J. *Op. Cit*, 2003. pp. 149-150.

⁶⁵ FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. p. 105.

Industrial. Neste momento, alguns produtos passaram a ser produzidos em maior escala e a preços mais baixos, entre eles os livros⁶⁶.

Evidentemente os livros não eram acessíveis a toda população, posto que nem todos sabiam ler e escrever. No caso de Portugal, na segunda metade do século XVIII, somente 40% da população era capaz de assinar documentos sem dificuldades, segundo estimativa de Lisboa e Miranda⁶⁷. Na década de 1750, a França apresentava praticamente o mesmo índice de letrados, cerca de 42%⁶⁸. Contudo, devemos considerar que o acesso ao conteúdo dos livros não era exclusivo aos alfabetizados. Afinal, neste período, a leitura em voz alta era uma prática difusa e alcançava aqueles que não sabiam ler.

Além de livros, circulavam também neste período panfletos e jornais. Robert Darnton, autor que lança luz ao contexto cultural e social do Setecentos, vislumbra a existência de duas “culturas” distintas: a “alta cultura”, identificada nos textos clássicos – de Montesquieu (1689-1755) e Voltaire (1694-1778), por exemplo – e a “baixa cultura”, representada pelo jornalismo, panfletos e poesias⁶⁹. Em sua obra *Poesia e Polícia*, o historiador apresenta uma rede de circulação de poemas, declamados ou cantados, que continham uma série de críticas ao rei Luís XV, sua corte ou à situação econômica vigente. Assim, Darnton conclui que o Esclarecimento foi um fenômeno socialmente mais amplo, abrangendo diferentes camadas sociais com suas diversas modalidades de crítica⁷⁰.

Após esta breve incursão pelos principais problemas historiográficos acerca das Luzes, podemos compreender o porquê deste tema continuar dividindo opiniões. As Luzes foram um movimento complexo, o qual foi posteriormente interpretado sob diversos pontos de vista:

⁶⁶ OUTRAM, Dorinda. Coffee Houses and consumers: the social context of Enlightenment. In: _____. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. pp. 14-46.; VOVELLE, Michel; ARASSE, Daniel. In: _____. *L'Homme des Lumières*. Paris: Editions du Seuil, 1996. pp. 7-38. Faz-se necessário reiterar que a circulação e comercialização de livros foram mais intensas em algumas regiões da Europa, em especial as mais urbanizadas, do que em outras.

⁶⁷ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. Dos reis. “A cultura escrita nos espaços privados”. In: Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.). *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 2011. pp. 339-394.

⁶⁸ BLUM, Alain; HOUDAILLE, Jaques. “L’alphabétisation aux XVIIe et XVIIIe siècles: l’illusion parisienne”. *Populations*, Vol. 40, No. 6, pp. 944-951, 1985. p. 948.

⁶⁹ DARNTON, Robert. *Poesia e Polícia*: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

⁷⁰ Alguns exemplos: ANDERSON, Bonnie S. “Women of the salons and parlors: ladies, housewives, and professionals”. In: ZINSSER, Judith. *A history of their own: women in Europe from prehistory to the present*. Vol. 2. New York, NY: Harper and Row, 1988. pp. 103-224.; DULONG, Claude. “Da conversação à criação”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto; São Paulo, SP: Afrontamento: EBRADIL, 1991. pp. 467-498; BADINTER, Elisabeth. *Emilie, Emilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo, SP: Discurso Editorial, 2003.; MORNET, Daniel. *Les origines intellectuelles de la Révolution Française: 1715-1787*. Paris: Armand Colin, 1967.; BOLLEME, Genevieve. *Les almanachs populaires aux XVIIe et XVIIIe siècles: essai d'histoire sociale*. Paris: Mouton, 1969. MUNCK, Thomas. *História social de la Ilustracion*. Barcelona: Crítica, 2001.

intelectual, cultural, social, global ou local. De fato, o primeiro, que se atem ao papel dos filósofos ilustrados na configuração de um novo pensamento, é o mais recorrente, pois foi amplamente adotado nos primeiros estudos e obras clássicas sobre o tema. Todavia, os historiadores sociais e culturais lograram perscrutar os estratos mais profundos do fenômeno, e acabaram por encontrar novos agentes, espaços e práticas⁷¹.

Como dito anteriormente, não pretendemos definir as Luzes, no entanto, não podemos deixar de nos posicionar em relação ao debate historiográfico. Nosso interesse reside nas Luzes em Portugal, logo, nas dinâmicas locais e específicas a este país. Por outro lado, não prescindiremos de uma visão global do fenômeno. Como Jonathan Israel adverte, a abordagem “muito plural” da Ilustração, qual seja, aquela que relativiza o fenômeno conforme suas especificidades locais, nos desvia de questões fundamentais⁷². Igualmente Robert Darnton não poupou críticas à “abordagem plural”, alegando que “O Iluminismo está começando a ser tudo, e logo, a ser nada.”⁷³.

Muitos dos autores que admitiram tal interpretação chegaram, inclusive, a criar categorias de Ilustrações. Embora nem todas sejam problemáticas, algumas categorias possuem teor pejorativo e refletem juízos de valor. Entre elas, por exemplo, a expressão “Iluminismo eclético” – recorrentemente empregada por José da Silva Dias –, que pressupõe um desvio daquilo que seria considerado o “paradigma de Iluminismo” ou a conciliação entre tendências aparentemente contraditórias⁷⁴.

Entretanto, a recuperação do significado moderno desta palavra nos fornece uma diferente perspectiva das Luzes em Portugal. De acordo com Donald Kelley, o ecletismo não estava associado à conciliação de diferentes doutrinas, mas sim à elaboração de um conhecimento sólido baseado na seleção de elementos que cada uma destas doutrinas poderia oferecer⁷⁵. Para os filósofos e letrados da época moderna, o ecletismo, na verdade, era uma postura ideológica.

⁷¹ DARNTON, Robert. “In search of the Enlightenment”. *Journal of Modern History*, n. 43, pp. 113-132, 1971.

⁷² ISRAEL, Jonathan I. “Postscript” In: _____. *Enlightenment Contested: Philosophy, Modernity and Emancipation of Men 1670-1752*. New York, NY: Oxford University Press, 2006. pp. 863-871.

⁷³ DARNTON, Robert. *George Washington's false teeth: an unconventional guide to the eighteenth century*. New York, NY: W.W. Norton, c2003. pp. 3-5. [Tradução nossa]

⁷⁴ Idem, Ibidem. Darnton lista, com certo tom de ironia, uma série de “Esclarecimentos”: o pietista, o musical, o religioso e o confuciano. Quanto ao conceito de “Iluminismo eclético”, autores como Pedro Calafate e Flávio Carvalho enfatizam seus aspectos positivos, alegando que este “tipo” de Iluminismo logrou conciliar doutrinas distintas e estimulou a difusão de novas ideias em terras lusitanas. CALAFATE, Pedro (org.). *História do pensamento filosófico português: Vol III. As Luzes*. Lisboa: Caminho, 1999. ; CARVALHO, Flávio Rey de. *Op. Cit.*, 2008.

⁷⁵ KELLEY, Donald R. “Eclecticism and the History of Ideas”. *Journal of the History of Ideas*, v. 62, n. 4, p. 577-592, 2001.

As visões negativas da Ilustração portuguesa também lançaram mão de um vocabulário “geográfico”. Para o historiador Francisco Falcon, a forte presença da religião católica determinou a defasagem e a posição periférica de Portugal em relação à França, centro irradiador das Luzes⁷⁶. Neste caso, não só Portugal, mas outros países católicos, como Itália e Espanha, foram considerados a periferia, ao passo que os países da Europa Central – sobretudo França, Inglaterra e Holanda –, o centro. Outra dicotomia empregada no que se refere à suposta desigualdade na repartição das Luzes é a que opõe Norte/Sul⁷⁷. Enquanto os países do Sul enfrentaram dificuldades no desenvolvimento de um conhecimento científico racional, devido à autoridade da Igreja Católica, os países do Norte, onde havia prevalecido a religião protestante, caracterizada pela sua tolerância, defrontaram-se com um caminho livre para o adiantamento das ciências e, mais do que isso, para a prosperidade econômica.

Não podemos deixar de assinalar o quão problemática esta perspectiva dicotômica pode ser, seja ela pautada nos termos centro/periferia ou nos termos Norte/Sul. Ao se admitir um paradigma para as Luzes, que supostamente teria ocorrido em um determinado local, a análise de outros contextos torna-se mais um exercício de comparação e menos uma efetiva investigação acerca das lógicas próprias dos movimentos ilustrados em outras localidades. Em nosso caso, interessa-nos sobretudo compreender as dinâmicas que caracterizaram o fenômeno das Luzes em Portugal, e não julgá-las com base nas Ilustrações francesa ou inglesa, por exemplo.

Acreditamos que a trajetória e a produção bibliográfica de Ribeiro Sanches revelam diversos aspectos que refutam tais dicotomias e, mais do que isso, que nos permitem melhor compreender dinâmicas culturais e políticas da Ilustração, tanto no âmbito global, bem como no âmbito local. Primeiramente, Sanches, em consonância com outros filósofos ilustrados, defendia ideias reformistas e pragmáticas. Além disso, o médico português circulou por diversos países da Europa, frequentando universidades e academias científicas e estabelecendo uma importante rede de contatos. Mas antes de seguirmos o médico português em seu itinerário pelo continente europeu, deter-nos-emos sobre alguns problemas e questões relacionados à consolidação da ciência moderna.

1.2 Ciência e Medicina: entre o antigo e o moderno

⁷⁶ FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993.

⁷⁷ BUESCU, Ana Isabel. “O norte e o sul na Europa Iluminista: um aspecto da geografia cultural no século XVIII”. *Revista de História Econômica e Social*, nº 19, p. 77-93, 1987.

No século XVIII, o desenvolvimento do movimento ilustrado coincidiu com outro: o movimento científico. Ambos alimentaram-se mutuamente e acabaram por admitir uma finalidade em comum: a primazia da razão humana⁷⁸. Logo, investigar as principais mudanças científicas ocorridas no Setecentos também nos permite melhor compreender as ideias e características do movimento ilustrado que abordamos no item anterior.

Com efeito, a partir do século XVI e ao longo do século XVII, o campo da ciência, ou da “filosofia natural” como então era chamada na época⁷⁹, sofreu transformações substanciais, que constituíram a chamada “Revolução Científica” – expressão que avaliaremos mais adiante. Assim como o Esclarecimento, a “Revolução Científica” fez-se sentir em todo continente europeu e, por isso, é praticamente impossível definir com precisão suas balizas cronológicas e espaciais. Allen Debus alega que tal Revolução abrangeu toda a Idade Moderna, apresentando, contudo, fases distintas. Se os principais eventos ocorreram no século XVII, antes deste período, não se podia ignorar a difusão do Humanismo e a repercussão das investigações de Leonardo da Vinci (1452-1519), Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630). Já no Setecentos, podemos observar a consolidação do “newtonianismo”, um dos pilares da ciência moderna, e uma progressiva rejeição, por parte dos cientistas e filósofos, à alquimia e ao misticismo⁸⁰.

As mudanças daí decorrentes representaram uma objeção à tradição científica medieval, assentada na autoridade de autores antigos e em um ensino de caráter “livresco”⁸¹. Além disso, o hermetismo, típico da ciência medieval foi aos poucos sendo abandonado. Para os eruditos da Idade Média, o saber pertencia ao plano do transcendental e o acesso à verdade era – e deveria continuar sendo – restrita a um grupo seletivo, formado sobretudo por clérigos e

⁷⁸ FERRONE, Vincenzo. “Ciencia” In: _____; ROCHE, Daniel (org.) *Diccionario histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1998. p. 274.

⁷⁹ Embora já no século XVIII a palavra “sciencia” fosse vigente, tendo sido definida por Rafael Bluteau em seu dicionário, a palavra “filosofia natural” era empregada para designar o conhecimento específico do mundo material e de seus elementos. Os termos “ciência” e “cientista” teriam adquirido o sentido contemporâneo apenas no século XIX. Não obstante, ambas as palavras são recorrentemente empregadas em estudos historiográficos sobre a Idade Moderna e, até mesmo, em estudos sobre períodos anteriores. Acreditamos que seu uso permita a substituição de outras palavras sem suscitar problemas de compreensão ou interpretação. Para mais informações, ver: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (orgs.). *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo, SP: Livraria da Física: EDUC, 2004.

⁸⁰ DEBUS, Allen G. “Tradition and Reform”. In: _____. *Man and nature in the renaissance*. London: Cambridge University Press, 1978. Peter Burke estende ainda mais essa cronologia, acrescentando que, no início do século XIX, a ciência tornou-se uma atividade profissional e passou a integrar a vida social, em especial com os avanços da industrialização. HEIMANN, Peter M. “The scientific revolutions”. In: BURKE, Peter. (Ed.). *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University. 1979. pp.248-270.

⁸¹ Deve-se proceder com certo cuidado com o emprego da palavra “livresco”, que pode possuir teor pejorativo. Neste caso, referimo-nos sobretudo a um ensino que se concentrou mais sobre a teoria e discussão de obras cânones e menos no ensino prático.

universitários⁸². Opostos ao hermetismo, os cientistas modernos defenderam uma universalização do saber, fortalecendo-se a concepção de que este deveria ser construído, divulgado e aprimorado. Neste sentido, as práticas e operações científicas passaram a ser reconsideradas, privilegiando-se o espírito prático. Concomitantemente, erigiram-se as figuras do inventor e de seu laboratório, sujeito e espaço paradigmáticos, relacionados ao método experimental, o qual consistia na explicação e comprovação de teorias através de meios artificiais.

Igualmente significativo neste momento foi o crescente emprego de línguas vernaculares em detrimento do latim na escrita de tratados e obras de teor científico. Considerado um obstáculo à divulgação do saber, o latim foi paulatinamente abandonado em academias e sociedades científicas, espaços que rivalizavam com as universidades, onde ainda se falava a língua latina nas aulas e leituras recitadas⁸³.

Antes de seguirmos adiante com as alterações epistemológicas conduzidas, devemos atentar-nos na própria expressão “Revolução Científica”, que, para nós, mostra-se bastante problemática, uma vez que denota a existência de uma entidade coerente. No entanto, tal fenômeno estendeu-se por cerca de duzentos anos, e, justamente por isso, foi marcado por uma série de divergências. Como Steven Shapin muito bem adverte, a chamada “Revolução Científica” teria sido, na verdade, um conjunto de “práticas culturais destinadas a permitir a compreensão, a explicação e o controle do mundo natural e as quais apresentavam características distintas e sujeitas à modificação.”⁸⁴.

Além disso, a própria palavra “Revolução” nos parece inadequada para definir o movimento científico moderno. Cabe aqui lembrar que, até o século XVII, tal palavra fazia referência ao movimento circular, que retornaria ao seu ponto de partida. Dito de outra maneira, nesta época, o termo “revolução” expressava um movimento de retorno⁸⁵. Porém, se considerarmos o sentido contemporâneo desta palavra, qual seja, a de uma mudança radical, o problema ainda permanece. Afinal, é possível afirmar que as práticas científicas modernas romperam totalmente com as práticas anteriores?

Thomas Kuhn elabora uma resposta pertinente para esta questão em sua clássica obra *A estrutura das revoluções científicas*. Nela, o autor elabora uma revisão dos critérios da

⁸² ROSSI, Paolo. “Segredos”. In: _____. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001. pp. 45 – 86. Todavia, Rossi afirma que, nesta época “A magia e a ciência constituem um enredo que não pode ser dividido facilmente.” Idem, Ibidem, p. 59.

⁸³ BLAIR, Ann. “La persistance du latin comme langue de science à la in de la Renaissance”. In: CHARTIER, R.; CORSI, P. *Sciences et langues en Europe*. Paris: EHESS, 1996.

⁸⁴ SHAPIN, Steven. *Op. Cit.*, 1998. p. 14. [Tradução nossa]

⁸⁵ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. p. 71.

historiografia da ciência, que até então apresentava uma leitura teleológica da ciência ao longo do tempo, a qual seguiu uma lógica de aperfeiçoamento e “correção” dos erros anteriores. Contrário a tal perspectiva, Kuhn argumenta que a ciência não se desenvolve seguindo um curso evolutivo, mas sim através de um movimento de rompimentos com a tradição anterior, ou do “paradigma” anterior, conceito que acabou por consagrar a teoria do filósofo. O “paradigma” seria o conjunto de “realizações científicas universalmente conhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.”⁸⁶. Em um determinado campo científico, diante da crise nos métodos de resolução, os quais não são capazes de fornecer a explicação de alguma “anomalia”, estabelece-se uma disputa por um novo paradigma. Obtêm êxito aquele que possui os métodos investigativos, os padrões de soluções e as técnicas de persuasão mais bem aceitos pela comunidade científica. No entanto, se um paradigma substitui um conhecimento anterior, o qual, por alguma razão, deixa de ser considerado válido, isto não significa que o novo paradigma prescindirá de elementos do anterior, incorporando, por exemplo, elementos como vocabulário e aparatos técnicos. Não se trata, portanto, de um aprimoramento da ciência, mas do surgimento de novas teorias a cada incompatibilidade ou anomalia nas teorias anteriores.

No caso da medicina, a conciliação entre concepções antigas e modernas favoreceu a longevidade da teoria humoral, que persistiu por cerca de dois milênios no continente europeu. A teoria humoral foi reputada a Hipócrates (460 a.C -?), considerado o “pai da Medicina”, pois, nos registros escritos, foi o primeiro a compor um conhecimento médico alicerçado na observação da natureza e destituído de justificativas mágicas ou religiosas. Assim, sua teoria fundamentava-se na relação entre o homem e a natureza.

De acordo com a teoria humoral, a saúde humana poderia ser afetada simultaneamente por fatores internos – sua constituição física e seu regime de viver – e externos – clima, ar, alimentação, etc. Tais fatores suscitariam efeitos patológicos tanto positivos, quanto negativos, promovendo ou prejudicando a proporção entre os humores, componentes fundamentais do organismo e constituídos por características opostas. Como resultado do desequilíbrio dos humores, o corpo do indivíduo ficaria “entupido” (do humor em excesso), causando febres, mal-estar e falta de apetite. Consequentemente, era necessário expelir o humor excedente. Por conta disso, as modalidades terapêuticas derivadas da medicina hipocrática baseavam-se em técnicas de evacuação, através de quatro vias naturais – ânus,

⁸⁶ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009. p. 13.

boca, nariz e uretra – ou através de sangrias, feitas por meio de sanguessugas, ventosas ou escarificações⁸⁷.

Alguns séculos depois, Galeno (130 – 201 d.C.), além de sintetizar a teoria dos humores, acrescentou-lhe noções de temperamento – cada indivíduo possuía um equilíbrio humoral específico, sendo assim, o humor preeminente era associado a um certo temperamento⁸⁸. Mais tarde, durante a Idade Média, especificamente a partir do século VII, quando no momento da expansão árabe, os ensinamentos da escola hipocrática e a tese de Galeno foram traduzidos e divulgados pela Europa⁸⁹. Além disso, autores árabes, como Avicena (980 – 1037), aprimoraram o conhecimento médico da época com novas observações e estudos taxonômicos sobre as doenças.

O supracitado *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* mostra-se bastante representativo desta conciliação entre concepções antigas e modernas. Nele, ao tratar da doença e da saúde, Sanches sustenta-se nas teorias de Joseph Priestley (1733-1804), Albrecht Van Haller (1708-1777), William Harvey (1578-1657) e de Herman Boerhaave (1668-1738), cujas obras foram amplamente aceitas pela comunidade científica moderna. Todavia, o autor não prescinde do esquema humoral, o qual ajusta à teoria da irritabilidade das fibras musculares de Albrecht von Haller: “[A aguardente] Tomada na quantidade que determinamos fortifica todas as fibras do corpo e principalmente as do estômago, já relaxado nos tempos da calma e calor excessivo: embalsama os nossos humores.”⁹⁰. Assim, Sanches vale-se da teoria hipocrática ao mesmo tempo em que, acompanhando os debates e publicações médicas mais recentes, adere a uma leitura fisiológica do corpo.

Nesta época, os médicos filiavam-se às correntes teóricas as mais diversas. Consequentemente, no discurso médico, distintas concepções de doença e saúde conviviam entre si⁹¹. Além do Mecanicismo, havia outros “sistemas médicos” em vigor no Setecentos. Entre estes, o Solidismo, de Giogio Baglivi (1668-1707); o Animismo de Georg Stahl (1659-1734), principal crítico do mecanicismo, que afirmava que as doenças resultavam de movimentos vitais do corpo, e não de causas físicas; e o Vitalismo desenvolvido pela escola

⁸⁷ DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, RJ; Brasília, DF: José Olympio: Edunb, 1993. p. 226.

⁸⁸ GRMEK, Mirko D. *Western Medical Thought: from Antiquity to the Middle Ages*. Portland: Harvard University Press, 1998. p. 249 [Tradução nossa].

⁸⁹ SANTOS, Georgina S. dos. *Ofício e sangue: irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa moderna*. Lisboa: Colibri: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005. pp. 239-240.

⁹⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. p. 74.

⁹¹ MAZZOLINI, Renato. Les Lumières de la raison: des systèmes médicaux à l’organogie naturaliste. In: GRMEK, Mirko D. *Histoire de la pensée médicale en Occident: II. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Éditions du Seuil, 1997. pp. 93-116.

de medicina da Universidade de Montpellier, que se concentrava na sensibilidade e movimentos do corpo em detrimento de leis mecânicas.

Considerando isto, voltemos a Sanches e às noções científicas por ele utilizadas. Se o médico português dialoga tanto com a ciência moderna, cujas premissas e métodos são assentados no racionalismo e no empirismo, quanto com as teses hipocráticas, sobre as quais a “medicina tradicional” se pautava, isto não indica um abandono de crenças ou mesmo de explicações baseadas no divino. Sanches, por exemplo, ao discorrer sobre a corrupção do ar, considerada nesta época uma das principais causas das enfermidades, propõe uma forma de evitá-la, através da utilização de arômatas: “somente entre os trópicos nascem os aromas e toda a sorte de especiarias: é admirável a providência do Altíssimo que naqueles lugares (...) se geram os mais fragantes aromas, e na maior abundância (...).⁹²”. No debate específico sobre a relação entre o ar e as enfermidades, Sanches adequa duas diferentes perspectivas, a antiga e a moderna, além de evocar um poder divino.

Já em outras obras suas, Sanches refere-se com maior frequência a cientistas contemporâneos e à física experimental. No seguinte trecho de *Método para Aprender e Estudar a Medicina* – obra que contribuiu para com a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772 – o autor explicita a relevância de tais matérias na formação do médico:

O objecto da *Física Experimental* é indagar as propriedades de cada corpo pela simples observação, ou pelos socorros que nos dão a Química, e as Matemáticas. Necessita o Médico aprender com especialidade esta doutrina, antes que comece a aprender o que é o corpo humano: a *Impenetrabilidade*, a *Extensão*, a *Inação*, o *Repouso* ou *Inércia*, são os atributos gerais de cada corpo. As cores, o frio, o calor, o cheiro, a dureza, a brandura, etc. São as qualidades, as quais podem faltar, ou persistir nos corpos, sem se destruírem. Depois de tratar destas propriedades trata também do seu *movimento*, da *Natureza*, e dos efeitos dos quatro Elementos, da *Óptica*, etc⁹³.

Como se pode notar, Sanches lança mão de todo um vocabulário físico-químico, algo bastante característico da filosofia mecanicista, a qual obteve vários adeptos ao longo do Seiscentos e do Setecentos⁹⁴. A filosofia mecanicista, sistema de explicação dos fenômenos naturais através de modelos mecânicos, passou pouco a pouco a desmontar a concepção humoral. No âmbito da medicina, podemos identificar a perspectiva mecanicista em analogias

⁹² SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. p. 14.

⁹³ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1763b]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html p. 12.

⁹⁴ Alicerçada não apenas sobre princípios físicos, mas também biológicos, a corrente mecanicista foi representativa de um momento em que alguns campos do conhecimento não se encontravam completamente “independentes”, compondo a chamada “filosofia natural”.

feitas entre o corpo humano e as máquinas. Um exemplo emblemático seria o pioneiro trabalho de William Harvey, *De Motu Cordis*, no qual seu autor descreve o sistema circulatório, cujo centro é o coração, bomba que estimula todo um sistema de válvulas. Outro adepto do mecanicismo foi Thomas Hobbes, que afirmara que “(...) o coração é uma mola, os nervos são cordas e as articulações são rodas.”⁹⁵.

De fato, o mecanicismo representou a aquisição de uma nova linguagem nos trabalhos e tratados médicos e, mais do que isso, a mudança da concepção corrente de natureza. Outrora considerada um ideal e algo impossível de ser imitada pelo homem – visão estabelecida por Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) –, com a filosofia mecanicista, a natureza torna-se mensurável e passível de ser explicada através das artes e técnicas mecânicas⁹⁶. Vale lembrar que um dos mecanicistas mais consagrados neste momento foi o médico holandês Herman Boerhaave (1668-1738), professor de Ribeiro Sanches. Assim como seu discípulo, Boerhaave não havia prescindido do esquema humoral em seus escritos e *Aforismos*. Metáforas como tubos e válvulas admitiam outras, como por exemplo, fluidos, formando a imagem de um sistema integrado e equilibrado. Nas palavras de Porter e Vigarello: “Assim era preservada a antiga insistência no equilíbrio humoral, mas traduzida em um vocabulário mecânico e hidrostático.”⁹⁷.

Além do mecanicismo, o experimentalismo também constituiu um importante pilar da ciência moderna. Com efeito, o experimento, mais do que uma prática, era também uma forma de discurso e de legitimação dos cientistas. Tomemos como exemplo o laboratório, espaço de produção de fatos/ficções e de novas práticas científicas – afinal através da prática experimental, os fenômenos “falam” e autorizam alguns, assim como descredita outros. Sobre isto, o livro *O Leviatã e a bomba a vácuo* apresenta uma proposição pertinente, qual seja, a de que o experimento é, ao mesmo tempo, categoria epistemológica e social, posto que confere maior grau de probabilidade a certas hipóteses, como também só adquire sentido quando testemunhado e reproduzido por outros indivíduos. Detendo-nos neste aspecto social, o experimento não pode prescindir da coletividade, perante a qual o cientista se coloca e da qual ele busca o convencimento e a aprovação. Interessantemente, o discurso científico mobiliza esta ideia de coletividade, sublinhando-se a importância do trabalho coletivo e

⁹⁵ ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 246

⁹⁶ ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19.

⁹⁷ A combinação entre o mecanicismo e a medicina culminou no “iatro-mecanicismo”, sendo que *iatro*, palavra grega, significa médico. PORTER, R.; VIGARELLO, G. Corpo, Saúde e Doenças. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, vol. I. 2009. p. 464.

cooperativo em oposição ao individualismo ou hermetismo, mas também se omitindo as rivalidades e discórdias que organizam as atividades científicas⁹⁸.

Neste sentido, a cultura experimental nos remete à anatomia, que passou a ser ensinada em teatros anatômicos, locais destinados à observação e demonstração para um público específico. De fato, a revalorização da anatomia marcou a medicina moderna. Até o final da Idade Média, a prática anatômica havia enfrentado diversos obstáculos de ordem cultural. Primeiramente, conforme já mencionado, o distanciamento entre o conhecimento teórico e prático nas universidades, prevalecendo o primeiro. Em segundo lugar, a crença na integridade do corpo, mesmo após a morte. E um último e terceiro fator, o ensino de anatomia era mal visto, pois implicava a dissecação de corpos, ou seja, uma atividade manual. As atividades manuais eram associadas a ofícios mecânicos e consideradas inferiores aos ofícios liberais.

Em semelhança com a anatomia, e dentro desta hierarquia, também se inseria a cirurgia. Aqui, a distinção entre um médico e um cirurgião é exemplar: enquanto o primeiro era visto como um homem letrado e sábio, o segundo, por sua vez, era associado ao trabalho manual⁹⁹. Sobre isto, a historiadora Dorothy Porter indica que “(...) quando o Concílio de Tours declarou, em 1163, que a ‘Igreja não derrama sangue’, a cirurgia foi considerada uma atividade manual, praticadas por barbeiros e outros ‘práticos.’”¹⁰⁰. A segregação entre teoria e prática acabou por impedir a observação experimental e uma visão mais integral do corpo humano aos médicos.

Porém, apesar dos empecilhos à prática anatômica, esta não deixou de ser totalmente exercida. A dissecação didática já se mostrava presente em algumas universidades europeias, como a de Salerno, na Itália, e a de Montpellier, na França¹⁰¹. Ademais, em 1541, o belga Andreas Vesalius (1514-1564) realizou um tratado anatômico onde revisou os escritos de Galeno sobre o assunto, motivado pelo fato de o médico grego ter dissecado exclusivamente animais. A partir de Vesalius, a anatomia, anteriormente tomada por inferior à medicina,

⁹⁸ SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1985.

⁹⁹ ABREU, Jean Luiz Neves. “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII”. *Revista Topoi*. vol. 8, nº 15, p. 80-104, jul.-dez. 2007.

¹⁰⁰ PORTER, Dorothy. *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London; New York, NY: Routledge, 1999. p. 26

¹⁰¹ Mais especificamente, segundo Mary Lindemann, a universidade de Salerno foi uma das principais precursoras da dissertação didática. Até o século XII, as dissecações eram feitas em animais. No entanto, a partir do século XIII, as dissecações passaram a ser feitas em cadáveres. Cf.: LINDEMANN, Mary. *Medicina e sociedade no início da Europa moderna*. Lisboa: Replicação, 2002.

passou a constituir uma nova ciência, a qual valendo-se da destreza da mão e da acuidade do olhar, inaugurou uma nova maneira de apreender o corpo humano¹⁰².

Assim, gradualmente, a anatomia veio a compor o currículo dos cursos de medicina e, inclusive, o próprio Sanches defendeu esta causa para a Universidade de Coimbra¹⁰³. No *Método para Aprender e Estudar a Medicina*, Sanches afirma que “A Anatomia (...) é a porta para entrar na Ciência do corpo são e enfermo.”¹⁰⁴. Na página anterior, o autor assume um tom ainda mais radical e propõe o fim da categoria “cirurgião”, uma vez que todos os médicos deveriam ser instruídos nesta arte¹⁰⁵. Outro trecho bastante interessante encontra-se em *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. Nele, Ribeiro Sanches, desta vez com tom mais moderado, destaca a interdependência entre a medicina e a cirurgia e, assim como todos os médicos deveriam ser obrigados a praticar a cirurgia, os cirurgiões não seriam autorizados a praticar seu ofício sem terem estudado a medicina¹⁰⁶.

O exame minucioso do corpo humano, bem como a intervenção em seus órgãos e tecidos relaciona-se à ciência moderna e seu potencial de não apenas investigar e compreender a natureza e seus fenômenos, mas também controlá-la¹⁰⁷. Neste sentido, um caso bastante emblemático teria sido a ingerência da anatomia nas diferentes representações dos sexos e suas relações hierárquicas. Da Antiguidade até o século XVIII, era predominante o paradigma do “sexo único”, que estabelecia que homens e mulheres, apesar de corresponderem a gêneros distintos, possuíam o mesmo sexo. As diferenças fisiológicas tinham como base o corpo masculino, julgado perfeito e completo, ao passo que o corpo feminino seria uma versão menos desenvolvida desse, uma vez que seu órgãos genitais eram internos. Não obstante o confronto com novos dados e observações relativas ao corpo humano, anatomistas renascentistas reforçaram este paradigma, justificando, por exemplo, que o clitóris, “descoberto” na Universidade de Pádua no século XVI, seria análogo ao pênis. As diferenças entre feminino e masculino, portanto, não se justificavam através de indícios

¹⁰² GRMEK, Mirko D.; BERNABEO, Rafaelle. “La machine du corps”. In: GRMEK, Mirko D. *Histoire de la pensée médicale en Occident: II. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Éditions du Seuil, 1997. pp. 7-36.

¹⁰³ A inserção da anatomia no curso de medicina da Universidade de Coimbra refletiu-se também na construção de um espaço fundamental à instrução desta matéria: o teatro anatômico. No terceiro capítulo, deter-nos-emos mais longamente na questão do ensino médico em Portugal.

¹⁰⁴ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. 2003. [1763b]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html p. 20

¹⁰⁵ Idem, Ibidem. p. 19

¹⁰⁶ Idem, Ibidem. p. 13. Vale lembrar que Sanches também elaborou um pequeno texto instrutivo escrito em francês, no ano de 1742, e destinado ao professor que lecionaria em dois hospitais de São Petersburgo. Esse texto, inclusive, pode ser facilmente acessado: SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Projecto de instruções para um professor de cirurgia*. 2003. [1742]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

¹⁰⁷ LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2001.

biológicos, mas sim através de elementos ideológicos e culturais. Portanto, as representações dos corpos e das diferenças sexuais foram permeadas por toda uma tradição androcêntrica, presente no discurso de médicos e anatomistas.

A historiadora Mary del Priore esclarece que “O médico era, nesse período [Idade Moderna], simultaneamente um criador de conceitos e um descobridor de fatos. Todo conceito que elaborasse tinha, no entanto, uma função no interior de um dado sistema que transbordava do domínio propriamente médico.”¹⁰⁸. De fato, não apenas a medicina, mas outros campos da ciência estabeleceram “verdades” e paradigmas que excederam os limites do âmbito científico.

Os próprios cientistas modernos estavam cientes disso e sabiam que o conhecimento científico poderia ter um amplo alcance. Para eles, o saber não se resumia a meras contemplações e formulações de hipóteses, mas era concebido como instrumento de intervenção na realidade. A ciência, aliada ao otimismo e pragmatismo, princípios tão nos círculos letrados, seria capaz de fomentar melhores condições de vida e bem-estar aos seres humanos. Assim, como Paolo Rossi muito bem indica, nesta época, “O saber não é apenas contemplação da verdade, mas é também potência, domínio sobre a natureza, tentativa de prolongar a sua obra para submetê-la às necessidades e às aspirações do homem.”¹⁰⁹. Decerto, uma das características mais notáveis da ciência moderna foi o seu caráter utilitário.

O valor utilitário do conhecimento científico tornou-se objeto de interesse do poder político. A maioria das academias e sociedades científicas, espaços fundados nos séculos XVII e XVIII que refletiram a consolidação institucional da ciência moderna, possuíam financiamento estatal. Nas palavras de Robert Fox, as monarquias que incentivaram a atividade científica o fizeram por “(...) uma crença no valor do conhecimento científico (...), cuja promoção daria brilho a qualquer regime, buscando o seu reajustamento, porém de forma cautelosa, através das forças benéficas do iluminismo e da modernidade.”¹¹⁰. Os reis e rainhas tornaram-se patronos destes espaços com o intuito de buscar neles recursos e projetos proveitosos às atuais circunstâncias sociais e econômicas. A título de exemplo, no caso da Inglaterra, a historiografia recente indica que muitos dos experimentos empreendidos pelos membros da *Royal Society*, fundada em 1660, aceleraram a industrialização do país¹¹¹.

¹⁰⁸ DEL PRIORE, Mary. *Op. Cit.*, 1993. p. 17.

¹⁰⁹ ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2000. p. 48.

¹¹⁰ FOX, Robert. “Science and government” In: PORTER, Roy (org.). *The Cambridge History of Science: Volume 4 Eighteenth Century*. Cambridge University Press, 2003. p. 107. [Tradução nossa].

¹¹¹ MCCLELLAN, James. “Scientific institutions and the organization of science” In: PORTER, Roy (org.). *Op. Cit.*, 2003. pp. 103-105.

Para Daniel Roche, as academias teriam sido “(...) a manifestação da ideologia do Absolutismo Esclarecido para edificar uma nova ordem social e para desenvolver um compromisso com a velha sociedade das ordens e dos corpos.”¹¹². Ou seja, os espaços de sociabilidade científica inseriam-se em uma lógica de equilíbrio entre tradição e inovação – e não em uma lógica progressista, muita enfatizada pela historiografia da ciência até a década de 60 –, algo que certamente reverberou na produção de saber do momento. Portanto, não podemos nos esquecer de que os cientistas filiados a agremiações científicas recebiam pensões. Assim, suas pesquisas, de certo modo, estavam submetidas aos interesses reais e às regras de censura¹¹³.

Há ainda outro aspecto pertinente no que tange às academias e sociedades. Estas desempenharam um papel preponderante na formação de uma opinião pública através da impressão de periódicos científicos¹¹⁴. Tais publicações prestavam-se à vulgarização e validação de novos saberes e eram imbuídas de valores de felicidade, progresso e serventia da ciência. Às vezes chamados de jornais, outras vezes de gazetas, a edição destes periódicos aumentou consideravelmente na segunda metade do século XVIII. Em Portugal, cerca de 40% dos 84 periódicos fundados entre 1715 e 1807 eram de matriz enciclopédica. Ou seja, em semelhança com a célebre *Encyclopédie*, propunham-se a divulgar novas técnicas e saberes e também a fornecer conhecimentos úteis à sociedade. Por exemplo, no primeiro caderno do *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora*, seus editores, já em suas primeiras páginas, reiteram que seu “zelo pela felicidade pública he puro”¹¹⁵. No que concerne à

¹¹² ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIII^e siècle*. Paris: Fayard, 1988. p. 169. [Tradução nossa]

¹¹³ Muitos *savants* – entre eles Ribeiro Sanches – tinham uma relação próxima com o Estado ou com os governantes, que lhes pagavam pensões. Pietro Verri (1727-1798) trabalhou para o rei José II (1741-1790) e a rainha Maria Teresa (1773-1832), em Milão, assim como Joseph von Sonnenfels (1732-1817) o fez em Viena. Na Alemanha, Immanuel Kant e Johann Gottfried Herder (1744-1803) foram escolhidos pelo regente para ocuparem, respectivamente, os cargos de professor e pastor. Além destes, D'Alembert, Voltaire e Beccaria receberam posições politicamente relevantes por conta de seus escritos. Cf.: BEALES, Derek. “Philosophical kingship and enlightened despotism”. In: GOLDIE, M.; WOKLER, R. *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006. pp. 495-524.

¹¹⁴ Sobre a noção de opinião pública, resumidamente, esta já era empregada por vezes de maneira confusa na segunda metade do século XVIII e fazia referência a textos, escritos por homens letrados e/ou oriundos do meio político, que possuíam certo teor crítico. Portanto, como Mona Ozouf assevera, a “opinião pública”, no século XVIII, malgrado tal nome, não era a opinião de todos ou da multidão, mas sim de um setor específico da sociedade. Para mais informações, conferir o artigo de Ozouf e, igualmente, a consagrada obra do sociólogo Jürgen Habermas: OZOUF, Mona. *Le concept d'opinion publique au XVIII^e siècle*. In: *Sociologie de la communication*, v. 1, n°1, p. 349-365, 1997. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/reso_004357302_1997_mon_1_1_3847 Acesso em 31 de agosto de 2017.; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Denilson Luis Werle. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2014.

¹¹⁵ JORNAL ENCYCLOPEDICO dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a notícia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes, Lisboa. Antonio Rodrigues Galhardo. Caderno 1, julho de 1779. p. 2

medicina, tanto neste como em outros cadernos encontram-se artigos sobre a natureza de doenças específicas, sobre o combate a epidemias e focos de moléstias em cidades portuguesas e até sobre a introdução da técnica de inoculação, que teria sido capaz de “aumentar em Portugal muitos milhares de almas.”¹¹⁶.

Em conclusão, a ciência moderna nos revela uma série de questões e problemas. Ela não representou uma completa ruptura com o paradigma científico anterior, mantendo alguns saberes antigos e vocabulário. A aceitação e a legitimação de certas teorias científicas, como o iatro-mecanicismo ou o esquema de sistema circulatório, não dependiam apenas da prática – a demonstração e comprovação das hipóteses –, mas também do discurso e das estratégias de convencimento de outros membros da comunidade científica. Por fim, a produção de conhecimento repercutiu para além da esfera científica, alcançando também a esfera política e cultural e modificando aspectos ideológicos e sociais.

1.3 A trajetória de Antônio Nunes Ribeiro Sanches

Antônio Nunes Ribeiro Sanches foi um protagonista cultural e social das Luzes em Portugal¹¹⁷. Decerto, há alguns aspectos bastante curiosos que marcaram sua trajetória. Não obstante Sanches, enquanto cristão-novo, ter deixado Portugal sem nunca mais voltar, o exílio não o impediu de refletir e alvitrar soluções aos problemas de seu país natal, como por exemplo, a renovação da estrutura do ensino básico e superior ou as contestações às atividades da Inquisição. Posto que muitas destas soluções foram colocadas em prática, podemos dizer que, embora distante de Portugal, Sanches contribuiu para com a difusão de ideais ilustrados e a consolidação de medidas reformistas que, em seu conjunto, miravam o bem comum e a “felicidade geral”, ou, em outras palavras, a felicidade dos súditos portugueses¹¹⁸.

¹¹⁶ JORNAL ENCYCLOPÉDICO dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes, Lisboa. Antonio Rodrigues Galhardo. Caderno 1, julho de 1779. p. 66. Assim como o *Jornal Enciclopédico*, as *Memórias Econômicas*, que eram publicadas pela Academia das Ciências, seguiam este viés utilitarista.

¹¹⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 10.

¹¹⁸ No século XVIII, a ideia de “felicidade” passou a ser abordada por diversos autores e a inspirar não apenas estudos filosóficos, mas também textos de ficção, correspondências e poesias. De fato, as concepções de “felicidade” podiam ser as mais diversas e dizer respeito, por exemplo, à felicidade do indivíduo ou à felicidade coletiva. No caso do discursos dos eruditos e cientistas do século XVIII, são recorrentes as referências à “felicidade geral” ou “coletiva”, ideias que se relacionavam a um projeto onde a autonomia e o progresso da sociedade predominariam. Para mais informações sobre a ideia de felicidade, conferir: MAUZI, Robert. *L'idée du bonheur la littérature et la pensée françaises au XVIII siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.; DELON, Michel. *Dictionnaire européen des Lumières*. Paris: PUF, 1997.

De certa maneira, a produção bibliográfica e trajetória de Ribeiro Sanches nos permitem compreender certas dinâmicas do cenário ilustrado português, e, mais do que isso, do cenário ilustrado europeu. A respeito de seus escritos, Sanches não se dedicou exclusivamente à medicina. Apesar de formado nesta arte, o médico discorreu sobre os mais variados temas. O interesse por outros campos do saber mostrava-se patente em sua biblioteca pessoal, a qual, composta por 1113 títulos quando no ano de sua morte, comportava obras de teologia, jurisprudência, história, farmácia, matemática e, claro, medicina, entre outros¹¹⁹.

Se admitirmos as definições de Roger Chartier e Vincenzo Ferrone, ousaríamos dizer que Sanches encontra-se no limiar entre o “homem das letras” e o “homem da ciência”. Assim como o primeiro, Sanches foi um estudioso de todos os campos do saber, movido pela curiosidade, e que, no entanto, encontrava-se em uma posição ambígua, “entre privilégio e igualdade, entre patrocínio e independência, entre prudência reformadora e aspiração utópica.”¹²⁰. E, tal como o cientista, Ribeiro Sanches realizou diversos esforços para desenvolver a ciência médica enquanto um campo autônomo e original do saber¹²¹. Igualmente, o médico português foi um grande divulgador de novas teorias médicas e práticas terapêuticas, além de ter conferido à medicina toda uma finalidade social, através de propostas voltadas para a saúde pública e para o ensino médico.

Fosse como “homem das letras” ou como “homem da ciência”, a notabilidade de Sanches excedeu as fronteiras portuguesas, chegando ao outro extremo da Europa, a Rússia, e até mesmo ultrapassando este continente, alcançando a China e o Brasil. Depois de ter saído de Portugal, o médico passou por diversos países, frequentando universidades, academias e sociedades científicas, o que acabou permitindo-lhe estabelecer novos contatos.

¹¹⁹ O catálogo de livros de Sanches, elaborado após o seu falecimento, foi publicado no apêndice do livro de David Willemse. Há também uma versão digitalizada, disponível no *site* da Biblioteca Nacional da França. Respectivamente: WILLEMSE, David. *António Nunes Ribeiro Sanches: élève de Boerhaave et son importance pour Russie*. Leiden: E. J. Brill. 1966.; *Catalogues de livres de feu M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès*. Paris: Chez de Bure, 1782. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5500059t.r=catalogues+livres+de+feu+sanches>

Ainda sobre o inventário de livros enquanto fonte histórica, Roger Chartier alerta para certos cuidados em sua análise. De acordo com o historiador, os inventários não são fontes infalíveis, afinal, nada pode assegurar que todos os livros elencados foram de fato lidos ou mesmo comprados pelo falecido. Contudo, cruzando as informações do catálogo de livros com as anotações pessoais de Sanches em seu diário, podemos observar que recorrentemente o médico português anotava os livros recém-adquiridos a sua coleção, além de comentar sobre os novos títulos em circulação. Para mais informações sobre a análise de inventários de livros, verificar: CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: _____ (org.). *História da vida privada*. Volume 3: Da Renascença às Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 113 – 160.

¹²⁰ CHARTIER, Roger. L’homme des Lettres. In: VOVELLE, Michel; ARASSE, Daniel. *L’Homme des Lumières*. Paris: Editions du Seuil, 1996. p. 191.

¹²¹ FERRONE, Vincenzo. L’homme des sciences. In: VOVELLE, Michel; ARASSE, Daniel. *Op. Cit.*, 1996. p. 212.

Acreditamos que tanto a amplitude de sua rede de contatos bem como as atividades desenvolvidas por Sanches nas academias às quais se filiou – ora como membro oficial, ora como correspondente – conferiram-lhe prestígio perante cientistas e indivíduos direta ou indiretamente implicados no exercício da política portuguesa, o que foi fundamental para o estabelecimento de suas propostas reformistas. A título de conhecimento, ao longo de sua vida, Sanches associou-se às seguintes academias: Academia Real de História de Lisboa, Academia Imperial de Ciências de São Petersburgo, Royal Society de Londres, Academia de Ciências de Paris, Societé Royale de Médecine da França e Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro.¹²²

A composição da rede de contatos e o universo relacional de Sanches podem ser melhor compreendidos à luz de sua trajetória. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, filho de pais cristãos-novos, nasceu no dia 7 de março no ano de 1699 na vila de Penamacor, região da Beira Baixa. Aos 13 anos de idade, o pai de Sanches o enviou para Guarda, cidade onde foi educado e, inclusive, onde conheceu Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), membro da Academia Real de História Portuguesa¹²³. Aos 17 anos, mudou-se para Coimbra, com o propósito de completar seus estudos, a princípio no Colégio de Artes, dirigido pelos jesuítas, e, em seguida, na Universidade de Coimbra, onde cursou Direito Civil. Todavia, a estadia em Coimbra não se estendeu por muito tempo. Em 1720, Sanches, descontente com a qualidade do ensino, interrompeu o curso e deixou a cidade, partindo desta vez para Salamanca, onde se matriculou no curso de medicina. Após aproximadamente quatro anos, Ribeiro Sanches logrou concluir a licenciatura em medicina e, recusando a oferta para lecionar na Universidade de Salamanca, dirigiu-se para Benavente, onde pretendia exercer o ofício. Nesta cidade, na qual residiu por dois anos junto a parentes, Sanches conheceu Manuel Pacheco de Sampaio Valadares (1673-1737), membro da Academia dos Anônimos, e que, posteriormente, facilitou a Sanches a obtenção de livros sobre a universidade de Coimbra e sobre a história de Portugal e da China¹²⁴.

Em 1726, uma desagradável notícia acabou por agravar a situação do médico. Ele e seu primo, Manuel Nunes Sanches, haviam sido acusados para a Inquisição de entregarem-se

¹²² Para mais informações, ver: DULAC, Georges. Science et politique: les réseaux du Dr António Ribeiro Sanches (1699-1783). *Cahiers du monde russe*, v. 43, n. 2, p. 251-274, 2002.

¹²³ Tal informação pode ser conferida na síntese biográfica de Ribeiro Sanches realizada pelo Centro de Estudos Judaicos. Cf.: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

¹²⁴ CUNHA, Norberto Ferreira. “A ideia de tolerância em Ribeiro Sanches”. In: _____. *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000. pp. 151-190.

a práticas judaicas¹²⁵. Temendo a repressão religiosa, Sanches decidiu então abandonar seu país natal e partir para Londres, passando antes pela cidade de Gênova. Ainda, um pouco antes de sua partida, Sanches escreveu a sua primeira obra, intitulada *Discurso sobre as Águas de Penha Garcia*, que versa sobre os efeitos terapêuticos da água.

Acerca das supostas razões que teriam ocasionado a saída de Ribeiro Sanches, Vicq d'Azyr, em seu *Précis historique sur la vie de M. Sanches*, alega que Sanches deixou Portugal motivado pela curiosidade científica. Apesar de tal pretexto ser reiterado por outros autores, estamos convencidos de que a questão religiosa determinou o exílio do médico português. Ora, um indício que reforçaria isto encontra-se no manuscrito *Cristão novos e cristãos velhos em Portugal*, elaborado em 1748, no qual Sanches relata suas memórias de infância e as dificuldades por ele enfrentadas devido a sua origem judaica¹²⁶. Desde o século XVI, A Inquisição havia empenhando-se em erradicar o judaísmo em Portugal. Além da segregação social, as perseguições inquisitoriais implicavam na perda de bens, e, no pior dos casos, na pena de morte do acusado. Também não podemos nos esquecer de que o risco de ser denunciado à Inquisição era eminente, afinal, qualquer um poderia realizar uma acusação e, inclusive, denúncias anônimas eram aceitas¹²⁷. Um cristão-novo que, por exemplo, fosse acusado falsamente de retomar práticas judaizantes dificilmente conseguiria provar sua inocência¹²⁸. Portanto, parece-nos bastante provável que o receio das perseguições religiosas acabou por provocar o exílio do médico.

Isto esclarecido, prossigamos com trajetória de Ribeiro Sanches. Na capital inglesa, passou a morar com seu tio e protetor Diogo Nunes Ribeiro – que também havia escapado da perseguição inquisitorial – e a praticar livremente o judaísmo¹²⁹. Frequentou escolas e hospitais, mas não se ocupou exclusivamente com a arte da medicina, dedicando-se também às ciências naturais e à farmácia, a qual, aliás, tinha despertado a atenção de Sanches enquanto ramo do saber a ser praticado simultaneamente com a Medicina¹³⁰. Segundo Ramos

¹²⁵ Os documentos relativos ao processo contra o primo de Sanches podem ser encontrados no apêndice da obra de Maximiano Lemos, cf.: LEMOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches : a sua vida e a sua obra*. Porto, Eduardo Tavares Martins, 1911.

¹²⁶ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Christãos novos e christãos velhos em Portugal*. Coautoria de Raul Rego. 2. ed. Porto: Paisagem, [1973].

¹²⁷ Idem, Ibidem. p. 57.

¹²⁸ ROWLAND, Robert. “Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição”. *Topoi (Rio de Janeiro.)*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 172-188, Junho de 2010.

¹²⁹ Rômulo de Carvalho acrescenta que, em Londres, havia uma comunidade portuguesa judaica aí refugiada, o que certamente influenciou a conversão de Sanches. Para mais informações ver: CARVALHO, Rômulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1979.

¹³⁰ COSTA, Palmira F. da.; JESUS, António. “António Ribeiro Sanches and the Circulation of Medical Knowledge in Eighteenth-Century Europe”. *Archives internationales d'histoire des sciences*, v. 56, n. 156, pp. 185-197, 2006. p. 185.

Júnior, a estadia em Londres marcou tanto a sua aproximação com o ambiente de difusão da física experimental, bem como o início da confecção de sua rede de contatos¹³¹. Nos dois anos em que viveu nesta cidade, Sanches conheceu o português Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), também médico de origem judaica e tradutor do *Novum Organum*, de Bacon; o mineralogista Emmanuel Mendez da Costa (1717-1791); o médico escocês John Pringle (1707-1782) e o botânico inglês Collinson (1694-1768). Também durante este período, Sanches tornou-se membro do Colégio Real dos Médicos de Londres e membro do corpo docente da Universidade de Aberdeen, na Escócia.

Entre os anos de 1728 e 1729, Sanches passou pelas cidades de Paris, Montpellier, Marselha, Bordeaux, Livorno e Pisa. Em algumas destas cidades deteve-se por mais tempo, visitando universidades, entre elas, as Universidades de Montpellier e de Pisa. Neste último local, conheceu o professor de filosofia Padre João Alberto de Soria, que teve um papel decisivo na reconversão de Sanches, o qual, no entanto, não deixou de criticar a superstição e a repressão inquisitorial¹³². Em Montpellier, Sanches conheceu o famoso médico João Baptista Bertrand, que o aconselhou a ir para Leiden, onde poderia ouvir as lições de Boerhaave¹³³. Sanches partiu então para os Países Baixos.

No ano de 1730, Sanches matriculou-se na Universidade de Leiden, onde teve aulas com Herman Boerhaave, mestre a quem o médico português sempre demonstrou grande apreço e admiração, e também com David Gaubius (1705-1780), professor de química, Gottfried Van Swieten (1733-1803), professor de farmácia, e Bernhard Albinus (1697-1770), professor de Anatomia, este também bastante estimado por Sanches. Em uma carta a Sampaio Valadares, Sanches afirma que “e eu em dois annos que estive em Leiden aprendi mais com dois professores Boerhaave e Albinus do que aprendi depois de 20 annos.”¹³⁴. Outros importantes contatos estabelecidos foram com Albrecht von Haller (1708-1777) – também aluno de Boerhaave –, que posteriormente tornou-se professor da Universidade de Göttingen,

¹³¹ RAMOS JR., Nelson de C. Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/> p. 72. Acesso em 09 de julho de 2017.

¹³² Segundo Antonio Saraiva, Sanches “(...) converteu-se ao judaísmo no estrangeiro, regressou mais tarde ao Catolicismo e acabou num deísmo (...). A sua história é idêntica à de outros cristãos-novos emigrados, que descobriram o judaísmo fora de Portugal, mas que facilmente o abandonaram para crerem mais ou menos num Deus que tanto era comum a judeus como cristãos.”. SARAIVA, Antonio Jose. *Inquisição e cristãos-novos*. 6. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

¹³³ LEMOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches : a sua vida e a sua obra*. Porto, Eduardo Tavares Martins, 1911. p. 84.

¹³⁴ Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html> Sampaio Valadares foi um importante contato de Sanches, com quem apresentou intensa troca epistolar. No próximo item trataremos mais detalhadamente desta personagem.

e o ministro D. Luís da Cunha (1662-1749)¹³⁵, para quem Sanches apresentou um plano para a reforma do ensino médico em Portugal¹³⁶. Durante os anos em Leiden, Sanches começou a redação do manuscrito *Origem da denominação de christão velho e christão novo no reino de Portugal e as causas da continuação destes nomes como também da cegueira judaica*, concluído em 1735.

Em outubro de 1731, Ribeiro Sanches mudou-se para Moscou, onde foi trabalhar como médico do Senado e da cidade, através da indicação de Boerhaave a pedido da imperatriz Anna Ivanovna (1693-1740). Após dois anos, Sanches partiu para São Petersburgo, onde iniciou suas relações com a Academia Imperial de São Petersburgo, que lhe concedeu o cargo de membro correspondente apenas em 1747¹³⁷. A proximidade do médico português com esta instituição permitiu-lhe ampliar ainda mais sua rede de contatos, pois, por meio dela, conheceu o matemático suíço Leonhard Euler (1707-1783), seu filho Johann Albrecht Euler (1734-1800) e o naturalista alemão Johann Georg Gmelin (1709-1755)¹³⁸.

Em 1734, foi nomeado membro da Chancelaria de Medicina, e, neste mesmo ano, correspondeu-se com missionários na China, os quais havia conhecido durante os seus anos de estudo em Coimbra. Entre estes religiosos, estavam André Pereira (1689-1743) e Polycarpo de Souza (1696-1757), para quem Sanches remeteu livros e, em troca, recebeu informações sobre as práticas médicas chinesas, como também plantas raras e outros tipos de “curiosidades de história natural”¹³⁹. No ano seguinte, foi nomeado médico dos exércitos imperiais, algo que o deixou muito satisfeito, uma vez que tal cargo teria lhe permitido estudar as doenças dos acampamentos e tecer observações sobre os hospitais militares. Vale

¹³⁵ Segundo Adélia Carreira: “Primeiramente em Londres e depois em Haia, Ribeiro Sanches foi apoiado por este proeminente diplomata joanino, a quem assistiu como médico, no final da sua vida em Paris. Sendo D. Luís da Cunha um homem de grande cultura, um progressista e um iluminado (segundo Luís F. de Almeida, um “representante característico de um iluminismo não revolucionário”), disponibilizou-se, provavelmente, a ouvir e a debater com o nosso estrangeirado algumas das suas ideias reformistas, nomeadamente as que respeitavam ao ensino médico.” CARREIRA, Adélia M. C. *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. 465F. Tese de Doutorado em História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/9467>> Acesso em 17 de junho de 2015. p. 211

¹³⁶ Esse plano foi entregue ao Cardeal da Mota em 1730, mas só foi divulgado em Portugal em 1735. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. “Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches”. *Revista de História e teoria das idéias*. Revoltas e revolução. Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, pp. 377-395, 1984. p. 2.

¹³⁷ Suas principais funções, segundo Ramos Júnior, eram coletar as novidades literárias em várias disciplinas, adquirir documentos científicos, comprar e vender de livros e auxiliar no recrutamento de outros acadêmicos. RAMOS JR., Nelson de C. *Op. Cit.*, 2013. p. 66.

¹³⁸ Idem, *Ibidem*. p. 58.

¹³⁹ ANDRY, Charles Louis François. Précis Historique sur la vie de M. Sanchès. In: *Catalogues de livres de feu M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès*. Paris: Chez de Bure, 1782. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5500059t.r=catalogues+livres+de+feu+sanches> p. 14. Acesso em 15 de março de 2017.

lembrar que tal possibilidade de aprendizado foi enfatizada pelo próprio Hipócrates, que afirmara que “aquele que deseja tornar-se um cirurgião, deveria ir para a guerra”¹⁴⁰. De fato, ao acompanhar o exército russo em campanha, Sanches pôde examinar de perto doenças que vitimaram alguns dos soldados, bem como aprender novas modalidades terapêuticas, como o banho de vapor, prática comum entre os russos, sobre a qual Sanches escreveu, posteriormente, no ano de 1779, uma memória, que foi lida na Sociedade Real de Medicina de Paris e publicada em seus anais¹⁴¹.

Depois de Sanches ter regressado da campanha, em 1736, a imperatriz russa o nomeou médico do Corpo de Cadetes, além de chamá-lo para assistir alguns nobres da corte russa¹⁴². Ainda, Sanches deu início a redação de alguns manuscritos, entre eles, a *Materia Medica*, para a qual se baseou em Boerhaave, Van Swieten, Friedrich Hoffmann e Plínio. Contudo, a obra acabou por ficar incompleta. Redigiu também a *Praxis Medica Interna* e outra colecção intitulada *Versurae phisicae (morbosae), chemicae, physiologicae et historiae naturalis, anatomiae*, composta, essencialmente, por observações anatomo-patológicas. Tal momento foi bastante produtivo na vida de Sanches, pois foi também neste período que Sanches começou a escrever sua obra *Dissertação sobre as Paixões da Alma*, concluída em 1753, e na qual discorre sobre as emoções e seus efeitos patológicos.

Em 1740, Ribeiro Sanches foi nomeado médico da Corte, o que lhe conferiu um ordenado de 2000 rublos, acrescentando-se moradia, alimentação e transporte. Neste mesmo ano, Sanches passou a se comunicar com Jean Jacques Dourtaus de Mairans (1678-1771), secretário da Academia de Paris¹⁴³. O médico português era muito estimado pelos nobres russos, entre eles a princesa Sofia (1759-1828) e a futura imperatriz Catarina II (1729-1796), de quem ele cuidou. Catarina II, inclusive, menciona em suas *Memórias* que Sanches lhe salvou a vida. Devido a todos estes êxitos, ao médico foi concedido o título de Conselheiro de Estado. Entretanto, a situação de Sanches passou a se desestabilizar com a morte de Anna

¹⁴⁰ PORTER, Roy. “Surgery”. In: _____. *Blood and Guts: A Short History of Medicine*. London: Allen Lane. 2002.

¹⁴¹ Sanches considerava os banhos russos mais eficazes que determinados medicamentos, promovendo efeitos benéficos à saúde daqueles que valiam-se de tal prática. Para mais informações, ver: SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro; MACHADO, Fernando Augusto (trad.). *Memórias sobre os banhos de vapor da Rússia*. Lisboa: Húmus, 2011.; CARVALHO, Rómulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1979. p. 32.

¹⁴² Ramos Júnior, citando Rómulo de Carvalho, afirma que as atividades desenvolvidas por Sanches no Colégio dos nobres em São Petersburgo lhe permitiram desenvolver uma doutrina pedagógica para Portugal, presente na obra *Cartas sobre a educação da mocidade*. RAMOS JR., Nelson de C. *Op. Cit.*, 2013. p. 63.

¹⁴³ De acordo com Lemos, o contato com Mairans conferiu a Sanches o título de membro correspondente da Academia parisiense. Cf. LEMOS, Maximiano. *Op. Cit.*, 1911. pp. 125-126.

Ivanovna, sucedida por Isabel Petrovna, que demonstrava hostilidade aos judeus¹⁴⁴. Receoso de tais circunstâncias, Sanches decidiu deixar a Rússia e partir, em 1747, para Paris, passando antes pela capital da Prússia, Berlim, onde encontrou o rei Frederico II (1712-1786).

Ao chegar na capital francesa, a despeito de ter apenas uma referência na cidade, D. Luís da Cunha, que logo veio a morrer, Sanches conheceu os portugueses Teodoro de Almeida (1722-1804), filósofo entusiasta da divulgação científica e autor da *Recreação Filosófica ou Diálogo sobre a filosofia natural* (1751), e João Chevalier, astrônomo e membro da *Royal Society*¹⁴⁵. Ambos foram padres oratorianos forçados ao exílio durante a administração pombalina, devido às perseguições a sua congregação. Sanches também se aproximou de diversos intelectuais franceses¹⁴⁶. Ramos Júnior elenca uma série de nomes, como Camille Falconet (1671-1762), médico e membro da Academia da Inscrições e Belas Letras, cuja biblioteca Sanches frequentou; D'Alembert; Buffon (1707-1788); Diderot (1713-1784), que conheceu no salão do barão d'Holbach¹⁴⁷; Daubenton (1716-1800), naturalista; François André Pluquet (1716-1790), filósofo e historiador; Montesquieu (1689-1755); Louis Lavirotte, médico e colaborador do *Journal de Savants* (1725-1759); Anne Charles Lorry (1726-1783), um dos fundadores da Sociedade Real de Medicina de Paris; Félix Vicq d'Azyr (1748-1794), médico da rainha Maria Antonieta, fundador e secretário perpétuo da Sociedade Real de Medicina; Charles Andry (1741-1829), doutor regente da Faculdade de medicina de Paris¹⁴⁸.

¹⁴⁴ Esta é uma das hipóteses acerca da saída de Sanches do Império Russo. Na *Bibliotheca Lusitana*, alega-se que o médico deixou a Rússia por motivos de saúde. Dulac, por sua vez, lembra que fosse como médico, ou como homem de ideias, Ribeiro Sanches não era apreciado por influentes cortesãos russos. Já Rómulo de Carvalho explica que uma das razões para a saída de Sanches havia sido o desentendimento com um médico irlandês de sobrenome Smith, que buscou prejudicar Sanches declarando à toda corte russa a origem judaica do médico português. Para mais informações, conferir respectivamente: MACHADO, Diogo Barbosa. ALMEIDA, M. Lopes de (rev). *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronologica, na qual se comprehende a notícia de Autores Portuguezes, e das obras, que compozerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Tomo IV, Coimbra: Atlântida, 1965-1967. p. 56.; DULAC, Georges. *Op. Cit.*, 2002. p. 268.; CARVALHO, Rómulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1979. pp. 41-42.

¹⁴⁵ RAMOS JR., Nelson de C. *Op. Cit.*, 2013. p. 72.

¹⁴⁶ Em outros trechos desta dissertação, empregamos a palavra “intelectual” enquanto adjetivo. Aqui, no entanto, a palavra refere-se a um ofício. Segundo Maria dos Santos, tal palavra teria surgido final do século XIX, mais especificamente após o caso Dreyfus. Apesar disso, seu uso para contextos anteriores não apresenta grandes problemas, podendo assim substituir com vantagem termos como letrado, escritor ou filósofo. SANTOS, Maria H. C. dos. “Poder, intelectuais e contra-poder”. In: _____. *Pombal Revisitado*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

¹⁴⁷ Na ocasião, Diderot apresentou Sanches da seguinte maneira: Diderot présente à Sophie Volland « le docteur Sanchez, cy devant premier médecin de la czarine, juif de religion et portugais d'origine », en précisant qu'il s'agit d'« un homme bien précieux”. Cf.: Diderot, G. Roth et J. Varloot, eds, *Correspondance*, Paris, Minuit, 1955-1970, t. 3, p. 202. apud DULAC, Georges. *Op. Cit.*, 2002. p. 268.

¹⁴⁸ Ramos Júnior, que realizou uma investigação bastante apurada, acrescenta mais nomes a esta lista. RAMOS JR., Nelson de C. *Op. Cit.*, 2013. pp. 66-67.

Andry, inclusive, foi amigo de Sanches. Foi a ele que Sanches confiou seus manuscritos após a morte, e, além disso, Andry, assim como Vicq d'Azyr, elaborou breves escritos biográficos sobre o médico português, respectivamente o já citado *Précis Historique sur la vie de M. Sanchès* e o *Éloges de Sanchèz*¹⁴⁹. Tais textos, de feição laudatória, constituíam, segundo Vincenzo Ferrone, um novo gênero literário, alinhado com a ideia de progresso:

Esses elogios, publicados periodicamente, tornaram-se com o tempo um verdadeiro gênero literário, uma formidável contribuição à esta “história das ciências”, à qual Condorcet confiou intencionalmente, no final do período das Luzes, a tarefa de fornecer o cerne de uma ideologia do progresso da ‘marcha do espírito humano’ sob o signo do saber científico.¹⁵⁰

Ainda, em Paris, Sanches passou a exercer menos a profissão de médico, entregando-se à erudição e à escrita. Com efeito, durante sua estadia na França, Sanches escreveu as obras mais marcantes de sua carreira, que lhe conferiram maior notoriedade perante a comunidade acadêmica. Em 1750, o médico português finalizou a *Dissertação sobre a origem da doença venérea*, obra que teve numerosas edições e foi traduzida para o alemão e inglês. Por conseguinte, Ribeiro Sanches foi eleito membro da Sociedade Real de Londres. Em 1755, Sanches concluiu o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*.

Embora distante de Portugal, Sanches foi uma figura importante para o seu país. Em 1758, o governo português lhe solicitou um plano de reforma dos estudos médicos, que resultou no *Método para aprender e estudar a Medicina*, impressa somente em 1763, juntamente com *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na qual deviam aprender-se as Ciências Humanas de que necessita o Estado*¹⁵¹. Além disso, um ano antes, o médico recebera uma carta de Diogo Barbosa de Machado, que lhe pedira informações sobre sua vida e obra, com o propósito de publicá-las na *Bibliotheca Lusitana*. Nas páginas dedicadas a Sanches, Machado não economiza nos elogios e caracteriza o médico como alguém de vasto estudo cujo talento já era visível na infância¹⁵².

¹⁴⁹ RAMOS JR., Nelson de C. *Op. Cit.*, 2013. p. 21. Tanto Andry quanto Vicq d'Azyr ressaltaram a imagem de Sanches enquanto homem da ciência, dedicado à utilidade do conhecimento, e consideraram seu patriotismo uma virtude.

¹⁵⁰ FERRONE, Vincenzo. L'homme des sciences. In: : VOVELLE, Michel; ARASSE, Daniel. *Op. Cit.*, 1996. p. 215.

¹⁵¹ No mesmo ano, Ribeiro Sanches conclui outra importante obra, os *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*.

¹⁵² MACHADO, Diogo Barbosa. ALMEIDA, M. Lopes de (rev). *Op. Cit.*, Tomo IV, Coimbra: Atlântida, 1965-1967. p. 56

Apesar de ter recebido uma pensão como remuneração às propostas que apresentou para a reforma do sistema educacional português, Sanches enfrentou problemas com a interrupção dos pagamentos. Sua pensão, concedida em 1759 e interrompida em julho de 1761, foi renovada somente oito anos depois. Durante este intervalo de tempo, contou com a ajuda de Catarina II, que lhe providenciou uma mensalidade, mantida até a morte de Sanches, como sinal de gratidão. De fato, a questão da pensão preocupou Sanches por um longo tempo, como se pode verificar em seu diário. Nele, encontramos o rascunho, escrito em 1770, de uma carta destinada a D. Vicente de Sousa Coutinho (?-1792), embaixador de Portugal em Paris, a quem Sanches lembra do seu empenho em elaborar um método para o ensino superior médico. Algumas linhas adiante, Sanches ensaia pedir a restituição de sete anos e nove meses de pensão, pedido que acabou sendo aceito. Ainda em seu diário, Sanches também questiona acerca da utilidade de seus livros e manuscritos sobre medicina para a universidade de Coimbra, sugerindo a sua venda¹⁵³.

Nos anos seguintes, Sanches continuou escrevendo. Em 1760, concluiu as *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, o seu mais importante trabalho sobre pedagogia, no qual critica a ingerência dos jesuítas no ensino português, e, mais do que isso, aconselha que este seja laico. Cabe aqui indicar que, apesar de sua reconversão, desde a chegada em Paris, Sanches passou a se aproximar do deísmo¹⁵⁴. Em 1771, o artigo *Maladie vénérienne inflammatoire chronique* seria publicado na *Encyclopédie* e Sanches torna-se o único intelectual português a figurar na famosa enciclopédia. O interesse pela doença venérea, nome atribuído à sífilis, e pelas suas formas de tratamento rendeu-lhe, em 1776, a obra *Observações sobre doenças venéreas*, impressa postumamente. Antes, porém, Sanches já havia publicado outros trabalhos sobre o tema, entre eles o *Exame histórico sobre a aparição da doença venérea na Europa* (1774) e a *Dissertação sobre a origem da doença venérea* (1741). Esta última foi uma das mais bem-sucedidas obras de Sanches, tendo sido traduzida para o francês e alemão e editada cinco vezes¹⁵⁵.

Respectivamente em 1778 e 1779, Sanches foi nomeado sócio estrangeiro da Sociedade Real de Medicina de Paris e sócio correspondente da Academia Real das Ciências

¹⁵³ *Mon Journal* (BNP. F. 381).

¹⁵⁴ SARAIVA, Antonio Jose. *Op. Cit.*, 1994. 175.

¹⁵⁵ COSTA, Palmira F. da.; JESUS, António. “António Ribeiro Sanches and the Circulation of Medical Knowledge in Eighteenth-Century Europe”. *Archives internationales d'histoire des sciences*, v. 56, n. 156, pp. 185-197, 2006. p. 193.

de Lisboa. Por fim, a partir de 1780, Sanches teve de enfrentar uma doença à qual, em 1782, não resistiu, morrendo em 14 de outubro, aos 83 anos de idade¹⁵⁶.

Após acompanharmos a trajetória de Sanches pela Europa, constatamos o quanto esta se revela singular. Apesar de sua origem judaica, algo que, na sociedade setecentista lusa certamente constituía uma mácula, Sanches foi uma figura de prestígio perante letrados e políticos do reino. O fato de ter se exilado não representou um rompimento com seu país natal. Pelo contrário, Sanches dedicou-se a Portugal, escrevendo diversas obras que tratavam sobre os problemas de seu país e propondo melhorias e solução para estes.

Igualmente, não podemos deixar de notar como a passagem por diversos países e instituições científicas proporcionaram ao médico português experiências e valiosas observações. Vale lembrar que no século XVIII, muitos autores como Montesquieu e Voltaire, inspirados pela literatura de viagens, lançaram mão de comparações e contrastes, com a finalidade de refletirem sobre os seus próprios países, costumes e leis. De fato, a imersão em novas culturas e cenários científicos permitiu a Sanches repensar tanto a situação de Portugal, quanto as possibilidades de modernização do ensino e de melhorias na saúde pública. Por exemplo, durante sua estadia na Inglaterra, Ribeiro Sanches deparou-se com o desenvolvimento da inoculação e com as vantagens do conhecimento farmacêutico na prática médica¹⁵⁷. Ademais, em suas obras, as referências às técnicas empregadas no estrangeiro são bastante recorrentes. No *Método para aprender e estudar a Medicina*, Sanches declara que as farmacopeias inglesa e escocesa são modelares e acrescenta que a farmácia, enquanto um campo do saber, deveria ser adotada como disciplina na Universidade de Coimbra, uma vez que ela seria imprescindível à formação dos médicos¹⁵⁸.

Na mesma obra, Sanches enfatiza a necessidade de uma breve permanência no estrangeiro aos alunos de medicina. Ainda, em outro documento, o médico português refere-se às vantagens e aprendizados adquiridos durante os seus anos de errância:

¹⁵⁶ A certidão de óbito de Ribeiro Sanches pode ser verificada no apêndice da obra de Lemos, que compilou uma série documentos pessoais do médico português. Cf.: LEMOS, Maximiano. *Op. Cit.*, 1911. p. 356.

¹⁵⁷ Não encontramos menções à inoculação nas obras analisadas de Ribeiro Sanches. No entanto, cabe aqui frisar que um dos principais nomes responsáveis pela divulgação a técnica de vacinação em Portugal foi Henriques de Paiva, sobrinho de Sanches. Na obra *Preservativo das Bexigas e dos Terríveis estragos ou Historia da Origem e Descobrimto da Vaccina, dos seus Effeitos ou Symptomas, e do Methodo de Fazer a Vaccinação &c.*, Paiva buscou alertar seus leitores da eficácia da vacina enquanto instrumento de combate à varíola. Para mais informações, ver: PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: “Um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola”. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 10, n. 26, jul-dez/2009, pp. 91-102.

¹⁵⁸ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. 2003. [1763b]. p. 41

Pareceu-me que seria antes do serviço de S. Majestade comunicar o que aprendi por trinta e quatro anos nas Universidades de Pisa, Montpellier e Leiden, nas Escolas e Hospitais de Londres e da Rússia, e pela correspondência que tive com Mrs. Van Swieten, Haller, Schreiber, Guntz e Gaubius, tocante à verdadeira Medicina, e como deve ensinar-se: Será impossível que se compreenda em Portugal o que se adquiriu em tão vários climas, e com tão diversas pessoas (...).¹⁵⁹

Como o próprio Sanches reitera acima, suas viagens também viabilizaram a configuração de uma vasta rede de contatos. Com eles, Sanches travou relações amigáveis, trocou favores, informações políticas, livros, instrumentos científicos e plantas. Com efeito, o século XVIII assistiu ao estabelecimento de toda uma geografia do conhecimento que transcendeu limites territoriais e linguísticos. Neste cenário de desenvolvimento do capitalismo, de maior circulação de indivíduos pelo continente europeu e de uma retomada da filosofia helenística, emergiu a “República das Letras”, a qual se sobrepunha às origens locais e constituiu uma espécie de comunidade com propósitos intelectuais. Em termos políticos, os homens ilustrados se identificavam ao país de origem em um sentido de lealdade ao soberano. Porém, em termos culturais, estes homens consideravam-se “cidadãos do mundo”, e por isso foram posteriormente denominados “cosmopolitas”, adjetivo que faz referência ao Cosmopolitismo.

O verbete “Cosmopolitismo” da Enciclopédia de Stanford apresenta a história deste conceito, que da Antiguidade à Contemporaneidade admitiu diferentes denotações. O primeiro filósofo que lançou mão do conceito foi o cínico Diógenes, para quem o Cosmopolitismo teria sido uma forma de viver que buscava se aproximar o máximo possível do “natural”, rejeitando-se as convenções socialmente estabelecidas. Além dos cínicos, os estoicos forneceram um outro sentido para Cosmopolitismo, que seria a troca de experiências entre diferentes pessoas, não só do local de origem – a *pólis* –, mas de outros locais do mundo – *cosmópolis*. Conforme apontado acima, os filósofos ilustrados retomaram e reelaboraram a ideia de Cosmopolitismo. Ainda hoje o Cosmopolitismo se expressa de maneiras as mais variadas, existindo, inclusive, uma taxonomia dos “cosmopolitismos contemporâneos”, que podem ser de cunho moral, político, cultural ou econômico¹⁶⁰.

Para Peter Burke, a “República das Letras” representou a dimensão global da geografia do conhecimento setecentista, ao passo que a dimensão local teria se refletido em

¹⁵⁹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1760]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/carta_joaquim_abreu.pdf p. 1. Acesso em 20 de março de 2017.

¹⁶⁰ KLEINGELD, Pauline; BROWN, Eric, "Cosmopolitanism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/cosmopolitanism/> Acesso em 21 de março de 2017.

espaços de sociabilidade científica, tais quais bibliotecas, universidades, sociedades e academias científicas, bem como café e salões. O historiador inglês adiciona que:

As sociedades de estudiosos ajudaram a criar uma identidade coletiva para os letrados e encorajaram o desenvolvimento de comunidades intelectuais, tanto os pequenos grupos mais íntimos quanto a comunidade mais ampla da República das Letras, ligados por visitas e sobretudo por correspondência.¹⁶¹

Assim, Sanches ocupou uma posição preeminente nesta geografia do conhecimento, ligando-se aos principais centros de estudos e a figuras importantes das esferas científica e política. Em consonância com o argumento de Georges Dulac, ao invés de uma única rede de contatos, poderíamos até mesmo dizer que Sanches estabeleceu “redes” de contatos, uma vez que estas eram notadamente heterogêneas. Dulac identifica pelo menos dois tipos de redes: a primeira relacionada ao *milieu* acadêmico e a segunda relacionada ao ambiente da corte¹⁶².

Nas páginas seguintes, gostaríamos de investigar mais profundamente os contatos tecidos por Sanches. Após compreendermos a inserção do médico português nas dinâmicas da sociabilidade científica setecentista, resta-nos agora, de forma mais circunscrita, analisar as ideias debatidas com seus interlocutores sobre o potencial utilitário do conhecimento e da ciência médica, ideias que, de alguma maneira, não teriam sido expressas em suas obras, uma vez que estas circulavam no âmbito público. Neste sentido, as correspondências de Sanches mostram-se proveitosas fontes documentais.

1.4 Correspondentes

A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhar por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. *Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda “pôr em comum”, “comungar”. Escreve-se, pois, ou para *não estar só*, ou para *não deixar só*. Lição de fraternidade, em que as palavras substituem os actos ou os gestos, vale no plano afectivo como no plano espiritual, e participa, embrionária ou pujantemente, do mecanismo íntimo da literatura – dádiva generosa e apelo desesperado, ao mesmo tempo¹⁶³.

Andrée Rocha descreve muito bem o valor da carta enquanto meio de comunicação. A carta implica na presença de duas pessoas, o remetente e o destinatário, que não necessariamente são pares, mas, de alguma maneira, possuem certa afinidade. A carta destina-se

¹⁶¹ BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003. p. 47.

¹⁶² DULAC, Georges. *Op. Cit.*, 2002. p. 252.

¹⁶³ ROCHA, André C. *A epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1985. p. 13.

principalmente aos que estão distantes – daí sua importância nas redes de sociabilidade científica das Luzes –, e nos revela dados biográficos e juízos que o autor faz sobre sua própria época e seus contemporâneos¹⁶⁴.

Enquanto fonte primária, a carta revela-se bastante complexa. De acordo com Adriana Conceição, a carta define-se como um objeto plural e que pode ser considerada um discurso, um texto, uma conversação ou todos esses gêneros ao mesmo tempo. Oscilando entre criação e comunicação, ou entre escrita e fala, a carta pode adquirir diversas funções e, inclusive, ser ressignificada a cada leitura¹⁶⁵. Se a princípio a carta havia sido um objeto fundamental na administração de reinos e impérios, ela também foi um elemento fundamental para suprir a necessidade comunicativa e, na época moderna, para incitar a sociabilidade cortesã¹⁶⁶.

Como Daniel Roche bem nos lembra, as trocas epistolares tornaram coerente uma comunidade de indivíduos dispersos e separados. De fato, as cartas trocadas entre Ribeiro Sanches e seus correspondentes revelam-se proveitosas fontes para elucidarmos, em um sentido mais amplo, as dinâmicas da sociabilidade científica setecentista, e, em um sentido mais circunscrito, as ideias debatidas com seus interlocutores sobre o potencial utilitário da ciência médica.

Ribeiro Sanches foi um prolífico escritor de cartas. Seus primeiros correspondentes foram intelectuais portugueses, através dos quais o médico pôde se manter informado sobre as principais notícias e situação seu país. A propósito, através do diário de Sanches, é notável a importância da prática da troca epistolar em seu cotidiano, uma vez que, a quase cada dia em que o médico escrevia em seu diário, podemos observar na lateral da página o nome das pessoas, separadas por cidade, para quem o médico pretendia enviar cartas¹⁶⁷.

A produção bibliográfica de Sanches também é mencionada pelo próprio autor em algumas passagens de seu diário, como o *Método para aprender e estudar a Medicina* (1763), escrito, segundo Sanches, “por ordem de Vossa Majestade”¹⁶⁸. Outro exemplo pode ser a intenção de Sanches de escrever um tratado sobre a conservação da saúde dos marinheiros. O médico chegou inclusive a comunicar seu desejo a D. Vicente de Sousa Coutinho (?-1792),

¹⁶⁴ ROCHA, André C. *Op. Cit.*, 1985. pp. 13-15.

¹⁶⁵ CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Sentir, escrever e governar: A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779)*. 2011. 384f. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16042012-164420/pt-br.php> pp. 33-34.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Mon Journal* (BNP. F. 381).

¹⁶⁸ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. 2003. [1763a].

talvez – e esta é uma hipótese nossa – com o intuito de receber alguma contribuição financeira da Coroa portuguesa¹⁶⁹.

Entre os correspondentes citados em seu diário, encontra-se Manuel Pacheco Sampaio Valadares (1673-1737), a quem Sanches, entre os anos de 1733 e 1735, confessou as saudades que sentia da terra natal e seu desejo de fazer bem a esta. Ambos chegaram a discutir sobre a iniciativa de estreitar as relações entre a Academia Real de História Portuguesa e a Academia de Ciências de São Petersburgo¹⁷⁰. De fato, os esforços de Sanches em aproximar as duas academias obtiveram êxito, posto que, em 1736, a primeira academia recebeu, por iniciativa do médico, publicações da academia russa¹⁷¹.

Igualmente, Gonçalo Xavier de Alcaçova (1712-?), secretário daquela Academia, trocou diversas epístolas com o médico português, que o cita diversas vezes em seu diário. Os dois conversaram regularmente sobre a pensão de Sanches, cujo reestabelecimento contou com o apoio de Alcaçova, e sobre o comércio em Portugal. Sanches escreveu para o secretário pequenos tratados sobre questões políticas e econômicas, ao passo que este buscou ajudar-lhe com a venda de seus livros e manuscritos para a Coroa portuguesa¹⁷². Ademais, a *Dissertação sobre as paixões da alma*, após a morte de Sanches foi dirigida a Alcaçova¹⁷³. Certamente, podemos deduzir que Alcaçova foi um contato elementar nas redes de sociabilidade de Sanches, afinal, através daquele acadêmico, Sanches não apenas pôde tratar de questões científicas e pedagógicas, mas, talvez mais importante do que isso, o médico foi capaz de garantir uma renda necessária a sua manutenção.

Joaquim Pedro de Abreu e José Joaquim Soares de Barros (1721-1793) também foram contatos prezados por Sanches. O primeiro, formada na arte médica, forneceu notícias sobre o estado do curso de medicina na Universidade de Coimbra. Em uma de suas respostas, datada em 26 de março de 1760, Sanches comenta sobre as mudanças necessárias à reforma do ensino médico, como o envio de estudantes ao estrangeiro, para que, em seu retorno, comuniquem as novidades que vinham sendo realizadas no campo da medicina, ou a adoção da física experimental no currículo deste curso. Nas trocas epistolares, é notável como a educação em Portugal foi um assunto que muito inquietou e inspirou Sanches a alvitrar medidas voltadas para a renovação do ensino.

¹⁶⁹ *Mon Journal* (BNP. F. 381).

¹⁷⁰ DULAC, Georges. *Op. Cit.* 2002. pp. 253-254.

¹⁷¹ DIAS, José S.; RODRIGUES, Manuel Augusto (intr.). *Portugal e a cultura europeia* (séculos XVI a XVIII). Porto: Campo das Letras, 2006. P 180.

¹⁷² LEMOS, Maximiano. *Estudos de história da medicina peninsular*. Porto: Tipografia a Vapor da Enciclopédia Portuguesa. 1916. pp. 346-351.

¹⁷³ Idem, *Ibidem*.

Neste sentido, cabe aqui lembrar que não apenas em suas obras impressas e manuscritas, mas também em muitas de suas correspondências, Sanches insiste em seu propósito de ser útil ao país, o que, além de remeter ao ideal utilitário da ciência, presumivelmente relaciona-se a todo um código de etiqueta e de legitimação estabelecido entre os cientistas e filósofos ilustrados. A seguinte frase, repleta de metáforas, representa isto claramente:

O maior serviço que posso fazer às ciências, e à minha pátria, é capacitar a quem as quiser aprender, mostrar-lhe o que sabem e o que lhes falta; e tirar-lhes as erradas ideias que já sabem e que não necessitam aprender: O maior serviço que faz o Jardineiro às sementes e tenras plantas que semeou é mondar o jardim das inúteis, que crescendo continuamente sufocam aquelas que o hão-de sustentar: A maior, e a principal virtude na Filosofia Moral é arrancar do ânimo os vícios porque sufocam o lume da recta razão: E tudo o que se pretende pela boa Lógica e ciência do Método é dissipar do juízo as opiniões erróneas, nascidas do costume e da educação¹⁷⁴.

Quanto a José Joaquim Soares de Barros, físico e matemático que posteriormente dedicou-se aos estudos demográficos, suas relações com Sanches iniciaram-se quando ambos encontravam-se em Paris. Um tema bastante discutido entre os dois foi a publicação e os gastos da publicação do *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Em carta de 7 de março de 1759, Sanches queixava-se ao físico português sobre as dificuldades financeiras de se editar uma obra, o que, de certo modo, lhe causou certa desmotivação em continuar escrevendo novos trabalhos¹⁷⁵. Através das cartas trocadas entre os dois letrados, podemos vislumbrar aspectos não tão evidentes da vida do médico, como os entraves financeiros que dificultaram a sua produção bibliográfica.

Alguns anos mais tarde, Sanches travou conhecimento de João Jacinto de Magalhães (1722-1790). Os dois intelectuais apresentavam diversas semelhanças: haviam circulado pelo continente europeu, associaram-se a diversas academias e contribuíram para com a disseminação de inovações técnicas e científicas. Frequentemente citado no diário de Sanches, Magalhães debatera com o médico português acerca do uso de instrumentos científicos. Já em 21 de junho de 1770, Sanches lhe oferecia o seu *Método para aprender e estudar a medicina*. Além disso, no ano seguinte à morte de Ribeiro Sanches, Magalhães elaborou notas com informes biográficos sobre o médico. Nelas, Magalhães comenta sobre as plantas raras e outras “curiosidades naturais” que Sanches remeteu a seus correspondentes mais afastados e

¹⁷⁴ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1760]. p. 5.

¹⁷⁵ PINA, Luís de. *A marca setecentista de Ribeiro Sanches na história da higiene político-social portuguesa*. Porto: Tipografia Sequeira, 1957. pp. 3-4.

sobre a generosidade do médico em ajudar financeiramente seus amigos – inclusive o próprio Magalhães –, malgrado sua situação financeira instável¹⁷⁶. Novamente, defrontamo-nos com uma atitude de solidariedade, típica da comunidade científica setecentista.

Conforme apontamos anteriormente, as redes de contato de Sanches estenderam-se para além do continente europeu. Alguns de seus correspondentes, especificamente parentes, encontravam-se naquela que foi a maior colônia portuguesa, o Brasil. Por exemplo, seu sobrinho, o Dr. José Henriques Ferreira (1740-?), físico-mor e médico do Marquês do Lavradio, que na época era vice-rei do Brasil. Foi através de José Henriques Ferreira que Sanches tornou-se membro correspondente da Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro. Os dois debateram acerca das vantagens de se remeter a Portugal “espécies de matéria médica e industrial do Brasil”, tanto para uso médico, quanto comercial. Assuntos de ordem familiar também foram recorrentemente abordados. Enquanto Sanches pediu notícias sobre seu irmão Marcelo e seu primo Gaspar, Ferreira solicitou a mediação de Sanches na educação de seu irmão, Manuel Henriques de Paiva (1752-1829). Ferreira considerava o irmão muito talentoso e tencionava que este pudesse complementar sua formação em química e botânica em Paris ou outro centro de estudo recomendado por Sanches¹⁷⁷.

Também com Manuel Henriques de Paiva Sanches encetou relações amistosas e trocas epistolares, antes mesmo do sobrinho partir para o Brasil. Henriques de Paiva, inclusive, realizou diversas contribuições ao conhecimento médico – sobretudo, ao conhecimento farmacêutico – e sua divulgação. Além de lente de química na Universidade de Coimbra, editor do *Jornal Enciclopédico* e tradutor de trabalhos científicos, Henriques de Paiva, juntamente com seu irmão, participou da fundação da Sociedade de História Natural no Rio de Janeiro. Ele e Sanches trocaram informações científicas e livros de medicina. Além disso, é de se destacar que, em uma de suas mais célebres traduções, a *Medicina Doméstica* de André Tissot (1728-1797), Henriques de Paiva refere-se a Sanches e ao seu *Tratado da conservação da saúde dos povos*¹⁷⁸. Decerto, a referência não se deu por acaso. Afinal, esta obra de Sanches, semelhantemente ao livro de Tissot, elenca diversos conselhos dirigidos não apenas aos magistrados e políticos, mas também aos pais de família, que poderiam aplicá-los em seu lar.

¹⁷⁶ CARVALHO, Joaquim. *Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães (1769-1789)*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1952.; LEMOS, Maximiano. *Op. Cit.*, 1916. pp. 290-295.

¹⁷⁷ Graças à comunicação com Carl von Linné (1707-1778), Sanches obteve da sociedade sueca de Upsala um diploma de fraternidade para a Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro. Cf.: DIAS, José Sebastião da Silva. *Op. Cit.*, 1952. pp. 204 – 498

¹⁷⁸ LEMOS, Maximiano. *Op. Cit.*, 1916. pp. 311-353.

Há ainda dois contatos portugueses, oriundos do ambiente letrado, que merecem nossa atenção. São eles Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e Luís António Verney (1713-1782), dois personagens que, assim como Sanches, colaboraram com a reforma pedagógica em Portugal. A aproximação entre Sarmiento, autor de *Matéria Médica* (1735), obra que causou grande impacto no conhecimento farmacêutico da época, e Sanches principiou em Londres e deveu-se a uma característica em comum: a origem judaica. Os dois médicos passaram a trocar correspondências em 1751, nas quais discorreram sobre inovações científicas e as lições de Boerhaave. Cabe aqui assinalar que os dois médicos, Sanches e Sarmiento, tinham um importante contato em comum e que exercia a mesma arte: Sachetti Barbosa (1714-1774), médico da Casa Real e da Câmara do Infante D. Manuel e Físico-Mor do Exército durante a guerra de 1762. Não obstante terem se correspondido por um longo tempo e trocado anotações e livros – entre eles, o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* –, as relações cordiais entre Sanches e Barbosa teriam findado em meados de 1771. O motivo teria sido o descontentamento de Sanches pelo fato de a paternidade da reforma dos estudos médicos ter sido atribuída a Sachetti Barbosa¹⁷⁹.

No que concerne a Verney, filósofo e autor de o *Verdadeiro método de estudar* (1746), ele e o médico português passaram a se comunicar na década de 50. A maioria destas correspondências está custodiada pela Biblioteca Nacional de Viena e encontra-se escrita em latim. O conteúdo das cartas abrange desde informações pessoais, sobre os estados de saúde de ambos os correspondentes, bem como discussões acerca da sífilis¹⁸⁰. Ademais, não podemos deixar de assinalar as afinidades entre Sanches e Verney. O filósofo, adepto da física de Newton e do mecanicismo, assumiu posições claras contra a Companhia de Jesus e sua ingerência na educação portuguesa¹⁸¹. Luís de Pina frisa outro aspecto comum aos dois intelectuais, qual seja, a ausência de reconhecimento das contribuições de Sanches e Verney no estabelecimento de novas diretrizes para o ensino médico: “Estranhamente, o *Compêndio* de 1771, sem o declarar, aceita a grande maioria das propostas de Verney e de Ribeiro

¹⁷⁹ LEMOS, Maximiano. *Op. Cit.*, 1916. pp. 167-184

¹⁸⁰ ROCHA, André C. *Um epistolário vienense de Ribeiro Sanches*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1980.

¹⁸¹ Malgrado a oposição à ingerência da Companhia de Jesus, não podemos deixar de assinalar um ponto de discordância entre Ribeiro Sanches e Verney: ao passo em que o primeiro havia criticado as perseguições inquisitoriais contra os judeus, o segundo, por sua vez, preocupado em “defender” a religião católica, concebia a atuação da Inquisição em relação aos judeus como necessária. Para maiores informações, consultar: FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos: Luís António Verney: historiografia e método crítico* (1736-1750). 174f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 149-150.

Sanches no Ensino médico e preparação de seus candidatos, sistema que era o de Boerhaave, como se explicou.”¹⁸².

Recuperando o argumento de Dulac, qual seja, a de que as redes de contatos de Sanches apresentavam pelo menos duas naturezas distintas, a acadêmica e a cortesã, o médico português, de fato, também teve relações sólidas e duradouras com diplomatas e homens ligados à política. Especialmente no Império russo, Sanches ascendeu a cargos respeitáveis, nomeadamente a médico do Corpo de Cadetes e a médico pessoal da imperatriz, tornando-se uma figura preeminente na corte deste país. Certamente, isto repercutiu em sua reputação enquanto cientista. Neste sentido, a tese de Mario Biagioli revela-se bastante elucidativa. O historiador critica a oposição entre ciência moderna, – que teria representado as forças progressistas – e a corte – retrógrada e um símbolo da tradição –, afirmando que a cultura aristocrática teve um papel preponderante no processo científico. A partir de tal perspectiva, podemos dizer que o espaço da corte prestou-se à autoconstrução dos cientistas e sua legitimação. Nas palavras de Biagioli:

Antes da institucionalização da ciência, a adoção de teorias, paradigmas cosmovisões e práticas científicas não representava somente o que hoje se chamaria “cultura profissional”. Como já se foi afirmado, o que estava em jogo com frequência nos debates não era apenas a opinião do filósofo sobre um fenômeno específico nem sua posição dentro da comunidade profissional, e sim seu *status* social e sua identidade mesma¹⁸³.

Além de aristocratas russos, Sanches também se aproximou de membros da corte portuguesa. Com eles, tratou de assuntos eminentemente políticos, relacionados a sua pensão e à adoção de medidas reformistas. Entre tais contatos, podemos citar D. Luís da Cunha, correspondente assíduo de Sanches. D. Luís da Cunha (1662-1749) foi uma figura influente nos assuntos administrativos. célebre diplomata no tempo de D. João V, desembargador do Paço, suprenumerário da Academia Real de História e comendador da Ordem de Cristo, Cunha foi enviado primeiramente a Utrecht, onde ocupou o cargo de ministro plenipotenciário de Portugal entre os anos de 1710 e 1713, e também a Londres (1715), Madrid (1719) e Paris (1720), cidades nas quais exerceu a função de embaixador e representante da corte de D. João V. Cunha ficou conhecido pela escrita de seu *Testamento politico*, texto em formato de carta dirigido a D. José I (1714-1777) no qual o diplomata elabora diversos conselhos concernentes à criação da polícia da corte, ao fomento da indústria e à reforma do exército, da marinha e da

¹⁸² PINA, Luís de. *Op. Cit.*, 1957. p. 30

¹⁸³ BIAGIOLI, Mario. *Galileo courtier: the practice of science in the culture of absolutism*. Chicago, IL: Univ. of Chicago, 1993. p. 271.

magistratura. Foi a pedido de Cunha, na época embaixador em Haia, que Sanches elaborou um parecer, aproximadamente entre os anos de 1730 e 1731, acerca da reforma universitária, principalmente do ensino médico¹⁸⁴.

Sanches também se correspondeu com o sobrinho de D. Luís da Cunha, D. Luís da Cunha Manuel (1703-1775), secretário de Estado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros e colega de Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado do Reino, que posteriormente ficaria conhecido como Marquês de Pombal¹⁸⁵. Em carta de 26 de janeiro de 1757, Sanches queixa-se dos gastos relativos à impressão de seus trabalhos, o que lhe impede de escrever para “a utilidade da pátria”. Diante disso, o médico português, cauteloso e valendo-se de todo um discurso cortês e de reverência ao soberano, alega que:

Se u quizera alegar serviços, e despezas que fis despos de vinte e seis para servir a minha patria persuado me da clemendia de Sua Magestade que serião atendidas nesta occasião: Mas agora não pesso galardão nem ustiça; pesso somente a V. Excellencia humildemente a sua proteção, e a clemencia de Sua magestade que me de meynos para satisfazer o ardente dezejo que tenho de sirvillo, lendo, e escrevendo o que lhe podera ser util e aos seus fieis vassallos¹⁸⁶.

Monsenhor Pedro da Costa de Almeida Salema (1700-1782), diplomata em Paris, foi outra figura política que se correspondeu com Sanches. As primeiras cartas, escritas pelo médico português, abordam a elaboração de um método para o curso de medicina. Em 26 de junho de 1758, Sanches busca convencer o seu destinatário do aproveitamento de sua proposta, que não se destinava apenas ao ensino, mas também à regulação das profissões ligadas às artes da cura:

Se fôr approvada a minha proposta, que venham estudantes a aprender nas universidades estrangeiras e que se estabeleça uma Escola Geral e Real de Medicina, então escreverei de que *modo deve ser governada; como se ha* de ensinar e aprender nela esta Sciencia; *como hão* de ser os exames e os grus que hão-de tomar os que a estudaram. Tambem tratarei por quem havia de ser praticada a cirurgia no reino e seus dominios. E também onde deviam aprender os boticarios e como deviam ser governadas as boticas e os droguistas. Onde haverão de aprender as parteiras e por quem haverão de ser instruidas. Tratarei do prejuizo que causou á arte medica e ao bem publico a premissão de se venderem segredos para curar. E emfim tratarei estas

¹⁸⁴ BOTO, Carlota. “A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, nº44, maio/agosto, 2010. p. 285. Da mesma autora, conferir também: BOTO, Carlota J. M. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. 2011. 379f. Tese (Livre Docência em Políticas Públicas – Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-12092011-152740/>

¹⁸⁵ Cabe aqui lembrar que Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, recebeu os títulos de Conde de Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal em 1770. Este último o consagrou na história portuguesa.

¹⁸⁶ LEMOS, Maximiano. *Op. Cit.*, 1911. p. 343.

materias de tal modo que todo o Estado tire o proveito igual ás despesas que fizer com estes estabelecimentos ecom as pessoas que hão-de executar e Sua Magestade Fidelissima¹⁸⁷.

Todavia, as relações com Salema nem sempre foram cordiais. Apesar de suas propostas terem sido bem aceitas pelo Conde de Oeiras, que, em 1759, concedeu a Sanches uma pensão anual, determinados atritos pessoais com Salema culminaram na suspensão do pagamento¹⁸⁸. Como apontamos na breve biografia de Sanches, graças ao intermédio de D. Luís da Cunha Manuel e sobretudo de D. Vicente de Sousa Coutinho (?-1792), sua pensão foi retomada.

O assunto chegou inclusive a ser discutido diretamente com o Conde de Oeiras. No dia 9 de outubro de 1769, Sanches remetia ao secretário uma carta em agradecimento ao ressarcimento das tensas que não haviam sido corretamente pagas. Na mesma carta, o médico ainda acrescenta que enviaria a Pombal uma edição do *Método para aprender e estudar a medicina*, cuja segunda parte, nomeada *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real*, critica e busca corrigir pensamentos e consequências em vigor nos últimos anos em Portugal. Com efeito, não podemos nos esquecer que o êxito de Pombal em tomar as rédeas da administração deveu-se a sua experiência diplomática e ao seu “círculo de amigos e conhecidos que incluía algumas das figuras mais eminentes nas ciências, em especial dentro da comunidade de expatriados portugueses (...).”¹⁸⁹.

Certamente, Sanches foi uma dessas figuras. Não por acaso, no século seguinte, Camilo Castelo Branco (1825-1890) o chamara de “o oráculo do Marquês de Pombal”¹⁹⁰. Ora, enquanto romancista, é bem possível que a afirmação de Camilo Castelo Branco se baseie mais em aspectos líricos do que verídicos, no entanto, o fato de Ribeiro Sanches ser citado de tal maneira por um dos mais consagrados romancistas portugueses revela o impacto da atuação e a importância do médico português.

A posição de Ribeiro Sanches nas redes de sociabilidade científica bem como sua ligação com a esfera de poder acentuaram a repercussão de seus escritos. Muitas das suas propostas, por vezes reapropriadas, outras vezes tomadas em sua forma original, deram ensejo às reformas estabelecidas durante o período pombalino e o reinado mariano. E, mesmo após

¹⁸⁷ Idem, Ibidem. pp. 344-345.

¹⁸⁸ BOXER, Charles. “António Nunes Ribeiro Sanches: Um iluminista português”. *Vida Mundial*. Lisboa, 19 Jun. 1970. p. 47.

¹⁸⁹ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. p. 10

¹⁹⁰ CASTELO-BRANCO, Camilo. “O Oráculo do Marquez de Pombal”, In: *Noites de Insomnia: oferecido a quem não pode dormir*. Porto/Braga: Liv. Internacional, 1874.

sua morte, podemos observar a ressonância de suas ideias no cenário ilustrado português, sobretudo nas políticas destinadas à saúde pública.

CAPÍTULO 2

As condições sanitárias em Portugal

Saignare, purgare et clysterium donare. Esta expressão latina anuncia os mais recorrentes procedimentos terapêuticos, nomeadamente sangrias, purgações e clisteres, que compunham a prática médica da época moderna¹⁹¹. Através deles, os médicos acreditavam poder estimular a secreção dos humores corrompidos, eliminando assim a causa da enfermidade. Além destes procedimentos, era bastante comum o uso de poções, unguentos, mezinhas e emplastros feitos à base de componentes de origem animal e, principalmente, vegetal¹⁹². Da colheita de plantas e outros artigos naturais à preparação dos medicamentos, seguia-se uma série de critérios, inclusive astrológicos e religiosos¹⁹³.

Tais tratamentos não eram aplicados apenas pelos profissionais da “medicina acadêmica” – essencialmente, médicos, boticários e cirurgiões –, sendo também utilizados por parteiras, curandeiros, sangradores e empíricos, que teriam representado a esfera da “medicina popular”¹⁹⁴. Com efeito, as fronteiras fluidas entre os saberes acadêmico e popular acabaram por constituir um grande entrave à afirmação da autoridade médica. A situação complicava-se ainda mais com a ausência de farmacopeias oficiais, textos que regulavam a preparação e venda de medicamentos, e com a profusão dos ditos “remédios de segredo”. Fabricados por

¹⁹¹ LEBRUN, François. *Se soigner autrefois: médecins, saints et sorciers aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Seuil, 1995. p. 62.

¹⁹² As mezinhas eram remédios caseiros. Além delas, havia também as triagas – ou triacas –, palavra que fazia referência aos medicamentos feitos a base de animais, plantas e outras substâncias. Para mais informações, ver: CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo, SP: Xamã, 1994.

¹⁹³ Segundo Márcia Moisés Ribeiro, a importância do conhecimento da astrologia nas práticas de cura evoca os nomes de Hipócrates, Galeno e Avicena. Os três preconizaram a relação entre macrocosmo (os astros, as mudanças climáticas, etc.) e o microcosmo (o corpo humano). Por isto, a observação dos movimentos da natureza era fundamental à aplicação de determinados tratamentos. A autora também nos lembra que, no século XVIII, a astrologia não era um recurso exclusivo aos leigos, sendo também bastante utilizada por médico eruditos e até mesmo outros cientistas: “(...) mesmo com o avanço do ceticismo em relação às influências astrais no funcionamento do corpo humano e na determinação da doença, a “ciência” astrológica ainda encontrava defensores entre os círculos de letrados”. RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997. pp. 74-75.

¹⁹⁴ Colocamos as expressões medicina acadêmica e medicina popular entre aspas, pois não as consideramos completamente adequadas para fazer referência aos tipos de profissionais implicados nas artes de cura. Ao longo do capítulo, discutiremos mais profundamente esta questão.

médicos, mezinheiros, boticários e mesmo por sujeitos alheios às artes da cura, estes medicamentos eram considerados ímpares e seus ingredientes nunca eram divulgados, mas apenas os seus efeitos, que supostamente aliviariam os mais diversos tipos de achaques¹⁹⁵.

Diante deste cenário sanitário caracterizado por certo ecletismo de profissionais de cura e pela variedade de medicamentos e mezinhas, cuja preparação na maioria das vezes repousava mais sobre princípios “mágicos” e menos sobre princípios racionalistas, há ainda outro elemento, relacionado à consolidação de uma autoridade médica, a se destacar: a cidade. Palco de epidemias, imundícies e eflúvios pútridos, a cidade, sob a ótica médica setecentista, passou a constituir uma ameaça à saúde de seus habitantes. Cabia portanto aos médicos – neste caso, os médicos acadêmicos – a prerrogativa de desinfetar e eliminar a sujeira, implementando uma vigilância sobre a insalubridade dos espaços e das pessoas.

Neste capítulo trataremos da situação sanitária em Portugal, e, mais especificamente, em Lisboa no século XVIII¹⁹⁶. Tal situação foi marcada por três importantes questões, que serão abordadas nos itens que compõem o presente capítulo: as tênues fronteiras entre médicos licenciados e “práticos”, que lançavam mão de práticas de cura similares; a farmácia setecentista, cujo arsenal terapêutico contemplava, ao mesmo tempo, ingredientes “fantásticos”, oriundos do universo mágico e/ou religioso, remédios de inspiração galênica, medicamentos feitos a partir de substâncias químicas e drogas originárias dos domínios coloniais; e, o espaço urbano enquanto fonte de doenças e alvo de higienização.

Para melhor vislumbrarmos tal cenário, recorreremos a relatos de estrangeiros, bem como trabalhos de letrados portugueses, destacando-se, é claro, as obras de Antônio Nunes Ribeiro Sanches, especialmente aquelas que tratam sobre o tema do ensino da medicina e da saúde pública. Tais fontes mostram-se profícuas e nos permitem averiguar as circunstâncias sanitárias em Portugal durante o século XVIII. Ademais, os escritos de Sanches, mais do que nos apresentarem suas impressões sobre a prática médica em sua terra natal, revelam todo um projeto de saúde pública, alicerçado sobre premissas científicas e ideais ilustrados. Nos itens a seguir, investigaremos quais foram as principais propostas de Sanches e como elas se relacionavam com a realidade sanitária portuguesa.

¹⁹⁵ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista*. 1998. 252f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. p. 190. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000124061>. Acesso em 11 de abril de 2017.

¹⁹⁶ Conforme assinalado na introdução desta dissertação, o foco na cidade de Lisboa justifica-se pelo volume da documentação, e, além disso, pelo fato de a sede da Intendência Geral da Polícia ter sido estabelecida na capital do reino.

2.1 Os agentes de cura e as tênues fronteiras entre as medicinas popular e acadêmica

Na Europa das Luzes eram muitos os ofícios que se ocupavam da saúde alheia. Médicos, cirurgiões, cirurgiões-barbeiros, algebristas, parteiras, boticários, empiristas, curandeiros, entre outros, socorriam a população, avaliando as causas das doenças, lançando mão de práticas curativas e receitando medicamentos e mezinhas. De acordo com Pereira, cada um destes agentes de cura era procurado em uma situação específica:

Quando atacado de alguma enfermidade, o indivíduo podia optar por uma ou mais soluções: chamava o médico ou o cirurgião; o algebrista ou o endireitista quando se tratava de colocar ossos no lugar; apelava para os santos; solicitava a presença do exorcista ou da benzedeira quando atribuía a moléstia a malefícios; ou, finalmente, recorria a feitiçeiros¹⁹⁷.

Todavia, na maioria das vezes, estes agentes faziam de tudo um pouco, atuando de fato como “omnipráticos”¹⁹⁸. Também vale lembrar que muitos deles mal haviam tido uma formação profissional “apropriada”, ou seja, através de alguma instituição educativa, tendo adquirido seus conhecimentos através de observação ou convivência com outros profissionais de saúde, daí os nomes “empirista” e “prático”, os quais também eram designados pelos médicos acadêmicos como “charlatães”.

Certamente, tal designação, de cariz pejorativo, expressava um claro esforço de desqualificação daqueles implicados na esfera da “medicina popular”. A expressão, inclusive, mostra-se bastante questionável, pois, conforme apontamos no início deste capítulo, no período moderno, as fronteiras entre medicina popular e erudita eram tênues. Em primeiro lugar, ambas compartilhavam concepções de corpo, saúde e doença semelhantes. A despeito das modificações na ciência médica introduzidas pelo movimento da chamada “Revolução Científica”, como a adoção de princípios racionalistas e experimentalistas, a medicina moderna ainda bebia de fontes “mágicas” e sobrenaturais. Assim, feitiçarias, agouros, adivinhações e rezas podiam ser usados com o propósito de curar alguma enfermidade.

Além disso, tanto médicos e cirurgiões bem como curandeiros e empíricos serviram-se de modalidades terapêuticas baseadas especialmente na teoria humoral de Hipócrates e Galeno. Com a finalidade de purgar os humores corrompidos do corpo, os médicos aplicavam

¹⁹⁷ RODRIGUES, João Damião. “A estrutura social” In: SERRÃO, Joel; MARQUES, Antônio H. O. *Nova história de Portugal*. Volume 7: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil. Lisboa: Presença, 2001. Pp 405-441.

¹⁹⁸ FAURE, Olivier. *Histoire sociale de la médecine*. Paris: Anthropos: Diffusion Economica, 1994. p. 106.

em seus pacientes clisteres, recorriam a sangrias e recomendavam vomitórios¹⁹⁹. Na verdade, estas formas de evacuação eram corriqueiramente empregadas visando a prevenção de enfermidades específicas, e menos a sua cura.

O uso generalizado da sangria foi criticado por Ribeiro Sanches. Para o médico, o efeito das sangrias, sobretudo quando ministradas em excesso, poderia ser nocivo e representaria a ausência de conhecimento sobre práticas terapêuticas mais eficientes:

Além da inutilidade do referido socorro, que têm os povos pelos Barbeiros Cirurgiões, têm um dano inevitável e seu destruidor. Não têm estes homens conhecimento de outro remédio mais eficaz, nem que saibam melhor aplicar do que a *Sangria*: sangram em todas as queixas, porque não conhecem outro remédio: daqui vem sangrarem doze até dezoito vezes (como vi) ainda mesmo nas febres intermitentes símplices (...) ²⁰⁰.

Embora neste trecho Sanches refira-se aos “Barbeiros Cirurgiões”, é certo que médicos formados, e, inclusive, médicos célebres eram adeptos das sangrias. Nas linhas seguintes, Sanches cita dois deles, Curvo Semedo (1635-1719) e Fonseca Henriques (1665-1731), – autores respectivamente de *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte* (publicado em 1720) e *Medicina Lusitana* (1710) –, e alerta que suas recomendações, ao contrário do esperado, poderiam “destruir os enfermos”²⁰¹.

Décadas depois, José Henriques Ferreira, médico e sobrinho de Sanches, escrevera sobre a preeminência da sangria enquanto método terapêutico: “Em Portugal e sobretudo em Lisboa foi este método extremamente abraçado, persuadindo-se a maior parte dos Médicos, que em Lisboa não havia sangria má, nem purga boa (...)”²⁰². À observação de Henriques Ferreira, podemos acrescentar o relato de um estrangeiro anônimo que esteve em Lisboa durante o reinado de D. João V:

Os médicos do país são tidos, no consenso geral, como muito hábeis; contudo, são extremamente pródigos do sangue dos doentes e quase não conhecem outro tratamento que não seja o das sangrias. Nas doenças correntes começam por ordenar uma meia-dúzia de sangrias e quando o mal se torna teimoso eles elevam o

¹⁹⁹ A título de curiosidade, o historiador François Lebrun indica que, nesta época, acreditava-se que o corpo possuía 24 litros de sangue, dos quais 20 litros poderiam ser drenados. As sangrias eram feitas em diversas partes do corpo, escolhidas conforme a doença a ser prevenida ou curada. Já os clisteres consistiam em uma espécie de seringa utilizada para lavar o intestino. LEBRUN, François. *Op.Cit.*, 1995. p. 62.

²⁰⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. p. 18.

²⁰¹ Idem, *Ibidem*. p. 19.

²⁰² FERREIRA, José Henriques. *Discurso Crítico em Que Se Mostra o Dano Que Tem Feito aos Doentes, e ao Progresso da Medicina em Todos os Tempos, a Introdução, e Uso de Remédios de Segredo, e Composições Ocultas, não só pelos Charlatães, e Vagabundos, mas também pelos Médicos, Que os Têm Imitado*. Lisboa: Oficina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785. p. 57.

tratamento até 15 ou 20 sangrias e de tal maneira que o melhor que pode acontecer ao doente é ficar com uma anemia de que terá de se recuperar²⁰³.

Voltando às tênues fronteiras entre medicina popular e acadêmica, é importante considerar que, para o historiador, dissociar uma da outra acaba por constituir um gesto inócuo, e, pior do que isso, um gesto que impede a constatação de um importante aspecto da realidade sanitária desta época: a sobreposição das medicinas “popular” e “elitista”. Para Mary Lindemann, tal sobreposição representou “(...) um largo substrato de crenças comuns sobre a saúde, a doença e as terapêuticas, que a maior parte da sociedade partilhava, e que caracterizava justamente a medicina na Idade Moderna.”²⁰⁴.

De fato, a perspectiva de Lindemann mostra-se bastante pertinente para ponderarmos acerca das relações entre as medicinas acadêmica e popular. Estas não se encontravam separadas uma da outra e não eram opostas. Ou seja, a primeira não impunha seus princípios e regras à segunda, e esta, por sua vez, não resistia meramente²⁰⁵. Ao contrário de uma visão simplista, tais relações foram bastante complexas e caracterizadas por um intenso intercâmbio de crenças e práticas. Portanto, se havia uma diferenciação entre os dois grupos, ela se justificava menos por questões de conhecimento e mais por aspectos de distinção social.

David Gentilcore acrescenta outro aspecto pertinente à questão: a ausência de referências aos curandeiros nos documentos administrativos. A hipótese do autor é a de que tais figuras não eram consideradas “desvios”, ou seja, algo que preocupasse as autoridades a ponto de serem citados na documentação. Na verdade, curandeiros e empíricos constituíam um grupo bastante conhecido e aceito pela população, o qual, em decorrência disso, não se encontrava à margem da prática médica. Entretanto, ao longo do Setecentos, podemos observar o início do processo de separação entre os dois grupos. Gentilcore indica que:

Não há dúvidas que as medicinas erudita e popular começaram a se distanciar durante o século XVIII. No final do século XIX, a medicina popular revelou-se, para os observadores contemporâneos, muito distinta da medicina científica, quase como se constituísse um mundo separado²⁰⁶.

²⁰³ CHAVES, Castelo Branco. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983. p. 61.

²⁰⁴ LINDEMANN, Mary. *Medicina e sociedade no início da Europa moderna*. Lisboa: Replicação, 2002. 2002. p. 11.

²⁰⁵ PIMENTA, Tânia. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*. 1997. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000118425>. Acesso em 02 de setembro de 2015. pp. 85 – 86.

²⁰⁶ GENTILCORE, David. “Was there a popular medicine in early modern Europe”. *Folklore*. v. 115, n. 2, pp. 151-166, 2004. p. 160.

Os médicos acadêmicos estavam cientes de sua posição instável. Em termos de disputa de mercado, os “terapeutas populares” tinham uma particularidade a seu favor: o emprego de uma linguagem mais acessível, sendo assim preferidos pela maioria da população. Aqueles médicos, por sua vez, eram vistos com certa desconfiança. A formação universitária representava menos uma garantia de sua capacidade de curar os doentes e mais certo pedantismo. Além disso, não podemos nos esquecer da escassez de médicos, principalmente nas cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto²⁰⁷. Inclusive, o próprio Sanches atenta-se para este contratempo:

Existem hoje por todo o Reino muitos lugares e aldeias destituídos de todo o socorro Médico: sendo a causa que o limitado número dos seus habitantes, e das suas posses, não poderão contribuir ao sustento de um Boticário, um Cirurgião, e muito menos de um Médico: vivem nestes lugares os Barbeiros Sangradores; a necessidade os obriga a ser Médicos e Cirurgiões; e aqueles que são mais prudentes e de melhor consciência consultam por escrito os Médicos nas doenças que tratam: Mas a resposta é depois de dois ou três dias, como também os remédios, que vêm com o aviso do Médico das Vilas distantes às vezes de quatro e cinco léguas: de tal modo que chegam passada a oportunidade para curarem²⁰⁸.

A incerteza em relação ao conhecimento dos médicos formados serviu de inspiração para a escrita de obras literárias. Um exemplo emblemático é *O doente imaginário*, peça escrita em 1673 pelo francês Molière (1622-1673), que satiriza os médicos seiscentistas, sobretudo suas linguagens e suas pretensões. O título faz referência a Argan, personagem que, acreditando estar doente, abandona-se completamente aos cuidados de seus médicos. Seu irmão, Béralde, indignado com a ingenuidade de Argan, busca convencê-lo da ineficácia do saber dos médicos: “Eles [os médicos] conhecem a grande maioria das humanidades clássicas, sabem falar fluentemente o latim, sabem nomear em grego todas as doenças, defini-las e classificá-las, mas, quanto a curá-las, eles não sabem de nada”²⁰⁹. Em outras palavras, Béralde alerta o irmão sobre o fato de que os médicos acadêmicos não dominam de forma efetiva as

²⁰⁷ CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1990. p. 108.

²⁰⁸ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a]. p. 17.

²⁰⁹ MOLIÈRE; HUCHER, Yves (org.). *Le malade imaginaire*. Paris: Librairie Larousse, 1970. p. 103 [Tradução nossa]. Outro exemplo do âmbito da literatura, escrito no século XVIII entre os anos de 1715 e 1735, é a *História de Gil Blas de Santillana*, da autoria de Alain-René Lesage. Nesta novela picaresca, um dos personagens é o Dr. Sangrado, mestre de Gil Blas, o protagonista da obra. O nome do médico expressa um claro deboche ao principal método por ele empregado: as sangrias, cujo malogro é narrado por Gil Blas: “(...) muita água bebida e muito sangue derramado [medidas aplicadas nos pacientes]; mas eu não sei como era aquilo: morriam-nos todos, ou porque os remédios não prestavam, ou porque as moléstias eram incuráveis. Raras vezes íamos fazer três visitas ao mesmo enfermo: logo à segunda, ou nos diziam que tinha ido a enterrar naquele instante, ou o achávamos nas ânsias da morte.”. LESAGE, Alain-René. *História de Gil Blas de Santillana*. Tradução por Bocage. São Paulo: Ensaio, 1990. p. 110

artes de curar, porém, munidos de uma suposta erudição, acabam por se beneficiar da credulidade de seus pacientes.

No século seguinte, mais especificamente em 1738, o escritor português Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), também conhecido como Cavaleiro de Oliveira, não poupou críticas aos médicos e igualmente aos boticários. Em uma carta à Condessa de N., Oliveira, em tom provocativo, apresenta a seguinte observação: “Que doce consolação para o coitadinho do enfermo, a de partir para o outro mundo, pela pouca inteligência do médico, ou pela má inteligência do médico e do boticário?”²¹⁰. Aos olhos do autor, inaptos a descobrir as causas das doenças e curá-las, os médicos e boticários poderiam até mesmo ser responsáveis pelas mortes de seus pacientes.

Desaprovados pelos seus métodos e conhecimento duvidoso, bem como confrontados pela ingerência dos terapeutas “populares”, os médicos acadêmicos, cientes de sua posição instável, buscaram afirmar a sua autoridade profissional. Neste sentido, uma das primeiras medidas a se destacar foi posta em prática pela Inquisição. Não obstante no século XVII a Inquisição ter se ocupado de feiticeiros e indivíduos acusados de bruxaria, no século seguinte, sua atenção direcionou-se aos profissionais sanitários que realizavam curas mágicas. Em um interessante estudo sobre o tema, o historiador Timothy Walker identifica um aumento substancial de processos inquisitoriais contra curandeiros e outros terapeutas ligados à “medicina popular” entre os anos de 1709 a 1755²¹¹. Mas a razão para tal aumento não teria sido apenas de ordem religiosa. Os curandeiros teriam representado uma afronta aos dogmas da Igreja católica e à fé cristã com seus rituais profanos e superstições e, mais do que isso, um obstáculo aos interesses econômicos da Coroa, que arrecadava dinheiro através de taxas cobradas para a concessão de licenças que permitiriam o exercício de ofícios destinados à assistência e saúde. Além da Igreja e da Coroa, havia outro agente envolvido nas perseguições aos curandeiros: os profissionais médicos que atuavam dentro da Inquisição como familiares do Santo Ofício, função que lhes garantia *status*, prestígio social e influência política, assim como uma série de benefícios, tais quais isenção de serviço militar e impostos gerais²¹².

A título de exemplo, importantes figuras, entre elas Sachetti Barbosa, apresentado no primeiro capítulo como correspondente de Ribeiro Sanches, foram familiares do Tribunal do Santo Ofício. Outro familiar bastante célebre foi Brás Luís de Abreu (1692-1756), autor de

²¹⁰ OLIVEIRA, Francisco Xavier de; RAMOS, Vitor (compil.). *Cavaleiro de Oliveira: trechos escolhidos*. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 1968. p. 62.

²¹¹ WALKER, Timothy Dale. *Doctors, folk medicine and the Inquisition: the repression of magical healing in Portugal during the Enlightenment*. Leiden; Boston: Brill, 2005. p. 8.

²¹² Idem, *Ibidem*. pp. 188-208.

Portugal Médico. Abreu não omitiu sua indignação no que dizia respeito ao uso de feitiços como panaceia universal, o que, na verdade, acabava escondendo a ignorância dos terapeutas que a ele recorriam:

Valer-se de enganos para encobrir a ignorância, dizendo quando ignora a causa da enfermidade, que ela foi originada de feitiços; e por isso não obram os remédios, que se lhe façam exorcismos, que se lhe apliquem amuletos, e que se chame alguma Mestra que entenda daquilo. Fazer, e compor em sua casa um até dois Medicamentos, que tem em segredo; e aplicá-los como panaceia universal a todas as queixas²¹³.

Tal afirmação causaria certo espanto, posto que justamente a Inquisição foi o órgão que perseguiu e condenou diversos cristãos-novos, o que, vale aqui lembrar, foi a principal motivação para o exílio de Sanches. O fato de médicos que almejavam a renovação do conhecimento médico terem colaborado com as atividades do Santo Ofício, em um primeiro momento, causa alguma perplexidade. No entanto, não o era. Ora, estamos diante do Antigo Regime português, no qual, observando mais de perto, era comum a prática de concessão de mercês, insígnias e hábitos, que nada mais eram do que instrumentos de distinção social cujas origens remontam à época medieval e aos valores compartilhados pela cavalaria, tais quais generosidade, lealdade e cristandade²¹⁴. Em finais no século XVII, um dos principais critérios para se obter uma insígnia, como a de familiar do Santo Ofício, repousava sobre o princípio da pureza de sangue. A partir de então, nas palavras de Fernanda Olival, “(...) as clivagens e hierarquias sociais passaram também a definir-se pelo líquido que corria nas veias de cada um e pelo apreço que lhe era dado”²¹⁵. Não nos esqueçamos que, no Antigo Regime português, ser cristão-novo constituía uma desonra. Assim, os indivíduos que almejassem fazer parte de uma ordem militar, deveriam provar que possuíam o sangue puro, ou seja, que não descendiam de judeus.

Ainda sobre esta questão, vale lembrar que o *ethos* nobiliárquico predominava não apenas na sociedade portuguesa, mas em toda a Europa, o que significa que tal grupo social ditava os valores e comportamentos do período²¹⁶. Neste sentido, podemos compreender o porquê de muitos médicos – inclusive aqueles que criticavam a ingerência da Igreja e da

²¹³ ABREU, Brás L. de. *Portugal Médico ou Monarquia Médico-Lusitana Histórico Prática Symbolica, Ethica e Política*. Coimbra: Officina de Joam Antunes, 1726. p. 685.

²¹⁴ OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Évora: Estar, Coleção Thesis, 2000. p. 22.

²¹⁵ Idem, Ibidem. p. 284.

²¹⁶ MONTEIRO, Nuno. G. “O ‘Ethos’ da Aristocracia Portuguesa sob a Dinastia de Bragança: Algumas Notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei”. *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Artipol, v. 19, 1998, p. 383-402.; RAMINELLI, Ronald. “Nobreza e Riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista”. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 83-110, julho/dezembro 2013. p. 90.

filosofia escolástica no ensino da arte médica – terem aspirado ao cargo de familiar do Santo Ofício. Tal motivação baseava-se menos em uma afinidade com a Igreja Católica e mais em um recurso de elevação de *status*. Outros agentes de cura, em especial sangradores e cirurgiões, ocupações consideradas pejorativamente como ofícios mecânicos, vislumbravam a familiatura como uma forma de neutralizar o estigma de exercerem um ofício mecânico, que demandava esforço manual e físico e que, na época, era visto de forma negativa²¹⁷.

Esclarecida esta aparente ambiguidade, voltemos então às atividades dos tribunais do Santo Ofício face aos curandeiros e terapeutas populares. Timothy Walker conclui que o projeto de repressão exercido pela Inquisição não obteve êxito. Concordamos com o autor que, a respeito disso, as propostas reformistas – e, posteriormente, o seu estabelecimento – de letrados portugueses, em especial Ribeiro Sanches e Verney, contribuíram de forma mais decisiva para a afirmação do conhecimento médico em detrimento dos saberes propagados por terapeutas populares. Os dois alertaram sobre a exiguidade de médicos licenciados em Portugal, e, conseqüentemente, para o predomínio de empíricos e outros tipos de profissionais sem formação nas atividades de assistência à saúde. Diante de tais circunstâncias, alvitaram como soluções novas diretrizes para o ensino superior e também novas políticas de regulamentação e fiscalização das atividades médicas e de seus agentes.

A reorganização do currículo de medicina era algo indispensável para, primeiramente, a renovação do ensino desta arte, e, em segundo lugar, para assegurar uma maior coerência e articulação entre teoria e prática. Até meados do século XVIII, a formação universitária dos médicos variava consideravelmente conforme o país. Embora as obras de Hipócrates e Galeno fossem leituras obrigatórias para todos os estudantes, estes, deparando-se com diferentes sistemas explicativos do corpo e da doença, entre eles o iatro-mecanicismo, o animismo, entre outros, aderiam àquele que mais lhe convinham. Na opinião de Sanches, esta profusão de teorias acabou por prejudicar a medicina, retirando-lhe a condição de ciência:

Nesta confusão os Médicos de toda a Europa no princípio deste século, ou eram simplesmente Empíricos, ou Pirrónicos. Como a Medicina não estava fundada na verdadeira Física; como não havia livro que contivesse os seus fundamentos fundados nela; como todos constavam de observações espalhadas, explicadas pela Filosofia umas vezes Escolástica, Aristotélica, Cartesiana, Química e Mecânica,

²¹⁷ SANTOS, Georgina S. dos. “Artes e manhas”: estratégias de ascensão social de barbeiros, cirurgiões e médicos da Inquisição portuguesa”. In: Monteiro, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela; FLORES, Jorge (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. p. 263.

daqui é que a Medicina perdeu a dignidade de ciência, e aqueles que a professaram, o nome e o ofício de Médico²¹⁸.

Para sanar o problema da existência de diversas “seitas médicas”, expressão usada pelo próprio Sanches, o letrado português preconiza a adoção dos *Aforismos* de Boerhaave, fundamentados em princípios demonstráveis, e que já seriam lecionados no primeiro ano do curso. Verney, apesar de ter sido filósofo, e não médico, escreveu sobre esta matéria e também defendeu a incorporação de Boerhaave entre os autores essenciais à formação médica.

Outra semelhança entre os dois ilustrados: suas concepções de corpo. Alinhados com a perspectiva mecanicista, Sanches e Verney caracterizaram o corpo como uma máquina hidráulica, mais perfeita que um relógio, constituída de vasos, por onde circulam os fluidos, e de ossos, que sustentam esta “máquina” da vida²¹⁹. Embora os fluidos fossem equiparáveis aos humores de Hipócrates, a ideia de máquina alicerçava-se em princípios da física e química modernas. Não por acaso, voltando ao trecho supracitado de Sanches, um dos fundamentos da medicina seria a “verdadeira física”. Notavelmente, a emergência desta nova concepção provocou uma progressiva exclusão de elementos mágicos ou religiosos nas interpretações sobre o corpo humano e seu funcionamento.

Despido de certa aura divina ou mágica, o corpo humano, principal objeto do conhecimento médico, deveria ser conhecido de forma precisa, examinado, separado e classificado, daí, portanto, a importância da anatomia e da cirurgia. Resgatando a história da medicina, Sanches atribui aos Eclesiásticos e aos “Maometanos”, ambos proibidos de derramar sangue, a separação entre medicina e cirurgia, bem como o abandono e ignorância no que diz respeito à anatomia do corpo.

Esta separação da Cirurgia foi a causa da perda da Anatomia, e do conhecimento da Prática da Medicina: porque assim como a Medicina é o conhecimento dos males internos, assim a Cirurgia o é dos externos. E o Médico que não conhecer estes últimos, e que não souber curá-los, não conhecerá nem curará jamais com inteligência os internos²²⁰.

Justamente por conta dos prejuízos causados por tal separação, urgia ensinar aos estudantes de medicina as duas matérias logo que estes ingressassem no curso. Para tanto, Sanches

²¹⁸ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. 2003. [1763b]. p. 27.

²¹⁹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, 2003. [1763b]. p. 3; VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro Método de estudar*. Valença: Oficcina de Antonio Balle, 1746. Tomo 2. pp. 90-91.

²²⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763b]. p. 19.

recomenda que as visitas ao hospital universitário, espaço outrora frequentado pelos estudantes somente no final de sua formação, sejam diárias e obrigatórias a partir do momento em que os alunos começassem a se instruir na arte da medicina²²¹. Da mesma maneira, outro estabelecimento importante seria o teatro anatômico, onde seriam ministradas as dissecações e lições, que permitiriam aos alunos o efetivo entendimento do corpo humano, seus órgãos e tecidos.

Avaliaremos mais adiante como tais propostas e tais espaços foram concretizados. Ainda, dedicando-nos às ideias de Sanches, é necessário considerar que, em suas obras sobre medicina, o ilustrado português traça o perfil do médico enquanto um profissional de confiança e, o mais importante, dotado de conhecimento legítimo, o que o diferenciaria de outros agentes de cura. Primeiramente, seria imprescindível ao médico uma sólida formação científica e cultural. Esta poderia ser obtida através da leitura de autores antigos e, particularmente, de autores modernos – os mais citados por Sanches são: Stephen Hales (1677-1761), John Pringle (1707-1782), Giorgio Baglivi (1668-1707), Thomas Sydenham (1624-1689), entre outros – ; do conhecimento da física, da química e da matemática; e, para além da teoria, de uma formação que valorizasse a prática. Em segundo lugar, culturalmente, também seriam relevantes viagens a países estrangeiros, o que traria ao médico (ou ao aspirante a médico) novas observações sobre costumes, enfermidades e tratamentos, bem como contatos com outros médicos e cientistas. Não é por acaso que esta figura ideal nos remeta ao próprio Sanches: um médico cosmopolita, engajado e que acompanha as principais novidades científicas de sua época²²².

Certamente a iniciativa de asseverar o conhecimento médico acadêmico não partiu só de Ribeiro Sanches. Em outros países europeus tais esforços também se delinearam. Harold Cook aponta que, na Inglaterra moderna, os médicos empenharam-se em reforçar a legitimidade de seu saber através de um discurso sustentado não somente por argumentos científicos e profissionais, mas também por pressupostos éticos. Com maior frequência, curandeiros e empíricos passaram a ser condenados, uma vez que “se intrometiam” em um campo que não dominavam, chegando assim a prejudicar e colocar em risco a vida de seus pacientes. Em contrapartida, os médicos salientaram uma virtude específica que lhes era

²²¹ Idem, Ibidem. p. 15

²²² Outra formulação – provavelmente uma das primeiras – de uma imagem ideal do médico encontra-se na obra *O Médico Político* (1614), de Rodrigo de Castro. Nela, o autor aponta características indispensáveis ao bom médico: perfeição moral, engajamento “na coisa pública” e conhecimento teórico aliado à destreza prática, especialmente no que se refere a procedimentos cirúrgicos e ao fabrico de medicamentos. CASTRO, Rodrigo de. *O médico político ou o Tratado sobre os deveres médico-políticos*. Lisboa: Colibri, 2011.

particular: a sua função de fornecer *consilia*, conselhos sobre a vida e a saúde²²³. Entretanto, tais conselhos não miravam apenas o corpo “individual”, do paciente, mas sobretudo o corpo coletivo, a população. O próprio Sanches frisou a dimensão coletiva da saúde enquanto objetivo da medicina:

Até agora esta ciência considerou-se em Portugal, como uma arte saudável para socorrer as moléstias com que se destrói a Natureza humana: de tal modo que o seu exercício estava reduzido a socorrer os homens, como se eles vivessem fora da sociedade, que é o mesmo que viver sem Rei nem Leis²²⁴.

Se alguns médicos confrontaram diretamente os terapeutas populares, outros buscaram resolver o problema de outra maneira: através da avaliação e fiscalização das atividades dos agentes sanitários, tanto para os que foram à universidade, como também para aqueles que aprenderam seu ofício de modo informal²²⁵. Esta foi justamente a atitude de Sanches. Em seus textos, não encontramos qualquer tipo de alusão à proibição aos práticos de atenderem os doentes. Ainda que Sanches tenha qualificado curandeiros e empíricos como “intrusos da medicina e da cirurgia”, deduzimos que o médico português percebera a importância de tais agentes diante de um cenário marcado pela carência de médicos que pudessem assistir a população²²⁶.

Neste sentido, uma das suas obras mais notáveis é *Apontamentos para estabelecer-se um tribunal e colégio de Medicina*, escrita em 1763. Fazendo jus à função de “conselheiro”, Sanches aponta a urgência de se estabelecer um tribunal de medicina, posto que os médicos recém-formados, bem como cirurgiões e outros profissionais, não eram devidamente avaliados, o que constituía um entrave à saúde dos súditos do reino. Quanto aos primeiros, o próprio Sanches denunciara a sua má-formação e a necessidade de provarem que estavam aptos a exercer a arte médica: “(...) seis ou sete anos gastam [os estudante de medicina] nas Universidades orando, e argumentando, e em outros exercícios literários, e no fim deles ficam

²²³ COOK, Harold J. “Good advice and little Medicine: the authority of early modern English physicians”. *The Journal of British Studies*. Vol. 33, n. 01, pp. 1-31, 1994.

²²⁴ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a]. p. 8.

²²⁵ Uma forma de confrontar os agentes da “medicina popular” ocorria através de recursos retóricos, tais quais o nome depreciativo “charlatão” ou comparações com os médicos formados, considerados os detentores do saber verdadeiro sobre o corpo humano e suas doenças, ao passo que os empíricos apresentavam um conhecimento difuso. Um claro exemplo encontra-se em um texto anônimo: “(...) o Médico sábio conhece o país, aonde vai entrar; o empírico ignora mesmo os caminhos, que o conduzem: um vai descobrir o seio da natureza, e o outro não sabe o que procura.”. Cf.: Anônimo, *Apologia sobre a Verdade da Medicina*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1782.

²²⁶ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a]. p. 13.

autorizados a tratar toda a sorte de enfermidades, sem haverem dado provas evidentes que sabem curar um enfermo.”²²⁷.

Se bem-sucedidos nas avaliações, tais profissionais receberiam licenças, documentos que comprovariam que estavam aptos a exercer sua função. Embora já existisse em Portugal, desde o século XVI²²⁸, uma instituição responsável pela concessão de licenças para exercer as artes da cura, os tribunais do Físico-mor e do Cirurgião-mor, Sanches considera suas atividades irrisórias: “Os Tribunais do Físico-Mor, e do Cirurgião-Maior a cujo cuidado, e Inspeção está o exercício da Medicina são tão concisos no seu poder, e tão limitados no aumento desta ciência, que parece não terem conexão alguma com o Estado Civil.”²²⁹. Seu tribunal médico teria responsabilidades mais amplas: não bastaria apenas avaliar. Fiscalizar e punir aqueles que estivessem trabalhando sem licença também seriam ações necessárias.

Uma vez que os agentes de saúde de Portugal deveriam se apresentar ao tribunal, este deveria organizar sua distribuição pelas diferentes comarcas, com o propósito de garantir a assistência à população. Ademais, o tribunal estaria incumbido de aprimorar a formação dos médicos e cirurgiões, fornecendo-lhes gazetas literárias e periódicos científicos que noticiavam as principais novidades científicas da época: “ [Através deles] sabe o Médico como se curaram tais e tais enfermidades, com que remédios novos, que teoria nova, ou sistema se inventou para explicar muitos sintomas; ali se vêem novas plantas com virtudes que nunca se observaram (...).²³⁰”. Àqueles de formação prática, em especial parteiras e dentistas, seriam entregues livros, impressos pelo próprio tribunal, que os instríssem em sua arte²³¹. Além de editar tais livros, o tribunal deveria verificar e eventualmente censurar os livros de caráter “duvidoso” sobre temas concernentes à medicina que circulassem pelo reino.

²²⁷ Idem, Ibidem. p. 7.

²²⁸ Segundo Laurinda Abreu, os primeiros esforços de normatização das atividades médicas esboçaram-se em 1448. Alguns anos depois, em 1515, era estabelecido o Regimento do Físico-Mor, responsável para regulação dos ofícios de cura. Cf.: ABREU, Laurinda. “Em benefício dos corpos: Reforma dos hospitais e dos cuidados de saúde”. In: _____. *O poder e os pobres: As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014. pp. 39-62.

²²⁹ Sanches aponta outro problema grave relacionado aos cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor: estes recebiam emolumentos a cada licença concedida. Certamente, esta vantagem financeira fez com que ambos concedessem licenças sem qualquer critério. Laurinda Abreu nos confirma que esta era uma prática recorrente e que, inclusive, gerou conflitos entre o Físico-mor e os médicos da Faculdade de Medicina de Coimbra. Para estes, o Físico-mor, ao invés de determinar uma regulação efetiva das profissões de cura, acabou por alimentar o mercado paralelo e concorrencial dos médicos. ABREU, Laurinda. “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados”. In: CARDOSO, Adelino; OLIVEIRA, António; MARQUES, Manuel (orgs.). *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010, pp. 97-122

²³⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a]. p. 36

²³¹ Esta proposta de Sanches nos remete aos manuais domésticos de saúde, cujo objetivo, para além de educar a população em termos de higiene, era o de normatizar certas práticas, “condenando-se” assim o trabalho de profissionais não licenciados. Consideravelmente populares foram os tratados escritos por William Buchan (1729 – 1805) e Samuel Auguste Tissot (1728 – 1797), cuja obra *Avis au peuple sur sa santé* (1761) foi

Sanches assinala um interessante dever incumbido aos médicos em relação ao tribunal. Esses ficariam obrigados a enviar regularmente para o tribunal uma lista das epidemias mais recorrentes no local onde atendiam, bem como o número de mortos e sobreviventes. Nesta lista, também deveriam constar informações sobre a geografia do lugar: o relevo, a existência de rios e lagos, condições climáticas, entre outros. Tais informações permitiriam não apenas um panorama mais claro da ocorrência de epidemias nas comarcas portuguesas, como também ajudariam a combater os surtos epidêmicos. Sanches atribuiu outro dever aos médicos: a manutenção de um diário, objeto fundamental para aperfeiçoarem sua prática e meditar acerca de seus acertos e erros.

Chegamos ao fim desta breve exposição sobre os agentes de saúde no Portugal das Luzes. Não obstante existirem ocupações as mais diversas, as diferenças entre os tratamentos empregados já não eram tão evidentes. A teoria dos humores, de inspiração hipocrática, bem como elementos mágicos e religiosos ainda fundamentavam grande parte das modalidades terapêuticas. Alarmados por essa “disputa de mercado” e, mais do que isso, pela instabilidade de sua imagem profissional perante a sociedade, os médicos acadêmicos buscaram reforçar sua autoridade e a legitimidade de seu conhecimento.

Com efeito, Sanches comprometeu-se com tal questão, afinal, a má formação dos médicos assim como o trabalho de empíricos e curandeiros eram algumas das principais causas das mortes do reino. Disposto a solucionar o problema em seu país natal e, ao mesmo tempo, garantir a salvaguarda da saúde pública, o médico português escreveu uma série de medidas que, curiosamente, não miravam a exclusão dos “terapeutas populares”, mas sim a avaliação e vigilância de sua prática – e os médicos universitários não estavam isentos disso. Porém, há ainda outro tipo de agente de saúde sobre o qual Sanches discorreu longamente: o boticário, responsável pela confecção e venda dos remédios. É justamente desta figura, e mais amplamente da farmácia portuguesa, que trataremos no item a seguir.

2.2 A farmácia portuguesa: segredos, plantas e remédios químicos

Na época moderna, muitos eram os remédios empregados no combate às doenças. Tanto no dicionário de Rafael Bluteau (1728), quanto na quarta edição do dicionário da

Academia Francesa (1762) os significados para a palavra remédio são semelhantes. No primeiro, tal verbete é definido como “Tudo o que serve para cobrar, ou conversar a saúde (...)” enquanto no segundo encontra-se o seguinte esclarecimento “Aquilo que serve para curar algum mal, alguma doença, ou aquilo que se emprega para este propósito”²³². O verbete, em Bluteau, é bastante extenso e elenca diversos exemplos: remédios externos ou locais, como emplastros, unguentos e cataplasmas; remédios dos “médicos metódicos”, as sangrias e apozemas; internos, ingeridos pela boca; universais, cujas propriedades poderiam curar qualquer enfermidade; contra feitiços, entre outros.

A existência de remédios contra feitiços é, certamente, algo que nos desperta a atenção. Se considerarmos que as causas de doenças eram desconhecidas e, na maioria das vezes, associadas a forças ocultas ou aos movimentos da natureza, não é de se estranhar que a farmácia deste período tenha sido bastante marcada por “crenças mágicas”²³³. Além disso, muitos medicamentos eram feitos a base de componentes mirabolantes, aos quais se atribuíam propriedades terapêuticas específicas. Entre eles, encontravam-se excrementos humanos ou de animais, pedras de bezoar e outra sorte de amuletos, partes extraídas de cadáveres e até de seres imaginários, como unicórnios²³⁴.

Segundo Márcia Ribeiro, a virtude medicinal de componentes que hoje nos parecem tão repugnantes deveu-se às concepções do universo popular europeu. Lembrando que o homem era considerado um microcosmo e que, portanto, possuía dentro de si todas as propriedades que existiam na natureza, “(...) remediá-lo com elementos vindos do próprio homem, no caso defuntos e excretos, significava devolver-lhe os princípios da vida e da

²³² “Remédio” In: BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico, etc. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso em 15 de abril de 2017.; “Remède”. Disponível em http://www.lexilogos.com/francais_classique.htm Acesso em 15 de abril de 2017.

²³³ Conforme buscamos demonstrar no item anterior, não apenas a farmácia setecentista, mas também muitas das técnicas de cura empregadas neste momento baseavam-se em crenças mágicas. Ora, não nos esqueçamos que a magia e a feitiçaria constituíram importantes elementos da cultura moderna europeia e promoveram formas específicas de apreensão do mundo e compreensão de determinados fenômenos. Apesar disso, diversas práticas mágicas estiveram sob a mira da Igreja Católica, e foram por ela consideradas crimes, ou, pior do que isso, resultantes de pacto com o demônio. De fato, “magia” e “bruxaria” possuíam significados amplos e, até hoje, definir ambas as palavras pode ser um exercício complicado. Vimos, por exemplo, que indivíduos os mais diversos lançavam mão de práticas mágicas, entre eles, médicos oriundos do ambiente acadêmico. De certa maneira, esta situação contrapõe-se ao argumento de que, durante o século XVIII, o advento da ciência e a filosofia ilustrada moderna promoveram um “desencantamento do mundo”. Aparentemente, tal processo desenvolveu-se de forma mais gradual. Para maiores informações sobre o tema, ler: ANKARLOO, Bengt; CLARK, Stuart (Ed.). *Witchcraft and Magic in Europe, Volume 5: The Eighteenth and Nineteenth Centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.; DAVIES, Owen; DE BLÉCOURT, Willem. *Beyond the witch trials: Witchcraft and magic in Enlightenment Europe*. Manchester; New York: Manchester University Press, 2010.; NAPHY, William G.; PARISH, Helen (Eds.). *Religion and superstition in Reformation Europe*. London: Bloomsbury Academic, 2015.

²³⁴ CARNEIRO. HENRIQUE S. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo, SP: Xamã, 2002.

saúde.”²³⁵. Também não podemos nos esquecer de que o difícil acesso – fosse por razões de localização, fosse por razões financeiras – a boticas e a outros tipos de recursos terapêuticos caracterizava a situação sanitária moderna²³⁶. Assim, a natureza constituía uma importante fonte de ingredientes que supostamente auxiliavam na cura de afecções.

Conforme salientamos anteriormente, na medicina moderna as relações entre popular e erudito eram estreitas, por isso, não apenas curandeiros, benzedeiros e empíricos, mas médicos reconhecidos recorreram a tais modalidades de cura. Curvo Semedo, apesar de pioneiro no uso de remédios químicos como o antimônio, recomendava aos seus leitores diversas receitas de curas mágicas. Em sua obra *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte*, encontra-se uma extensa lista de remédios que “ajudariam a escapar da morte”. Entre eles há, por exemplo, uma receita bastante peculiar ao olhar do historiador, indicada para a cura de convulsões, que consiste em alimentar um filhote de cachorro com leite de cabras e caldo de cágados e minhocas durante dois meses. Em seguida, deve-se matar o cão, abrindo-lhe a barriga para retirar-lhe as entranhas e recheá-las com ervas aromáticas. Após costurar o corte feito, coloca-se o cão para assar e aproveita-se a gordura que dele escorre, “verdadeiro bálsamo”, segundo Semedo²³⁷.

Fonseca Henriques (1665-1731), médico do rei D. João V e autor de famosos tratados médicos, apresenta em sua obra *Medicina Lusitana* (1710) uma receita contra convulsões bastante semelhante à de Semedo, na qual se usa um carneiro ao invés de um filhote de cachorro²³⁸. Assim como Semedo, Henriques destacou as propriedades nutritivas e terapêuticas de partes de animais. Contra sarnas na cabeça, por exemplo, o médico prescreve uma mistura de “(...) partes iguais de esterco de gado, de pombos, e de patos, colocando-se tudo em uma panela vidrada, com manteiga de porca velha e levando-a ao fogo até a manteiga derreter”, que deveria ser tomada pelo doente²³⁹.

O caráter mágico de certos medicamentos também se expressou na grande popularidade alcançada pelos chamados “remédios de segredo” ao longo do século XVIII. O segredo de tais remédios se justificava pelo fato de suas receitas não serem reveladas. Além

²³⁵ RIBEIRO, Márcia M. *Op. Cit.*, 1997. p. 75.

²³⁶ THOMAS, Keith. “The Environment”. In: _____. *Religion and the decline of magic: Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century England*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991. pp. 3-24.

²³⁷ SEMEDO, Curvo. *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sincoenta, e oytto annos experimentou*. Lisboa: Off. Ferreiriana, 1720.

²³⁸ HENRIQUES, Fonseca. *Medicina Lusitana*, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total profligação de seus males. Amsterdam: Miguel Dias, 1731. pp. 239-240.

²³⁹ Henriques apud ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2011. p. 95

disso, costumava-se associar tais remédios a nomes de médicos famosos, já que eram vendidos como criações próprias destes, algo que, certamente, tornava-os ainda mais atraentes aos olhos da população. Com nomes ostentosos e promessas de efeitos infalíveis, os remédios secretos marcaram presença até mesmo na imprensa periódica, aparecendo com frequência nas páginas da *Gazeta de Lisboa*²⁴⁰.

Tanto as curas mágicas, quanto os remédios de segredo foram alvos de críticas da comunidade médica. Primeiramente, esta não poderia reconhecer a validade de medicamentos, cuja composição não era revelada, nem submetida à experiência e ao estudo²⁴¹. Curvo Semedo, por exemplo, foi bastante criticado pelas suas prescrições mirabolantes, e, logo, pela ausência de princípios racionalistas em seus métodos. Não por acaso, no prólogo de *Polyanteia*, Semedo se defende das críticas a ele dirigidas, questionando qual crime cometeu, uma vez que seus medicamentos funcionavam²⁴².

Além de Semedo, a Água de Inglaterra de Jacob de Castro Sarmento também foi posta em cheque. Sarmento, aliás, mostra-se uma figura interessante e, de certa maneira, ambígua. Ao mesmo tempo em que defendeu a eficácia da Água de Inglaterra – sem, no entanto, divulgar o seu segredo –, Sarmento, em concordância com seus colegas de profissão, condenou a ausência de critérios na produção de medicamentos.

Em segundo lugar, o fato de mezinhas e remédios serem vendidos por agentes que não possuíam qualquer instrução nas artes da farmácia e que, além disso, valiam-se da credulidade das pessoas, constituía um sério problema de saúde pública. Brás Luís de Abreu nos fornece maiores informações acerca dos indivíduos envolvidos no comércio irregular de medicamentos no início do Setecentos:

Vi cirurgiões romancistas, vi boticários, vi barbeiros, vi sangradores, vi algebristas, vi aveitares, vi soldados, vi ciganos, vi judeus, vi idiotas, vi ladrões, vi estrangeiros, vi alquimistas, vi mezinheiros, vi benzedores, vi parteiras, vi beatas, e vi feiticeiros e feiticeiras todas, e todos, revestidos de médicos e enfronhados em doutores vendendo medicinas a meio mundo, ou vendendo o mundo todo com as suas medicinas²⁴³.

²⁴⁰ BARREIROS, Bruno P. F. *Concepções do corpo no Portugal do Século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública*. 2014. 320f. Tese (Doutorado em História, Sociologia e Patrimônio em Ciência e Tecnologia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/14924> Acesso em 18 de abril de 2017. p. 166.

²⁴¹ DIAS, José Pedro Sousa. “*Droguistas, Boticários e Segredistas: Ciência e Sociedade na Produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*”. Lisboa, FCG / FCT. 2007. p. 308

²⁴² Se Curvo Semedo foi censurado por muitos de seus contemporâneos e considerado um inventor de “remédios de segredo”, o mesmo não ocorreu com Fonseca Henriques. Acreditamos que o fato de ser médico pessoal do rei, ou seja, a sua proximidade da figura máxima do poder em Portugal, o preservou de certas críticas.

²⁴³ Abreu apud BRAGA, Isabel D. *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal: Séculos. XV-XIX*. Lisboa: Universitária Editora, 2001. p. 104.

Assim como Abreu, Ribeiro Sanches manifestou indignação em face desta situação. Com o intuito de alertar as autoridades da urgência de se proibir os remédios de segredo – considerados por ele “a destruição da vida e da medicina” – bem como de se reger o fabrico e a comercialização de medicamentos, o médico português argumenta que os remédios secretos não apenas causavam o aumento do número de mortes, como também provocavam danos financeiros à Coroa, que poderia ter numerosas vantagens caso fiscalizasse e cobrasse multas e taxas sobre tais produtos²⁴⁴.

Ainda, Sanches destaca a autoridade e exclusividade dos boticários no que diz respeito à venda de remédios:

É injusto que se vendam remédios no Reino por homens, que não têm autoridade alguma de vende-los: os Boticários têm somente este poder; e gastaram o seu bem, e a sua mocidade para adquirirem esta autoridade; e é roubo que se lhes faz permitir a qualquer pessoa que seja o mesmo poder, e autoridade, ainda que seja debaixo do piedoso título (...) ²⁴⁵.

Cabe aqui salientar que, nesta época, os boticários não tinham formação universitária. O ensino desta profissão, cuja origem em Portugal remonta ao século XIII, se dava através do aprendizado de quatro anos ou mais com um boticário já experiente²⁴⁶. Posto que o nome boticário faz referência ao estabelecimento comercial, a botica, a principal atividade deste profissional era de cariz comercial. Porém, além da venda de medicamentos, o boticário era responsável pelo seu armazenamento e pelo fornecimento para embarcações e domínios coloniais²⁴⁷.

Desde o século XVI existiram regimentos que regulavam o acesso à profissão farmacêutica, bem como licenças para o fabrico de medicamentos. No entanto, tais normas não surtiram grandes efeitos. Como pudemos observar, grande parte do arsenal terapêutico do período moderno era fabricado e vendido por indivíduos que não possuíam instrução nesta arte. Além disso, o controle e verificação dos gêneros comercializados nas boticas, quando

²⁴⁴ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a], p. 24.

²⁴⁵ Idem, *Ibidem*. p. 24.

²⁴⁶ DIAS, José Pedro Sousa. “Os boticários”. In: _____. *Op. Cit.*, 2007. pp. 221-286.

²⁴⁷ Outro ofício relacionado à arte farmacêutica era o de droguista, que fornecia drogas e outros tipos de substâncias para os boticários. No entanto, ambos poderiam desempenhar atividades semelhantes, como a confecção de medicamentos. Segundo Danielle de Almeida, a diferença entre os dois ofícios baseava-se em critérios comerciais: “Os droguistas, de um modo geral, se diferiam dos boticários, pois não eram examinados pela Fisicatura-Mor, não tinham um ofício bem definido e estavam inseridos em um grupo que possuía maior peso econômico, maiores oportunidades de ascensão social, acumulação de riqueza, caracterizando-se como um grupo ligado ao comércio.”. Cf.: ALMEIDA, Danielle Sanches de. *Entre lojas e boticas: o comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808)*. 2008. 146p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23112009-151223/pt-br.php> p. 65.

feitos, não eram suficientes. Francisco de Pina e de Melo relata que alguns chamavam as boticas de “oficinas da morte”. Em um mesmo diapasão, o médico Manuel Gomes de Lima (1727-1806), no seu *Diário Universal de Medicina, Cirurgia e Farmácia* (1764), censura a “ignorância e malícia, e a abominável e notória fraude, com que a maior parte dos boticários enganam os médicos, e o público, não sabendo, ou não querendo compor os remédios, que se lhes receitam, substituindo uns por outros, censurando as receitas dos peritos (...)”²⁴⁸.

Para Ribeiro Sanches, outro elemento agravava ainda mais a situação: as boticas de conventos, que eram preferidas pela população em detrimento das boticas leigas. Como consequências, os remédios vendidos nas últimas acabavam se corrompendo, e quando vendidos e ingeridos, causavam danos à saúde do enfermo. Opondo-se a isso, Sanches, mais uma vez nos *Apontamentos para estabelecer-se um tribunal e colégio de medicina*, determina uma nova obrigação ao seu projeto de tribunal médico: os remédios do reino só poderiam ser adquiridos através de boticários licenciados, devidamente examinados por aquela instituição. Uma vez que a Fisicatura-Mor não estava desempenhando com afinco as suas responsabilidades, Sanches destaca que o tribunal promoveria visitas anuais às boticas feitas por seus oficiais, indivíduos formados em medicina, a fim de se observar as condições de fabrico e armazenamento dos produtos comercializados, como também conferir a qualidade dos remédios:

Mas o que é incrível que estejam estes Droguistas fora de toda a inspeção e subordinação do Físico-Mor; que estejam todos os Boticários do Reino provendo-se de todos os remédios em casa destes Droguistas, e que se confie todo um Reino nesta parte e esta sorte de Mercadores, sem terem Médico, nem Químico que julgue da qualidade dos remédios de que usa toda uma Monarquia²⁴⁹.

No entanto, como seria possível avaliar a qualidade dos medicamentos se não havia regras claras que determinassem as proporções e os componentes de cada receita? Neste sentido, as farmacopeias favoreceriam a padronização dos remédios. A despeito de, na primeira metade do século XVIII, circularem por Portugal um considerável número de farmacopeias – tais quais a *Pharmacopoea Elegantissima* (1641) de Zacuto Lusitano (1557-1642); a *Pharmacopea Lusitana* (1704), primeira farmacopeia escrita em língua portuguesa, por D. Caetano de Santo António; a *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716) da autoria de João Vigier (1662-1723), boticário francês naturalizado português; e a *Pharmacopea tubalense chimico-galenica* (1735), do boticário Manuel Rodrigues Coelho –, nenhuma delas tinha

²⁴⁸ Lima apud BARREIROS, Bruno P. F. *Op. Cit.*, 2014. p. 204.

²⁴⁹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a]. p. 30.

caráter oficial²⁵⁰. Sanches, ao comentar sobre o tema, estranha a ausência de esforços, por parte da Fisicatura-mor, destinados à normatização do preparo de remédios e lembra que outros países, como a vizinha Espanha, já haviam determinado a edição de uma farmacopeia oficial própria. Sendo assim, competiria ao tribunal médico a elaboração deste tipo de documento, seguindo-se os seguintes critérios:

(...) não excederia o seu volume de oito até dez folhas de papel de Impressão, semelhante à última Farmacopeia de Londres, ou de Edimburgo, no volume, na forma, e disposição dos remédios simples e compostos; nos cânones, ou regras para conservar os simples e compor os remédios compostos Galênicos, ou químicos (...). Que no princípio estaria impresso um Alvará de S. Majestade Fidelíssima pelo qual todos os Boticários seriam obrigados a compor, e a conservar os remédios ali expressados conforme a sua exposição, com penas pecuniárias, de prisão, e fechar a Botica a todo aquele, ou aqueles que contraviessem a dita Lei. Devia-se determinar na farmacopeia que proponho os pesos e as medidas pelas quais se pesam os remédios²⁵¹.

Como se pode notar no excerto acima, a farmacopeia proposta deveria fornecer informações dos remédios simples até os compostos, galênicos ou químicos. Cabe aqui deter-se nestes dois termos, os quais se revelam imprescindíveis à compreensão da farmácia setecentista. Com efeito, a farmácia galênica, adaptada com o passar dos anos, ainda era vigente neste período. Seu arsenal terapêutico abrangia fundamentalmente drogas vegetais estudadas por Galeno e outros autores clássicos. Todavia, a farmácia galênica perdeu certo protagonismo face à emergência de novas teorias e sistemas médicos – a iatro-química, por exemplo –, que favoreceram a introdução do uso de substâncias químicas na confecção de remédios²⁵². Na verdade, já nas farmacopeias não oficiais citadas logo acima, podem-se observar referências a águas minerais, antimônios, sais metálicos, entre outros²⁵³.

Ao boticário, portanto, era primordial conhecer as substâncias e as técnicas tanto da farmácia galênica, quanto da farmácia química. Porém, Sanches enfatiza que não somente

²⁵⁰ CONCEIÇÃO, J.; PITA, J. R.; ESTANQUEIRO, M.; LOBO, J. S. “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”. *Acta Farmacêutica Portuguesa*. Vol. 3, n. 1, pp. 47-65, 2014. p. 51.

²⁵¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763a]. p. 20.

²⁵² PITA, João R. *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996. p. 16. Sobre a crescente importância da farmácia química durante o período moderno, não poderíamos deixar de citar as contribuições de Paracelso (1493-1541). Famoso por ter discordado publicamente da tradição aristotélica e galênica, dominante nas universidades, o médico e alquimista Paracelso defendeu a importância de se compreender o universo e a natureza através de princípios químicos. Paracelso também incrementou o uso de sais minerais na confecção de medicamentos. Para mais informações, ler: DEBUS, Allen G. “Chemists, physicians, and changing perspectives on the scientific revolution”. *Isis*, v. 89, n. 1, p. 66-81, 1998.

²⁵³ A adesão aos medicamentos químicos ocorreu de forma gradual e mostrou-se mais expressiva no final do Setecentos. Vale lembrar que, para o fabrico de remédios químicos, eram necessários instalações e equipamentos dos quais a maioria dos boticários não dispunha. Por conta disso, muitos boticários compravam remédios químicos já prontos. DIAS, José. P. S. *A Farmácia e a História*. Gabinete de Estudos Históricos e Sociais da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. 2003. p. 57 Disponível em: <http://www.ff.ul.pt.2003> Acesso em 19 de outubro de 2016.

boticários, mas também médicos e cirurgiões deveriam dominar a arte farmacêutica. Mais uma vez preocupado com o acesso da população aos cuidados de saúde, o médico adverte que em nem todas as vilas e cidades portuguesas havia uma botica. A título de exemplo, nesta época eram corriqueiros alvarás que autorizavam a preparação de medicamentos a médicos e cirurgiões em vilas mais pobres, que não podiam sustentar um boticário²⁵⁴. Além disso, a manipulação de medicamentos fazia parte da prática médica e cirúrgica. Por isso, Sanches propõe a introdução de lições de farmácia, botânica e química no currículo do curso de medicina da Universidade de Coimbra²⁵⁵. No entanto, apenas a teoria não seria suficiente. Em vista disso, o ensino prático de tais matérias seria realizado em novos espaços associados à Faculdade de medicina, quais sejam, o laboratório químico e o jardim de plantas²⁵⁶.

De fato, vale lembrar que o interesse pela botânica e pela investigação de novos tipos de plantas acentuou-se durante o período do Renascimento, quando diversos jardins botânicos foram construídos. Em centros urbanos e cidades universitárias, como Pisa, Leiden, Leipzig, Paris e Montpellier, encontravam-se jardins botânicos, cuja principal função era o cultivo e estudo de plantas medicinais²⁵⁷. Certamente, as navegações para a América e Ásia bem como a ocupação de suas terras no Ultramar e exploração de suas riquezas foram causas igualmente relevantes para tal interesse.

O intercâmbio de ervas e plantas foi impulsionado não apenas por finalidades terapêuticas, mas também nutricionais. Com efeito, podemos dizer que, na época moderna, a alimentação inseria-se na conservação da saúde, e, não por acaso, muitos alimentos eram considerados a partir “de um ponto de vista médico, terapêutico e nutricional.”²⁵⁸. Isto explica o grande sucesso alcançado pelas especiarias no continente europeu. Segundo Jean-Louis Flandrin, mais do que um símbolo de distinção social, as especiarias eram um produto cobiçado devido às suas propriedades medicinais. Assim, sua profusão relacionava-se a uma “dupla função: tornar os alimentos ao mesmo tempo mais apetitosos, saborosos e mais fáceis de digerir.”²⁵⁹.

²⁵⁴ FONSECA, Manuel D. T. *História da farmácia portuguesa através da legislação*. Porto: Emp. Ind Gráfica do Porto, 1945. p. 123.

²⁵⁵ Apenas na França, mais especificamente em Montpellier, o ensino de práticas farmacêuticas fazia parte da formação universitária em medicina, isto já a partir do século XV. RIBEIRO, Benair A. F. “Profissionais de saúde: da formação teórica em Portugal a práxis na Colônia”. In: MONTEIRO, Yara N. *História da saúde: Olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de saúde, 2010. pp. 217-226.

²⁵⁶ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763b]. p. 15.

²⁵⁷ DIAS, José. P. S. *Op. Cit.*, 2003. p. 38.

²⁵⁸ CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma historia da alimentação*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003, p. 9.

²⁵⁹ FLANDRIN, Jean. “Tempero, Cozinha e Dietética nos séculos XIV, XV e XVI”, In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. Estação Liberdade: São Paulo, 1998, p. 482. Tal

Se na Índia a atenção voltou-se para as especiarias, na América foram os vegetais e frutos que despertaram a curiosidade dos exploradores europeus. Segundo Leila Algranti, diversas raízes, caules e folhas originárias daquele continente passaram a marcar presença em receituários e farmacopeias do Velho Continente. Em um movimento de intensas trocas culturais, as populações indígenas transmitiram aos colonizadores saberes sobre os diferentes usos e propriedades da flora americana²⁶⁰. Entre as plantas mais utilizadas estavam a quina e o tabaco, empregadas no tratamento contra infecções tóxicas; a ipecacuanha, para casos de disenteria; a coca, entre outros. A Água de Inglaterra, inclusive, não tinha nenhum de seus ingredientes revelados, com exceção do principal, a quina. Sobre este caso, poderíamos arriscar afirmar que o fato de a quina ser um produto novo e exótico conferiu maior popularidade ao remédio de segredo de Sarmiento²⁶¹.

Contudo, para Ribeiro Sanches, Portugal, enquanto potência marítima, não estava fazendo o devido aproveitamento das plantas brasileiras. Em uma carta ao seu sobrinho Manoel Joaquim Henriques de Paiva, na época radicado no Rio de Janeiro, Sanches compara os portugueses aos espanhóis, estes mais bem-sucedidos no que se refere ao comércio de tais produtos:

Os castelhanos que não têm os olhos mais perspicazes que nós souberam fazer dos produtos da História natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa. Tiveram a habilidade de fazer entrar no comércio a cochinilha, a quina, a jalapa, a contra-erva, os bálsamos, a cevadilha, (...). Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas que podem servir na medicina e nas artes tintas. E admiro-me como o óleo de copaíba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas (...)²⁶².

Em impressos científicos, tais quais o *Jornal Enciclopédico* e as *Memórias Econômicas da Academia de Ciência de Lisboa*, a premência de se explorar os gêneros botânicos e outras matérias-primas brasileiras, bem como sua aplicação medicinal e mesmo

propósito terapêutico vinculava-se à antiga tradição da medicina humoral, a qual compreendia a doença como um desequilíbrio entre os quatro humores que constituíam o corpo. Como cada indivíduo possuía um tipo diferente de temperamento – resultante da combinação quantitativa destes humores –, era necessário o consumo de alimentos com propriedades semelhantes ao seu tipo específico de temperamento. Além disso, quanto mais quentes os alimentos, melhor, posto que a digestão funcionava como um processo de cocção natural, estimulado principalmente pelo calor.

²⁶⁰ ALGRANTI, Leila M. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no império português (séculos XVI-XVIII). *sÆculum: Revista de História*. João Pessoa, p. 13-30, jul./dez. 2012.

²⁶¹ DIAS, José. P. S. *Op. Cit.* 2003. p. 55.

²⁶² Sanches apud FILHO, Wellington. Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII. *História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*. Porto, 2016. pp. 122-141. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14534.pdf> Acesso em 20 de abril de 2017. pp. 123-124.

econômica, também foi reforçada²⁶³. No próximo capítulo, abordaremos os conteúdos dos periódicos sobre tal matéria de modo aprofundado. Antes, porém, resta-nos investigar como, ao longo do Setecentos, a medicina, além de incidir sobre o “corpo individual”, através de modalidades terapêuticas e medicamentos específicos para cada paciente, passa a mirar o “corpo coletivo”, a população, e o espaço no qual este se encontrava, a cidade.

2.3 Eflúvios pútridos e miasmas: O espaço urbano sob a perspectiva higienista

Ao consolidar um novo regime de imagens relativas ao corpo, à saúde e à doença, o discurso médico ilustrado acabou também por modificar as percepções e os imaginários acerca do espaço urbano. Como Sandra Pesavento bem assinala:

Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar tais modalidades sensíveis de leitura do urbano ou saberes específicos, perpassados pelo lustro da ciência. Falam da cidade, para além da literatura e da história, os discursos médicos, políticos, urbanísticos, policiais e jurídicos, todos carregados de conceitos e princípios de uma cientificidade acentuada, dando a ver o urbano sob um aspecto técnico. Mas tampouco esses discursos deixam de empregar metáforas para qualificar a cidade, partilhando assim, eles também, essa possibilidade de qualificar o mundo e de senti-lo, desta ou daquela forma²⁶⁴.

Porém, se o discurso médico cria um tipo de representação da cidade, vale lembrar que essa não se reporta exclusivamente a uma ideia, nem está descolada da realidade, pois a partir de tal representação, a cidade pode se tornar espaço de desenvolvimento ou de instauração de saberes específicos, através de intervenções no espaço urbano.

No início do Setecentos, o crescimento demográfico e a expansão desordenada dos limites territoriais das cidades engendraram um cenário insalubre, fétido e inseguro. De Lisboa às cidades germânicas, passando também por Madri e Paris, o saneamento urbano era praticamente inexistente²⁶⁵. Diferente do meio rural, onde todos os dejetos eram reciclados pela natureza, tornando-se adubo, no meio urbano não havia destino adequado para os restos

²⁶³ JORNAL ENCYCLOPÉDICO dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a notícia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes, Lisboa. Antonio Rodrigues Galhardo, 1779; 1788-1793.; MEMÓRIAS ECONÓMICAS da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da industria em Portugal e suas conquistas. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789-1815. 5 tomos.

²⁶⁴ PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

²⁶⁵ CARREIRA, Adélia M. C. *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. 465 f. Tese de Doutorado em História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. pp. 348-349. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/9467>. Acesso em 10 de maio de 2017. P 32.

de alimentos ou excrementos de humanos. Neste sentido, para Magnus Pereira, “a cidade foi a grande inventora dos cheiros nauseabundos.”²⁶⁶.

No caso de Lisboa, os relatos de estrangeiros que visitaram a capital portuguesa durante o período denunciam alguns dos odores e hábitos de higiene pessoal que se constataavam. Contudo, uma ressalva em relação a este tipo de documento faz-se necessária. Na segunda metade do século XVIII, a capital recebera um número considerável de visitantes estrangeiros. Uma possível causa para o crescente interesse pela cidade teria sido o terremoto de 1755, que causou comoção em todo o continente europeu. Desejando ver as terríveis consequências do terremoto, estes viajantes acabaram escrevendo interessantes memórias e textos repletos de impressões acerca de Lisboa. Contudo, se tais registros nos revelam ricas informações, é necessário certo cuidado ao analisá-los enquanto fontes históricas. Afinal, muitos dos viajantes reproduziram informações falsas e, além disso, não prescindiram de seus preconceitos e referências culturais²⁶⁷.

Após considerarmos tal ressalva, podemos prosseguir com alguns relatos dos estrangeiros que viajaram para Lisboa. Em 1730, o autor anônimo de *Description de la ville de Lisbonne* descrevia:

Esta grande cidade não tem iluminação durante a noite, por via do que acontece frequentemente perder-se um sujeito, correndo o risco de ficar enxovalhado com imundícies que é uso despejarem das janelas à rua, pois as casas não têm latrinas. A obrigação geral é levar essas imundícies para o rio, no que se emprega grande número de negras, por baixa soldada. Esta ordem, porém, não é rigorosamente cumprida, principalmente pelo povo²⁶⁸.

No final do século, o pastor e estudioso sueco Carl Israel Ruders (1761-?) fornece uma descrição ainda mais minuciosa do estado insalubre das ruas lisboenses, destino das sujeiras dos espaços privados e por onde circulavam e se criavam animais:

As ruas são todas imundas e, não raro, mal cheirosas. Algumas nunca foram varridas e noutras, que por acaso o são, as pilhas da imundície acumulada ficam lá até se espalharem de novo. O péssimo hábito de lançar à rua o cisco e outras porcarias reina, não só, como eu a princípio imaginava, nos piores bairros, mas em toda Lisboa. De dia, das 10 às 11 horas, o transeunte corre o risco de receber no ombro o lixo das varreduras e, de noite, às mesmas horas, a água suja acumulada durante o dia. Os animais domésticos andam soltos pelas ruas, comendo os restos dos legumes arremessados; e como a matança dos porcos nesta época é geral, encontra-se a gente

²⁶⁶ PEREIRA, Magnus R. de M. “Alguns aspectos da questão sanitária nas cidades de Portugal e suas colônias”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 99-142, jan.-jun., 2005. p. 103

²⁶⁷ CARDOSO, José Luís. “Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII”. *Análise Social*, vol. XXXV (156), pp. 495-509, 2000.

²⁶⁸ CHAVES, Castelo Branco. *Op. Cit.*, 1983. p. 39

frequentes vezes com esse desagradável espetáculo, nos passeios, em frente das casas.²⁶⁹

Sobre os conteúdos que eram lançados às ruas, Fernanda Olival explica que tal prática recebera até mesmo o nome de “água-vai”, expressão que se gritava no momento da operação. O sistema de esgotos restrito às regiões centrais da cidade assim como a ausência de cisternas ou poços privados complicavam ainda mais a situação. Como resultado, “pulgas, moscas, percevejos e outros insetos completariam o quadro, tornando difícil a vida de quem se atrevia a transitar a pé ou estava em casa.”²⁷⁰

O problema de imundície não era exclusivo a Lisboa, pois o mesmo se verificava, por exemplo, na capital francesa. De acordo com Castelo Branco Chaves, o *Tableau de Paris*, escrito no final do reinado de D. Luís XV, informa os leitores sobre os aguaceiros que corriam dos canos dos telhados para as ruas, sujando estas e molhando as pessoas que passavam pelas vias parisienses. Ou ainda, Chaves recorda que a prática do “água-vai” era comum entre os habitantes de Paris, uma vez que um edito da polícia proibia, em 1780, que se despejassem águas e qualquer outro tipo de dejetos das janelas²⁷¹.

Em Lisboa, as autoridades municipais empreenderam alguns esforços de saneamento da cidade. No vasto trabalho de Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, encontram-se decretos da Câmara Municipal de Lisboa voltados para a saúde pública, higiene, epidemias e outros temas relativos à medicina. Por exemplo, já em 1711, o Senado notifica a falta de limpeza e o mau estado das calçadas da cidade. Ou, em 1738, a seguinte consulta da Câmara anuncia certa preocupação com os níveis de sujidade da capital lusa:

E se deve mandar que se observe a ordem que o Senado mandou, que nas ruas das cidades se não botassem águas senão de noite, e também se evitem as muitas imundícias que continuamente se lançam nas ruas, e o excesso do aumento que os mesmos ribeirinhos acrescentam de esterco nas mesmas lamas, tudo procedido de conveniências que lhes fazem os particulares (...)²⁷²

²⁶⁹ RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal 1798 – 1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. p. 29. Apesar de diversas medidas determinadas no final do século XVIII que visavam melhorias nas condições de limpeza das ruas de Lisboa, alguns visitantes estrangeiros ainda se queixavam da sujidade. No terceiro capítulo avaliaremos mais detalhadamente os efeitos de tais medidas.

²⁷⁰ OLIVAL, Fernanda. “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”. In: Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.). *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, vol. 2. p. 266.

²⁷¹ CHAVES, Castelo Branco. *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977 p. 38

²⁷² OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa* Vol 13. Lisboa: Typographia universal, 1885. p. 334.

Percebe-se, portanto, toda uma preocupação com a saúde pública e higiene já no início do Setecentos. Contudo, acreditamos que provavelmente as medidas tomadas pela Câmara não lograram manter as ruas limpas e mudar determinados hábitos da população. Na segunda metade do século, a sujeira e os odores fétidos, ambos relacionados às causas de doenças e epidemias, passam a inquietar não apenas os almotacés de limpeza, funcionários da Câmara escolhidos por cada freguesia de Lisboa para se ocuparem de tal questão, mas também os médicos. Isto ocorreu tanto em Portugal, como também em outros países da Europa.

Nesta época, o temor em relação à atmosfera urbana e suas substâncias maléficas, que colocavam em risco à saúde da população respaldou-se sobre uma noção médica que atraiu diversos adeptos: os miasmas.

Para Alain Corbin, o crescente engajamento dos médicos representou um processo de acentuação da sensibilidade olfativa que se expressou não apenas no discurso científico, mas principalmente em medidas voltadas para a sanitização do espaço urbano²⁷³. Assim, a partir do momento em que se identificaram os principais focos de insalubridade no ar urbano, os médicos admitiram para si a prerrogativa de desinfetar e eliminar a sujeira, implementando uma vigilância sobre a insalubridade dos espaços e das pessoas.

Mas o que promoveu esta “revolução perceptiva”, expressão empregada por Corbin, e tornou diversos odores suspeitos? A resposta para tal pergunta remonta aos paradigmas científicos vigentes no período: a teoria humoral e o mecanicismo. Conforme afirmado anteriormente, a teoria humoral preconizava uma relação direta entre a doença e a natureza, ao passo que a perspectiva mecanicista, no âmbito da medicina, explicava os fenômenos fisiológicos através de modelos mecânicos.

Desta maneira, o ar das grandes cidades tornava-se, sob o ponto de vista médico, depósito de eflúvios pútridos e miasmas – palavra usual no vocabulário médico desta época que fazia referência às emanções aéreas insalubres – oriundos do solo, da água parada, dos cadáveres e dos seres vivos²⁷⁴. Ademais, os centros urbanos, quando comparados ao campo, possuíam maior número de construções e edifícios, que constituiriam verdadeiros obstáculos à

²⁷³ CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁷⁴ O receio provocado pelos miasmas, causadores de doenças e, portanto, tidos como ameaças à saúde da população, ainda mostrava-se recorrente no século seguinte, não apenas na Europa, mas, inclusive, no Brasil. Em 1850, ano marcada por uma epidemia de febre amarela, as autoridades públicas e médicas da cidade do Rio de Janeiro desenvolveram um projeto de combate à doença que se baseou na tese aerista e no imperativo de combate aos efeitos nefastos causados pelos miasmas e eflúvios pútridos. Em *Cidade Febril*, o historiador Sidney Chalhoub realiza uma excelente análise sobre como a tese aerista, que definia o que era limpo e sujo/são e malsão, deu ensejo à práticas de segregação social. Para mais informações, cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.

dissipação do ar corrompido. Assim, segundo os princípios mecanicistas, a melhor maneira de combater os efeitos nocivos do ar seria através de estímulos a sua circulação.

Em seu livro *Carne e Pedra*, Richard Sennett nos fornece uma interessante explicação sobre a importância terapêutica da circulação no século XVIII. Para Sennett, o já citado William Harvey, mais do que descobrir o funcionamento do sistema circulatório, criou uma nova concepção de corpo, a qual se estendeu para as experiências sensíveis da cidade:

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, por meio das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. A revolução médica parecia ter operado a troca de moralidade por saúde; e os engenheiros sociais, estabelecido a identidade entre a saúde e locomoção/circulação. Estava criado o novo arquétipo de felicidade humana.²⁷⁵

Para além das metáforas biológicas e médicas, a circulação também era valorizada através de uma perspectiva econômica. Neste sentido, o liberalismo de Adam Smith é bastante emblemático, afinal, Smith imaginou uma economia circulante, de trabalho e de mercadorias. Assim, uma vez atrelada à felicidade e bem-estar humanos, a circulação tornava-se imperativo do planejamento urbano²⁷⁶.

A percepção patologizante do ar orientou grande parte das propostas de Sanches que objetivavam melhorar as condições sanitárias em Portugal. Neste sentido, o *Tratado da conservação da saúde dos povos* mostra-se uma obra bastante significativa, uma vez que seu conteúdo baseia-se em questões relativas ao ar e seus efeitos sobre a saúde da população. Valendo-se da física experimental e da química pneumática, o médico português descreve as principais características da atmosfera para, logo em seguida, apontar as principais causas de sua corrupção, bem como as possíveis formas de evitá-las ou combatê-las:

Parece-me que qualquer, ainda que não seja instruído na Física, compreenderá pelo que fica dito que o Ar, além das qualidades naturais, de quente, frio, úmido ou seco, adquire aquela de ser corrupto. Facilmente se compreende que adquirirá esta última logo que ficar encerrado; logo que **a umidade e o calor for excessivo, sem ventos, nem ventilação da atmosfera**: vimos os efeitos desta podridão não só em todos os climas, mas **particularmente entre os trópicos**: vimos também que do mesmo modo o globo terráqueo tem a sua atmosfera, assim como cada corpo vivente e vegetal, ou animal tem a sua: e que **a podridão dela sabe vencer a natureza pelos ventos, pelas chuvas, trovões, relâmpagos, e raios, como também pelas exalações aromáticas**²⁷⁷. (...)

²⁷⁵ SENNETT, Richard. *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2010. p. 263

²⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 281.

²⁷⁷ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 23 [Grifos nossos]

Como se pode notar, calor e umidade excessivos contaminariam a atmosfera. Nas páginas seguintes, Sanches explica que o primeiro estimula a evaporação de emanções oriundas das terras, das águas e de seres em decomposição, bem como a transpiração dos seres vivos, ao passo que o segundo acelera o processo de putrefação de animais, alimentos e metais. Em Lisboa o problema de águas estagnadas era uma realidade. Além de charcos, frequentemente observavam-se braços de água parada do Rio Tejo repletos de mosquitos, o que provavelmente estava relacionado com os frequentes surtos de paludismo, nome dado à malária nesta época²⁷⁸.

Não nos esqueçamos também que a ideia dos Trópicos enquanto local insalubre e “inferior” devido as suas condições climáticas foi bastante difundida nesta época. Neste sentido, não podemos deixar de citar Georges Luis Leclerc (1707-1788), o Conde de Buffon, naturalista francês e autor da *Histoire Naturelle* (1749)²⁷⁹. Para Buffon, a natureza e os habitantes do Novo Mundo seriam “inferiores”, posto que o calor e a umidade típicos do continente teriam impedido o seu desenvolvimento pleno. Para Buffon, a ausência de animais grandes – como leões e ursos –, o grande número de répteis e insetos e supostas características dos indígenas – imberbes, pouco inclinados ao trabalho e imorais – seriam evidências de uma natureza degenerada. Evidentemente, a tese da inferioridade americana foi fruto do eurocentrismo e do preconceito de letrados do Velho Mundo²⁸⁰.

Seguindo adiante com o *Tratado* de Sanches, é fundamental destacar o contexto de publicação da obra, a qual foi editada pela primeira vez em 1756 em Paris – e no ano seguinte em Lisboa –, ou seja, apenas um ano após o terremoto de Lisboa. Não por acaso, há no final do *Tratado* um apêndice de nove páginas intitulado *Considerações sobre os Terremotos*. Sobre a tragédia, de maneira resumida, esta ocorrera em 1º de novembro de 1755, destruindo dezenas de igrejas e outros edifícios localizados na região da Baixa e no Rossio. Quanto ao

²⁷⁸ DEL PRIORE, Mary. *O mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2003. p. 52.

²⁷⁹ Segundo Ramos Jr., a pedido de Buffon, Ribeiro Sanches contribuiu com suas observações sobre a fauna do mar Cáspio e sobre os povos tártaros, por ele observados durante a Guerra da Crimeia, na qual atuou como médico do exército imperial russo, para a *Histoire Naturelle*. RAMOS JR., Nelson de C. Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/> pp. 63-66.

²⁸⁰ Para mais informações sobre as visões detratadoras do Novo Mundo, conferir: GERBI, Antonello. *Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

número de vítimas, calculou-se cerca de 15 mil mortos²⁸¹. Em face de tal desastre, Sebastião José de Carvalho e Melo, naquele ano Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, agiu energeticamente e buscou prontamente “enterrar os mortos e cuidar dos vivos.”²⁸².

Segundo Keneth Maxwell, a reconstrução de Lisboa empreendida por Carvalho e Melo foi um acontecimento emblemático do Esclarecimento português, não apenas em termos arquitetônicos e de planejamento urbano, mas, sobretudo em termos políticos, pois se verificaram maiores esforços de intervenção estatal e pragmatismo²⁸³. Concordando com esta consideração, o historiador José Subtil destaca que o terremoto gerou todo um ambiente propício a propostas reformistas mais ousadas²⁸⁴.

No que se refere à arquitetura e ao planejamento urbano, há certo consenso na historiografia que a reconstrução da capital portuguesa seguiu premissas higienistas e aeristas. De acordo com José França, Manuel da Maia (1680-1768), engenheiro militar que esteve à frente das obras, iniciadas em 1758, possuía preocupações higienistas, em especial no que dizia respeito aos esgotos e dejetos,

“(…) defendendo a ideia de construir cloacas nas ruas principais, que receberiam as imundícies dos edifícios fronteiros, solução dispendiosa, porém, que poderia ser substituída por outra, mais tradicional, de fazer recolher todas as manhãs os despejos lançados pelas janelas, ou outra ainda, mais económica por um lado e mais cara por outro: de recolher uma só vez ao ano ‘os lixos e superficialidades sólidas’ que se iriam acumulando em alfúgeres de cinco ou seis palmos, abertos entre cada duas ruas e as duas ordens de edifícios que as constituem – o que não deixava de diminuir os terrenos e obrigaria a colocar vidraças nas janelas, para proteger os habitantes dos maus cheiros.”²⁸⁵

Em seu projeto, Maia pautou-se também na importância da circulação, tanto do ar quanto de pessoas, através do alargamento de ruas e avenidas, bem como da abertura de passeios públicos, promovendo assim maior possibilidade de movimento aos lisboetas.

Acreditamos que parte do plano urbanístico de Maia foi baseado na proposta de “cidade saudável” de Sanches. Adélia Carreira expõe alguns indícios que reforçam tal afirmação. Em primeiro lugar, o *Tratado* obteve sucesso em Portugal e mesmo além das

²⁸¹ FRANÇA, José Augusto. *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1980. Segundo França, o número de mortos também cresceu no boca a boca: o Núncio calculava 40 mil, o Marquês de Pombal reduziu para 6 mil, mas os números mais fidedignos da época calcularam algo em torno de 12 a 15 mil. Na época, Lisboa teria cerca de 250 mil habitantes.

²⁸² MELO, Sebastião de Carvalho e. DISCURSO POLITICO SOBRE AS VANTAGENS QUE O 17 REINO DE PORTUGAL. In: _____. Cartas e Outras Obras Seletas do Marquês de Pombal. Tomo II. Lisboa: TYPOGRAPHIA DE COSTA SANCHES, 1861.

²⁸³ MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*, 1997. p. 19.

²⁸⁴ SUBTIL, José M. L. *O terramoto político (1755-1759): memória e poder*. Lisboa: EDIUAL, 2007. p. 109.

²⁸⁵ FRANÇA, José Augusto. *Op. Cit.*, 1980. p. 20.

fronteiras lusitanas, suscitando o interesse de estudiosos como o médico inglês John Pringle (1707-1782), o médico escocês John Arbuthnot (1667-1735) e o teórico de arquitetura D. Benito Bails (1750-1797), o que certamente revestiu tal obra de valor e importância. Além disso, Carreira frisa que a biblioteca privada do engenheiro Eugênio dos Santos de Carvalho, autor de um *Plano de Reconstrução da Baixa* (1758) e colaborador de Maia, incluía um exemplar do Tratado, o que nos leva a pressupor que a obra tenha inspirado parte das intervenções urbanas de caráter sanitário²⁸⁶.

Isto posto, voltemos às principais propostas apresentadas no *Tratado*. De modo geral, o primeiro elemento que indicaria a salubridade da urbe seria a sua localização. Nas condições ideais, o lugar deveria ser voltado para o Oriente, onde as águas fossem correntes, o clima ameno e houvesse diversos acessos para carros e embarcações. Porém, a par de que a maioria das cidades foram fundadas sem se observarem tais critérios, o médico ilustrado sugere algumas soluções. Ribeiro Sanches lembra, por exemplo, que existem muitas cidades próximas a rios, os quais, não apenas deixando de ser bem aproveitados, acabaram transformando-se na “ruína das cidades”, devido às alagações e deposição de matéria pútrida. Assim, as ruas deveriam ser construídas distantes de rios, ou mesmo de lagos, com a finalidade de se evitar as consequências das enchentes nas estações chuvosas, ou das secas nos meses de junho e julho, quando se formam charcos, e atoleiros imensos, que “então apodrecem, e geram-se imensidade de insetos.”²⁸⁷.

Outra possibilidade seria a construção de ruas de tal maneira que estas ficassem expostas ao sol do meio-dia. Postos e cisternas também seriam fundamentais para refrear os efeitos malignos das águas paradas. Para Sanches, as cidades mais problemáticas são aquelas que se encontram em vales, rodeadas por montes e serras altas, os quais impediriam a dissipação do ar corrompido. Neste caso, lançando mão de modelos antigos e contemporâneos, como as cidades que constituíam o Império Romano, ou cidades medievais, tal qual Paris, Sanches reitera a necessidade de canais e aquedutos, que se prestavam a aumentar a velocidade das águas, e de fogos contínuos, que supostamente diminuiriam a umidade da atmosfera, tornando-a assim mais sadia²⁸⁸.

Assim, circulação e movimento seriam os imperativos para garantir a pureza do ar e a adequação da cidade às normas sanitárias. Para o médico, além de ruas largas, também seria fundamental a dissolução de “todos os obstáculos (...) para que as ruas e as praças sejam

²⁸⁶ CARREIRA, Adélia M. C. *Op. Cit.*, 2012. Pp 194-197.

²⁸⁷ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 18.

²⁸⁸ Idem, *Ibidem*. p. 19

cobertas de boas e firmes calçadas, como todos os lugares públicos: que as águas da chuva, como as que servirão aos habitantes, tenham curso livre, e rápido por canais e cloacas.”²⁸⁹

Mas a disposição de estruturas que favorecessem a circulação de pessoas e das águas, não bastaria. Urgia-se também manter a limpeza das ruas, caracterizadas por Sanches como “os repositórios de todas as imundícies, ou que saem dos animais, ou que resultam das artes necessárias à vida civil.”²⁹⁰. Para tanto, seria necessário que todos os moradores da cidade contribuíssem para com a higienização da parte frontal de suas casas. Esta medida, no entanto, só seria possível quando transformada em lei, que, se não fosse respeitada, implicaria penalidades aos infratores: “Haveria em cada cidade, vila ou lugar lei inviolável que cada morador tivesse limpa cada dia pela manhã a fronteira da sua casa, com tanto rigor, que nenhuma sorte de estado, nem ainda Eclesiástico ficaria isento desta obrigação.”²⁹¹.

Nas páginas seguintes, Sanches acrescenta novas obrigações aos moradores, que deveriam ser proibidos de praticar o famigerado “água-vai”. Outra interdição estender-se-ia aos indivíduos que criassem animais na rua, como porcos, patos, coelhos e até mesmo gado, animais que, além de sujarem as vias de passagem, infectavam o ar da urbe com suas exalações. E não apenas os animais vivos constituíam um problema, mas também os animais abatidos. Sanches recrimina a tolerância aos abatedouros e outros estabelecimentos que vendiam carnes, locais que, segundo o médico português, deveriam estar em locais mais afastados da cidade, mais especificamente em pontos mais altos desta, onde haveria maior ventilação.

No início do *Tratado*, o médico português anuncia o seu propósito, qual seja, melhorar as condições sanitárias da cidade e os espaços que a constituem. Entre eles, Sanches elenca aqueles que considera os mais prejudiciais à saúde, nomeadamente hospitais, prisões, casernas, navios e conventos. Devido ao fato de serem fechados e comportarem aglomerações, tais lugares apresentariam maior propensão à concentração de eflúvios pestilentos. Intentando tornar o leitor vigilante a tais espaços enquanto ameaças sanitárias, o médico português descreve as prisões como locais “cheios das exalações daqueles cadáveres viventes.”²⁹². Já os navios seriam espécies de “pântanos flutuantes”, que comportavam um amontoado de marinheiros doentes, cargas e provisões infectadas.

Quanto aos hospitais, por abrigarem pacientes acometidos pelos mais diversos males, eles apresentariam um grande risco àqueles que nele entrassem ou estivessem perto de seu

²⁸⁹ Idem, Ibidem. p. 26

²⁹⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 27.

²⁹¹ Idem, Ibidem. p. 27.

²⁹² Idem, Ibidem. p. 53.

entorno. A quantidade de leitos também constituiria um problema, posto que para Sanches, quanto maior o hospital, maior seria o índice de mortos. Vale assinalar que, na época, o Hospital Real de Todos os Santos havia sido atingido pelo terremoto, o qual, inclusive, chegou a vitimar a maior parte daqueles que se encontravam internados. Assim, as sugestões de Sanches voltada para a organização estrutural do espaço hospitalar reportavam-se à premência de se estabelecer um novo hospital que assistisse os enfermos de acordo com as novas normas e concepções higiênicas.

Após o terremoto, os doentes que sobreviveram foram transferidos para um novo hospital, o Hospital São José, que passou a ser o principal hospital da cidade e o maior centro de ensino cirúrgico da cidade, características antes atribuídas ao Hospital Real de Todos os Santos²⁹³. Alguns anos depois, o Marquês de Bombelles, embaixador francês em Portugal entre os anos de 1786 e 1788, anotava suas observações, bastante positivas, sobre o novo hospital: “Eles [os doentes] são bem cuidados, talvez sejam bem nutridos até demais e é um prazer percorrer pelas salas por conta da limpeza que reina (...).”²⁹⁴. Posteriormente, outros estrangeiros que visitaram a capital, como o já citado Ruders, James Murphy, arquiteto irlandês que esteve em Lisboa em 1796, e D. José Cornide, nobre espanhol que visitara a capital portuguesa em 1800, também elogiaram as condições do hospital, bem como seu corpo médico²⁹⁵.

As igrejas, por sua vez, representavam um duplo perigo. A natureza da tais espaços: pequenas, escuros e muito frequentados por um grande número de fiéis, impedia a ventilação do ar corrompido. Além disso, o costume de se enterrarem cadáveres dentro das igrejas e de, frequentemente, se abrirem as sepulturas tornava o ambiente eclesiástico altamente nocivo para seus frequentadores. Sanches nos fornece uma descrição bastante detalhada deste cenário fétido:

²⁹³ LEMOS, Maximiano. *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Vol II. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991. Francisco Santana e Eduardo Sucena apontam a existência de diferentes tipos de hospitais na Lisboa da Idade Moderna. Além do Hospital Real de Todos os Santos, posteriormente “transferido” para o Hospital de São José, havia também hospitais militares, hospitais “medievais”, que funcionavam mais como hospedarias e centro de acolhimento de pobres e doentes. Cf: SANTANA, Francisco; SUCENA, Francisco Eduardo (org.) *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas, 1994. Para maiores informações, conferir também o verbete “Assistência Pública” SERRÃO, Joel (org.) *Dicionário da História de Portugal*. Livraria Figueirinhas: Porto, 1984.

²⁹⁴ BOMBELLES, Marquis de. *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*. Paris: Centre Culturel Portugais: Presses Universitaires de France, 1979. p. 290

²⁹⁵ RUDERS, Carl Israel. *Op. Cit.*, 1981.; MURPHY, James C. *Travels in Portugal: Through the Provinces of Entre Douro E Minho, Beira, Estremadura, and Alem-tejo, in the Years 1789 and 1790...* London : A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795. CORNIDE, José D. *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Imprenta y Fundación de Manuel Tello, 1893, 3 vols.

Se as exalações que saem dos corpos vivos são tão venenosas, que efeitos não produziram aquelas dos cadáveres, que estão apodrecendo? Pois a estas é que estão sujeitos os Eclesiásticos que administram os santos Mistérios do Altar: ali o Ar está mais quente, ali é mais ligeiro, para ali há-de correr de todas as partes o que estiver à roda, e este é o de toda a Igreja, onde se enterram os mortos, onde cada dia se abrem as sepulturas, onde entram tantas pessoas que transpiram, e que podem transpirar exalações tão venenosas como as daqueles presos²⁹⁶.

Semelhantemente ao caso do Hospital Real de Todos os Santos, após o desmoronamento de diversas igrejas causado pelo terremoto, estas, e consequentemente os cemitérios “intra-muros”, passaram a preocupar as autoridades. A solução, sob a perspectiva higienista de Ribeiro Sanches, consistiria no estabelecimento de cemitérios extra-muros, preferencialmente fora das cidades e vilas ou em locais expostos a ventos²⁹⁷. No próximo capítulo, desenvolveremos mais minuciosamente a questão dos cemitérios “intra-muros”, ou seja, internos ao ambiente eclesiástico, enquanto um problema de saúde pública.

Para assegurar a salubridade dos ambientes citados acima, Sanches indica os principais métodos de renovação do ar, ação fundamental para combater os miasmas e exalações mefíticas. Através do ventilador, invenção de Stephen Hales, seria possível promover a circulação do ar. Sobre tal mecanismo, Vigarello alega que “(...) o ventilador constituiu a verdadeira descoberta instrumental do início do século XVIII.”²⁹⁸. De fato, embora não tenha se generalizado amplamente pelo continente europeu, o ventilador foi um aparelho bastante elogiado pelos médicos higienistas.

Fogos e chaminés também seriam capazes de estimular a “ativação do ar” devido à diferença de densidade entre o ar quente e o ar frio. Em seguida, a dissipação de aromas, bem como fumigações e defumadouros empregados em roupas (sobretudo nas roupas dos doentes internados nos hospitais) e móveis arrematariam os esforços de higienização dos espaços fechados. Podemos somar a estas outras práticas estratégicas – indicadas pelo próprio Sanches –, de combate indireto à corrupção aérea, como as limpezas feitas com água e vinagre, água e cal e até um composto a base de azeite, urina humana, pimentas e arruda. Tais misturas impediriam a proliferação de insetos e a formação de substâncias danosas.

Se a maior parte do *Tratado* de Sanches dedica-se a espaços públicos, como as ruas e praças, e com grande concentração de seres humanos, tais quais prisões e hospitais, o autor

²⁹⁶ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 32

²⁹⁷ Segundo a historiadora Maria Oliveira, o cemitério autônomo, ou seja, extra-muros, surge dentro do contexto reformador setecentista. O primeiro episódio na Europa foi levado a cabo por Francesco III, duque de Módena em 1771, dedicado à gente vulgar e as famílias que não tinham jazigos próprios na igreja ou os meios para isso. OLIVEIRA, Maria Manuel. “O cemeterio de Vila Real de Santo António e o debate setecentistas sobre a inumação extramuros”. *Revista Monumentos*. N. 30. pp. 80-88, 2009.

²⁹⁸ VIGARELLO, Georges. *Le sain et le malsain: Santé et mieux-être depuis le Moyen Age*. Paris: Seuil, 1993. p. 178 [Tradução nossa].

não deixa de dirigir propostas ao âmbito “privado”²⁹⁹. Assumindo um tom pedagógico, Sanches esclarece variadas práticas de higiene e outras ações necessárias à conservação da vida. Os banhos, entre estas ações, além de limparem o corpo, tornavam-no mais forte, pois a água fria endurecia as fibras e impedia o apodrecimento dos humores³⁰⁰. Na visão de um médico como Ribeiro Sanches, os banhos promoveriam efeitos externos e internos, desinfetando a superfície do corpo e tornando o seu interior mais forte e duro, o que facilitaria a circulação dos humores. Fossem banhos no rio ou os banhos de vapor, costume bastante comum entre os russos e verificado pelo médico durante sua estadia naquele Império, Sanches considera eficiente a prática de se banhar, aconselhando-a aos soldados e aos escravos:

Este é o remédio contra a fadiga, contra o cansaço, contra a comichão, reumatismos, sarna e outros males próprios da vida do Soldado: vivem ordinariamente robustos, capazes de todo o trabalho, tanto militar que civil. Considero que se na América e na África, naqueles lugares alagados por aqueles caudalosos rios, usassem desta sorte de estufa ou banho principalmente os escravos dedicados ao trabalho das minas que poderiam conservar muitas vidas, ainda que miseráveis; considerando que este seria o mais apropriado remédio contra a podridão dos humores causada pelo calor e humidade do terreno (...) ³⁰¹

Os banhos, portanto, além de utilizados na prevenção e no tratamento de doenças, seriam um importante elemento na vida física do homem, o que nos remete ao conceito de dietética. Segundo Michel Foucault, a dietética era composta por atividades de cuidados do corpo, como exercícios, o sono, as relações sexuais, a alimentação, os já citados banhos e as evacuações³⁰². Contudo, são necessárias algumas distinções entre este conceito e as propostas de Sanches. Enquanto o primeiro refere-se a uma técnica praticada durante a Antiguidade e feita de maneira autônoma, no *Tratado de Conservação de Saúde dos Povos*, é possível identificar a intenção e os esforços de um médico ilustrado de ensinar algumas daquelas atividades, desempenhando assim o papel de educador do corpo coletivo, amparado pelo conhecimento científico.

A higiene também seria imprescindível para o armazenamento e consumo de alimentos e bebidas, sobretudo no caso dos soldados e dos marinheiros. Segundo Sanches, justamente a

²⁹⁹ Aqui, as aspas indicam uma expressão que não era empregada nesta época, e, além disso, remete a práticas realizadas no ambiente doméstico.

³⁰⁰ VIGARELLO, Georges. *Le propre et le sale: L'hygiène du corps depuis le Moyen Age*. Paris: Seuil, 1985. p. 12. Segundo Georges Vigarello, até o século XVII, os banhos eram considerados maléficos, pois abriam os poros do corpo tornando-o vulnerável, sendo que o indício de asseio limitava-se às vestimentas. Este cenário muda com a repercussão de ideais higienistas, baseados na percepção olfativa e visual e trazendo consigo novos critérios de higiene.

³⁰¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 66.

³⁰² FOUCAULT, Michel “Dietética” In: _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001. pp.87-126.

comida, cuja função seria a de prover o sustento dos homens, acaba por destruir sua saúde, pois é mal armazenada e contaminada por insetos. Além de recomendar como solução para este problema a fumigação das provisões e os tonéis e barricas, o médico português dedica uma quantidade considerável de páginas de seu tratado ao tema da alimentação.

Para Ribeiro Sanches, alimentos como os frutos de outono (melões, uvas e pepinos) e o vinagre e bebidas como a aguardente são erroneamente reputados como nocivos, atuando, na verdade, como remédios os quais, tomados com moderação, auxiliariam no tratamento contra disenteria e febres. O vinagre, por exemplo, outrora considerado como um vinho podre e que provocava a coagulação do sangue, é muito elogiado pelo médico português, tanto pelo sua função desinfetante, como também por fortalecer e proteger o corpo da corrupção física. Outro produto rejeitado pelos médicos e doutos seria a aguardente, “porque atribuem a todos os espíritos ardentes a qualidade de queimar e corromper as entranhas.”³⁰³. Entretanto, assim como todas as bebidas que passam por algum processo de fermentação, a aguardente ameniza o apodrecimento dos humores, servindo também como o “remédio mais universal de toda a Cirurgia.”³⁰⁴.

Após analisarmos as principais propostas que compõem o *Tratado*, podemos tecer algumas considerações a respeito do pensamento reformista de Sanches e, de maneira mais ampla, da medicina setecentista. Se a princípio o conhecimento médico inseria-se no âmbito doméstico, através dos cuidados e conselhos oferecidos a cada paciente individualmente, a partir do momento em que o espaço urbano passa a ser visto sob a ótica médica higienista, a saúde de seus habitantes, pensados em sua totalidade, também se torna um aspecto pertinente ao conhecimento médico. Para o historiador Roy Porter, este processo se relaciona aos esforços de afirmação do saber médico em detrimento do saber dito popular: “(...) quanto mais a profissão médica afirma sua capacidade de intervir sobre o corpo dos indivíduos, mais a sua ambição de também cuidar da sociedade como um todo também aumenta.”³⁰⁵. Assim, aos médicos caberia a responsabilidade de vigiar e combater a insalubridade dos espaços e das pessoas.

A preocupação com a população, além de inquietar os médicos, já era matéria de boa governança desde o início da época moderna. Teoria econômica vigente naquele momento, o Mercantilismo sustentava-se na ideia de que “o número de homens faz a riqueza do

³⁰³ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 62.

³⁰⁴ Idem, *Ibidem*. p. 63

³⁰⁵ PORTER, Roy. “Les stratégies thérapeutiques” In: GRMEK, Mirko D. *Op. Cit.*, 1998. p. 223. [Tradução nossa]

Estado.”³⁰⁶. No século XVIII, a relação entre a importância de um Estado com a grandeza de sua população passou a ser ainda mais reforçada pela doutrina econômica fisiocrática. Os fisiocratas identificavam o acúmulo de riqueza de determinado reino à apropriação e transformação do mundo natural pelo trabalho humano e associavam o aumento da população à intensificação do trabalho agrícola³⁰⁷. Um dos principais defensores da teoria fisiocrática em terras lusas foi José Veríssimo Álvares da Silva, que, no ano de 1789, afirmava o seguinte nas *Memórias Econômicas da Academia das Ciências de Lisboa*: “Hoje é ponto demonstrado que a felicidade da República não se mede pelas suas grandes conquistas, nem pela extensão de seus limites, ou pelas minas de ouro e prata que possui; mas sim pela sua povoação e pelos braços que nela trabalham.”³⁰⁸.

Ora, quanto maior a população de um país, maior seria a força de seu exército, bem como o número de braços que trabalhassem na lavoura. Segundo Michel Foucault, a população, enquanto objeto de ação dos médicos, além de ter acentuado a função pública medicina, operou também modificações no campo da política. Ao emergir como um “fenômeno natural”, a população se tornou uma unidade descritível, mensurável e governável, o que provocou uma redefinição do poder, que, se antes remetia ao governo dos territórios, a partir de então passa a se referir ao “governo dos homens”³⁰⁹. Por conseguinte, governar os homens significaria, de certa maneira, decifrar e conservar as forças constitutivas do Estado.

Com efeito, o *Tratado* apresenta-se afinado com este tipo de pensamento e, muito provavelmente, com alguns princípios fisiocráticos³¹⁰. As recomendações de Sanches não se restringem somente a Portugal, abrangendo também seus domínios coloniais. Nas palavras do próprio, o poderio e riqueza de um Estado baseavam-se no número e no aumento de seus súditos: “Todos sabem que a mais sólida base de um poderoso Estado consiste na multidão

³⁰⁶ SOUSA, Fernando. “A População Portuguesa nos inícios do século XIX”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 2, pp. 7-75, 1996. p. 42.

³⁰⁷ De acordo com José Luís Cardoso, as principais teorias econômicas vigentes durante o Setecentos foram a fisiocracia e o mercantilismo. A primeira já foi brevemente explicada. Quanto ao mercantilismo, seus adeptos reconheciam a riqueza em sua manifestação material – ou seja, riqueza e dinheiro se fundem em um só conceito, por isso a importância do comércio – e concebiam o aumento da população em função dos acréscimos de emprego e produção e do aumento de impostos e tributos. Para mais informações, consultar: CARDOSO, José Luís. *História do pensamento económico português: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

³⁰⁸ Idem, Ibidem. p. 70.

³⁰⁹ FOUCAULT, Michel; SENELLART, Michel (ed.). *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

³¹⁰ Provavelmente Sanches leu alguns teóricos da fisiocracia, como William Petty e o Conde de Mirabeau, autores cujas obras encontram-se elencados no catálogo de livros do médico português. Cf: *Catalogues de livres de feu M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès*. Paris: Chez de Bure, 1782. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5500059t.r=catalogues+livres+de+feu+sanches> pp. 39-42. Acesso em 26 de abril de 2017.

dos súbditos, e no seu aumento, e que desta origem resultam as suas forças, poder grandeza e majestade (...).”³¹¹.

O projeto de uma sociedade saudável de Sanches, além de buscar assegurar a produtividade e a riqueza de uma nação, visava o progresso e o bem-estar da população. Sempre reiterando que pretende ser útil à terra em que nasceu, Ribeiro Sanches mostra-se um homem a serviço da vida. Não podemos nos esquecer de que o otimismo e a ênfase no potencial utilitário da ciência revelou-se bastante presente no discurso de filósofos e cientistas ilustrados. Mas para que suas propostas sejam consolidadas enquanto medidas de saúde pública, Sanches ressalta que a intervenção da Coroa portuguesa seria imprescindível. Não por acaso, o médico anuncia já no subtítulo de sua obra para quem esta se dirige: “Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães Gerais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadesses, Médicos e Pais de Famílias”. Os primeiros não poderiam deixar de ser os magistrados, precisamente aqueles que estavam investidos de autoridade pública, através de funções administrativas ou legislativas.

Ao longo de todo o *Tratado*, Sanches reitera a necessidade que cada Estado tem de estabelecer leis e regramentos para preservar os seus súditos das muitas epidemias e males que podem acometê-los. O apelo do médico português a uma atuação mais enérgica por parte da monarquia portuguesa nos permite refletir sobre a medicina setecentista para além da esfera científica. Se fatores econômicos, sociais e culturais repercutem nas modalidades de assistência médica à população, não se pode negar, contudo, a preeminência do fator político. Portanto, a história da saúde pública apresenta uma ligação estreita com a história das formas de operação de poder³¹². E é justamente isso que investigaremos no próximo capítulo. Nele abordaremos a apropriação da produção intelectual de Sanches por determinadas instâncias de poder em Portugal, em especial pela Intendência Geral da Polícia, repercutindo em medidas destinadas à saúde da população, que acabaram por favorecer a centralização do poder da monarquia portuguesa.

³¹¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 3.

³¹² PORTER, Dorothy. “Changing Definitions of the History of Public Health”. *Hygiea Internationalis*, v. 1, n. 1, pp. 9-21, 1999.

CAPÍTULO 3

Medicina e saúde pública: as reformas da segunda metade do século XVIII

Como a maioria dos trabalhos de pesquisa em história, o título desta dissertação apresenta o recorte cronológico elegido, especificamente, os anos de 1750 a 1792. Com efeito, a escolha de balizas temporais reporta-se ao esforço do historiador em tornar o seu objeto inteligível. Nas palavras de Roger Chartier: “Pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos.”³¹³. Portanto, tal escolha não é meramente aleatória, mas, pelo contrário, criteriosa e fruto de longa ponderação.

No nosso caso, baseamo-nos em critérios políticos e culturais. O período entre 1750 e 1792 compreendeu o reinado de D. José I e parte do reinado de D. Maria I, os quais, não se pode esquecer, confundem-se com o movimento das Luzes em Portugal³¹⁴. Além disso, os dois monarcas tomaram atitudes distintas em relação à saúde pública e ao ensino médico, duas questões que muito nos interessam. A investigação das medidas reformistas e das políticas sanitárias empreendidas em cada reinado nos permite observar e refletir acerca das continuidades e mudanças no campo da saúde pública. Por fim, um último critério relacionado à escolha do recorte cronológico repousa sobre a nossa hipótese de que as ideias e propostas de Ribeiro Sanches inspiraram e engendraram medidas voltadas à salvaguarda da saúde dos portugueses.

Isto posto, resta-nos agora o último capítulo da dissertação, que versa precisamente sobre as medidas tomadas na segunda metade do século XVIII voltadas para o ensino médico e para a manutenção da saúde pública. Logo, em um primeiro momento, exploraremos os reinados de D. José e D. Maria, com o intuito de compreender as condições e especificidades que favoreceram ou não a consolidação de tais medidas.

Em seguida, evidenciaremos algumas instituições, nomeadamente a Universidade de Coimbra, a Academia das Ciências de Lisboa e a Intendência Geral da Polícia. Neste sentido,

³¹³ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2002. p. 9.

³¹⁴ O reinado de D. Maria estendeu-se até o ano de sua morte, em 1816. No entanto, vale lembrar que por motivos médicos, em 1792 seu filho D. João VI foi nomeado príncipe regente.

interessa-nos respectivamente a reforma do curso de medicina da Universidade de Coimbra, a fundação da Academia das Ciências de Lisboa e suas primeiras atividades científico-pedagógicas e a criação da Intendência Geral da Polícia, a qual, dentre os estabelecimentos incumbidos da salvaguarda da saúde pública, desempenhou um papel notório³¹⁵. A escolha destas três instituições não se deu por acaso. Afinal, as mudanças no ensino médico e a configuração de uma comunidade científica lusitana favoreceram o debate e a circulação de novas ideias que deram ensejo a políticas de saúde pública.

3.1 Os reinados de D. José I e D. Maria I

Os anos em que o rei D. José e, posteriormente, a rainha D. Maria I ocuparam o trono correspondem, de certa maneira, ao período da Ilustração portuguesa. Todavia, não se pode negar que especialmente o reinado do primeiro é considerado por muitos autores o auge da renovação cultural, ou, tomando emprestada a expressão de Francisco Falcon, o momento de “materialização da ideologia ilustrada”, tendo a sua frente não o monarca, mas sim o secretário do Estado e do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal³¹⁶.

É necessária certa precaução com a afirmação acima, que pode induzir à ideia de que, enquanto o reinado josefino havia sido caracterizado pelas Luzes, o reinado de seu pai, D. João V (1689-1750, reinou de 1707 até o ano de sua morte), teria sido marcado por trevas e fanatismo religioso. Contudo, na primeira metade do século XVIII, a proliferação de muitas academias e outros espaços de sociabilidade científica já se fazia sentir. No âmbito da medicina, foram criadas diversas academias de cirurgia, bem como cursos desta mesma ciência em hospitais militares, notadamente, nos hospitais de Chaves, Elvas, Tavira e Porto, o que revela preocupação e interesse em se aprimorar a teoria e as técnicas cirúrgicas anteriores à reforma do curso de medicina.³¹⁷

³¹⁵ Além da Intendência Geral da Polícia, também estavam incumbidos da salvaguarda da saúde pública o Físico-Mor e o Cirurgião-mor, cargos que já existiam desde o século XV. A partir de 1782, no entanto, tais cargos foram abolidos, enquanto criou-se a Junta do Protomedicato, instituição responsável sobretudo pela regulação profissional dos agentes de cura e pela fiscalização da qualidade dos medicamentos e condição das boticas. Em 1808, determinava-se o fim da Junta do Protomedicato e a restituição dos cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor. Mais adiante, abordaremos brevemente algumas das ações da Junta do Protomedicato.

³¹⁶ FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. p. 160.

³¹⁷ RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, litterários e artísticos nos sucessivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914.

Além disso, cabe aqui lembrar que o *Método para Aprender e Estudar a Medicina* assim como também o *Verdadeiro Método de Estudar* foram obras escritas a pedido do rei D. João V. Sobre isso, Carneiro, Diogo e Simões justificam que, enquanto D. João V esteve no poder, teria sido possível observar uma maior difusão de ideias críticas, sobretudo em relação ao aristotelismo e à escolástica³¹⁸.

Por outro lado, os autos-de-fé realizados na primeira metade do Setecentos fizeram com que o estigma da intolerância religiosa prevalecesse sobre um ambiente de efervescência intelectual que nascia naquele momento³¹⁹. Uma vez que o estabelecimento de reformas destinadas à secularização da Inquisição e do ensino se acentuou a partir da segunda metade do século XVIII, entendemos que a vertente pragmática da Ilustração manifestou-se com maior intensidade durante o período pombalino. Ademais, considerando o escopo de nossa pesquisa, vale frisar que, em comparação com o período em que D. José I ocupou o trono, a divulgação das obras de Ribeiro Sanches, como também a recepção às propostas do médico português foi menor durante o reinado de D. João V.

Uma das marcas do reinado josefino foi a progressiva laicização, através de esforços que miravam a limitação do poder da Igreja Católica. Para o historiador Nuno Monteiro, autor de uma biografia relevante sobre D. José I, a expulsão dos jesuítas, tanto de Portugal quanto de seus domínios imperiais, determinada por Sebastião José de Carvalho e Melo em 1759, provocou um rompimento de relações entre aquele país e a Santa Sé, o que decerto modificou a sensibilidade religiosa da época. Outra ação que expressou claro confronto à ingerência da Igreja Católica foi a fundação da Real Mesa Censória, no ano de 1768. De acordo com Monteiro,

Através da criação desta instituição e do regimento que lhe foi atribuído em Maio do mesmo ano, substituíam-se os mesmos mecanismos múltiplos de censura até aí prevaletentes (designadamente, do Desembargo do Paço, episcopais e inquisitoriais), por uma única instituição (...) ³²⁰.

³¹⁸ CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula & SIMÕES, Ana. “Constructing knowledge: Eighteenth-Century Portugal and the new sciences” IN: GAVROGLU, Kostas (Org.). *The sciences in the European periphery during the Enlightenment*. Dordrecht ; London: Kluwer Academic, 1999.

³¹⁹ Em tal ambiente, destacaram-se as figuras de Rafael Bluteau (1638 – 1734), autor do *Vocabulário Portuguez Latino*, já devidamente referenciado na presente pesquisa, e do 4º Conde de Ericeira (1673 – 1743), um dos diretores da Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720 e a qual, sob tutela do rei, prestar-se-ia ao programa oficial de elaboração coletiva da história pátria. HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *História de Portugal*: Vol. IV. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998. pp. 426-441; KANTOR, Iris. “A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarina: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648 – 1750)”. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (Séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257.

³²⁰ DIAS, José da Silva. “Pombalismo e projecto político”, *Separata da revista Cultura, História e Filosofia*. v. 2, p. 185-318, 1984. p. 254.

Por último, uma medida que seguiu orientação semelhante foi a dissolução das diferenças entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Cabe aqui lembrar que o estigma de cristão-novo tornou insegura a situação de Ribeiro Sanches e de muitos outros portugueses de origem judia, que a qualquer momento poderiam ser acusados de terem retomado “práticas judaizantes”, não obstante sua conversão. Na verdade, os empenhos da Coroa em converter os judeus do reino esboçaram-se já em 1492. No século seguinte, em 1536, ano da ativação dos tribunais da Inquisição, as diferenças entre cristãos-novos e cristãos-velhos passaram a ser ainda mais evidenciadas, o que provocou um clima de suspeição generalizada³²¹. Finalmente, em 1773, Sebastião José de Carvalho e Melo determinou o fim destas distinções, que prestavam-se meramente à limpeza de sangue³²².

Com efeito, ao retirar os jesuítas de instituições por eles ocupadas há tanto tempo, o secretário viu-se diante da urgência de preencher os espaços deixados vazios. Segundo os cálculos do próprio secretário, apenas no âmbito da educação, até antes de sua expulsão os jesuítas teriam ocupado cerca de 85% das instituições escolares de Portugal³²³. Perante tal situação, Sebastião José, contando com um grupo de personalidades ao seu redor, formado principalmente por letrados e políticos, como por exemplo Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) e D. Francisco de Lemos (1735-1822), colocou em prática uma reforma universitária, com o intuito de fornecer pessoal devidamente instruído para cargos relativos ao ensino, como também cargos de propósitos burocráticos³²⁴. Assim como Ribeiro Sanches, Sebastião José também havia viajado para outros países, o que lhe proporcionou a configuração de uma prestigiada rede de contatos e influência política. Antes de ser nomeado secretário de D. José I, Sebastião José trabalhara em Londres e, em seguida, em Viena, onde atuara como diplomata³²⁵.

No tempo em que Sebastião José de Carvalho e Melo ocupara o posto de secretário do Estado e do Reino, as circunstâncias mostraram-se favoráveis à instauração de reformas, onde a composição entre política e ciência teria estado a serviço da monarquia absolutista,

³²¹ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Christãos novos e christãos velhos em Portugal*. Coautoria de Raul Rego. 2. ed. Porto: Paisagem, [1973]. p. 27.

³²² SARAIVA, Antonio Jose. *Inquisição e cristãos-novos*. 6. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

³²³ MELO, Sebastião José de Carvalho e; FRANCO, José E.; PEREIRA, Sara M. (intr.). *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*. Apresentação de Manuel Ferreira Patrício; Prefácio de José Esteves Pereira. Porto: Campo das Letras, 2009. p. 7.

³²⁴ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. p. 108.

³²⁵ Inclusive, na corte vienense, Pombal conhecera Gerard Van Swieten, também contato de Sanches, e que, posteriormente, tornou-se médico assistente do secretário. Cabe salientar que Van Swieten apresentou, em 1748, à rainha Maria Teresa o plano de reformulação do ensino universitário, que foi aceito e posto em prática logo no ano seguinte. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Dom José*. Lisboa: Círculo de leitores, 2006. p. 217.

compondo o chamado “despotismo esclarecido”. Reis, e também ministros, valeram-se das ideias e propostas de cientistas e intelectuais portugueses para promover uma modernização no país, porém, sem grandes alterações na estrutura de poder. De acordo com Ana Rosa da Silva, este grupo de ilustrados, cujas ideias nem sempre eram unânimes, demonstravam um anseio em comum: “(...) uma reestruturação interna do Estado português, o que passava, necessariamente, pela formação de homens capacitados a executarem as reformas ilustradas.”³²⁶. Assim, as reformas do ensino e, igualmente, as medidas secularizantes voltadas para a censura prestavam-se à formação de um novo perfil de homem público, almejando transformar uma nobreza e fidalguia ociosas em um contingente apto a exercer cargos burocráticos, administrativos e religiosos³²⁷.

Contudo, após a morte de D. José I em 1777, Sebastião José de Carvalho e Melo, na época já reconhecido pelo título de Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, já não tinha mais como manter sua força política. A despeito de ter providenciado atitudes pragmáticas face aos estragos causados pelo terremoto, sobre o qual comentamos no segundo capítulo, e ao domínio da Igreja Católica e da filosofia escolástica na educação, Sebastião José também mostrou-se favorável à restrição das liberdades individuais e um perseguidor implacável de seus opositores, o que acabou por desagradar não somente aristocratas e indivíduos implicados no exercício da política, mas a sociedade lusitana de forma geral³²⁸.

A sucessora de D. José I, sua filha, subiu ao trono como D. Maria I. Após dispensar o Marquês de Pombal de seu cargo, a rainha nomeou novos ministros: o marquês de Angeja (1716-1788) e o Visconde de Vila Nova da Cerveira (1727-1800). As mudanças em relação à administração anterior fizeram com que seu reino recebesse a alcunha de “viradeira”, a qual, no entanto, não fez jus às principais medidas outorgadas pela rainha.

D. Maria I deu continuidade a determinados projetos implementados por seu pai, sobretudo no que tange à questão da divulgação científica. Já no início de seu reinado, a

³²⁶ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do antigo regime português: 1750-1822*. São Paulo, SP: Hucitec: FAPESP, 2006. p. 46

³²⁷ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*, v. 2, n. 2, p. 1-32, 2003.

³²⁸ Os casos mais emblemáticos foram os do Padre Malagrida, Cavaleiro de Oliveira e os Távoras. O primeiro foi expulso de Lisboa e, posteriormente, condenado à fogueira devido às suas interpretações sobre as causas do terremoto. Para ele, este teria sido um castigo divino contra a falta de devoção entre os membros dos círculos políticos portugueses. Semelhantemente a Malagrida, o Cavaleiro de Oliveira também fora condenado pelas suas interpretações acerca do terremoto. Exilado em Londres, Oliveira teve sua efígie queimada em praça pública. Finalmente, os Távoras, uma família de aristocratas acusada de ter tramado um atentado contra o rei – que de fato havia corrido, mas este, no entanto, sobrevivera. Como punição, cada um dos membros envolvidos foi decapitado. Para mais detalhes sobre os opositores de Pombal e do rei D. José I, conferir: MARQUES, José O. de A. “Voltaire e um episódio de história de Portugal”. In: *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina (Pós-Graduações em Ciências Sociais UEL), Vol. 9., n. 2, p. 37-52, 2004.

Academia das Ciências de Lisboa foi fundada e passou a assumir uma posição central na conjuntura intelectual portuguesa. Ademais, vale lembrar que a reconstrução da cidade de Lisboa, iniciada pelo Marquês de Pombal, estendeu-se até o governo mariano, o qual prosseguiu com os empreendimentos de desentulhamento, destruição dos prédios arruinados e alargamento da malha urbana.

Infelizmente, a bibliografia sobre D. Maria I e seu reinado revela-se escassa. Uma das poucas obras que trata diretamente sobre o tema é bastante antiga, tendo sido escrita por Caetano Beirão em 1933³²⁹. Embora o autor não tome o cuidado de manter certa imparcialidade em sua escrita, seu objetivo de desconstruir os preconceitos em relação ao período mariano é bastante válido. Beirão esforça-se em demonstrar por meio de correspondências da época que a imagem de católica fervorosa conferida à rainha foi um exagero da historiografia do século XIX e início do XX. Ainda, o autor contesta a famigerada expressão “a viradeira”. Ora, se a rainha recuou em algumas das decisões pombalinas ao permitir a restauração da Companhia de Jesus e a elevação da nobreza de sangue, por outro lado, ela reduziu as perseguições aos supostos opositores ao regime e, mais do que isso, investiu em grandes empreendimentos, como a construção de dezoito escolas para meninas, a criação da Casa Pia, além da fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa³³⁰.

Cabe aqui uma breve ponderação acerca da Casa Pia, instituição que, como Laurinda Abreu observa, possuía duas dimensões: filantrópica e repressiva³³¹. A dimensão filantrópica da Casa Pia evidenciava-se em seu objetivo, qual seja, o de oferecer formação profissional para órfãos e jovens infratores, ao passo que a dimensão repressiva revelava-se na prática de correção dos internos³³². Inspirada na *Orphan Working Home*, fundada em Londres no ano de 1758, a Casa Pia, de certo modo, representou uma mudança das políticas punitivas através da educação e formação profissional.

O idealizador da Casa Pia foi Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805), personagem-chave do período mariano e, mais do que isso, do cenário reformista no Portugal do final do Setecentos. A princípio, Pina Manique pensou aquela instituição como um espaço que, para além de seus propósitos iniciais, poderia favorecer a formação de agentes de saúde pública. Para tanto, uma de suas medidas foi enviar os internos da Casa Pia que estudavam

³²⁹ BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da historia do seu reinado*. 4. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

³³⁰ Idem, Ibidem.

³³¹ ABREU, Laurinda. *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013. p. 15.

³³² Segundo José Norton, a Casa Pia foi a primeira escola a aceitar meninas e mulheres, incluindo-se aí meninas desprotegidas, órfãs, infratoras e prostitutas. C.f.: NORTON, José. *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*. Lisboa, Bertrand: 2004.

anatomia e cirurgia para realizar parte de seus estudos em Copenhague ou em Edimburgo. O projeto de Manique também envolvia a distribuição de médicos e cirurgiões pelo reino. Laurinda Abreu explica que:

(...) Pina Manique desenvolveu um ambicioso projeto de formação de cirurgiões, boticários e parteiras, com o objetivo de os distribuir pelos pais, sobretudo pelas zonas rurais. Formar para reproduzir conhecimento e assim contribuir para melhorar a saúde da população acabou por se tornar central na sua atuação³³³.

Como se pode notar, a Casa Pia exerceu atividades de apoio e reabilitação a grupos sociais excluídos da sociedade, o que certamente estava relacionado com as novas influências filosóficas e pedagógicas do Setecentos. Neste sentido, não podemos deixar de evocar o pensamento de Jean Jacques Rousseau (1712-1778) e seu legado. Conhecido por ter defendido a bondade natural do indivíduo perante a sociedade, Rousseau realizou importantes trabalhos sobre educação, a qual foi por ele considerada a tarefa mais importante do Estado³³⁴. Com efeito, esta associação entre política e educação manifestou-se na Casa Pia e igualmente em outras casas de correção, as quais propunham-se a assistir seus internos, oferecer-lhes instrução e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Além deste intuito pedagógico, não se pode deixar de notar certa finalidade econômica nesta tipo de estabelecimento, uma vez que os internos das casas de correção, ao receberem uma determinada formação profissional, poderiam constituir força de trabalho.

À guisa de conclusão, consideramos que o Esclarecimento português confunde-se com os reinados josefino e mariano justamente por conta de circunstâncias que favoreceram o estabelecimento de reformas e outras consideráveis mudanças no âmbito científico e cultural. A reconstrução da cidade de Lisboa, os esforços de laicização do ensino e da censura, as modificações no ensino superior e no ensino básico, que passou a ser oferecido para setores menos favorecidos da população, e a criação de uma academia científica para o reino, que além de reunir cientistas e filósofos ilustrados, esforçou-se em divulgar as novas teorias científicas que vinham a ser debatidas, todos estes são claros exemplos das mudanças ocorridas no Portugal da segunda metade do século XVIII. Certamente, a elucidação de tais mudanças é fundamental para se compreender o contexto político e cultural no qual se inscreveu Ribeiro Sanches, bem como para a análise das complexas implicações da produção

³³³ ABREU, Laurinda. *Op. Cit.*, 2013. p. 226

³³⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Economia (moral e política). In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Ronde. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, Unesp, 2006. pp. 83-127.

intelectual deste médico na sociedade portuguesa. Para podermos “observá-las” mais de perto, começemos então pela reforma da Universidade de Coimbra.

3.2 A reforma da Universidade de Coimbra e as mudanças no ensino médico

A reforma de Coimbra consolidou-se em 1772, no entanto, seus preparativos já haviam tornando-se visíveis no ano anterior com o início da elaboração do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*. O *Compêndio* fora escrito durante um período de 8 meses pela Junta da Providência Literária, nome que remetia a um grupo de portugueses letrados que se encontrava sob a supervisão do Marquês de Pombal e do Cardeal da Cunha³³⁵. Apresentado ao rei exatamente em 28 de agosto de 1771, o *Compêndio* ocasionou na resolução régia de 2 de setembro, a qual autorizava a realização de novos estatutos para a Universidade de Coimbra.

Com efeito, o *Compêndio* revela-se uma potencial fonte para averiguarmos os bastidores da reforma universitária e, para além disso, o cenário político da época. Afinal, através de uma leitura apurada, é possível notar como o *Compêndio* constitui menos um texto sobre determinadas diretrizes pedagógicas e mais um texto de finalidades políticas, ou, nas palavras de Flávio Carvalho, “(...) um discurso de fortalecimento regalista”³³⁶. O viés político deste documento demonstra-se também nas recorrentes críticas e denúncias aos jesuítas, retratados de forma bastante negativa, especialmente no que diz respeito a sua ingerência nas esferas da educação e do poder.

Flávio Carvalho nos lembra que o *Compêndio* foi redigido em um momento de “mal-estar luso”, quando os portugueses compartilhavam uma intensa sensação de regresso de seu prestígio, procedente do século XVI e das grandes navegações³³⁷. O suposto isolamento de Portugal em relação aos outros países de além-Pirineus estimulou todo um impulso de recuperação do Estado português através de medidas modernizantes. No século XVIII, boa parte do processo de modernização, conforme reiterado anteriormente, efetivou-se durante a administração do marquês de Pombal, cujas principais deliberações apresentavam uma finalidade secularizadora e centralizadora. Neste sentido, as reformas do ensino foram significativas, pois representaram uma maior centralização do Estado em matéria de

³³⁵ Além de Pombal, compunham a Junta: o bispo de Beja, José Ricalde de Pereira Castro, José de Seabra da Silva, Francisco Antônio Marques Gerales, Francisco de Lemos Faria, Manuel Pereira da Silva, D. Francisco Lemos e João Pereira Ramos de Azeredo.

³³⁶ CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo, SP: Annablume, 2008. p. 50.

³³⁷ Idem, Ibidem. p. 6.

educação³³⁸. A seguinte frase, de D. Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra entre 1770 e 1779, reassumindo o cargo em 1799 a 1821, e membro da Junta da Providência Literária, expressa muito bem a importância de se trazer a educação para a tutela do Estado: “(...) as ciências não podem florescer na Universidade, sem que o Estado floresça, se melhore e se aperfeiçoe”³³⁹.

A oposição luzes e trevas é uma constante no texto do *Compêndio*. Já na primeira página desta obra, os jesuítas são apresentados como aqueles que “(...) sepultaram a monarquia portuguesa nas trevas da ignorância.”³⁴⁰. Com efeito, os autores da Junta Literária não pouparam esforços para apresentar os estragos feitos pelos então chamados “inimigos da nação”, os quais não apenas teriam prejudicado o sistema educacional português, como também provocaram divisões neste país, de maneira a enfraquecê-lo. Neste ponto, a crítica em questão faz alusão à divisão da cristandade, devido à diferença estabelecida entre cristãos-velhos e cristãos-novos. A já mencionada obra *Cristãos novos e cristãos velhos em Portugal* de Ribeiro Sanches elucida tal divisão. Nela, Sanches critica a atuação da Inquisição e conclui com a necessidade dos súditos de se unirem e defenderem a tolerância religiosa.

Mas, voltando à caracterização dos jesuítas como inimigos da nação portuguesa, os autores Pereira e Cruz elaboram uma reflexão interessante sobre tal questão. Para eles, o desprezo e as acusações dirigidas aos jesuítas podem ser entendidos como um esforço de singularizar e mitificar o adversário. Face a isto, o discurso contra os jesuítas contido no *Compêndio* acaba por transformar o documento em um monumento, cristalizando uma verdade e uma memória negativa daqueles, associados à obsolescência e ao conservadorismo, e, por outro lado, consolidando uma imagem positiva do período pombalino³⁴¹. Tal argumento

³³⁸ Apesar de nesta dissertação focarmos nas reformas concernente aos estudos superiores e, mais especificamente, à faculdade de medicina da Universidade de Coimbra, cabe aqui assinalar que as reformas pedagógicas empreendidas durante o período pombalino encerraram todos os níveis de ensino, do estudo primário ao superior. No caso dos estudos menores, Klut cita como exemplos a criação de uma Aula de Comércio, que havia sido, na verdade, a primeira do continente europeu, bem como a criação do Colégio Real dos Nobres, em 1761, cujo “ponto de partida” teria sido a obra *Cartas sobre a educação da mocidade*, escrita por Ribeiro Sanches em 1759. KLUT, Duarte. “O Momento Pedagógico Pombalino: Referências Bibliográficas”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 38, no. 4, pp. 549-557, 1982.

³³⁹ MELO, Sebastião José de Carvalho e; FRANCO, José E.; PEREIRA, Sara M. (intr.) *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*. Apresentação de Manuel Ferreira Patrício; Prefácio de José Esteves Pereira. Porto: Campo das Letras, 2009 ; *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Sciencias nauticaes e filosoficas. Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/index.html p. 54

³⁴⁰ Idem, Ibidem. p. 100

³⁴¹ CRUZ, Ana L. R. B da ; PEREIRA, Magnus R. M. “Ciência e Memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772”. *Revista de História Regional*, v. 14., n. 1, p. 7-49, 2009. p. 12.

reforça a função do *Compêndio* como legitimador do regime monárquico de D. José e das diversas medidas anti-jesuíticas de seu ministro, o Marquês de Pombal³⁴².

No *Compêndio*, a lista das calamidades efetuadas pelos jesuítas estende-se para o âmbito da medicina. As principais críticas referem-se à ausência de interdisciplinaridade – por exemplo, não se incentivava o conhecimento de línguas antigas, de filosofia e outras matérias consideradas básicas –; à predominância de um saber eminentemente livresco em detrimento de um conhecimento prático e experimental; à rejeição aos estudos anatômicos e cirúrgicos; e por fim à desorganização na ordem das disciplinas e lições tratadas. Os autores do *Compêndio* também diagnosticam a resistência dos jesuítas em adotar novos autores da ciência e medicina modernas, como os já citados Newton, Boyle, Harvey, Malpighi, Sydenham e Boerhaave. A conclusão do capítulo sobre o curso de medicina, um tanto quanto trágica, revela outro exemplo da associação entre o jesuítismo e as “trevas”:

Na verdade, não se pode sem dor lançar aos olhos por um espetáculo tão triste, onde se vê a pintura mais semelhante dos séculos em que a Medicina esteve envolvida nas trevas, onde se vê perder o Estado mais indivíduos nas mãos dos médicos do que na dos seus inimigos, onde se vê finalmente que tantos ilustres espíritos (...) foram miseráveis vítimas do Galenismo³⁴³

O *Compêndio* pode, portanto, ser considerado como o conjunto de uma série de denúncias e diagnósticos dos prejuízos causados pelos jesuítas na esfera educacional. Porém, o que julgamos mais interessante em tal documento é o seu propósito de legitimação tanto das medidas pedagógicas tomadas durante o reinado josefino, quanto do Estado português em seu processo de secularização e maior centralização. Como Laerte de Carvalho muito bem assinala, não apenas a reforma da Universidade de Coimbra, mas, de uma forma geral, as reformas da instrução pública, mais do que um plano pedagógico, encerravam uma filosofia política³⁴⁴.

Dos preparativos e do *Compêndio*, passemos então para a reforma universitária e para o documento que lhe serviu de orientação: os *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. A partir dos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, sobretudo do terceiro volume, podemos vislumbrar as principais modificações realizadas no curso de medicina. Já na

³⁴² Rómulo de Carvalho, autor que se dedica à história da educação em Portugal, também concorda com a ideia, de que a reforma pombalina dos estudos tenha sido marcada por certa “monumentalidade”. Para mais informações, conferir: CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

³⁴³ POMBAL, Sebastião José de Carvalho e Melo; FRANCO, José E.; PEREIRA, Sara M. (intr.) *Op. Cit.*, 2009. p. 355.

³⁴⁴ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução publica*. São Paulo, SP: Saraiva: Editora da USP, 1978. p. 13.

apresentação do capítulo dedicado a tal disciplina, deparamo-nos com a justificativa de sua reestruturação: a necessidade de criar médicos verdadeiramente úteis à saúde dos vassalos portugueses, pois, até então, os profissionais desta área, mal formados em seu ofício, receitavam “segredos” e formulavam “diagnósticos absurdos”, observação que nos remete ao cenário sanitário descrito no segundo capítulo desta dissertação e aos alertas apresentados nas obras de Ribeiro Sanches³⁴⁵.

De uma forma geral, os estatutos relativos ao curso de medicina estipulam os requisitos necessários à matrícula – como idade mínima e a exigência de um curso preparatório de 3 anos, que contemplava línguas antigas e vivas da Europa, além de matérias relativas à filosofia natural –; as disciplinas, seus respectivos lentes e a ordem do conteúdo de cada uma; os exercícios e exames – os quais seriam realizados regularmente, com a pretensão de se garantir a assiduidade dos alunos – e, finalmente, os locais anexos à faculdade de medicina.

Diversos pontos apresentados nos *Estatutos* despertam a atenção, sendo o primeiro deles a organização das disciplinas do curso de medicina. Ao ingressarem, os alunos deveriam aprender a matéria médica – termo que designa conhecimento da história da medicina e da propriedade dos medicamentos – e a arte farmacêutica. No ano seguinte, estudariam anatomia, operações cirúrgicas e obstetrícia. No terceiro ano, os alunos teriam aulas de Instituições – leituras de obras de cientistas modernos e de teoria médica, a qual era constituída por cinco elementos: fisiologia, patologia, semiologia, higiene e terapêutica. No quarto ano, estudar-se-iam os *Aforismos* de Hipócrates e Boerhaave, ao passo que, no quinto ano, seria reservada aos alunos a prática no hospital universitário, necessária para o aprendizado da medicina clínica³⁴⁶.

Nesta disposição das disciplinas, observamos a importância de certas correntes teóricas, como o mecanicismo, explicitada no elogio às obras de Newton e no método de ensino baseado na física experimental. O esforço de atualização do ensino também é patente na associação entre a medicina e a cirurgia, campos do saber outrora separados em virtude do caráter “manual” da última. Com efeito, o seguinte trecho dos *Estatutos* é deveras elucidativo: “(...) e que o divórcio entre a Medicina, e a Cirurgia, tem sido mais do que todas as causas

³⁴⁵ *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Ciências naturais e filosóficas.

³⁴⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. p. 44

prejudicial aos progressos da Arte de curar, e funesto à vida dos homens, não sendo possível que seja bom Médico, quem não for ao mesmo tempo Cirurgião, e reciprocamente.”³⁴⁷.

De fato, a defesa do ensino da cirurgia e, conseqüentemente, da anatomia, é recorrente no texto dos *Estatutos*. Segundo Fonseca, a determinação de que o estudo da cirurgia acompanhasse o da medicina, além de demonstrar consonância com o paradigma experimental, rompeu com um preconceito generalizado que depreciava as atividades ditas manuais³⁴⁸. Neste sentido, vale assinalar que os *Estatutos* instituíram também a retomada da prática da dissecação de cadáveres. Igualmente, a criação de um hospital universitário, um teatro anatômico e um dispensatório farmacêutico, anexos à faculdade de medicina, atesta materialmente o teor pragmático do novo curso de Medicina. Estes três locais, mais do que terem sido indispensáveis à formação prática dos futuros médicos, constituíram verdadeiros espaços de produção de saber e incremento da prática científica³⁴⁹.

A ênfase em um ensino mais prático também pode ser verificada na valorização da medicina clínica nos *Estatutos*. De acordo com João Guerra, através dos *Aforismos* de Boerhaave, determinou-se “(...) o ensino da clínica como hoje o conhecemos, ordenando a história da doença em tempos sucessivos: anamnese, observação do doente, diagnóstico, tratamento e (...) autópsia no caso de o doente falecer.”³⁵⁰. Entretanto, a prática clínica não se resumiria exclusivamente ao tratamento designado “no leito”, através do qual o médico observaria os sintomas do paciente, abrangendo também a manipulação de remédios.

Ao percorrermos as determinações dos *Estatutos*, podemos concluir que estes dialogam com diversas propostas de Ribeiro Sanches, em especial aquelas expostas no *Método para Aprender e Estudar a Medicina*, escrito nove anos antes da consolidação da reforma da Universidade de Coimbra. Nele, Ribeiro Sanches critica o peso da autoridade, reconhecida nos autores cânones, como Hipócrates e Galeno, lidos de forma inquestionável, defendendo, em seu lugar, a adoção de diretrizes pedagógicas experimentalistas e racionalistas. Estas diretrizes são sublinhadas especialmente na obrigatoriedade, estipulada por Sanches, da anatomia e da cirurgia na formação dos graduandos.

Antes de redigir o *Método*, Sanches já havia exposto seus argumentos favoráveis ao ensino da cirurgia em 1742, ano em que formulou seu *Projecto de instruções para um*

³⁴⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Sciencias naturaes e filosóficas. p. 20

³⁴⁸ FONSECA, Fernando. T. da. “A dimensão pedagógica da reforma de 1772: alguns aspectos”, In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *O Marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. p. 54.

³⁴⁹ PITA, João Rui. “Medicina, Cirurgia e Arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra”, IN: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *Op. Cit.* 2000.

³⁵⁰ GUERRA, João Pedro Miller. “A reforma pombalina dos estudos médicos”, In: CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena. *Pombal Revisitado*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

*professor de cirurgia*³⁵¹. Este breve texto, escrito em francês e composto por duas páginas apenas, dirige-se à imperatriz da Rússia. Nele, Sanches justifica como um professor de cirurgia é um sujeito importante para o estabelecimento de um ensino bem fundamentado desta arte de cura, e mais do que isso, para o fortalecimento do Império Russo, pois promoveria a formação de médicos aptos a trabalhar em campanhas militares. Apesar desta fonte não se destinar a Portugal, caso da maioria dos textos assinados pelo médico cristão-novo, a tônica utilitarista relativa ao conhecimento médico é praticamente a mesma. Para Sanches, as modificações no ensino médico proporcionariam efeitos que repercutiriam para além da esfera da educação superior.

Retornando à comparação entre o *Método* e os *Estatutos*, as semelhanças entre ambos também se revelam nas questões concernentes aos pré-requisitos do curso e aos *Aforismos* de Boerhaave. Na primeira parte do texto, Sanches estipula quais disciplinas deveriam ser pré-requisitos para o estudo da Medicina, sendo elas, história, geografia, matemática e filosofia, a qual, neste caso, é composta por diversas áreas do conhecimento, como a filosofia racional (metafísica e lógica), moral (direito) e a física geral. Quanto aos *Aforismos* de Boerhaave, estes deveriam ser inseridos no currículo do curso de medicina, pois seriam fundamentais para a formação prática dos aspirantes a médicos, particularmente, para a prática no ambiente hospitalar.

Não obstante uma metodologia pautada em autores modernos, como o próprio Boerhaave, cabe aqui ressaltar a notoriedade de Hipócrates no que concerne à teoria médica apresentada pelos *Estatutos*. Decerto, isto nos remete à tese de Thomas Kuhn. Mesmo sendo considerado um autor tradicional ou antigo, as teorias de Hipócrates ainda ditavam muitas das técnicas terapêuticas e concepções médicas modernas. Para Ribeiro Sanches, além do estudo dos *Aforismos* hipocráticos, a obra *Ares, águas e lugares* do médico grego também seria salutar para o estudo dos princípios de higiene. Em semelhança com o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, os *Estatutos* também pontuam a influência da natureza como fator preponderante para a compreensão do corpo humano e da doença. Esta também varia segundo o sexo, a idade, o temperamento e a alimentação do indivíduo. Portanto, mais uma vez evidencia-se a longevidade do esquema humoral, que persistiu sobretudo no campo das práticas preventivas.

Não podemos deixar de assinalar a afinidade entre as propostas de Sanches e os *Estatutos* no que tange à relevância do conhecimento da arte farmacêutica na formação dos

³⁵¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Projecto de instruções para um professor de cirurgia*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1742]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

estudantes. A propagação do uso de remédios de segredo foi algo que sempre preocupava Ribeiro Sanches. Para o médico português, urgia-se estabelecer a obrigatoriedade do estudo de botânica, pois todo agente de saúde deveria conhecer as propriedades medicinais de plantas e outras substâncias. Ciente das dificuldades impostas à profissão, Sanches nos lembra seus de que nas ilhas, colônias ou locais mais remotos do Reino, raramente encontrar-se-iam boticas, impondo-se, portanto, aos estudantes de medicina a necessidade de conhecer as propriedades terapêuticas de plantas, frutos e sais minerais³⁵².

Contudo, apenas o conhecimento em botânica não bastaria. Para Sanches, igualmente fundamental seria a elaboração de uma farmacopeia oficial para o reino de Portugal, regulamentando-se assim a composição dos medicamentos a serem confeccionados. Conforme apontamos no capítulo anterior, Sanches espantava-se com o fato de os Físicos-Mores portugueses até então não terem ordenado a confecção de uma farmacopeia para Portugal, prática que já se observava nos países vizinhos³⁵³. Uma farmacopeia oficial, além de reforçar a regulamentação da produção e do comércio de medicamentos no reino, apresentaria efeitos positivos para a saúde da população.

Em um mesmo diapasão, os *Estatutos* exigem que os graduandos em medicina saibam produzir medicamentos e identificar o seu estado de conservação e qualidade, sob o pretexto de impedir as fraudes dos boticários e mezinheiros³⁵⁴. Além disso, a iminência de se determinar a composição de uma farmacopeia oficial para o reino não foi ignorada. Nos *Estatutos* acrescenta-se que a edição de uma farmacopeia oficial em Portugal seria da responsabilidade de Faculdade de medicina. Finalmente, vinte e dois anos depois, em 1794, é publicada a *Pharmacopeia Geral*, a primeira farmacopeia oficial do reino, cujo autor, Francisco Tavares, foi lente daquela faculdade³⁵⁵. Para o historiador José Dias, a elaboração de uma farmacopeia oficial expressou claros fins sanitários e normatizadores:

Assim, o objectivo de normalização e de organização de um sector da saúde relacionado com a saúde pública – as boticas – e da produção medicamentosa traduz, na verdade, o grande sentido inovador da farmacopeia não só do ponto de vista medico-farmacêutico, mas, igualmente, do ponto de vista político. Apercebemo-nos, pois, claramente, do interesse do Estado na resolução de

³⁵² *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1763a]. p. 36.

³⁵³ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Apointamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. 2003. [1763b]. p. 20.

³⁵⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Sciencias naturaes e filosóficas. p. 72

³⁵⁵ PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. "A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo". *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321027644011> Acesso em 03 de agosto de 2017.

determinados problemas sanitários e do poder que neste particular foi atribuído à instituição universitária, órgão tutelar na dinâmica da saúde das populações³⁵⁶.

A despeito de os *Estatutos* terem consolidado modificações substanciais no ensino e prática médicos, é importante considerar que a reforma universitária também enfrentou determinadas adversidades. Infelizmente, algumas propostas não se adequaram à realidade. Guerra, afirma que, embora a reforma dirigida por Pombal tenha equiparado o ensino médico português ao ensino de outros centros europeus, as principais dificuldades localizavam-se na duração do curso, oito anos no total, o que passou a constituir um estorvo para muitos dos alunos matriculados³⁵⁷. Corroborando tal informação, Fernando Fonseca indica que, apesar do ingresso de maior número de brasileiros, de maneira global, o ritmo de matrículas sofreu uma considerável queda³⁵⁸.

Quanto ao seu saldo positivo, de uma maneira geral, a reforma da Universidade de Coimbra teve como resultado a renovação do cenário epistemológico português, outrora marcado pelo caráter retórico e por uma concepção teológica do saber, decorrente da influência da escolástica medieval. Segundo Fonseca,

A determinação para que o estudo da cirurgia prática e especulativa acompanhasse sempre o da Medicina e para que, de futuro, nas cartas do curso constasse a dupla qualidade de médico e cirurgião daquele que se graduava, rompia com um preconceito generalizado que depreciava a atividade do cirurgião e que considerava indignas do médico as operações manuais que aquele deveria executar³⁵⁹.

Devemos acrescentar à afirmação de Fonseca que tal determinação, mais do que exprimir um rompimento com o preconceito entre conhecimentos manuais e teóricos, anunciou uma valorização da experiência e do aprendizado prático no curso de Medicina. O caráter empírico da reforma também refletiu-se em três espaços específicos, que possuíam funções

³⁵⁶ DIAS, José S. *Droguistas, boticários e segredistas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 203.

³⁵⁷ GUERRA, João Pedro Miller. “A reforma pombalina dos estudos médicos”, In: CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena. *Op. Cit.*, 1984. p. 210.

³⁵⁸ FONSECA, Fernando T. da. “Scientiae Thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601 – 1850). *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, 1999. p. 532.

³⁵⁹ FONSECA, Fernando T. da. “A dimensão pedagógica da reforma de 1772: alguns aspectos”, In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *Op. Cit.*, 2000. p. 54.

pedagógicas para o ensino da Medicina, sendo eles o teatro anatômico³⁶⁰, o dispensatório farmacêutico e o hospital escolar³⁶¹.

Em um minucioso estudo sobre os hospitais da cidade de Coimbra, Maria António Lopes aponta diversos problemas que abalaram o hospital universitário, como a demora em se transferir doentes para lá e as divergências entre a necessidade da população e as disposições do ensino médico³⁶². No entanto, pode-se afirmar que o hospital atingiu os seus objetivos, pois além de um espaço indispensável à formação de médicos, ele também prestou-se à assistência da população local e na cura dos enfermos.

Podemos perceber o porquê de a reforma da Universidade de Coimbra ser considerada um marco na história da cultura em Portugal. Com efeito, muitas das propostas previstas enfrentaram inconvenientes e algumas mal saíram do papel. Estar ciente de tais empecilhos é um gesto fundamental. Afinal, se nossa intenção é analisar a reapropriação das propostas reformistas de Ribeiro Sanches, não podemos deixar de examinar os limites e empecilhos à sua efetivação, para assim melhor compreendermos as repercussões de sua produção bibliográfica.

Mas a reforma expressou uma mudança considerável nas diretrizes pedagógicas do ensino superior naquele país. No caso específico da medicina, as modificações não se fizeram sentir apenas na introdução de novos conhecimentos, como a cirurgia e a farmácia, e na organização das disciplinas. Mais do que modificar o ensino médico, a reforma, ao determinar a primazia do conhecimento experimental moderno, a imposição aos alunos da formação prática no hospital universitário e mesmo a edição de uma farmacopeia oficial, acabou por repercutir no exercício da medicina, e, por consequência, na situação sanitária lusa. Além disso, não podemos nos esquecer de um aspecto crucial da reforma que muito nos interessa. É bastante notável que, a maioria das transformações estipuladas assemelham-se às propostas apresentadas por Ribeiro Sanches em suas obras, especialmente no *Método para Aprender e*

³⁶⁰ Faz-se necessário citar um outro contratempo concernente à reforma da universidade: enquanto o hospital universitário e o dispensatório farmacêutico encontravam-se já prontos, o teatro anatômico tomou mais tempo para ser construído. Em aviso de 1º de outubro de 1787, assevera-se a necessidade de concluir a construção deste espaço. ALMEIDA, Manuel Lopes de. *Documentos da Reforma Pombalina*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1937. 2º volume. pp.177-8.

³⁶¹ PITA, João Rui. *Medicina, Cirurgia e Arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, In: In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *Op. Cit.*, 2000. p. 130.

³⁶² Lopes acrescenta que, além do hospital universitário, a cidade de Coimbra contava também com o Hospital de São Lázaro, criado no século XIII, e com o Hospital Real, situado na principal praça da cidade e fundado no início do século XVI e, por fim, com o Hospital da Convalescença, criado em 1740, e posteriormente integrado ao hospital da faculdade de medicina. LOPES, Maria A. Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII – meados do séc. XIX). In: SILVA, C. G. (org.). *História da saúde e das doenças*. Lisboa: Colibri e Universidade de Lisboa, 2012. pp. 147-164.

Estudar a Medicina. Logo, a ressonância de suas ideias e propostas pedagógicas expressa-se em muitas das novas diretrizes para a faculdade de medicina.

Semelhantemente à reforma da universidade de Coimbra, a fundação da Academia das Ciências de Lisboa também foi um acontecimento marcante e do qual não prescindiremos para investigarmos mais profundamente o cenário cultural e político do Portugal das Luzes. Vamos então a ele.

3.3 A Academia das Ciências de Lisboa e o “zelo pela felicidade pública”

No dia 24 de dezembro de 1779, durante o reinado mariano, determinou-se por beneplácito real a fundação da Academia das Ciências de Lisboa. Duas personagens importantes estavam por trás do acontecimento: o Duque de Lafões (1719-1806) e o abade Correia da Serra (1750-1823)³⁶³. O primeiro, apesar de não ter sido cientista, acumulou experiência e conheceu diversas agremiações científicas quando viveu no exterior, em um período de quinze anos. O segundo, por sua vez, foi incumbido da tarefa de redigir os estatutos daquela instituição, entregues à Dona Maria I³⁶⁴.

O objetivo inicial dos idealizadores da Academia das Ciências de Lisboa era o de criar um espaço destinado às ciências, onde se realizariam sessões para a discussão de temas e problemas científicos. Mas, para além disso, a Academia também prestar-se-ia à difusão do conhecimento, de maneira a contribuir para com a economia do reino e para a “felicidade pública”, expressão que, como já sabemos, era recorrente na época. Aos seus sócios, eruditos ligados à Coroa, cabia o dever de produzir estudos que visassem o fomento da agricultura, do comércio e das manufaturas do reino³⁶⁵.

³⁶³ De acordo com Lorelai Kury: “Correia da Serra também foi um homem de ciência cosmopolita. Relacionou-se com os meios intelectuais e políticos de Itália, Inglaterra, França e Estados Unidos. Suas teorias sobre a morfologia vegetal foram influentes no campo do que se considerava, na época, botânica filosófica, cujo representante mais conhecido foi Goethe. Mais tarde Geoffroy Saint-Hilaire desenvolveria teorias semelhantes no campo da zoologia. Em 1805, Correia da Serra publicou um de seus artigos mais notáveis, “Observations sur la famille des orangiers et sur les limites qui la circonscrivent”, na revista científica parisiense *Annales du Muséum National d'Histoire Naturelle*, sobre a simetria vegetal, o qual influenciaria diversos botânicos, inclusive Augustin-Pyramus De Candolle. É possível, ainda, que tenha desempenhado papel de destaque na divulgação da botânica filosófica nos Estados Unidos.” Stevens apud KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), pp. 109-29, 2004, pp. 114-115.

³⁶⁴ CARVALHO, Rómulo de. *A actividade pedagógica da ACL nos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1981. p. 12.

³⁶⁵ Patrícia Alves destaca as principais figuras associadas à Academia: “(...) o padre oratoriano Teodoro de Almeida, os juristas Paschoal de Melo Freire e António Ribeiro dos Santos, o mestre de retórica do Colégio dos nobres, Pedro José da Fonseca, o naturalista Domingos Vandeli, os brasileiros Alexandre Rodrigues Ferreira e José Bonifácio de Andrade e Silva, entre outros. Cf.: ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal no*

Com efeito, tais propósitos já foram logo anunciados no primeiro parágrafo do plano de estatutos:

O zelo e amor da patria, animado com o louvor e beneplacito de Sua Magestade, estabelece em Lisboa, á imitação de todas as nações cultas, esta Academia de Sciencias, consagrada á gloria e felicidade pública, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e augmento da industria Popular³⁶⁶.

Como se pode notar, o teor do excerto acima desvela certa afinidade com o discurso ilustrado, em especial com as ideias de felicidade, progresso e utilitarismo científico. De fato, tais ideais orientaram as atividades desempenhadas pela Academia das Ciências de Lisboa. Segundo Fernando Castelo Branco, logo em seus primeiros anos de existência, a Academia se ocupava de questões de interesse cultural e nacional. Além de ter promovido investigações e concursos científicos – na maioria das vezes, conferindo um prêmio ao vencedor –, a Academia também realizou estudos, alvitrou soluções à economia portuguesa e procurou aumentar o conhecimento do passado do país³⁶⁷. Ainda, Rómulo de Carvalho adiciona a esta lista outras ações, como a criação de departamentos voltados para experimentação e observação laboratorial – dentre os quais encontrava-se o gabinete de história natural –, e a criação de observatório astronômico com instrumental oriundo de Londres.³⁶⁸

Portanto, a Academia das Ciências de Lisboa cumpriu um papel importante no cenário cultural lusitano nas últimas décadas do século XVIII, posto que permitiu a organização e consolidação de uma comunidade científica coerente em Portugal³⁶⁹. Semelhantemente à Academia, o *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora*, cuja primeira edição apareceu justamente no mesmo ano em que aquela instituição foi fundada, também contribuiu

final do Antigo Regime (c. 1777- 1802). 2011. 330f. Tese de Doutorado do Programa de História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 86. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1315.pdf>

³⁶⁶ RIBEIRO, José Silvestre. *Op. Cit.* 1871-1914. Tomo II, p. 39.

³⁶⁷ BRANCO, Fernando Castelo, “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, in *Portugaliae Historica*, vol. I, p. 175-201. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973. p. 200.

³⁶⁸ CARVALHO, Rómulo de. *Op.Cit.*, 1996

³⁶⁹ Cabe aqui assinalar que a Academia das Ciências de Lisboa contava com correspondentes brasileiros, como Luis Antônio de Oliveira Mendes, que escrevera sobre as enfermidades dos negros, desde a travessia pelo Atlântico até sua estadia no Brasil. Outros eruditos brasileiros discorreram sobre a decadência nas regiões auríferas, as quais foram de extrema importância econômica para a Coroa portuguesa. Para mais informações, ver: EUGÊNIO, Alisson. Os relatos de Luiz Antônio de Oliveira Mendes sobre a saúde da população escrava: do tráfico na África ao cativeiro no Brasil (1793). *Idéias*, Campinas, SP, v. 4, p. 201-232, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649419/15974> Acesso em 09 de agosto de 2017.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade a independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

para com a dinamização de atividades científicas no reino³⁷⁰. A análise do conteúdo deste jornal possibilita compreender como a realidade portuguesa era apreendida pelos cientistas e, além disso, como estes se mobilizaram para a divulgação do conhecimento científico e para a elaboração de propostas reformistas.

Antes de nos determos sobre o *Jornal Enciclopédico*, não podemos deixar de assinalar que Ribeiro Sanches havia reconhecido a importância deste tipo de publicação, tão necessária a Portugal, uma vez que possibilitaria a inserção do país na chamada “Europa literária”, expressão empregada pelo próprio médico em referência às redes de comunicação e sociabilidade científica setecentistas³⁷¹. No que concerne especificamente ao âmbito da prática médica, Sanches considera a leitura de periódicos científicos uma tarefa imprescindível aos médicos do Reino, capaz de repercutir positivamente sobre a saúde da população:

Este método [a impressão e circulação de gazetas literárias e científicas] tão pouco custoso, e tão fácil de executar-se conservaria pela novidade aquele amor de saber, e de ler, que se embota, e se extingue por último numa vila ou lugar de fronteiras do Reino, ou nas Colónias; Incitaria os génios Médicos à correspondência literária, e como os dos partidos seriam obrigados a dar relações das Epidemias, e outros males ao dito Colégio tudo concorreria para cultivarem a sua arte, e trabalhar no aumento da saúde do público³⁷².

Dezesseis anos após a escrita do excerto acima, publicava-se o primeiro caderno do *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora*, o primeiro periódico científico português que, justamente por isso, acabou se tornando um modelo para as futuras publicações científicas. De acordo com Fernando Reis, autor de um excelente e minucioso trabalho sobre o *Jornal Enciclopédico*, este jornal, assim como a maioria dos periódicos setecentistas, possuía as seguintes características: periodicidade; duração indefinida; coletivismo editorial, ou seja, escrito por vários autores; disponibilidade e continuidade³⁷³. De fato, ao longo do século XVIII, passou a ser visível a profusão de impressos por Portugal, cujos nomes variavam. Enquanto “gazeta” se referia às publicações noticiosas, a palavra

³⁷⁰ Além disso, grande parte dos editores *Jornal Enciclopédico* eram sócios da Acadêmias das Ciências de Lisboa, que, inclusive, era subscritora do periódico. SILVA, José Alberto. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1784): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese de Doutorado. Lisboa, Universidade de Lisboa. 2015. p. 176.

³⁷¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763b]. p. 31.

³⁷² Idem, *Ibidem*. p. 31.

³⁷³ REIS, Fernando E. *A divulgação científica em periódicos enciclopédicos portugueses, 1779-1820*. Lisboa, 1998. p. 20

jornal denotava valor científico. Além destes, outros nomes usualmente empregados eram semanário, passatempo, correio, entre outros³⁷⁴.

De tiragem mensal, a quantidade de volumes, entretanto, não atingiu um grande número, uma vez que o *Jornal Enciclopédico* teve uma vida atribulada, sofrendo diversas interrupções em suas publicações. Depois do primeiro número, impresso em 1779, o *Jornal* só voltaria a ser publicado regularmente entre os anos de 1788 e 1793, com mais um momento de pausa, sendo apenas recuperado em 1806, ano em que foi publicado um único e último caderno³⁷⁵.

Em termos de conteúdo, cada caderno era composto por oito artigos que seguiam a ordem: filosofia, medicina, história natural, literatura, economia civil e rústica, anedotas e miscelânea, relações políticas dos diferentes estados do mundo e produções literárias de todas as nações. Tanto os nomes dos artigos como sua sequência, contudo, foram sendo modificados ao longo das fases de edição do *Jornal*. Entre os cadernos, aquele que versava sobre medicina era o que ocupava um maior número de páginas. De acordo com Fernando Reis,

O lugar predominante da Medicina no *Jornal Enciclopédico*, tanto nos artigos, como na bibliografia comentada está relacionado não só com a profissão do editor principal, Manuel Henriques de Paiva, ele próprio médico, mas também com o interesse despertado pelo *Jornal* entre os médicos portugueses, o que é bem testemunhado pelo grande número de cartas enviadas aos diretores³⁷⁶.

Outra característica bastante patente do *Jornal Enciclopédico* era o seu propósito de abranger o conhecimento de uma forma geral, tal qual a célebre *Encyclopédie*. Inspirado nos valores de pragmatismo e acessibilidade evocados por esta grande obra francesa, o *Jornal Enciclopédico* tinha como função não apenas divulgar novos saberes, mas também validá-los perante seu público leitor, que eram, em sua maioria, oriundos do âmbito acadêmico, mas não exclusivamente dele. Com cerca de 500 assinantes, este jornal era remetido principalmente para as maiores cidades portuguesas, respectivamente Lisboa, Coimbra e Porto. Acerca da distribuição das edições, José Lisboa aponta que:

Na lista de assinantes do *Jornal Encyclopedico* em 1789, depois dos 348 exemplares previstos para Lisboa (quase 70%) surge o Porto para onde está previsto serem enviados 40 exemplares (8%) e só a seguir vem Coimbra com 16 exemplares (3%).

³⁷⁴ Idem, Ibidem. p. 22.

³⁷⁵ REIS, Fernando José Egídio. Comunicando as Ciências ao Público. As ciências nos periódicos portugueses de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX. *VISÕES DISCIPLINARES*, p. 305, 2005.

³⁷⁶ REIS, Fernando E. *Op. Cit.*, 1998. p. 50.

Os restantes cem assinantes espalham-se pelos continentes, Brasil (para o Rio vão nove exemplares) e estrangeiro (um assinante em Hamburgo e outro em Pequim)³⁷⁷.

Cabe aqui ressaltar que entre os assinantes, encontrava-se Diogo Inácio de Pina Manique, que, conforme reiteramos anteriormente, foi uma figura que, à frente da Intendência Geral da Polícia, estabeleceu medidas públicas baseadas nos debates científicos até então mais recentes.

Para Tengarrinha, a tendência ao “enciclopedismo” teria surgido de um impulso de divulgação de uma cultura e conhecimentos, os quais, pressupunha-se, a burguesia deveria adquirir. Ademais, tal tendência não teria se manifestado apenas no *Jornal Enciclopédico*, mas igualmente em outros periódicos:

(...) dos periódicos fundados entre 1715 e 1807, 33 (quase 40%) têm caráter enciclopédico, isto é, de divulgação de conhecimentos das ciências e das técnicas, quer com a intenção apenas de aumentar a cultura do leitor, ao mesmo tempo, com o objetivo de lhe fornecer conhecimentos úteis, com uma roupagem mais ou menos criativa³⁷⁸.

Claro que a preocupação em comunicar ao público tudo o que lhe poderia ser útil, tão reiterada pelos periódicos científicos, passou a interessar a Coroa portuguesa, a qual, não por acaso, ajudara a financiar os custos para a publicação dos volumes do *Jornal Enciclopédico*. A estreita relação entre os editores e a Coroa portuguesa pode ser constatada na dedicatória do primeiro volume:

Tudo quanto se dedica á felicidade dos Portuguezes, he já por isso mesmo dedicado a V. MAGESTADE, a quem a Providencia destinou para nos fazer felizes. O bem publico he o maior interesse de V. MAGESTADE, e huma obra dirigida a promove-lo, segue o seu destino quando lhe he oferecida³⁷⁹.

Durante o Setecentos, diversos governantes encorajaram cientistas e instituições acadêmicas. A prática da patronagem, bastante comum na época, além de garantir apoio financeiro, poderia conferir posições sobressalentes a filósofos e eruditos por conta de seus escritos. No entanto, é certo que a articulação entre as esferas da ciência e da política encontrou determinados limites. No caso de Portugal, faz-se necessário considerar a existência de uma forte instituição de censura – a Real Mesa Censória (1768-1787),

³⁷⁷ LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1991. pp. 46-47.

³⁷⁸ TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 60.

³⁷⁹ JORNAL ENCYCLOPEDICO dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes, Lisboa. Antonio Rodrigues Galhardo, 1779, Caderno I. p. 1.

posteriormente substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros –, para a qual não apenas livros eram enviados, como também jornais e publicações de natureza similar³⁸⁰. Certamente, a Real Mesa Censória acabou constituindo um entrave tanto para os editores de periódicos científicos quanto para os letrados portugueses, que deveriam atentar-se ao conteúdo de seus escritos e evitar menções a autores ateus. Por esta razão, não é de se espantar o fato de a linha editorial do *Jornal Enciclopédico* não ter sido de confronto filosófico, político ou religioso³⁸¹.

Sobre a aproximação entre ciência e política, João Lisboa sustenta que, aos olhos da Coroa, o gesto de se desenvolver as ciências, além de ser algo prestigioso perante outros países, também teria um efeito produtivo e econômico. A partir daí, pode-se explicar o grande interesse pela agricultura neste momento, que se manifestou explicitamente nos volumes do *Jornal Enciclopédico*, ou o interesse pela história natural e pela taxonomia de plantas e animais, graças aos trabalhos do sueco Carl von Linée (1707-1778), também conhecido como Lineu³⁸².

Neste sentido, poderíamos acrescentar a importância das expedições que percorreram longas distâncias em busca de novas informações e saberes sobre o mundo natural. A título de exemplo, a ‘viagem filosófica’ com destino ao Brasil do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), organizada pela Academia das Ciências de Lisboa, mirava a coleta de materiais, bem como a descrição das potencialidades econômicas dos territórios explorados³⁸³. Também vale lembrar que as expedições científicas de finais do século XVIII tiveram um impacto no conhecimento médico e nas políticas de saúde pública, uma vez que

³⁸⁰ De acordo com Leila Algranti, a censura de livros em Portugal havia se esboçado antes das atividades da Inquisição. No século XVI, mais especificamente em 1576, D. Sebastião havia fundado o sistema tripartido de censura, sustentado nos tribunais do Santo Ofício e do Ordinário, censores eclesiásticos, e no Desembargo do Paço, órgão do poder régio. Em 1768, o Marquês de Pombal modificava este sistema através da criação da Real Mesa Censória, gesto que representou uma secularização das práticas de censura. Em 1794, o príncipe regente D. João VI revogaria a decisão de Pombal, retomando o sistema tripartido. ALGRANTI, Leila M. “A censura no tempo de D. João VI”. In: ALGRANTI, Leila M. *Livros de devoção, atos de censura*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2004. pp. 133-158.

³⁸¹ REIS, Fernando E. *Op. Cit.*, 1998. p. 30.; Sobre a censura de publicações periódicas, Jorge Sousa explica que ao longo de todo o século XVIII e, principalmente durante o período pombalino, exerceu-se um duro controle sobre a imprensa. Para mais informações, ver: SOUZA, Jorge Pedro. “Uma história breve do jornalismo no Ocidente”. In: _____ (org.) *Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. pp. 12-93.

³⁸² LISBOA, João Luís. *Op. Cit.*, 1991. p. 98.

³⁸³ RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *TEMPO*, v.3, n.6., 1998. p.157-182.

os viajantes fizeram observações sobre as enfermidades que atingiam a população da América portuguesa³⁸⁴.

Voltando ao *Jornal Enciclopédico*, a partir da leitura das seções sobre “Medicina, Cirurgia e Farmácia”, pode-se depreender quais foram as principais teorias em voga e as doenças que inquietavam a comunidade médica durante o último quartel do século XVIII. De uma maneira geral, à semelhança daquilo que Ribeiro Sanches havia idealizado, os principais escritos tratam de novas investigações científicas especialmente aquelas desenvolvidas em outros países. A importância de se divulgar as novas descobertas e técnicas médicas no reino é reiterada, por exemplo, no caderno VII, publicado em Julho de 1789, no qual um dos editores dirige-se a um leitor “(...) e sendo-me de muito gosto ver que se praticava no nosso país hum tão excelente meio de adiantar os conhecimento humanos, e que com tanta vantagem se tem praticado nos paizes estrangeiros(...)”³⁸⁵. Como exemplo, encontramos nas páginas do *Jornal Enciclopédico* informações sobre o êxito da inoculação na Inglaterra e sobre estratégias terapêuticas contra enfermidades como a gota e a tísica pulmonar.

Prosseguindo com as leituras dos cadernos, também é possível observar a pretensão dos autores em “aperfeiçoar” a ciência médica, à qual não seriam bem-vindos impostores e “aduladores das Ciencias, e das Artes”³⁸⁶. O gesto de tornar o saber médico cada vez mais público vinha acompanhado da tentativa de delimitar quem eram os verdadeiros agentes de saúde aptos a curar. De certa maneira, pode-se concluir que a difusão do conhecimento médico em meios impressos e, sobretudo no *Jornal Enciclopédico*, foi uma forma de combate ao dito “charlatanismo” baseada em um discurso que enfatizava o verdadeiro propósito do ofício dos médicos: o aumento do bem-estar da população³⁸⁷.

Portanto, o *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora* nos fornece indícios pertinentes para a análise das medidas sanitárias estabelecidas na segunda metade do século XVIII em Portugal. Primeiramente, de uma forma geral, podemos vislumbrar os recursos retóricos empregados pela comunidade acadêmica para valorizar e legitimar o seu

³⁸⁴ ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul.-set. 2007.

³⁸⁵ JORNAL ENCYCLOPEDICO... Caderno VII, 1789. p. 22

³⁸⁶ JORNAL ENCYCLOPEDICO... Caderno V. p. 354.

³⁸⁷ Este discurso que dota a atividade científica de certa diligência com o bem-estar e a felicidade da população revela-se presente também nos volumes das *Memórias Económicas*. No último quartel do século XVIII, a Coroa portuguesa havia estimulado a elaboração de memórias que procurassem avaliar as possibilidades econômicas de alguma região ou de alguma atividade agrícola, mercantil ou industrial. Durante a pesquisa de mestrado, encontramos cinco tomos das *Memórias Económicas*, referentes respectivamente aos anos de 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815. Diferentemente do *Jornal Enciclopédico*, os textos sobre Medicina publicados nas *Memórias Económicas* tratam mais de medicamentos e propriedades terapêuticas de plantas.

conhecimento, que apresentaria todo um potencial interventivo e utilitário. Em segundo lugar, os artigos específicos sobre medicina, cirurgia e farmácia nos fornecem impressões sobre a situação sanitária portuguesa, bem como propostas baseadas nas teorias científicas em voga para a solução dos principais contratempos à saúde da população portuguesa. Com efeito, parte do conteúdo dos cadernos do *Jornal Enciclopédico* acabou por incentivar o estabelecimento de medidas voltadas para a melhoria das condições sanitárias no reino. Diante de tais circunstâncias, uma instituição em especial merece nossa atenção: a Intendência Geral da Polícia.

3.4 A Intendência Geral da Polícia face aos desafios sanitários

Através do Alvará de Lei de 25 de junho de 1760, o rei D. José I determinava a criação da Intendência Geral da Polícia, que seria comandada pelo Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino³⁸⁸. Neste documento, determinava-se que ao Intendente cabia fiscalizar desde os crimes e delitos cometidos na cidade de Lisboa – como homicídios, contrabando, mendicância, etc. – até a entrada de estrangeiros no reino de Portugal, informação esta que seria remetida pelos administradores de outras comarcas. Acrescentava-se também a tais encargos a autoridade do Intendente sobre corregedores e juízes³⁸⁹. Todavia, o próprio contexto de fundação da Intendência denunciava o seu principal propósito. Criada cinco anos após o terremoto de Lisboa, tragédia que teria acabado por aumentar os níveis de criminalidade e de insegurança em Lisboa, a Intendência ocupava-se justamente da manutenção da ordem e da paz pública, como o próprio rei havia declarado no Alvará³⁹⁰.

Nota-se, portanto, que, na teoria, a jurisdição do intendente era bastante ampla, tanto no que concerne à natureza de suas responsabilidades, como também ao alcance de sua autoridade, que não se restringia apenas à capital lusitana, atingindo também as outras comarcas do país³⁹¹. Porém, antes de seguirmos adiante com as prerrogativas da Intendência,

³⁸⁸ De maneira resumida, antes da fundação da Intendência Geral da Polícia, durante os séculos XIII e XIV, alcaides, juízes e almotacés, todos eleitos pelos moradores locais, eram os responsáveis pela segurança pública. Neste época, no reinado de D. Fernando I (1345-1383, reinou de 1367 até o ano de sua morte) criou o primeiro corpo de agentes policiais. Até o século XVII, aos agentes policiais competia apenas prender os acusados e guardar os condenados até a execução da sentença. Para maiores informações sobre a história da polícia portuguesa, cf.: BARRETO, Mascarenhas. *História da polícia em Portugal*. Braga: Braga Editora, 1979.

³⁸⁹ ANTT, *Colecção de Leis*, maço 6, nº 25.

³⁹⁰ CARREIRA, Adélia M. C. *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. 465 p. Tese de Doutorado em História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. pp. 348-349. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/9467>. Acesso em 10 de maio de 2017.

³⁹¹ As comarcas eram divisões administrativas chefiadas por um corregedor, que deveria visitar os diferentes concelhos (unidades espaciais mínimas e sede das funções mais imediatas para a população) que compunham a

não podemos deixar de nos deter sobre a semântica da palavra “polícia”, a qual, no período moderno, possuía um significado bastante distinto do atual.

Originalmente, “polícia” vem do grego *politeia* e *polis*, que significam respectivamente vida coletiva e cidade, e do latim *politus*, termo do qual deriva “polidez”, e portanto, sinônimo de civilidade e refinamento³⁹². Apesar do declínio do Império romano, a palavra polícia continuou a ser empregada e, com o passar dos anos, adquiriu novos significados³⁹³. Durante o período medieval, tal palavra compreendia práticas heterogêneas, porém coerentes e que visavam evitar a dispersão do poder feudal³⁹⁴. Finalmente, nos séculos XVII e XVIII, “polícia” passou a fazer referência ao “governo do homem e das coisas”. Por exemplo, no dicionário de Rafael Bluteau, publicado em 1728, a palavra é definida como a manutenção da boa ordem de uma sociedade através de leis³⁹⁵. Ou, na quarta edição do Dicionário da Academia Francesa, do ano de 1762, o termo denota “ordem, regulamento estabelecido em uma cidade para tudo aquilo que concerna à segurança e comodidade dos habitantes”³⁹⁶.

Os historiadores que se ocupam do tema consentem que a emergência deste novo significado reportou-se ao cenário político europeu, caracterizado pela emergência dos Estados modernos e pela progressiva centralização de suas atividades administrativas³⁹⁷. Logo, pode-se afirmar que a polícia representou todo um esforço de racionalização de uma técnica governamental que tinha por objetivo o controle e a gestão da população e do

sua comarca. A título de exemplo, Lisboa era uma comarca. Para mais informações, consultar: SILVA, Ana Cristina N.; HESPANHA, Antonio Manuel. “O quadro espacial”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. pp. 42-43.

³⁹² CARROLL, Patrick E. “Medical police and the history of public health”. *Medical history*, v. 46, n. 4, p. 461-494, 2002. p. 467.

³⁹³ Há diversos artigos e livros que tratam, de maneira bastante elucidativa, do conceito de polícia bem como da história desta instituição. Entre eles, vale citar: NAPOLI, Paolo. *Naissance de la police: pouvoir, normes, société*. Paris: La Découverte, 2003.; EMSLEY, Clive. *Policing and its context: 1750-1870*. London: Macmillan, 1983.; HÄRTER, Karl. Security and “gute policey” in early modern Europe: concepts, laws, and instruments. *Historical Social Research*, v. 35, n. 4, p. 41-65, 2010.; Para uma reflexão sobre os sistemas policiais europeus contemporâneos, ler: FOSDICK, Raymond Blaine. *European police systems*. Montclair: Patterson Smith, 1969.

³⁹⁴ NAPOLI, Paolo. *Naissance de la police: pouvoir, normes, société*. Paris: La Découverte, 2003. p. 30

³⁹⁵ “Polícia” in: BLUTEAU, Rafael. Vocabulário português & latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico, etc. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso em 15/03/2015.

³⁹⁶ Verbetes “Police”. Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/publicdicos/query?report=bibliography&head=police> Acesso em 16/08/2017 [Tradução nossa]

³⁹⁷ É necessário certo cuidado ao tratarmos da centralização dos Estados na Europa moderna. Oestreich, estudioso do tema, nos lembra que o Absolutismo apresentou um “poder absoluto” apenas em sua aparência. De fato, a administração absolutista não conseguiu abranger todos os setores da sociedade, como por exemplo, a esfera da vida privada. Além disso, o processo de centralização enfrentou obstáculos como a premência de poderes locais. Se, no século XVIII, tal processo se intensifica, isso não significa, no entanto, que tenha se consolidado completamente. Para mais informações, cf.: OESTREICH, Gerhard. “Problemas estruturais do absolutismo europeu”. In: HESPANHA, Antonio M. *Poder e instituições na Europa de Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. pp. 170-200.

território³⁹⁸. Ou, como Paolo Napoli muito bem explica, a polícia, enquanto instituição moderna, pode ser compreendida como a entidade capaz de ocupar a distância que havia entre o poder soberano e a obediência dos súditos. Napoli também nos lembra que, para além de sua função administrativa, a polícia acabou por criar uma nova leitura da realidade, uma vez que estabeleceu classificações e formas de ordenar os indivíduos³⁹⁹.

Foi na França que se esboçou o primeiro esforço de transformar a polícia em toda uma teoria administrativa, através do *Traité de la Police*, escrito por Nicolas Delamare (1639-1723). Esta obra, impressa entre os anos de 1705 e 1738, mostra-se bastante extensa e aborda a história da polícia, seu estabelecimento, suas funções e prerrogativas, seus magistrados, leis e regras. A leitura dos diversos livros – seis no total – que a compõem nos permite compreender a extensão das responsabilidades e, conseqüentemente, da ação da polícia. O próprio Delamare aponta cerca de onze deveres, respectivamente:

(...) a Religião, a Disciplina das morais, a Saúde, os Viveres, a segurança e a tranquilidade pública; as vias e o trânsito; as Ciências e as Artes liberais; o Comércio; as Manufaturas e as Artes mecânicas; os Servidores domésticos, os trabalhadores braçais e os pobres⁴⁰⁰.

Nas décadas seguintes, entre 1750 e 1770, autores de língua alemã, mais especificamente Johann Peter Frank, Wolfgang Thomas Rau e Joseph von Sonnenfels desenvolveram ainda mais esta teoria⁴⁰¹. Graças a eles, a polícia tornou-se uma ciência, a *Polizeiwissenschaft*, que passou, inclusive, a ser ensinada nas universidades e, mais do que isso, a ser executada pelos Estados alemães⁴⁰². Assim como Delamare, os teóricos germânicos também acrescentaram a saúde pública à ciência de polícia, originando-se assim um novo ramo, chamado “polícia médica”. Nas palavras de Leandro Menezes, a polícia médica,

³⁹⁸ Para Odete Medauar a palavra polícia passou a adquirir o sentido atual após a Revolução Francesa e o fim do Antigo Regime, mais especificamente, com a valorização do Estado Liberal e a defesa de ideias de direitos individuais. MEDAUAR, Odete. Poder de polícia. *Revista de Direito Administrativo*, v. 199, p. 89-96, 1995.

³⁹⁹ NAPOLI, Paolo. *Op. Cit.*, 2003.

⁴⁰⁰ DELAMARE, Nicolas. *Traité de la police*. Paris, Jean-Pierre Cot, 1705, t. 1. p. 42. [Tradução nossa]

⁴⁰¹ Na historiografia acerca deste tema, Johann Peter Frank é considerado o “pai da saúde pública”, uma vez que contribuiu para o desenvolvimento da medicina social. Wolfgang Thomas Rau, por sua vez, cunhou o termo “polícia médica” que indicaria a prática de vigilância da saúde da população. Finalmente, Joseph von Sonnenfels, abordou a ciência da polícia sob uma perspectiva jurídica e econômica. Cf.: MEDINA-DE LA GARZA, Carlos E.; KOSCHWITZ, Martina-Christine. “Johann Peter Frank y la medicina social”. *Medicina Universitaria*, v. 13, n. 52, p. 163-168, 2011.

⁴⁰² Os três autores foram identificados como principais representantes do Cameralismo, doutrina econômico que vigorou no países de língua alemã durante o Setecentos. Os adeptos do Cameralismo defenderam a existência de estreitas relações entre economia e a administração geral, a saúde da população e a segurança do território. De certa maneira, os cameralistas entendiam que a riqueza do príncipe dependia do bem-estar e prosperidade de seus súditos. OLSON, Richard. “The Human Sciences”. In: PORTER, Roy. *The Cambridge History of Science: Volume 4 Eighteenth Century*. Cambridge University Press, 2003.

resultante da fusão entre medicina e política, seria “(...)um sistema que produz um completo acompanhamento, altamente intervencionista, dos índices populacionais referentes à vida.”⁴⁰³.

A partir de 1750, tanto o *Traité de la Police* bem como as traduções para o francês das obras dos autores alemães já circulavam por Portugal⁴⁰⁴. De fato, as obras de Delamare, Frank, Sonnenfels e von Justi contribuíram para com a difusão de ideias relativas à polícia e à polícia médica pelo continente europeu e, consequentemente, para com a criação de instituições policiais⁴⁰⁵. Vizinha de Portugal, a Coroa espanhola, por exemplo, fundaria sua *Superintendencia General de la Policia* em 1782⁴⁰⁶.

O filósofo Michel Foucault interpreta o crescente interesse por tal teoria e o surgimento das instituições policiais como consequências da modificação na relação entre Estado e população durante o século XVIII. Ao ter emergido como um “fenômeno natural”, a população se tornou uma unidade descritível, mensurável e governável, o que provocou uma redefinição do poder. Se outrora o poder havia remetido ao governo dos territórios, a partir deste momento específico, ele passou a se referir ao “governo dos homens”. Governar os homens significaria, de certa maneira, decifrar e conservar as forças constitutivas do Estado, e, neste sentido, os textos sobre polícia representam todo um esforço de teorização destas novas funções do Estado⁴⁰⁷.

Isto posto, há ainda um outro aspecto a se destacar nos textos sobre polícia. Como se pôde observar, Delamare confere à polícia responsabilidade sobre a saúde dos habitantes. Neste âmbito, o autor aponta os principais objetos para os quais a polícia deveria dirigir a sua atenção e esforços normatizadores. Entre eles, estavam a conservação dos alimentos, a regulação das profissões de cura, a qualidade dos medicamentos comercializados, a condição das águas e do ar, entre outros⁴⁰⁸.

⁴⁰³ MENEZES, Leandro Alves Martins de. *Uma análise da trajetória das artes de governar no pensamento de Michel Foucault*. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2316> p. 41

⁴⁰⁴ Portugal também teve seus nomes de destaque na ciência de polícia, entre eles Paschoal de Mello Freire (1798) e Francisco Coelho de Sousa, Domingos Nunes de Oliveira (1807) e José Pinheiros de Freitas Soares (1818). Para mais informações, ver o trabalho de Seelaender, que foca sobretudo em questões jurídicas e econômicas relativas à polícia em Portugal: SEELAENDER, Aírton L. Cerqueira-Leite. *Polizei, Ökonomie und Gesetzgebungslehre: ein Beitrag zur Analyse der portugiesischen Rechtswissenschaft am Ende des 18. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: V. Klostermann, 2003.

⁴⁰⁵ ROSEN, George. *Da polícia médica a medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1980. p. 175.

⁴⁰⁶ Para mais informações sobre a *Superintendencia General de la Policia*, consultar as seguintes obras: SANCHEZ-BLANCO, Francisco. *El absolutismo y las luces en el reinado de Carlos III*. Madrid: Marcial Pons, 2002.; FONTANA, Josep (org.). *CARLOS III, Madrid y la Ilustracion: contradicciones de un proyecto reformista*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1988.

⁴⁰⁷ FOUCAULT, Michel; SENELLART, Michel (ed.). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

⁴⁰⁸ DELAMARE, Nicolas. *Op. Cit.*, t. 1. p. 577.

Consideramos que a crescente preocupação com a saúde pública foi motivada também por fatores ideológicos e culturais. Neste sentido, não podemos nos esquecer que, ao longo do século XVIII, a defesa dos ideais de progresso e felicidade era recorrente entre os círculos letrados. No caso da saúde pública, a consolidação de tais ideais tornar-se-ia viável através da ação do Estado, o qual aliado à ciência médica, seria capaz de garantir melhores condições de vida para a população⁴⁰⁹. Deborah Lupton resume muito bem as ideias e circunstâncias que impulsionaram o movimento de promoção da saúde pública:

Acreditava-se que a boa saúde era um direito natural de todos os cidadãos e, como resultado, se o dever dos Estados era o de proteger os direitos de seus cidadãos, consequentemente a saúde pública tornava-se um dever do Estado, além de uma área para intervenção e controle (...). O movimento [de promoção da saúde pública] também foi influenciado pela ciência moderna – ou pela noção de que a ciência era a chave para o progresso, e pelo higienismo, uma ideologia que combinava a medicalização e a moralização enquanto recursos de prevenção e de controle das desordens sociais geradas pela industrialização e urbanização⁴¹⁰.

Com efeito, no que concerne a Portugal, pode-se dizer que as intervenções sanitárias realizadas na segunda metade do Setecentos revelaram-se em grande parte nas ações exercidas pela Intendência Geral da Polícia, sobretudo a partir do ano de 1780, quando se acrescentaram novas incumbências à instituição⁴¹¹. Além disso, no mesmo ano, Diogo Inácio de Pina Manique, uma figura bastante controversa, passou a ocupar o cargo de intendente⁴¹². Desde então, as ações da polícia portuguesa passaram a mirar não apenas a população, mas também o espaço no qual esta se encontrava, a cidade.

Conforme afirmamos anteriormente, a princípio, no momento de sua criação, a Intendência Geral da Polícia prestou-se ao combate à criminalidade nas ruas lisbonenses e, igualmente, a outras atividades relativas à segurança do reino. Vinte anos depois, suas responsabilidades foram ampliadas, fazendo jus ao modelo e sistema de polícia descrito por Delamare e pelos autores germânicos supracitados. Com Pina Manique a sua frente, a Intendência passou a se dedicar, de forma bastante enérgica, às mais diversas atividades ligadas à salvaguarda da saúde pública, entre elas, a limpeza das ruas lisbonenses, a

⁴⁰⁹ Aqui, a expressão “bem-estar” diz respeito à manutenção da saúde, e, apesar de não ser um termo vigente no século XVIII, é empregado nos estudos sobre Medicina setecentista.

⁴¹⁰ LUPTON, Deborah. *The imperative of health: public health and the regulated body*. London (UK): SAGE, 1995. p. 22. [Tradução nossa]

⁴¹¹ Segundo Carreira: “Até 1780 (...), cabia ao Senado camarário [de Lisboa], através dos respectivos pelouros da limpeza e da provedoria da saúde, a responsabilidade do saneamento urbano e da preservação da saúde pública.”. Vale acrescentar que as disputas por autoridade entre o intendente eram bastante frequentes. CARREIRA, Adélia M. C. *Op. Cit.*, 2012. p. 351.

⁴¹² Antes disso, o primeiro a ocupar o cargo de Intendente Geral da Polícia foi Inácio Ferreira Souto (amigo de Pombal), seguido de Manuel Gonçalves de Miranda.

observância dos hábitos de higiene dos habitantes e a modificação dos cemitérios, os quais, na época, eram considerados uma das piores ameaças à saúde do ser humano.

Neste sentido, é importante determo-nos brevemente sobre a figura de Pina Manique, uma vez que sua nomeação representou um marco nas atividades da polícia, e, de maneira mais ampla, foi também uma marco na dinâmica das reformas ilustradas em Portugal. Diogo Inácio de Pina Manique formou-se em Leis em 1758 na Universidade de Coimbra e, ao longo de sua carreira, exerceu cargos como: “Juiz do Crime do Bairro do Castelo de S. Jorge de Lisboa; Fiscal da Junta da Administração Geral da Alfândega Grande de Lisboa; Feitor-mor das outras Alfândegas do Reino; Superintendente da Real Casa Pia; Desembargador da Suplicação; Superintendente geral dos Contrabandos.”⁴¹³. Durante o reinado josefino, Manique mostrou-se um executor zeloso de muitas medidas do Marquês de Pombal, ganhando assim o reconhecimento e estima do secretário⁴¹⁴. Ademais, ao longo de sua vida, Manique recebeu distinções importantes – entre elas cavaleiro fidalgo, em 1760, escrivão da contadoria do mestrado de ordem de cristo em 1770, membro do conselho da rainha em 1780, entre outros – o que indicaria certa proeminência no âmbito da política⁴¹⁵.

Há ainda um último detalhe biográfico sobre Pina Manique de grande relevância: sua ligação com Ribeiro Sanches. Laurinda Abreu destaca as relações próximas entre o intendente e o sobrinho de Ribeiro Sanches, Manuel Henriques de Paiva, que havia trabalhado como professor na botica da Casa Pia e como deputado na Junta do Protomedicato graças à colaboração de Manique⁴¹⁶. A partir das afirmações de Abreu, e, considerando que Manuel Henriques de Paiva referia-se de forma bastante elogiosa ao trabalho de seu tio, consideramos plausível a hipótese de que, através de Paiva, Pina Manique teria tido acesso aos projetos

⁴¹³ A citação encontra-se em: LAPA, Albino. *História da polícia de Lisboa*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1964. p. 21. Ademais, para maiores informações sobre a formação acadêmica de Pina Manique, consultar: MARQUES, Cátia G. *Manique do Intendente: uma vila iluminista*. Coimbra: Prova final de Licenciatura em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2013. p. 6.

⁴¹⁴ Idem, Ibidem. p. 25.

⁴¹⁵ Tanto a atribuição de cargos burocráticos bem como a aquisição de títulos e ordenanças conferiam poder social a determinado indivíduo. Segundo Nuno Monteiro, no Portugal da época moderna, a Coroa, junto com Igreja, a Inquisição e a Universidade, foi a principal instituição a conceder e renovar títulos nobiliárquicos, que serviam como verdadeiros símbolos de *status* e prestígio social. Nas palavras do historiador: “Mas o caminho privilegiado para a obtenção de capital social (graus de nobreza), para além do que era proporcionado pela acumulação de riqueza, não parece que se alcançasse através de instituições locais, mas sim dos grandes corpos centrais do reino: a Igreja, a Inquisição, a Universidade e, acima de todos, a monarquia. Uma vez consagrado um novo amplo estatuto jurídico da nobreza, traças as vias de acesso às suas distinções intermédias (como os hábitos de ordens militares ou as cartas de brasões de armas) e definidos os serviços à Coroa e correspondente remuneração, e monarquia instituiu-se como o principal regulador da mobilidade social.”. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 81.

⁴¹⁶ ABREU, Laurinda. *Op. Cit.*, 2013. p. 71.

sanitários e reformistas de Ribeiro Sanches⁴¹⁷. Portanto, é bastante provável que a obra do médico português tenha inspirado parte das ordens determinadas e das ações empreendidas pelo intendente.

Tendo sido uma das personagens mais ativas na segunda metade do século XVIII em Portugal, Pina Manique despertou a atenção de diversos historiadores, cujos trabalhos, no entanto, muitas vezes dividem-se entre aqueles que o exaltam enquanto reformador e aqueles que criticam o seu reacionarismo⁴¹⁸. De fato, tanto na bibliografia, quanto na documentação, Pina Manique revela-se uma figura ambígua. Nosso intuito, porém, não é o de julgar Pina Manique, mas sim considerar as medidas sanitárias por ele tomadas enquanto ocupou o cargo de Intendente Geral da Polícia.

Antes de Manique ter sido alçado ao cargo de intendente, a ação de Intendência Geral da Polícia pouco se fez sentir. Com Manique à frente da instituição, contudo, diversas medidas voltadas para a saúde, educação e desenvolvimento econômico do país foram estabelecidas. Além de incentivar o fomento da agricultura e da indústria, o repovoamento do Alentejo, a criação de um corpo policial e de um projeto de iluminação, ambos para a capital, Manique também promoveu construção do Teatro de São Carlos e de academias artísticas, a criação da Casa Pia e o envio de alunos bolsistas para completarem seus estudos em Copenhague e Edimburgo⁴¹⁹. Também não podemos deixar de citar o afinco de Manique em realizar um censo da população portuguesa.

⁴¹⁷ De acordo com Maximiano Lemos, Manuel Henriques de Paiva considerava seu tio um dos mais célebres médicos da Europa. Ademais, em grande parte das obras de Paiva encontram-se referências aos tratados do tio, bem como manuscritos pessoais enviados exclusivamente ao sobrinho. LEMOS, Maximiano. *Estudos de história da medicina peninsular*. Porto: Tipologia a vapor da Enciclopédia Portuguesa, 1916. p. 311-312.

⁴¹⁸ Há uma quantidade considerável de estudos sobre Diogo Inácio de Pina Manique. Obras mais antigas, como a de Albino Lapa apresentam uma abordagem apologética sobre o intendente: LAPA, Albino. *Op. Cit.*, 1964.; Por suas vez, os trabalhos de José Norton e Lígia Cruz concentram-se nas medidas filantrópicas empreendidas por Pina Manique, como por exemplo, a fundação de dois colégios em Coimbra destinados aos expostos da Casa Pia: NORTON, José. *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*. Lisboa, Bertrand: 2004; CRUZ, Lígia. *Pina Manique e a Universidade de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da universidade, 1984.; Em um mesmo diapasão, também poderíamos citar as obras de Tavares e Pinto e Maria Biléu, os quais nos fornecem importantes informações biográficas, bem como tratam das distintas perspectivas na bibliografia sobre Pina Manique: TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos. *Pina Manique: um homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia, 1990.; BILÉU, Maria Margarida Correia. *Diogo de Inácio Pina Manique, Intendente geral da polícia: inovações e persistências*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Cultural e Política) Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.; No que concerne à atuação da Intendência Geral da Polícia no campo saúde pública, um dos mais completos trabalhos sobre o tema é o de Laurinda Abreu: ABREU, Laurinda. *Op. Cit.*, 2013.; Por fim, um estudo que envereda por outro caminho é o de Rossana Nunes, historiadora que analisa as práticas censórias e de repressão contra indivíduos acusados de libertinagem no final do Setecentos em Portugal: NUNES, Rossana. *Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757- 1822) entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro*. 2011. 160f. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1456.pdf>

⁴¹⁹ BILÉU, Maria Margarida Correia. *Op. Cit.*, 1995. p. 10.

Quanto às questões sanitárias, Manique foi um grande dinamizador dos estudos da anatomia e medicina, buscando assim aumentar o contingente de profissionais de saúde para assistir a população⁴²⁰. Outra preocupação do intendente foi a necessidade de se erigir um hospital para a inoculação de bexigas. Vale lembrar que, no século XVIII, a inoculação era uma técnica nova, que enfrentou muita resistência antes de ser amplamente empregada. Assim, é de se destacar o fato de Pina Manique ter acompanhado as principais teorias e debates científicos, em especial aqueles relacionados à medicina e à higiene⁴²¹.

Acreditamos que tais debates acabaram por orientar os projetos levados a cabo pela Intendência, e, de certa maneira, uma parte de sua “materialização” verificou-se no espaço urbano, mais especificamente em Lisboa. Pina Manique buscou ordenar a cidade. Ou, poderíamos até mesmo dizer que ele pretendeu “civilizar” a capital portuguesa conforme o modelo setecentista de higiene e saúde.

Neste sentido, cabe aqui retomar *O Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* de Ribeiro Sanches, obra que, mais do que elencar as principais ameaças à saúde humana, sobretudo aquelas características do ambiente urbano, preconiza uma série de ações fundamentais a uma “cidade saudável”⁴²². Ao descrever as características de uma grande cidade, o médico português aponta uma das principais e mais fontes de doenças, qual seja, a atmosfera urbana, repleta de emanções pestilentas. O autor também destaca a necessidade de os magistrados ocuparam-se de tal questão, através do estabelecimento de leis direcionadas à limpeza da cidade:

Quando avistamos de longe uma grande cidade começamos a observar uma espessa nuvem que a cobre, e tão constantemente que fica visível no dia mais claro. Seria um admirável objecto para quem observasse nos ares a atmosfera desta povoação. Veria levantarem-se imensidade de vapores de tantas águas, limpas e imundas: de tantas exalações das hortaliças, e frutos que apodrecem; passamos por um mercado de Couves, e desmaiamos com o cheiro delas. Veria tanta imensidade de exalações dos excrementos de tantos e tão diferentes animais; outras de não menor podridão, que saem dos corpos viventes. (...)Queixamo-nos cada dia de tantas doenças crónicas, de tantas mortes súbitas, como vemos nas cidades, umas vezes acusando o luxo, outras a dissoluta vida, o mais comum as paixões violentas, e jamais pensamos a dar por causa destes estragos o Ar infectado e corrupto que respiramos nelas a cada instante. Persuado-me que se algum Magistrado compreender estes danos, que decretará leis para se conservar as cidades limpas por todos os meios possíveis⁴²³.

⁴²⁰ TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos. *Op. Cit.*, 1990. p. 43.

⁴²¹ Neste sentido, deve-se destacar mais uma vez o papel desempenhado pela Academia de Ciência de Lisboa e pelos periódicos científicos, como o *Jornal Enciclopédico*.

⁴²² Vale assinalar que, não por acaso, em seu *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Ribeiro Sanches cita frequentemente o supracitado *Traité de la Police*, escrito por Nicolas Delamare.

⁴²³ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 27.

Com efeito, a preservação da limpeza da cidade sempre foi uma das grandes preocupações da Intendência Geral da Polícia. Ora, Pina Manique almejava uma cidade saudável, na qual se erradicariam os potenciais focos e causas de doenças e epidemias, como o acúmulo de sujeira, as águas paradas, a criação e abate de animais em vias públicas, entre outros. E, mais do que isso, o projeto do intendente pretendia concretizar uma cidade “iluminada”, que se adequasse não apenas aos princípios médicos da época, mas também aos ideais ilustrados de felicidade, progresso e bem-estar.

Os documentos que compõem o fundo da Intendência Geral da Polícia, custodiado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revelam a pertinência da questão sanitária para aquela instituição. Nos numerosos avisos e decretos do fundo nota-se que a vigilância de Pina Manique dirigiu-se para diversas atividades do cotidiano, que, se não devidamente reguladas, poderiam prejudicar a saúde dos habitantes.

Neste caso, podemos citar a fiscalização de alimentos, não só em Lisboa, mas em todo o reino. Já em 31 de julho de 1780, Pina Manique ordenava aos juízes de fora de outras comarcas que examinassem “(...) com toda exacção os mantimentos, evivêres, q’s se expõem avenda publica e furnesem ás necessidades dos Povos pa. Que entre elles não se introduzao alguns de ma qualidade, e corrupção em prejuizo da saude dos seus habitantes (...)”⁴²⁴. Nos anos seguintes, a má condição das carnes, dos trigos, dos vinagres e mesmo das aguardentes fez com que o intendente recorresse à ajuda de médicos, os quais avaliariam o estado de tais alimentos. Acerca desta questão, mais uma vez no *Tratado*, Ribeiro Sanches assinala os efeitos dos alimentos na saúde humano e lembra o seu leitor de se atentar à conservação e armazenamento de determinados gêneros alimentícios. Segundo o médico, justamente a comida, que deveria prover o sustento, acaba por destruir a saúde destes indivíduos, uma vez que é mal armazenada e contaminada por insetos⁴²⁵.

Muitas das ações desempenhadas pela Intendência Geral da Polícia respaldaram-se na opinião de médicos. Um caso emblemático foi a insistência de Pina Manique em eliminar os focos de águas parada⁴²⁶. Não podemos nos esquecer da ampla adesão, nesta época, à teoria aerista e, conseqüentemente, ao combate contra os eflúvios pútridos e miasmas oriundos, por exemplo, das ditas “águas estagnadas”. Entre aqueles que alertaram para os prejuízos causados pelas águas estagnadas estava, é claro, Ribeiro Sanches.

⁴²⁴ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 188, fls.104-109 (1780-1781).

⁴²⁵ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 68.

⁴²⁶ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 1. (1780-1783); ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 195 (1790-1792).

Como se pode observar no excerto abaixo, semelhantemente a outros trechos do *Tratado*, o médico cristão-novo, além de identificar a origem das principais ameaças à saúde pública, busca despertar a atenção das autoridades públicas, a quem caberia combater os problemas sanitários e as más práticas dos habitantes, como o contumaz “água-vai”:

As águas corruptas também se podem gerar nos poços e cisternas cheias de lodo, e de outras matérias excrementícias, ou por estarem perto das latrinas, ou dos cemitérios. Também nas adegas existem muitas vezes águas, que por encharcadas se corrompem, e pelo Ar encerrado vêm pestilentas: vertem muitas vezes as paredes humidades, e águas, pela má fábrica delas: há terrenos que brotam água. Todos estes defeitos se deviam remediar por autoridade pública, elegendo o Magistrado um Arquitecto destinado a visitar estes lugares subterrâneos, e deveria haver sempre neles uma janela, ou chaminé que comunicassem com o Ar livre. (...) [Ainda] Seria aqui o lugar de tratar da necessidade da limpeza, que cada qual é obrigado a ter do seu corpo; e mostrar com evidencia os danos de viver sem asseio e sem agrado: (...) Seria proibido lançar pelas janelas de dia ou de noite água mesmo limpa ou imunda, cisco, ou qualquer outra matéria (...) ⁴²⁷.

Visando combater os efeitos malignos da estagnação das águas, Manique decretou que os habitantes deveriam limpar os poços e cisternas de suas propriedades. O decreto estendia-se igualmente para conventos e locais de usos comum. A título de exemplo, no ano de 1781, Manique alerta que em Vila Nova de Cerveira havia

(...) hum pequeno tanque que ha junto da fonte se lavavao continuamente as sordidas roupas dos doentes enfermos ficando nelle agoa podre, e corrupta vaporando de si miasmas capazes de produzirem hum ar (...) da mais horrivel qualidade sem haver a percaução de a limpar o dito Tanque, e de averiguar a causa prezente daquella inferioridade, donde se podia bem julgar que ainda que esta não fosse a verdadeira cauza das mesmas enfermidades he a bem suficiente para estar fermentando a sua continuação (...) ⁴²⁸.

No mesmo ano, identificava-se um caso semelhante em Lisboa, no bairro de Mocambo, onde as águas corrompidas de um convento prejudicavam a saúde de quem morava nas proximidades ⁴²⁹. Além da limpeza de cisternas e poços, o intendente também ordenou a drenagem de solos, gesto considerado fundamental na época para se evitar que as matérias das enxurradas e inundações comesçassem a apodrecer e acabassem infectando o ar ⁴³⁰.

⁴²⁷ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 28.

⁴²⁸ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 1, fls. 171-174 (1780-1783).

⁴²⁹ Idem, *Ibidem*. Fls. 134.

⁴³⁰ BARREIROS, Bruno P. F. *Concepções do corpo no Portugal do Século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública*. 2014. 320f. Tese (Doutorado em História, Sociologia e Patrimônio em Ciência e Tecnologia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/14924> Acesso em 18 de abril de 2017. p. 148.

Buscando reforços para seu planos de sanitização urbana e higiene, Manique indica que os almotacés de limpeza o ajudariam na fiscalização das práticas da população, e, igualmente na manutenção e limpeza das ruas e calçadas da cidade⁴³¹. Anos antes, Ribeiro Sanches já apontava o mau-estado e a sujidade das vias públicas:

Devem-se considerar as ruas como os repositórios de todas as imundícies, ou que saem dos animais, ou que resultam das artes necessárias à vida civil: haveria em cada cidade, vila ou lugar lei inviolável que cada morador tivesse limpa cada dia pela manhã a fronteira da sua casa, com tanto rigor, que nenhuma sorte de estado, nem ainda Eclesiástico ficaria isento desta obrigação⁴³².

Para Sanches, a responsabilidade não recairia apenas sobre os magistrados, mas também, de uma forma geral, aos moradores da cidade, que deveriam colaborar para com a limpeza e bom estado das ruas e calçadas, esforço que seria capaz de garantir melhores condições sanitárias. Nas palavras do médico:

É tão necessária, e tão útil a limpeza em cada casa que não necessitaria o Magistrado cuidar nesta matéria se cada Pai de famílias cuidasse tanto na conservação da Saúde da sua como em governá-la. Quaisquer inconvenientes que esta limpeza tenha, são muito maiores aqueles de perder a Saúde, e o vigor⁴³³.

O estado de conservação das calçadas, praças e estradas, indispensável para a circulação das pessoas, é uma matéria bastante abordada na documentação do fundo da Intendência Geral da Polícia. No que tange esta questão, cabe aqui citar os problemas das lamas. Oriundas de hortas cultivadas próximas às vias públicas, as lamas, além de constituírem um empecilho à passagem, representavam uma ameaça à saúde pública, pois eram consideradas causas de doenças e epidemias. Em 26 de abril de 1785, em comunicação dirigida ao Marquês de Angeja, Pina Manique adverte acerca dos efeitos nocivos das lamas: “(...) dando cauza a estas molestias o lançarem-se as Lamas, que se tiraõ das ruas de Lisboa naquelle sitio, e que se temia queos moradores das mais Freguezias experimentassem a mesma Epydemia(...)”.⁴³⁴. É importante considerar que, assim como tantas outras medidas, a proibição ao cultivo de hortas nos espaços públicos enfrentou resistência dos hortelões de

⁴³¹ ANTT, *Ministério do Reino*, maço 454, cx. 569, fl. 1 (1770-1822).

⁴³² SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 27

⁴³³ Idem, *Ibidem*. p. 53.

⁴³⁴ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 2, fl. 58 (1783-1787).

Lisboa, que se queixaram à outra instância, o Senado da Câmara, instituição que disputava com a Intendência Gera da Polícia a alçada das questões sanitárias em Lisboa⁴³⁵.

Novamente retomando o *Tratado*, de acordo com o seu autor, a realização de determinadas atividades no ambiente seria uma das principais causas das tão temidas emanações que corrompiam os ares. Entre tais atividades, encontra-se o abate de animais:

nenhum ofício que causasse podridão ou mau cheiro deveria permitir-se na cidade; devia-se determinar nela lugar alto, elevado para exercitá-los: os carneiros que degolam, os tripeiros, curtidores, os que fazem velas de sebo, (...) todos estes deviam viver nos arrabaldes em lugares determinados; e os mais altos e ventilados da cidade. Nenhum animal se devia criar dentro da vila, ou cidade: os mais perniciosos são os bichos da Seda: é o cheiro o mais intolerável, e a sua podridão a mais activa: criar pombos, porcos, e permiti-los dentro das povoações pelas ruas, coelhos, patos, gado de lã, ou de pêlo, ou que cada noite se recolha dentro da vila ou cidade infectam o Ar, e as exalações dos animais sempre são nocivas⁴³⁶.

Não por acaso, outra medida que visava a diminuição da sujidade do espaço público desempenhada pela Intendência Geral da Polícia foi a proibição à criação de animais nas ruas. Já em 1780, Manique informou aos donos de porcos que circulavam pela capital, principalmente na região do Campo de Sant'Anna, que os levassem para fora da cidade⁴³⁷. Além de porcos, ovelhas e cabras, animais destinados para consumo e os quais geralmente eram abatidos em locais inapropriados, inclusive ao ar livre, também foram apreendidos pelos agentes da polícia. Por outro lado, no que se refere aos cães ditos “sem coleira”, a ordem de abate destes causou grande comoção pública, o que obrigou Manique a suspender a operação⁴³⁸.

Na documentação da Intendência Geral da Polícia, as recorrentes alusões à mendicância despertam a atenção⁴³⁹. Aliás, este parece ter sido um dos objetos aos quais a Intendência mais se dedicou. Enquanto em alguns avisos, Pina Manique discute a

⁴³⁵ Antes da fundação da Intendência Geral da Polícia, o Senado Camarário de Lisboa era responsável por matérias de saúde pública. Além disso, esta instituição também mobilizou diversos esforços para a reconstrução da capital portuguesa após o terremoto de 1755. No entanto, o Senado da Câmara não logrou combater os problemas sanitários, uma vez que não agia de forma rápida. Após 1780, a nomeação de Pina Manique para o cargo de Intendente Geral e a ampliação das atividades da Intendência Geral da Polícia passaram a constituir grandes ameaças à jurisdição do Senado da Câmara. Por conseguinte, as tensões entre as duas instituições se acirraram. Segundo Laurinda Abreu, o Senado da Câmara não apenas deixou de colaborar com a Intendência Geral da Polícia, como também criticou muitas das medidas aplicadas por esta instituição, como por exemplo, a aplicação de multas para os indivíduos que lançassem imundícies pelas janelas. Neste sentido, é bastante notável que, o posicionamento do Senado camarário em relação à Intendência baseou-se em uma questão de disputa por autoridade. Para mais informações, ver: ABREU, Laurinda. *Op. Cit.*, 2013. pp. 291-2.

⁴³⁶ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 28.

⁴³⁷ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 2 (1783-1787); ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 159 (1788-1792).

⁴³⁸ ABREU, Laurinda. *Op. Cit.*, 2013. p. 292.

⁴³⁹ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, maço 1, caixa 1 (1780-1833); liv. 66 (1792-1797); liv. 67 (1797-1805); liv. 188 (1780-1781).

possibilidade de se conceder licenças para que determinados indivíduos pedissem esmolas, em outros, o intendente não poupa críticas aos mendigos, referidos por ele como “esta casta de gente perniciosa”⁴⁴⁰. Em 1786, o intendente, inspirado pelas ações do rei da Prússia, elogia as medidas de redução da mendicidade aplicadas por este⁴⁴¹. Entre estas, estavam a proibição às igrejas de se conceder esmolas e, a mais importante de todas, o emprego de mendigos em alguma atividade, o que certamente se articulava à doutrina econômica fisiocrática, que defendia a importância de “mais braços” na agricultura e indústria.

Para Bruno Barreiros, a recorrente preocupação com os vadios e ociosos inseria-se em um projeto de cidade civilizada e saneada. Citando a ordem decretada por Pina Manique de expulsão de indigentes estrangeiros, o autor aponta que:

Por fim, e com o propósito de «sanear a cidade», [Pina Manique] decretaria que vadios, indigentes, ciganos ou desertores que não fossem nacionais e estrangeiros sem profissão, abandonassem, no prazo máximo de trinta dias, a cidade de Lisboa e o seu termo. Medida provisória que cumpria o duplo propósito de profilaxia física e moral já que alguns destes indivíduos, de quem se temia a higiene duvidosa e a quem se imputava o incremento de «roubos, assassinios e mais crimes» perpetrados na capital, serão alvo de outras medidas de disciplina e integração (...) ⁴⁴².

O argumento de Barreiros nos remete à obra *Saberes e Odores*, de Alain Corbin. O historiador francês assinala que o imaginário específico sobre a cidade acaba por fomentar categorias sociais e práticas de segregação⁴⁴³. No contexto português, acreditamos que as ações da Intendência Geral da Polícia voltadas para a redução da mendicidade orientaram-se tanto por um viés econômico, bem como por um viés higienista. Ao unir estes dois objetivos, Pina Manique, além de empenhar-se na manutenção da limpeza e higiene, teria buscado transformar um setor da população considerado ocioso em mão-de-obra ativa e capaz de estimular o crescimento econômico do país⁴⁴⁴.

⁴⁴⁰ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 2, fls. 149-151 (1783-1787).

⁴⁴¹ Idem, *Ibidem*. Fls. 225-231. Neste mesmo livro, Pina Manique elogia a criação de uma casa de correção pelo rei da Prússia como forma de combate à mendicidade. A partir daí, podemos compreender uma das motivações para o estabelecimento da Casa Pia em Portugal.

⁴⁴² No que concerne às medidas de integração, uma delas certamente foi a criação da Casa Pia e outras casas de correção. Ver: BARREIROS, Bruno P. F. *Op. Cit.*, 2014, p. 148

⁴⁴³ CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 184.

⁴⁴⁴ No que tange à questão social e filantrópica em Portugal, não podemos deixar de considerar o papel desempenhado pelas Misericórdias, que existiam no reino desde finais do século XV. As Misericórdias, espécies de confraria formadas por uma determinada quantidade de pessoas, foram as primeiras instituições portuguesas a exercer atividades de caridade, como concessão de esmolas, enterros, assistência espiritual e médica, entre outros. Ainda, vale ressaltar que as misericórdias também administraram os recolhimentos, instituição destinadas às mulheres. Para maiores informações, conferir os seguintes estudos: SÁ, Isabel dos G. *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pombal*: Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ; ABREU, Laurinda. *Op. Cit.*, 2014.

Deixando de lado os efeitos sociais das medidas empreendidas pela Intendência Geral da Polícia e voltando para o cenário sanitário português, não podemos deixar de citar o problema constituído pelos cemitérios “intra-muros”, expressão que se refere aos cemitérios dentro ou próximos às igrejas. Em Portugal, após o terremoto de 1755, uma nova discussão se impôs: a escolha do local mais apropriado para se estabelecer os cemitérios que foram destruídos pelo desastre natural. Conforme discorremos no segundo capítulo, o próprio Ribeiro Sanches alertara seus leitores e as autoridades públicas acerca da gravidade da situação. Nas igrejas, normalmente pequenas e sempre cheias de fiéis, dificultava-se a ventilação do ar corrompido. Ainda pior, o hábito de se abrirem as sepulturas permitia a liberação de eflúvios e miasmas dos cadáveres, o que seria altamente prejudicial para os que frequentavam aquele espaço.

Para a comunidade médica, urgia estabelecer cemitérios “extra-muros”, ou seja, em locais distantes, de preferência, fora da cidade, abolindo-se assim a prática de se sepultar os mortos nas igrejas⁴⁴⁵. O próprio Ribeiro Sanches aponta tal medida como solução para este problema:

ali o Ar está mais quente, ali é mais ligeiro, para ali há-de correr de todas as partes o que estiver à roda, e este é o de toda a Igreja, onde se enterram os mortos, onde cada dia se abrem as sepulturas, onde entram tantas pessoas que transpiram, e que podem transpirar exalações tão venenosas como as daqueles presos. Bem sei que estes danos foram previstos em Portugal porque ordinariamente, tanto quanto me lembro, costumam lançar cal nos cadáveres tanto que os metem nas sepulturas: **método excelente, se fosse esta operação feita num cemitério fora da vila ou cidade exposto a todos os ventos (...)**⁴⁴⁶.

É notável que, a despeito do uso do cal, o qual Sanches considera vantajoso, a solução mais eficaz para o problema dos sepultamentos seria a construção de cemitérios em locais distantes da cidade, ou, ao menos, em locais altos e bem-arejados.

Consciente dos transtornos causados pelos cemitérios intra-muros, Pina Manique empenhou-se em combater este costume tão nocivo à saúde da população. Na documentação da Intendência, observa-se que as primeiras tentativas delinearam-se a partir de 1791, quando Manique realizara uma lista na qual havia indicado os lugares mais apropriados em Lisboa para se construírem cemitérios. Ainda, no mesmo ano, Manique elencou os cemitérios já existentes e seus respectivos problemas, os quais, em sua maioria relacionavam-se à uma percepção patologizante do ar, comprovando-se portanto a adesão do intendente à tese aerista.

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, Maria Manuel. “O cementerio de Vila Real de Santo António e o debate setecentistas sobre a inumação extramuros”. In: *Revista Monumentos*, n 30. pp. 80-88, 2009.

⁴⁴⁶ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1757]. p. 32.

Segundo o relatório do intendente, repleto de descrições bastante “sensórias”, no cemitério de Nossa Senhora dos Anjos, por exemplo, localizado no bairro da Mouraria, logo se podia perceber o ar infectado, exalado pelos cadáveres em decomposição, e perigosamente contagioso, ao ponto de atrapalhar o desenvolver das missas e outros ofícios⁴⁴⁷. Em cada bairro lisboeta, Pina Manique identifica algum problema concernente ao ar fétido das igrejas. Da Mouraria, passando pelo Bairro Alto e depois para Belém, todas as igrejas visitadas incomodam o olfato do intendente, que identifica um dos motivos para tal situação: a baixa profundidade das sepulturas. Um destes casos encontrava-se na Igreja de Madalena, no bairro da Rua Nova:

Por haverem no corpo desta Igreja alguns de alicerces das naves do antigo Templo, não eraõ as sepulturas bastantemente. profundas; e naõ havendo em outras nove palmos de profundidade, nem a cal precisa para o prompto consummo dos cadaveres; e que pelo avultado numero de sepulturas superficiaes de terra solta pouco deffendida por coberturas de madeira, naõ podem deixar de exhallar mau cheiro ao abrir das portas da Igreja. E no carneiro existe hum grande fedor, ao ponto que a luz que guiava custava a entreter-se, e sustentar-se⁴⁴⁸.

Diante de tais circunstâncias, Pina Manique não podia deixar de propor, como solução, uma lista dos locais mais salubres para a construção de novos cemitérios. Baseando-se em critérios sustentados pelas teorias médicas vigentes, como a vantagem de lugares altos e pouco povoados, o intendente considera as freguesias de Santos e Lapa bastante adequadas, em razão de sua altitude. Ou, ainda mais vantajoso, seria estabelecer os cemitérios em local mais distante, em Anjos, por exemplo, nas serras onde ficava a estrada para Arroios⁴⁴⁹.

Se os mortos constituíram uma grande preocupação para Pina Manique, o mesmo aconteceu com os vivos e a necessidade de elaborar um censo destes. Antes mesmo de ser nomeado intendente, Pina Manique já havia organizado em 1776 um levantamento demográfico, na época designado como “listas dos povos”, que chegou inclusive a receber elogios da Academia Real das Ciências⁴⁵⁰. Quando no comando da Intendência Geral da Polícia, Manique empenhou-se em elaborar uma lista completa, contando com o auxílio dos ouvidores do reino, que lhe enviariam os índices demográficos de suas respectivas comarcas a cada ano. Em 3 de fevereiro de 1781, o intendente assinalava a importância de tais informações, que nem sempre lhe eram enviadas:

⁴⁴⁷ ANTT, *Ministério do Reino*, maço 454 (1770-1822)..

⁴⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

⁴⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵⁰ CARREIRA, Adélia M. C. *Op. Cit.*, 2012. p. 353.

Sendo hum dos objetos principais da Policia o augmento da populaçam, se faz indispensavel para este effeito o conhecimento do numero de Pessoas, que annualmente morrem, enascem em cada huma das Comarcas deste Reyno; e como ainda não tem chegado a esta Intendência os Mapas respectivos dessa comarca, dos mortos, e nascidos (...) ⁴⁵¹.

A urgência de se elaborar um censo acompanhou Pina Manique durante quase todos os anos em que este ocupou o cargo de intendente. Em diversos documentos, Manique apresenta justificativas econômicas para tal empreendimento, que permitiria avaliar “as forças, riquezas de hum Estado na multidão dos habitantes”⁴⁵². Com efeito, o interesse pelas chamadas “estatísticas vitais” foi inaugurado por William Petty (1627-1683), através de sua *Aritmética Política*, obra na qual o autor frisa a relevância política de se “medir” a população. Sobre isto, Dorothy Porter nos informa que: “A estatística continha uma mistura de mensagens características da ciência social do Iluminismo as quais foram críticas para a subsequente relação entre conhecimento e poder nas políticas de prevenção da doenças e nos esforços da saúde pública.”⁴⁵³.

Até aqui, podemos observar que, nenhuma das medidas sanitárias empreendidas pela Intendência Geral da Polícia incidiram diretamente na regulação das profissões de cura. De fato, deparamo-nos com apenas dois documentos relativos à questão da profissionalização. Enquanto o primeiro concerne a um curandeiro que, em no Bairro Alto em Lisboa, curava os enfermos através de segredos, o segundo, por sua vez, traz a acusação de um médico que atuava sem licença na vila de Ericeira:

(...) consta nesta Intendência, que há na vila de Ericeira, hé autor, hum Castelhana, que se intitula Medico, e que sem cartas nem aprovação do Protomedicato está curando e que tem sido hum instrumento deprerecerem muitos miseraveis, que persuadidos das patranhas, e accoens que elle pratica, os arrasta miseravelmente aos seus fins ⁴⁵⁴.

A despeito de Pina Manique, em diversos decretos e ordens policiais, ter se posicionado contra práticos e médicos sem formação comprovada, a regulação profissional, enquanto ação de saúde pública, não havia sido incumbida à Intendência, mas sim a outra instituição. A citação acima, inclusive, nos revela claramente: a Junta do Protomedicato. Esta era responsável pela fiscalização dos agentes de cura, sobretudo de droguistas e boticários.

⁴⁵¹ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 188, fl. 457 (1780-1781).

⁴⁵² ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 94, fls. 72-75 (1782-1786).

⁴⁵³ PORTER, Dorothy. *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London; New York, NY: Routledge, 1999. p. 52. [Tradução nossa]

⁴⁵⁴ ANTT, *Intendência Geral da Polícia*, liv. 98, fls. 270-272 (1793-1795).

Seus próprios membros, oriundos da elite médica portuguesa⁴⁵⁵, haviam declarado que o dever da Junta do Protomedicato seria corrigir “(...) os inveterados, e perniciosos abuzos praticados pela charlataria, e ignorancia, contra a saúde publica(...) [Portanto] He da privativa jurisdição deste Tribunal castigar os transgressores dos Regimentos.”⁴⁵⁶.

Inevitavelmente, esta instituição nos remete à obra *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina* de Ribeiro Sanches. Conforme descrevemos no segundo capítulo, na obra em questão, o médico propõe a constituição de um tribunal, cujos membros, devidamente formados nas artes médicas, ficariam encarregados da avaliação dos agentes de cura do reino e da concessão de licenças àqueles que comprovassem os seus conhecimentos. A citação abaixo resume muito bem a principal função do tal “Tribunal de Medicina”:

Quando um Tribunal de Medicina está encarregado de prover os partidos de todo o Estado, tem cuidado especial não só de conservar um certo número de Médicos, e cirurgiões, mas ainda procura de todos os modos que sejam bem instruídos na sua arte: corresponde-se com as Universidades, e com as Escolas de cirurgia; representa à Corte os defeitos destes estabelecimentos; promove a sua protecção, rendas, e bom ensino, para que se formem nelas súbditos capazes de honrarem a Ciência Médica, e de utilizarem o Estado com a mesma doutrina. (...) Se S. Majestade que Deus guarde for servido que se estabeleça o Tribunal Médico que proponho, encarregando-lhe a Inspeção e a Direcção do recto e útil exercício da Medicina e Cirurgia, e dos mais ramos desta arte. (...) Para remediar tantos males, que destroem os súbditos de Sua Majestade; para estabelecer-se a recta administração da Ciência de Medicina no Reino, e suas conquistas, atrevo-me a propor um Tribunal de Medicina⁴⁵⁷.

Observando atentamente, a proposta para a fundação de um “Tribunal de Medicina” fundamenta-se em argumentos econômicos e utilitários. Para Ribeiro Sanches, este tipo de instituição desempenharia uma ação que poderia ser bastante proveitosa à Coroa. Afinal, para o ilustrado português, a existência de empíricos e charlatães, mais do que constituir um entrave à autoridade dos médicos licenciados, representaria um grande obstáculo para a conservação da saúde dos povos.

Retornando à Junta do Protomedicato, a comparação com a instituição idealizada por Sanches não é infundada. A título de exemplo, em um documento de 1799, o corpo dirigente

⁴⁵⁵ Entre os membros da Junta, encontravam-se José Correia Picanço, João Francisco de Oliveira, Doutor Francisco Tavares, secretário João Maria Barretto Falcão e Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Estes possuíam as mesmas funções que os comissários da Fisicatura-Mor: “(...) fiscalizar as licenças para atuação em medicina; regular os preços e aferições dos remédios nas boticas; zelar pelo hospital militar e as tropas da capitania; remeter as ações aos delegados superiores da Junta; e, proceder às denúncias ao juízo civil e eclesiástico.”. Para maiores informações, cf.: QUADROS, Lucas Samuel. *O governo da medicina nas Minas: legislações, livros e officios* (1744-1828). 2015. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015. p. 62.

⁴⁵⁶ ANTT, *Ministério do Reino*, maço 469.

⁴⁵⁷ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763b]. p. 4.

da Junta do Protomedicato a considera um “tribunal médico”⁴⁵⁸. De fato, tal qual um tribunal que averiguaria quem estava apto ou não para exercer a arte da medicina, a Junta buscou julgar e condenar casos de “charlataria”. Ademais, a principal ação efetiva da Junta foram as visitas trienais às boticas do reino, com o objetivo de se verificar as condições do lugar e a qualidade dos medicamentos. Tais visitas, no entanto, não deveriam ser anunciadas, evitando-se assim que os boticários pedissem remédios emprestados ou encontrassem outra alternativa para os remédios vencidos, por exemplo.

Certamente, um dos principais “alvos” da Junta do Protomedicato foram os ditos “remédios de segredos”, proibidos em um edital publicado em 22 de dezembro de 1798:

Que sendo constantes, e faceis de presumir-se dos damnos, que sultaõ á Saude Publica da applicação de remedios secretos, distribuindo-se indistinctamente a todos, sem que sejaõ applicados, e receitados por Medicos, ou Cirurgiões peritos, e dignos deste nome, e ainda assim mesmo, sendo receitados, naõ se podendo prever, e obviar effeitos damnosos, que devem, ou podem esperar-se, ou acontecer da applicação precaria de medicamentos, cuja virtude as mais das vezes pendem somente do segredo, e da credulidade do Povo; e que o menor mal, que delles pode resultar, he ser inertes, e inefficazes; perdendo-se entretanto o tempo para as applicações oportunas de remedios proprios e convenientes: a msma Junta do Proto-Medicato prohihe desde já a applicação, venda, e ainda mesmo a distribuição gratuita, e caritativa de semelhantes remedios (...)⁴⁵⁹.

Vale lembrar que, apenas 4 anos antes, a primeira Farmacopeia oficial de Portugal havia sido editada, gesto que certamente reforçou a desaprovação dos remédios de segredo. Em documento escrito em 1783, os próprios membros da Junta frisam a premência de se elaborar uma farmacopeia oficial para o reino de Portugal. Para eles, tal farmacopeia seria necessária, uma vez que:

(...) a maior parte dos boticarios do reino era destituido dos principios da arte; uma pharmacopeia compilaria conhecimentos indispensaveis; regular a pratica dos medicos, que deveriam seguir esse receitauario; obrigar os boticarios a serem instruidos na botanica, quimica e farmacia⁴⁶⁰.

Mais do que ter dedicado atenção aos remédios produzidos e vendidos pelo reino, a Junta do Protomedicato também se empenhou em avaliar e conceder licenças aos agentes de cura devidamente instruídos. Já em 1785, a Junta havia determinado através de um edital público a apresentação de uma licença oficial para que cirurgiões, boticários, sangradores e

⁴⁵⁸ ANTT, *Ministério do Reino*, maço 469 (1757-1808).

⁴⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁶⁰ ANTT, *Ministério do Reino*, maço 469 (1757-1808).

parteiras praticassem sua arte⁴⁶¹. Quanto àqueles que não possuíssem esse tipo de permissão, se descobertos pela Junta, ficariam proibidos de continuar a exercer suas atividades.

Infelizmente, nos documentos analisados, não pudemos avaliar o resultado das ações desta instituição face à regulação profissional. Por outro lado, no que tange à vigilância das boticas e da condição dos medicamentos, a Junta do Protomedicato agiu de maneira consideravelmente resoluta. Além de acusações e processos conduzidos contra médicos e boticários que vendiam remédios de segredo, a Junta esforçou-se em elaborar todo um projeto de fiscalização trienal das boticas, chegando inclusive a realizar uma consulta para nomear os sujeitos que fariam as visitas e inspeções⁴⁶².

Quanto à Intendência Geral da Polícia, sua atuação no terreno da saúde pública foi ainda mais preponderante, posto que, com Pina Manique à sua frente, a Intendência visou combater problemas sanitários de naturezas as mais diversas. Certamente, existiram empecilhos que impediram a resolução de determinados problemas. Neste sentido, não podemos deixar de considerar que muitos dos projetos de Pina Manique enfrentaram forte resistência dos habitantes das cidades. Um caso emblemático, anteriormente citado, foi o abate dos cães sem coleira, que se revelou uma tentativa fracassada de controle do surto de caninos na rua. Soma-se a este as diversas ordens para a manutenção da limpeza das ruas. O fato destas ordens se repetirem ao longo dos anos nos leva a deduzir que a imposição de algumas práticas de limpeza e higiene não obteve grande adesão da população.

Outro obstáculo foi a dificuldade em ampliar tais medidas sanitárias para todo o reino de Portugal. Juízes e corregedores nem sempre acatavam às ordens do intendente. Da parte da Coroa, Pina Manique também se deparou com restrições financeiras, que afetaram sobretudo o seu projeto de iluminação da cidade de Lisboa⁴⁶³.

Em termos práticos, no que se refere à capital portuguesa, sobre a qual temos maiores informações, o zelo de Pina Manique pela ordem e higiene dividiu opiniões. Para a maioria dos estrangeiros que estiveram na capital, aparentemente a polícia teria negligenciado o bom estado das ruas, cuja sujidade despertava a atenção. Link, por exemplo, espantou-se com as

⁴⁶¹ Idem, Ibidem.

⁴⁶² Idem, Ibidem.

⁴⁶³ De maneira resumida, a iluminação das ruas da capital do reino não apenas facilitaria o patrulhamento das ruas, como também diminuiria o número de furtos, roubos e homicídios involuntários, tornando assim a cidade mais “civilizada”. No entanto, Pina Manique não pôde ver seu projeto consolidado. Além das restrições financeiras, que impuseram um número menor de candeeiros do que o previsto, o intendente também teve que lidar com os protestos dos residentes que foram obrigados a ajudar com as despesas do azeite necessário para alimentar o fogo dos candeeiros. A insatisfação destes chegou até a rainha D. Maria I, que decidiu limitar o valor e a quantidade de azeite fornecido. Para mais informações, ver: CARREIRA, Adélia M. C. *Op. Cit.*, 2012. pp. 389-390.

ruas sujas, cheias de lama e mal iluminadas, declarando que “a primeira coisa remarcável em Lisboa é a falta de polícia.”⁴⁶⁴. Por outro lado, Murphy notara as melhorias sanitárias na cidade, lembrando, porém, que mais coisas poderiam ser feitas neste sentido: “Lisboa não enoja mais hoje os estrangeiros pela sua má limpeza, mas certas coisas ainda lhe faltam, como banhos públicos e fontes (...).”⁴⁶⁵.

Os planos sanitários de Pina Manique não foram imediatos, sobretudo por conta das adversidades que lhes foram impostos, como restrições financeiras, a falta de apoio dos administradores de outras regiões e a resistência popular. De qualquer maneira, não podemos deixar de considerar que o empenho do intendente foi significativo e promoveu mudanças importantes.

A principal delas foi a criação dos cemitérios extra-muros. Mais do que ter constituído uma política pública, cuja iniciativa coube a Pina Manique, o estabelecimento de tais cemitérios repercutiu em novas concepções e formas de se enterrar os mortos. Soma-se a isto, um efeito político. Segundo Maria Oliveira, a construção dos cemitérios “extra-muros” acabou por indicar uma “intrusão” do Estado em assuntos que até então eram de competência da Igreja⁴⁶⁶. Ainda, Pina Manique foi um dos indivíduos que logrou tornar a saúde pública uma questão de interesse do Estado. Através da Intendência Geral da Polícia, a Coroa Portuguesa poderia ter acesso às estatísticas vitais, mapear as epidemias, identificar as principais causas de doenças e eliminar os focos de miasmas e eflúvios nocivos, garantindo-se assim a saúde e o bem-estar de seus súditos.

Mas, considerando o modo como buscamos conduzir o terceiro capítulo, não basta considerar a atuação da Intendência Geral da Polícia de forma isolada. Primeiramente, é importante ponderar acerca do contexto político e cultural que possibilitou a sua criação e seu funcionamento enquanto uma instituição incumbida da salvaguarda da saúde pública. Conforme apontamos, o período compreendido pelos reinados josefino e mariano havia se mostrado bastante favorável ao estabelecimento de políticas públicas que visavam, por exemplo, a melhoria do ensino e das condições de vida da população.

Em segundo lugar, não se pode deixar de destacar dois acontecimentos que, além de terem repercutido na situação sanitária do reino, também nos permitem melhor compreender os esforços empreendidos pela Intendência, quais sejam, a reforma da Universidade de

⁴⁶⁴ LINK, Heinrich F. *Voyage en Portugal*. Paris: Levrault, 1803. p. 262. [Tradução nossa]

⁴⁶⁵ MURPHY, James C. *Travels in Portugal: Through the Provinces of Entre Douro E Minho, Beira, Estremadura, and Alem-tejo, in the Years 1789 and 1790...* London : A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795. p. 167. [Tradução nossa].

⁴⁶⁶ OLIVEIRA, Maria Manuel. *Op. Cit.*, 2009.

Coimbra e a fundação da Academia das Ciências de Lisboa. A primeira, ao determinar novas diretrizes para o ensino médico, acabou por repercutir na *praxis* médica, pautada no conhecimento experimental moderno. A segunda, por sua vez, viabilizou a formação de uma comunidade acadêmica portuguesa coerente e, igualmente, o debate e a circulação de novas ideias que deram ensejo a políticas de saúde pública.

Um terceiro aspecto a se considerar é a importância e a longevidade dos escritos de Ribeiro Sanches neste cenário reformista. Como se pôde observar, em especial as obras *Método para aprender e estudar a Medicina* e o *Tratado para a conservação da saúde dos povos* tiveram um grande impacto na sociedade portuguesa e acabaram por inspirar a maioria das medidas sanitárias que analisamos neste capítulo. Entre estas, as propostas de Ribeiro Sanches para o ensino da medicina em Portugal ecoaram nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, especificamente para aqueles dirigidos à faculdade de medicina. Ainda, não podemos nos esquecer do fato de o médico ter identificado diversas ameaças à saúde humana no espaço urbano e, mais do que isso, ter alvitado soluções para tais problemas. Com efeito, muitas das soluções propostas pelo médico português chegaram a orientar as ações desempenhadas pela Intendência Geral da Polícia, mais precisamente no período em que Diogo Inácio de Pina Manique esteve à frente da instituição.

Por fim, há de se considerar uma questão bastante pertinente, frequentemente reiterada por Ribeiro Sanches. Em muitos de seus escritos, Ribeiro Sanches havia salientado a utilidade da medicina e o potencial desta ciência, que poderia contribuir para o aumento e conservação do Estado português⁴⁶⁷. Com efeito, o alcance das medidas sanitárias estabelecidas na segunda metade do Setecentos ultrapassou o terreno da saúde pública. Das mudanças no ensino médico à criação de uma instituição administrativa responsável pela higiene e limpeza da cidade, a crescente preocupação com a saúde pública acabou, de certa maneira, por repercutir no âmbito da política e do poder. Acreditamos que as medidas analisadas neste capítulo, mais do que que intervenções destinadas à saúde dos povos, expressaram também uma clara articulação entre a ciência e o Estado. Ora, através do conhecimento científico médico, a Coroa seria capaz de garantir melhores condições de vida para a população. Não nos esqueçamos que na época em questão, uma das variáveis que determinava o poderio dos Estados era a grandeza de números demográficos. Portanto, ao alçar a saúde de seus súditos enquanto uma questão pública e política, a Coroa portuguesa reforçava assim a sua autoridade.

⁴⁶⁷ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.*, [1763b]. p. 8.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, realizamos um percurso que se iniciou nas ideias e encerrou-se nas práticas e no qual buscamos destacar a figura de Antônio Nunes Ribeiros Sanches. Nosso ponto de partida não poderia deixar de ter sido as Luzes. Investigar este momento de novas ideias em efervescência, de debates acerca da liberdade, autonomia e progresso e que tanto ocupou os historiadores, constituiu um esforço necessário para compreender o cenário cultural no qual Sanches estava inserido e, mais do que isso, os princípios que inspiraram sua produção bibliográfica. Na maior parte de suas obras, o médico português sublinha o potencial do conhecimento médico, capaz de garantir melhores condições de vida à população portuguesa, e, ao mesmo tempo, garantir o crescimento econômico e prosperidade do reino.

Quase que simultâneas ao movimento ilustrado, as mudanças no saber e no fazer científicos também se expressaram nas obras e, até mesmo na trajetória de Ribeiro Sanches,

que tornou-se membro de prestigiadas academias e sociedades científicas, espaços de cooperação entre eruditos, e passou a ocupar um papel preponderante nas redes de sociabilidade setecentistas. Ao acompanharmos Sanches em sua jornada pelos principais centros científicos europeus, notamos alguns interessantes aspectos da cultura política moderna. Uma primeira questão relacionada a isto seria a religiosa. Afinal, o médico cristão-novo deixou Portugal em decorrência das perseguições inquisitoriais contra os judeus. Embora sua origem judaica constituísse uma mácula na sociedade portuguesa setecentista, Ribeiro Sanches foi uma figura de prestígio perante letrados, diplomatas e indivíduos implicados no exercício da política.

Por exemplo, conforme assinalado no primeiro capítulo, a pedido de D. Luís da Cunha, entre os anos de 1730 e 1731, Sanches elaborou um parecer sobre o ensino médico no reino⁴⁶⁸. Como se pode notar, a solicitação havia sido feita apenas alguns anos após o exílio de Sanches e, logo, antes de acontecimentos que conferiram maior notoriedade ao médico português, como sua nomeação a médico da Corte do Império russo. Portanto, não podemos ignorar que a trajetória de Sanches e suas extensas redes de contatos lhe conferiram autoridade, não apenas sobre a matéria da medicina, mas também sobre temas relativos à educação, política e religião.

Considerando sua vasta produção bibliográfica, é certo que as obras mais relevantes escritas pelo médico português tratam do tema da saúde pública. Ao longo de nossa pesquisa, não encontramos qualquer referência a um tratado de saúde pública que tenha sido publicado antes do *Tratado da Conversação da Saúde dos Povos*. De fato, desde o início do período moderno, publicações que forneciam conselhos voltados para a conversação da saúde eram comuns, caso dos almanaques que compunham a chamada *Hausväterliteratur*⁴⁶⁹, circulavam nos territórios de língua alemã. Dois séculos mais tarde, os manuais escritos por Tissot, Buchan ou Cullen conquistariam leitores interessados em métodos terapêuticos e estratégias para evitar certas enfermidades⁴⁷⁰. No entanto, em nenhum destes textos a saúde é abordada

⁴⁶⁸ BOTO, Carlota. “A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, nº44, maio/agosto, 2010. p. 285. Da mesma autora, conferir também: BOTO, Carlota J. M. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. 2011. 379f. Tese (Livre Docência em Políticas Públicas – Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-12092011-152740/>

⁴⁶⁹ Sobre a *Hausväterliteratur* e, de uma forma geral, as políticas de saúde pública na Alemanha moderna, conferir a excelente obra de Mary Lindemann: LINDEMANN, Mary. *Health and Healing in Eighteenth-Century Germany*, Baltimore, Londres: The Johns Hopkins University Press, 1996.

⁴⁷⁰ Os três autores escreveram respectivamente os seguintes manuais: *Aviso ao povo a respeito da sua saúde* (1773), *Medicina doméstica* (1788) e *Medicina prática* (1788). Vale lembrar que os três buscaram fornecer conselhos e alternativas para a ausência de médicos nos meios rurais. Para mais informações, ler: GUIMARÃES, Maria. Regina. C. “Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago. 2005.

enquanto uma questão relativa a uma coletividade – ou uma população de determinado local – mas sim enquanto uma questão individual. De maneira semelhante, a obra *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina* também possui uma perspectiva bastante inovadora. De acordo com o que pudemos averiguar, não havia até então nenhuma proposta escrita de “tribunal médico” para Portugal. As atividades desta instituição também mostrar-se-iam bastante interessantes: além de responsável pela avaliação dos agentes de saúde do reino, o tribunal também ficaria encarregado da coleta de informações fundamentais para a melhoria das condições sanitárias, tais quais os focos de doenças, a localização de epidemias, entre outros.

Tanto as propostas apresentados no *Tratado*, bem como nos *Apontamentos* reportavam-se à situação sanitária lusa. As circunstâncias eram consideravelmente desfavoráveis: escassez de assistência médica, comercialização de remédios corrompidos ou de origem duvidosa, ruas sujas e ausência de um sistema amplo de esgoto. Vale lembrar que tais problemas não foram exclusivos somente a Portugal, ocorrendo também no resto da Europa, que, ao longo do Setecentos, assistiu a um significativo aumento demográfico e, conseqüentemente, ao crescimento desordenado de suas cidades⁴⁷¹.

No segundo capítulo, observamos esta situação de perto. Constatamos que a escassez de assistência médica, somada à insuficiente regulação das profissões sanitárias, esteve relacionada à existência de diversos agentes de cura. Além de médicos, curandeiros, sangradores, parteiras, feiticeiros, entre outros, ofereciam assistência aos enfermos. Entre estes, muitos haviam aprendido as artes de cura na prática, observando as atividades e auxiliando um profissional mais velho, por exemplo. Por outro lado, a formação acadêmica não era necessariamente uma garantia de conhecimentos melhor fundamentados. Afinal, até o ano de 1772, o curso de Medicina da Universidade de Coimbra sustentava-se mais na teoria de grandes nomes desta arte, tais quais Hipócrates e Galeno, enquanto a prática era deixada de lado. Inclusive, diversos estudantes formavam-se médicos sem ter dissecado um cadáver humano⁴⁷².

Com efeito, pode-se afirmar que os limites entre a medicina “erudita” e a medicina “popular” eram bastante tênues e baseavam-se mais em uma diferenciação social e menos em critérios de conhecimento ou método terapêutico empregado. Não por acaso, no período em

⁴⁷¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism 15th – 18th Century, Vol I: The structures of everyday life*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1992. pp. 525-558.

⁴⁷² Segundo Lebrun, uma das grandes novidades no século XVIII para os estudantes de medicina foram as sessões anuais de dissecação. O fato de não serem frequentes devia-se à ausência de uma estrutura adequada, como anfiteatros e a disponibilidade de cadáveres humanos. LEBRUN, François. *Se soigner autrefois: médecins, saints et sorciers aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Seuil, 1995. p. 37.

questão, os agentes de cura – oficialmente formados ou não – lançaram mão de sangrias, purgas, poções e feitiços para tratar dos enfermos. No que concerne à farmácia, não nos esqueçamos que não havia até o fim do século em Portugal uma farmacopeia oficial que determinasse as composições dos medicamentos. Provavelmente por esta razão os chamados “remédios de segredo”, que prometiam a cura de diversos achaques e cuja fórmula não se revelava, passaram a atrair não somente enfermos, mas também comerciantes. Ademais, Em regiões mais remotas, o acesso a boticas e a boticários era bastante penoso. Portanto, a busca por remédios alternativos, à base de plantas, por exemplo, e a procura por curas mágicas acabavam sendo as únicas opções para aliviar as dores de certas doenças.

Outro problema que inspirou Sanches na escrita de seus textos foi a insalubridade da urbe. O desordenado crescimento dos centros urbanos acabou por propiciar um ambiente fétido, caracterizado por um deficiente sistema de limpeza e esgotos. Diante disso, médicos e outros cientistas alertaram para os perigos contidos na atmosfera das grandes cidades, repleta dos chamados “miasmas”, emanções aéreas insalubres, e eflúvios pútridos que afetariam a saúde dos habitantes. A intolerância aos odores pestilentos das cidades adquiriu tamanha proporção que conduziu os médicos à elaboração de todo um léxico de categorias olfativas relacionadas a doenças. Neste momento, a salvaguarda da saúde pública não prescindia do repertório dos maus cheiros⁴⁷³. E, de fato, como analisamos nos escritos do médico português, a maioria das medidas destinadas a Portugal sustentam-se nesta “percepção patologizante” do ar. Em especial no *Tratado*, Sanches descreve os principais problemas sanitários urbanos: águas estagnadas, cujas matérias, ao apodrecerem, corromperiam o ar; ambientes pequenos e encerrados, tais quais igrejas, conventos, prisões e navios, onde a aglomeração de pessoas causaria um acúmulo nocivo de emanções individuais; maus hábitos de higiene e sujeiras lançadas às ruas, que não apenas atrapalhavam a passagem dos transeuntes, mas, mais do que isso, favoreciam a proliferação de doenças.

No terceiro capítulo buscamos avaliar como as propostas de Sanches repercutiram materialmente em Portugal, mais especificamente no período entre 1750 e 1792, que compreendeu os reinados de D. José I e D. Maria, ambos marcados pela instauração de reformas e medidas sanitárias. Neste sentido, pode-se afirmar que o *Método para aprender e estudar Medicina*, foi uma importante contribuição do médico português, uma vez que muitas de suas proposições expressaram-se na reforma da Universidade de Coimbra. De fato, conforme analisado nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, as mudanças

⁴⁷³ CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

destinadas ao curso de medicina fundamentaram-se em princípios particulares à ciência moderna, recorrentemente defendidos e reiterados por Ribeiro Sanches, como por exemplo a primazia do conhecimento prático e interdisciplinar, através de lições de anatomia, farmácia e a prática clínica em hospitais⁴⁷⁴.

Embora a Academia das Ciências de Lisboa não necessariamente decorresse de um projeto formulado por Ribeiro Sanches, escolhemos não prescindir de uma abordagem sobre esta instituição. Sua fundação foi primordial para, primeiramente, favorecer a formação de uma comunidade científica coerente em Portugal e, em segundo lugar, dinamizar as atividades científicas e os esforços de publicização do conhecimento científico. Mais especificamente, no que se refere ao saber médico, a Academia desempenhou um relevante papel no terreno da saúde pública, posto que auxiliou no debate e na divulgação de novas teorias e técnicas médicas.

Lembrando que no terceiro capítulo buscamos lançar luz a três instituições, quais sejam, a Universidade de Coimbra, a Academia das Ciências de Lisboa e a Intendência Geral da Polícia, acreditamos que justamente a atuação desta última foi a mais significativa no que se refere à ressonância das obras de Ribeiro Sanches no âmbito da saúde pública. Neste sentido, deve-se destacar a ferrenha atuação de Diogo de Inácio de Pina Manique, que, à frente daquela instituição, empenhou-se em consolidar medidas embasadas nas principais teorias científicas modernas.

Cabe aqui ressaltar que, no início desta pesquisa, tínhamos a expectativa de encontrar uma quantidade considerável de documentos voltados para a normatização das atividades médicas. No entanto, a Intendência Geral da Polícia teve uma atuação mais tímida nesse sentido. Com efeito, tal situação coloca em cheque a ideia de que até o final do século XVIII, a ciência médica se afirmaria enquanto um campo do saber autônomo e, igualmente, que os médicos teriam assim garantida a sua autoridade profissional⁴⁷⁵. Como vimos no segundo capítulo, a sobreposição entre as medicinas popular e erudita era uma característica elementar

⁴⁷⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Sciencias nauturaes e filosóficas. Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/index.html

⁴⁷⁵ Em alguns trabalhos do filósofo Michel Foucault, pode-se depreender que nos finais da chamada Idade clássica, isto é, no final do século XVIII, a medicina consolidar-se-ia enquanto ciência em detrimento dos saberes e práticas “mágicas” ou desprovidas de suposto embasamento científico. Consequentemente, em tal período, ocorreria uma marginalização dos agentes de cura popular. Diante disso, julgamos que, apesar da perspectiva de Foucault fornecer questões pertinentes à reflexão sobre o saber médico e seus discursos normativos, não podemos generalizar a perspectiva do autor para diferentes contextos temporais ou locais. Dentre aqueles trabalhos, cabe aqui citar: FOUCAULT, Michel. *Folie et deraison: histoire de la folie a l'age classique*. Paris: Plon, c1961.; FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique: une archeologie du regard medical*. Paris: Univ. de France, 1975, c1963.; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Paz & Terra, 2015.

da medicina moderna e, além disso, vale lembrar que o próprio Ribeiro Sanches admitiu uma posição totalmente oposta aos práticos, curandeiros e parteiros. Ao contrário disso, o médico português era a favor de que tais agentes de cura recebessem uma instrução apropriada, fosse através de revistas ou almanaques, para continuar exercendo seus ofícios com menor falibilidade. Assim, no Portugal do Setecentos, a preocupação com a saúde pública incidiu menos sobre questões relacionadas à autoridade médica, e mais sobre questões de cunho preventivo, relacionadas à higiene da população, à limpeza e manutenção das vias urbanas e à reforma dos cemitérios.

Não obstante as adversidades enfrentadas, tais quais restrições financeiras e resistência popular, a Intendência Geral da Polícia empregou esforços para mudar a situação sanitária lusa e consolidar muitas das propostas reformistas defendidas por Ribeiro Sanches. Mas, para além do âmbito da saúde pública, a Intendência também foi um importante recurso administrativo da Coroa portuguesa. Com efeito, suas atividades demonstram uma maior participação do Estado na gestão da vida da população, inclusive em questões que até então eram da incumbência da Igreja Católica, como no caso dos cemitérios e sepultamentos. Ao dedicar maior atenção para a conversação de saúde de seus súditos, a Coroa portuguesa estaria, de certa forma, favorecendo seu crescimento econômico, pois, até o fim da Idade Moderna, uma população numerosa estava relacionada a uma maior produção de riquezas e a um exército mais forte.

De certa forma, a atuação da Intendência Geral da Polícia nos permite vislumbrar uma articulação entre o saber médico, que fundamentou grande parte de suas ações, e do poder político, que viabilizou a consolidação de medidas de saúde pública. Se antes a prática médica limitava-se à esfera privada e à assistência destinada exclusivamente ao corpo individual, a partir de tal articulação, a medicina passa a se ocupar do corpo social, a intervir em problemas de saúde pública e a possuir prerrogativas embasadas em medidas de Estado. Talvez, mais do que uma articulação, a ciência e o poder passam a ter uma relação de interdependência, que, nas palavras de Didier Fassin acabou-se por desenvolver da seguinte maneira:

(...) é o Estado que se coloca pouco a pouco como o instaurador de medidas de proteção da coletividade contra as pragas que colocam em perigo sua saúde ou sobrevivência; assim, o Estado busca ao mesmo tempo a manutenção da ordem pública e necessidade de assegurar seu poder⁴⁷⁶.

⁴⁷⁶ FASSIN, Didier. *L'espace politique de la santé: essai de genealogie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p. 46. [Tradução nossa]

Portanto, retomando as indagações que apresentamos na introdução desta dissertação, se o pensamento de Ribeiro Sanches tenha sido caracterizado como demasiado otimista e utópico, isto não foi um empecilho para o esforço de consolidação de muitas de suas propostas sanitárias. Neste sentido, são emblemáticas as reformas ilustradas operadas no campo do ensino médico e as ordens destinadas à limpeza das ruas e à modificação dos tão nocivos cemitérios “intra-muros”. Conforme reiteramos, o objetivo desta pesquisa não era conferir a autoria de tais medidas ao médico português, mas sim refletir sobre o impacto de sua produção bibliográfica na situação sanitária lusa. De fato, Ribeiro Sanches foi uma personagem bastante notável, não apenas em Portugal, mas, ousaríamos dizer, na Europa moderna, uma vez que colaborou com diversas academias e sociedades e foi uma figura prestigiada perante letrados, diplomatas e mesmo monarcas. Ainda que distante, Sanches desempenhou um papel fundamental em sua terra natal, e, mais do que ter contribuído para com a divulgação de novas teorias e práticas médicas, o médico português logrou transformar a saúde dos povos em uma questão pública.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo Intendência Geral da Polícia (IGP):

Livros nº 1 (1780-1783), 2 (1783-1787), 66 (1792-1797), 67 (1797-1805), 94 (1782-1786), 98 (1793-1795), 188 (1780-1781), 195 (1790-1792).

Maços nº 1 (1780-1833).

Fundo Ministério do Reino (MR):

Maços nº 454 (1770-1822), 469 (1757-1808).

Biblioteca Nacional de Portugal

Mon Journal. Microfilme. – Diário de Sanches (BNP. F. 381)

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Observations sur les maladies vénériennes*. Paris, 1785.

Fontes impressas

ABREU, Brás L. de. *Portugal Médico ou Monarquia Médico-Lusitana Histórico Prática Symbolica, Ethica e Política*. Coimbra: Officina de Joam Antunes, 1726.

Anônimo, *Apologia sobre a Verdade da Medicina*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1782.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. *Documentos da Reforma Pombalina*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1937. 2º volume.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico, etc. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>

BOMBELLES, Marquis de. *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*. Paris: Centre culturel portugais, 1979.

BRAGA, Theófilo. *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1892/1902.

CASTRO, Rodrigo de. *O médico político ou o Tratado sobre os deveres médico-políticos*. Lisboa: Colibri, 2011.

CORNIDE, José. *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Viuda é Hijos de Manuel Tello, 1893-1897.

CASTELO BRANCO, Camillo. *Noites de insomnia: oferecidas a quem não pode dormir*. Porto: Ernesto Chandron, 1874.

D'ALEMBERT, Jean le Ronde. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, Unesp, 2006. pp. 83-127.

D'AZYR, Vicq. *Elogio do doutor Antônio Nunes Ribeiro Sanches*. Tradução de Filinto Elysio. Paris, Officina de A. Bobée, 1918.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Ronde. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, Unesp, 2006.

ELÍSIO, Filinto. *Ode ao senhor doutor Antônio Nunes Ribeiro Sanches*. Paris, 1786.

FERREIRA, José Henriques. *Discurso Crítico em Que Se Mostra o Dano Que Tem Feito aos Doentes, e ao Progresso da Medicina em Todos os Tempos, a Introdução, e Uso de Remédios de Segredo, e Composições Ocultas, não só pelos Charlatães, e Vagabundos, mas também pelos Médicos, Que os Têm Imitado*. Lisboa: Oficina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.

HENRIQUES, Fonseca. *Medicina Lusitana, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total profligação de seus males*. Amsterdam: Miguel Dias, 1731. pp. 239-240.

JORNAL ENCYCLOPEDICO dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes, Lisboa. Antonio Rodrigues Galhardo, 1779; 1788-1793.

KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?". In: *Textos Seletos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

LESAGE, Alain-René. *História de Gil Blas de Santillana*. Tradução por Bocage. São Paulo: Ensaio, 1990.

LINK, Heinrich F. *Voyage en Portugal*. Paris: Levrault, 1803.

MACHADO, Diogo Barbosa. ALMEIDA, M. Lopes de (rev). *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronologica, na qual se comprehende a notícia de Authores Portuguezes, e das obras, que compozerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Tomo IV, Coimbra: Atlântida, 1965-1967.

MACHADO, Fernando Augusto (intro.); SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Memória sobre os banhos de capor da Rússia*. Famalicão: Húmus, 2011.

MELO, Sebastião de Carvalho e. DISCURSO POLITICO SOBRE AS VANTAGENS QUE O 17 REINO DE PORTUGAL. In: _____. Cartas e Outras Obras Seletas do Marquês de Pombal. Tomo II. Lisboa: TYPOGRAPHIA DE COSTA SANCHES, 1861.

MEMÓRIAS ECONÓMICAS da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da industria em Portugal e suas conquistas. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789-1815. 5 tomos.

MOLIÈRE; HUCHER, Yves (org.). *Le malade imaginaire*. Paris: Librairie Larousse, 1970.

MURPHY, James. *Voyage en Portugal à travers les rovinces d'entre-douro et minho, de beira, d'estremadure et d'alenteju dans les années 1789 et 1790*. Paris: Chez Denné Jeune, 1797.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. 16 vols. Lisboa: Typographia universal, 1885.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de; RAMOS, Vitor (compil.). *Cavaleiro de Oliveira: trechos escolhidos*. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 1968.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Economia (moral e política). In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Ronde. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, Unesp, 2006.

RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Christãos novos e christãos velhos em Portugal*. Coautoria de Raul Rego. 2. ed. Porto: Paisagem, [1973].

_____; MACHADO, Fernando Augusto (trad.). *Memórias sobre os banhos de vapor da Rússia*. Lisboa: Húmus, 2011.

SEMEDO, João Curvo. *Atalaya da vida*, contra as hostilidades da morte; fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quanto são os remédios, que no discurço de cinquenta & oytto annos, experimentou. Lisboa, 1720.

TISSOT, Samuel Auguste *Aviso ao povo sobre sua saúde*. Lisboa: Officina Patriarcal, 1773.

VERNEY, Luís A. *Verdadeiro método de estudar*. Coautoria de Antonio Salgado Junior. Lisboa: Sá da Costa, 1949-1952.

VERNEY, Luís A. *Cartas Italianas*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

Fontes digitalizadas

ANDRY, Charles Louis François. Précis Historique sur la vie de M. Sanchès. In: *Catalogues de livres de feu M. Ant. Nuñes Ribeiro Sanchès*. Paris: Chez de Bure, 1782. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5500059t.r=catalogues+livres+de+feu+sanches>>

Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. III: Curso das Sciencias nauturaes e filosóficas. Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/index.html

DELAMARE, Nicolas. *Traité de la police*. Paris, Jean-Pierre Cot, 1705, t. 1. Disponível em: < <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k109900f>>

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Projecto de instruções para um professor de cirurgia*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1742]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

_____. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

_____. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1760]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/carta_joaquim_abreu.pdf

_____. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1763a]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

_____. *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1763b]. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

Verbetes “Police”. In: *Le Dictionnaire de l’Académie Française*. Quatrième Édition. T 2. Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/publicdicos/query?report=bibliography&head=policy>

BIBLIOGRAFIA GERAL

[Anônimo], “Gonsalo Xavier d’Alcaçova Carneiro e cartas da sua correspondência particular com Antonio Nunes Ribeiro Sanches”, *Revista Michaelense*, Anno 2, 1919.

ABREU, Jean Luiz Neves. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul.-set. 2007.

_____. “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII”. *Revista Topoi*. vol. 8, nº 15, p. 80-104, jul.-dez. 2007.

_____. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

ABREU, Laurinda. “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados”. In: CARDOSO, Adelino; OLIVEIRA, António; MARQUES, Manuel (orgs.). *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010, pp. 97-122

_____. *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.

_____. *O poder e os pobres: As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (orgs.). *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo, SP: Livraria da Física: EDUC, 2004.

ALGRANTI, Leila M. *Livros de devoção, atos de censura*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2004.

_____. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no império português (séculos XVI-XVIII). *sÆculum: Revista de História*. João Pessoa, p. 13-30, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, Danielle Sanches de. *Entre lojas e boticas: o comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808)*. 2008. 146f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23112009-151223/pt-br.php>

ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal no final do Antigo Regime (c. 1777- 1802)*. 2011. 330f. Tese de Doutorado do Programa de História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1315.pdf>

ANDERSON, Bonnie S. Women of the salons and parlors: ladies, housewives, and professionals. In: ZINSSER, Judith. *A history of their own: women in Europe from prehistory to the present*. Vol. 2. New York, NY: Harper and Row, 1988.

ANDRADE, António A. B. de. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.

ANKARLOO, Bengt; CLARK, Stuart (Ed.). *Witchcraft and Magic in Europe, Volume 5: The Eighteenth and Nineteenth Centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

ARAÚJO, Ana Cristina. “Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches”. *Revista de História e teoria das idéias: Revoltas e revolução*. Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, p. 377-395, 1984.

_____.; CUNHA, Fanny Andrée F. X. da (orgs.). *Catálogo da Exposição documental Ribeiro Sanches (1699-1783)*. Coimbra: Edição do Museu Nacional da Ciência e Técnica, 1984.

_____. “Medicina e utopia em Ribeiro Sanches”. *Ars interpretandi: Diálogo e tempo. Homenagem a Miguel Baptista Pereira*, v. 1, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 35-85, 2000. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/aca>

_____. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

_____. *O marquês de Pombal e a universidade (org.)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

BACZKO, Bronislaw. *Lumières de l'utopie*. Paris: Payot, 1978.

_____. *Les imaginaires sociaux: memoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

BADINTER, Elisabeth. *Emilie, Emilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo, SP: Discurso Editorial, 2003.

BARNETT, S. J. *The Enlightenment and religion: the myths of modernity*. Manchester. NY: Manchester University Press. 2003.

BARREIROS, Bruno P. F. *Concepções do corpo no Portugal do Século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública*. 2014. 320f. Tese (Doutorado em História, Sociologia e Patrimônio em Ciência e Tecnologia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/14924>

BARRETO, Mascarenhas. *História da polícia em Portugal*. Braga: Braga Editora, 1979.

BEIRÃO, Caetano. D. *Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado*. 4. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

BIAGIOLI, Mario. *Galileo courtier: the practice of science in the culture of absolutism*. Chicago, IL: Univ. of Chicago, 1993.

BILÉU, Maria Margarida Correia. *Diogo de Inácio Pina Manique, Intendente geral da polícia: inovações e persistências*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Cultural e Política) Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

BLAIR, Ann. “La persistance du latin comme langue de science à la fin de la Renaissance”. In: CHARTIER, R.; CORSI, P. *Sciences et langues en Europe*. Paris: EHESS, 1996.

BLUM, Alain; HOUDAILLE, Jaques. “L’alphabétisation aux XVIIe et XVIIIe siècles: l’illusion parisienne”. *Populations*, v. 40, n. 6, p. 944-951, 1985.

BOLLEME, Genevieve. *Les almanachs populaires aux XVIIe et XVIIIe siècles: essai d’histoire sociale*. Paris: Mouton, 1969.

BOTO, Carlota J. M. “A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, nº44, p. 282-302, maio/agosto, 2010.

_____. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. 2011. 379f. Tese (Livre Docência em Políticas Públicas – Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-12092011-152740/>

BOXER, Charles. “António Nunes Ribeiro Sanches: Um iluminista português”. *Vida Mundial*. Lisboa, 19 Jun. 1970.

BRAGA, Isabel D. *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal: Séculos. XV-XIX*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.

BRANCO, Fernando Castelo, “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, in *Portugaliae Historica*, vol. I, p. 175-201. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973.

BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism 15th – 18th Century, Vol I: The structures of everyday life*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1992.

BROOKE, John Hedley. *Science and Religion: Some historical perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BUESCU, Ana Isabel. “O norte e o sul na Europa Iluminista: um aspecto da geografia cultural no século XVIII”. *Revista de História Econômica e Social*, nº 19, p. 77-93, 1987.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003.

CALAFATE, Pedro (org.). *História do pensamento filosófico português: Vol III. As Luzes*. Lisboa: Caminho, 1999.

CARDOSO, José Luís. Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII. *Análise Social*, vol.XXXV (156), p. 495-509, 2000.

_____. *História do pensamento económico português: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula & SIMÕES, Ana. “Constructing knowledge: Eighteenth-Century Portugal and the new sciences” In: GAVROGLU, Kostas (Org.). *The sciences in the European periphery during the Enlightenment*. Dordrecht; London: Kluwer Academic, 1999.

_____. Imagens do Portugal Setecentista. Textos de estrangeirados e de viajantes. *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, n. 22, p. 73-92, 2000.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo, SP: Xamã, 1994.

_____. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo, SP: Xamã, 2002.

_____. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003.

CARREIRA, Adélia M. C. *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. 465 f. Tese de Doutorado em História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/9467>

CARROLL, Patrick E. Medical police and the history of public health. *Medical history*, v. 46, n. 4, p. 461-494, 2002.

CARVALHO, Joaquim. *Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães (1769-1789)*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1952.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo, SP: Annablume, 2008.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, SP: Saraiva: Editora da USP, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1979.

_____. *A actividade pedagógica da ACL nos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1981.

_____. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

_____. *Actividades científicas em Portugal no século XVIII*. Évora: Editora da Universidade, 1996

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: _____ (org.). *História da vida privada*. Volume 3: Da Renascença às Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 113 – 160.

_____. L’homme des Lettres. In: VOVILLE, Michel; ARASSE, Daniel. *L’Homme des Lumières*. Paris: Editions du Seuil, 1996.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. *Ciência e cultura*, v. 60, n. SPE1, p. 7-12, 2008.

CHAVES, Castelo Branco. *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

_____. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Sentir, escrever e governar: A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779)*. 2011. 384f. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16042012-164420/pt-br.php>

CONCEIÇÃO, J.; PITA, J. R.; ESTANQUEIRO, M.; LOBO, J. S. “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”. *Acta Farmacêutica Portuguesa*. Vol. 3, n. 1, p. 47-65, 2014.

COOK, Harold J. “Good advice and little Medicine: the authority of early modern English physicians”. *The Journal of British Studies*. v. 33, n. 01, p. 1-31, 1994.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, vol. I. 2009.

CORREIA, Maximino. “António Nunes Ribeiro Sanches”. *Separata de Coimbra Médica*, Coimbra, v. 14, n. 3, 1967.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Horizonte, 1984.

COSTA, Palmira F. da.; JESUS, António. “António Ribeiro Sanches and the Circulation of Medical Knowledge in Eighteenth-Century Europe”. *Archives internationales d’histoire des sciences*, v. 56, n. 156, p. 185-197, 2006.

CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1990.

CRUZ, Ana L. R. B da ; PEREIRA, Magnus R. M. “Ciência e Memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772”. *Revista de História Regional*, v. 14., n. 1, p. 7-49, 2009.

CRUZ, Lúcia. *Pina Manique e a Universidade de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da universidade, 1984.

CUNHA, Norberto Ferreira. A ideia de tolerância em Ribeiro Sanches. In: _____. *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

DARNTON, Robert. "In search of the Enlightenment". *Journal of Modern History*, n. 43, pp. 113-132, 1971.

DARNTON, Robert. *George Washington's false teeth: an unconventional guide to the eighteenth century*. New York, NY: W.W. Norton, 2003.

DARNTON, Robert. *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

DAVIES, Owen; DE BLÉCOURT, Willem. *Beyond the witch trials: Witchcraft and magic in Enlightenment Europe*. Manchester; New York: Manchester University Press, 2010.

DEBUS, Allen G. *Man and nature in the renaissance*. London: Cambridge University Press, 1978.

DEBUS, Allen G. "Chemists, physicians, and changing perspectives on the scientific revolution". *Isis*, v. 89, n. 1, p. 66-81, 1998.

DELON, Michel. *Dictionnaire européen des Lumières*. Paris: PUF, 1997

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, RJ; Brasília, DF: José Olympio: Edunb, 1993.

_____. *O mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2003.

DIAS, José Sebastião da Silva. "Pombalismo e projecto político", *Separata da revista Cultura, História e Filosofia*. v. 2, p. 185-318, 1984.

_____. "Portugal e a cultura europeia: séculos XVI – XVIII: génese e destino de uma atitude filosófica". *Biblos*, nº XXVIII, pp. 204 – 498, 1952.

DIAS, José Lopes. "Duas cartas inéditas do Dr José Henriques Ferreira, comissário do físico-mor e médico do vice-rei do Brasil, a Ribeiro Sanches" *Separata da Imprensa médica*, Lisboa, 1959.

DIAS, José Pedro Souza. "Jacob de Castro Sarmiento e a conversão à ciência moderna". *Primeiro Encontro de História das Ciências Naturais e da Saúde*. Lisboa: Centro de Estudos de História das Ciências Naturais e da Saúde (Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral) e Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, (s.d.), pp. 55-80.

_____. *"Droguistas, Boticários e Segredistas: Ciência e Sociedade na Produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa, FCG / FCT. 2007.

_____. *A Farmácia e a História*. Gabinete de Estudos Históricos e Sociais da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. 2003. Disponível em: <http://www.ff.ul.pt.2003>

DIAS, José S.; RODRIGUES, Manuel Augusto (intr.). *Portugal e a cultura europeia* (séculos XVI a XVIII). Porto: Campo das Letras, 2006.

DULAC, Georges. Science et politique: les réseaux du Dr António Ribeiro Sanches (1699-1783). *Cahiers du monde russe*, v. 43, n. 2, p. 251-274, 2002.

DULONG, Claude. “Da conversação à criação”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto; São Paulo, SP: Afrontamento: EBRADIL, 1991.

DUPRÉ, Louis K. *The Enlightenment and the intellectual foundations of modern culture*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2004.

EMSLEY, Clive. *Policing and its context: 1750-1870*. London: Macmillan, 1983.

EUGÊNIO, Alisson. Os relatos de Luiz Antônio de Oliveira Mendes sobre a saúde da população escrava: do tráfico na África ao cativeiro no Brasil (1793). *Idéias*, Campinas, SP, v. 4, p. 201-232, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649419/15974>

FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993.

_____. Utopia e modernidade. *Morus-Utopia e Renascimento*, n. 2, p. 161-184, 2005.

FASSIN, Didier. *L'espace politique de la santé: essai de genealogie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

FAURE, Olivier. *Histoire sociale de la médecine*. Paris: Anthropos: Diffusion Economica, 1994.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos: Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. 174f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERRONE, Vincenzo; ROCHE, Daniel (org.) *Diccionario histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1998.

FILHO, Wellington. Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII. *História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*. Porto, 2016. pp. 122-141. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14534.pdf>

FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. Estação Liberdade: São Paulo, 1998.

FLECK, Ludwik. *Genèse et développement d'un fait scientifique*. Paris: Les Belles Lettres, 2005 [1935].

FONSECA, Fernando T. da. “Scientiae Thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601 – 1850). *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, 1999.

_____. “A dimensão pedagógica da reforma de 1772: alguns aspectos”, In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *O Marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

FONSECA, Manuel D. T. *História da farmácia portuguesa através da legislação*. Porto: Emp. Ind Gráfica do Porto, 1945.

FONSECA, Rafael de L. *Ressentimento, imitação e governamentalidade: proposta de uma leitura de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1747 – 1783)*. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado

em História) – Universidade Federal da Uberlândia, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16504/1/RessentimentoImitacaoGovernamentalidade.pdf>

FONTANA, Josep (org.). *Carlos III, Madrid y la Ilustracion*: contradicciones de un proyecto reformista. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1988.

FOSDICK, Raymond Blaine. *European police systems*. Montclair: Patterson Smith, 1969.

FOUCAULT, Michel. *Folie et deraison*: histoire de la folie a l'age classique. Paris: Plon, c1961.

_____. *Naissance de la clinique*: une archeologie du regard medical. Paris: Univ. de France, 1975, c1963.

_____. *História da sexualidade*: o uso dos prazeres. 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001.

_____; SENELLART, Michel (ed.). *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Organização de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Paz & Terra, 2015.

FOX, Robert. "Science and government" In: PORTER, Roy (org.). *The Cambridge History of Science*: Volume 4 Eighteenth Century. Cambridge University Press, 2003.

FRANÇA, José Augusto. *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1980.

GAY, Peter. *The enlightenment*: an interpretation. 1º vol. Nova York: W. W. Norton, 1966-1977.

GENTILCORE, David. "Was there a popular medicine in early modern Europe". *Folklore*. v. 115, n. 2, p. 151-166, 2004.

GERBI, Antonello. *Novo Mundo*: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOLDIE, M.; WOKLER, R. *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

GOODWIN, Barbara; TAYLOR, Keith. *The politics of utopia*: a study in theory and practice. New York, NY: St. Martin's Press, 1982.

GRMEK, Mirko D. *Western Medical Thought*: from Antiquity to the Middle Ages. Portland: Harvard University Press, 1998.

_____; BERNABEO, Rafaelle. La machine du corps. In: GRMEK, Mirko D. *Histoire de la pensée médicale en Occident*: II. De la Renaissance aux Lumières, Paris, Éditions du Seuil, 1997.

GUERRA, João Pedro Miller. "A reforma pombalina dos estudos médicos". In: CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena. *Pombal Revisitado*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

GUIMARÃES, Maria. Regina. C. “Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago. 2005.

GUSDORF, Georges. *Les principes de la pensée au siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Denilson Luis Werle. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2014.

HÄRTER, Karl. “Security and “gute policey” in early modern Europe: concepts, laws, and instruments”. *Historical Social Research*, v. 35, n. 4, p. 41-65, 2010.

HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1948.

HEIMANN, Peter M. “The scientific revolutions”. In: BURKE, Peter. (Ed.). *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University. 1979. pp.248-270.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984.

_____. (org.). *História de Portugal: Vol. IV. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

ISRAEL, Jonathan I. *Radical Enlightenment: philosophy and the making of modernity 1650 – 1750*. New York, NY: Oxford University Press, 2001.

KANTOR, Iris. “A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarina: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648 – 1750)”. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (Séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

KELLEY, Donald R. Eclecticism and the History of Ideas. *Journal of the History of Ideas*, v. 62, n. 4, p. 577-592, 2001.

KLEINGELD, Pauline; BROWN, Eric, “Cosmopolitanism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/cosmopolitanism/>

KLUT, Duarte. O Momento Pedagógico Pombalino: Referências Bibliográficas. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 38, n. 4, p. 549-557, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1999.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da PUC-Rio: Contraponto, 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.

KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), p. 109-29, 2004.

_____. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O patriota 1813-1814*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2001.

LAPA, Albino. *História da polícia de Lisboa*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1964.

LEBRUN, François. *Se soigner autrefois: médecins, saints et sorciers aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Seuil, 1995.

LEMOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches : a sua vida e a sua obra*. Porto, Eduardo Tavares Martins, 1911.

_____. *Estudos de história da medicina peninsular*. Porto: Tipografia a Vapor da Enciclopédia Portuguesa. 1916.

_____. *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Vol II. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991.

_____. *Health and Healing in Eighteenth-Century Germany*, Baltimore, Londres: The Johns Hopkins University Press, 1996.

_____. *Medicina e sociedade no início da Europa moderna*. Lisboa: Replicação, 2002.

LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1991.

_____; MIRANDA, Tiago C. P. Dos reis. "A cultura escrita nos espaços privados". In: Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.). *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 339-394.

LOPES, Maria A. "Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII – meados do séc. XIX)". In: SILVA, C. G. (org.). *História da saúde e das doenças*. Lisboa: Colibri e Universidade de Lisboa, 2012. pp. 147-164.

LUPTON, Deborah. *The imperative of health: public health and the regulated body*. London (UK): SAGE, 1995.

MACEDO, Jorge Borges de. "Estrangeirados, um conceito a rever". *Bracara Augusta*, v. 28, p. 179-202, 1974.

MARQUES, Cátia G. *Manique do Intendente: uma vila iluminista*. Coimbra: Prova final de Licenciatura em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2013.

MARQUES, José O. de A. "Voltaire e um episódio de história de Portugal". In: *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina (Pós-Graduações em Ciências Sociais UEL), v. 9., n. 2, p. 37-52, 2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista*. 1998. 252f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1998. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000124061>

_____. "Conselhos ao povo: os manuais de medicina doméstica no Setecentos." ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-1337-intok.pdf>

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

MAUZI, Robert. *L'idée du bonheur la littérature et la pensée françaises au XVIIIe siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997.

MAZZOLINI, Renato. “Les Lumières de la raison: des systèmes médicaux à l’organogie naturaliste”. In: GRMEK, Mirko D. *Histoire de la pensée médicale en Occident: II. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Éditions du Seuil, 1997. pp. 93-116.

MCCLELLAN, James. “Scientific institutions and the organization of science” In: PORTER, Roy (org.). *The Cambridge History of Science: Volume 4 Eighteenth Century*. Cambridge University Press, 2003.

MEDAUAR, Odete. “Poder de polícia”. *Revista de Direito Administrativo*, v. 199, p. 89-96, 1995.

MEDINA-DE LA GARZA, Carlos E.; KOSCHWITZ, Martina-Christine. “Johann Peter Frank y la medicina social”. *Medicina Universitaria*, v. 13, n. 52, p. 163-168, 2011.

MENDES, António Rosa. *Ribeiro Sanches e o marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*. Cascais: Patrimônia, 1998.

MENEZES, Leandro Alves Martins de. *Uma análise da trajetória das artes de governar no pensamento de Michel Foucault*. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2316>

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “Estrangeirados”: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, julho 1991. ISSN 2316-9141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18634/20697>

MÖLLER, Mathias A. “Eslarecimento e Emancipação nos textos políticos de Kant”. *Filogene*, vol. 7, no. 2, p. 27-48, 2014. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/4_mathiasmoller.pdf

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O ‘Ethos’ da Aristocracia Portuguesa sob a Dinastia de Bragança: Algumas Notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei”. *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Artipol, v. 19, 1998, p. 383-402.

_____. *Dom José*. Lisboa: Círculo de leitores, 2006.

_____. *Elites e poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

MONTEIRO, Yara N. *História da saúde: Olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de saúde, 2010.

MORNET, Daniel. *Les origines intellectuelles de la Révolution Française: 1715-1787*. Paris: Armand Colin, 1967.

MUMFORD, Lewis. *História das utopias*. Tradução de Isabel Donas Boto. Lisboa: Antígona, 2007.

MUNCK, Thomas. *História social de la Ilustracion*. Barcelona: Crítica, 2001.

NAPHY, William G.; PARISH, Helen (Eds.). *Religion and superstition in Reformation Europe*. London: Bloomsbury Academic, 2015.

NAPOLI, Paolo. *Naissance de la police: pouvoir, normes, société*. Paris: La Découverte, 2003.

NEOCLEOUS, Mark. *The Fabrication of Social Order: A Critical Theory of Police Power*. London: Pluto, 2000.

NORTON, José. *Pina Manique*: fundador da Casa Pia de Lisboa. Lisboa, Bertrand: 2004.

NUNES, Rossana Agostinho. *Nas sombras da libertinagem*: Francisco de Mello Franco (1757- 1822) entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro. 2011. 160f. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1456.pdf>

OESTREICH, Gerhard. “Problemas estruturais do absolutismo europeu”. In: HESPANHA, Antonio M. *Poder e instituições na Europa de Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. pp. 170-200.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Évora: Estar, Coleção Thesis, 2000.

_____. “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”. In: Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.). *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

OLIVEIRA, Maria Manuel. “O cemeterio de Vila Real de Santo António e o debate setecentistas sobre a inumação extramuros”. *Revista Monumentos*. n. 30. p. 80-88, 2009.

OLSON, Richard. “The Human Sciences”. In: PORTER, Roy. *The Cambridge History of Science: Volume 4 Eighteenth Century*. Cambridge University Press, 2003.

ORTIZ, Antonio Dominguez. *Carlos III y la Espana de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1990.

OUTRAM, Dorinda. *Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OZOUF, Mona. Le concept d'opinion publique au XVIIIe siècle. In: *Sociologie de la communication*, v. 1, nº1, p. 349-365, 1997. Disponível em http://www.persee.fr/doc/reso_004357302_1997_mon_1_1_3847

PEREIRA, Magnus R. de M. “Alguns aspectos da questão sanitária nas cidades de Portugal e suas colônias”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 99-142, jan.-jun., 2005.

PESAVENTO, Sandra J. “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PIMENTA, Tânia. *Artes de curar*: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. 1997. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000118425>

PIMENTEL, Juan. “¿ Qué es la historia cultural de la ciencia?”. *Arbor*, v. 186, n. 743, p. 417-424, 2010.

PINA, Luís de. *Verney, Ribeiro Sanches e Diderot na história das universidades*. Porto: Centro de estudos humanísticos, 1955.

_____. *A marca setecentista de Ribeiro Sanches na história da higiene político-social portuguesa*. Porto: Tipografia Sequeira, 1957.

PITA, João Rui. *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996.

_____. “Medicina, Cirurgia e Arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra”, In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *O marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

_____. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 10, n. 26, jul-dez/2009, pp. 91-102.

_____; PEREIRA, Ana Leonor.” A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo”. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321027644011>

PORTER, Dorothy. Changing Definitions of the History of Public Health. *Hygiea Internationalis*, v. 1, n. 1, p. 9-21, 1999.

_____. *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London; New York, NY: Routledge, 1999.

PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *The Enlightenment in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PORTER, Roy. *The enlightenment*. Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1990.

_____. “Les stratégies thérapeutiques” In: GRMEK, Mirko D. *Histoire de la pensée médicale en Occident: II. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Éditions du Seuil, 1997.

_____. *Blood and Guts: A Short History of Medicine*. London: Allen Lane. 2002.

_____. (org.). *The Cambridge History of Science: Volume 4 Eighteenth Century*. Cambridge University Press, 2003.

QUADROS, Lucas Samuel. *O governo da medicina nas Minas: legislações, livros e ofícios (1744-1828)*. 2015. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *TEMPO*, v.3, n.6., 1998. p.157-182.

_____. “Nobreza e Riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista”. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 169, p. 83-110, julho/dezembro 2013.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. “A inquisição pombalina” In: ANTUNES, Manuel (org.). *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*. Lisboa; Porto: Brotéria; Livraria A. I, 1983.

RAMOS JR., Nelson de C. Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/>

REIS, Fernando José E. *A divulgação científica em periódicos enciclopédicos portugueses, 1779-1820*. Lisboa, 1998.

_____. “Comunicando as Ciências ao Público. As ciências nos periódicos portugueses de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX”. *VISÕES DISCIPLINARES*, v. 3, p. 305-315, 2005.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, litterários e artísticos nos sucessivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914.

RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

ROBERTSON, John. *The case for the Enlightenment: Scotland and Naples, 1680-1760*. New York, NY: Cambridge University Press, 2005.

ROCHA, André C. *Um epistolário vienense de Ribeiro Sanches*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1980.

_____. *A epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1985.

ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIII siècle*. Paris: Fayard, 1988.

RODRIGUES, João Damião. "A estrutura social" In: SERRÃO, Joel; MARQUES, Antônio H. O. *Nova história de Portugal*. Volume 7: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil. Lisboa: Presença, 2001. Pp 405-441.

ROSEN, George. *Da polícia médica a medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1980.

_____. *A history of public health*. Baltimore: The John Hopkins University Press. 1993.

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2000.

_____. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.

ROWLAND, Robert. "Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição". *Topoi (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 172-188, Junho de 2010.

SÁ, Isabel dos G. *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SANCHEZ-BLANCO, Francisco. *El absolutismo y las luces en el reinado de Carlos III*. Madrid: Marcial Pons, 2002.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Francisco Eduardo (orgs.) *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas, 1994.

SANTOS, Georgina S. dos. *Ofício e sangue: irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa moderna*. Lisboa: Colibri: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.

_____. "Artes e manhas": estratégias de ascensão social de barbeiros, cirurgiões e médicos da Inquisição portuguesa". In: Monteiro, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela; FLORES, Jorge (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. pp. 259-282.

SANTOS, Maria Helena Carvalho DOS. "Poder, intelectuais e contra-poder". In: _____. *Pombal Revisitado*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

SARAIVA, Antonio José. *Inquisição e cristãos-novos*. 6. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

SCHILLING, Heinz. *Early modern European civilization and its political and cultural dynamism*. UPNE, 2008.

SEELAENDER, Airton L. Cerqueira-Leite. *Polizei, Okonomie und Gesetzgebungslehre: ein Beitrag zur Analyse der portugiesischen Rechtswissenschaft am Ende des 18. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: V. Klostermann, 2003.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2010.

SÉRGIO, Antônio. *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto, Renascença Portuguesa. 1914.

SERRÃO, José (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1992.

SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1985.

SHAPIN, Steven. *La révolution scientifique*. Paris: Flammarion, 1998.

SIGERIST, Henry E. *Civilization and disease*. Ithaca: Cornell University Press, 1943.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*, v. 2, n. 2, p. 1-32, 2003.

_____. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do antigo regime português: 1750-1822*. São Paulo, SP: Hucitec: FAPESP, 2006.

SILVA, José Alberto. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1784): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese de Doutorado. Lisboa, Universidade de Lisboa. 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade a independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

SOUSA, Fernando de. “A população portuguesa em finais do século XVIII”. *População e sociedade*, n. ° 1, p. 41-55, 1995.

SOUZA, Jorge Pedro (org.). *Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo, SP: Discurso: FAPESP, 2001.

SUBTIL, José M. L. *O terramoto político (1755-1759): memória e poder*. Lisboa: EDIUAL, 2007.

SZACKI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1972.

TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos. *Pina Manique: um homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia, 1990.

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

THOMAS, Keith. *Religion and the decline of magic: Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century England*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.

VIEGAS, Arthur. “Ribeiro Sanches e os jesuítas”. *Revista de História*. Lisboa: vol. 9, 1920.

VIGARELLO, Georges. *Le propre et le sale: L'hygiène du corps depuis le Moyen Age*. Paris: Seuil, 1985.

_____. *Le sain et le malsain: Santé et mieux-être depuis le Moyen Age*. Paris: Seuil, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. 442f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VOVELLE, Michel; ARASSE, Daniel. *L'Homme des Lumières*. Paris: Editions du Seuil, 1996.

WALKER, Timothy Dale. *Doctors, folk medicine and the Inquisition: the repression of magical healing in Portugal during the Enlightenment*. Leiden; Boston: Brill, 2005.

WILLEMSE, David. *António Nunes Ribeiro Sanches: élève de Boerhaave et son importance pour Russie*. Leiden: E. J. Brill. 1966.